

Mensagem à Assembleia Legislativa

2014



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

TITULARES DO PODER EXECUTIVO

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

FLÁVIO JOSÉ ARNS

Vice-Governador do Estado

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI (abr./dez.)

REINHOLD STEPHANES (jan./mar.)

Secretário Chefe da Casa Civil

CORONEL ADILSON CASTILHO CASITAS

Secretário Chefe da Casa Militar

UBIRAJARA AYRES GASPARIN (mar./dez.)

MARISA ZANDONAI (jan./mar.)

Procurador Geral do Estado

CARLOS EDUARDO DE MOURA

Controlador Geral do Estado

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

DINORAH BOTTO PORTUGAL NOGARA

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI (mar./dez.)

JOZÉLIA NOGUEIRA (jan./mar.)

Secretário de Estado da Fazenda

MARCELO SIMAS DO AMARAL CATANI

Secretário de Estado da Comunicação Social

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

JOÃO CARLOS GOMES

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PAULINO VIAPIANA

Secretário de Estado da Cultura

PAULO AFONSO SCHMIDT (abr./dez.)

FLÁVIO JOSÉ ARNS (jan./abr.)

Secretário de Estado da Educação

DIEGO GURGACZ (abr./dez.)

EVANDRO ROGÉRIO ROMAN (jan./abr.)

Secretário de Estado do Esporte e do Turismo

JOÃO CARLOS ORTEGA (abr./dez.)

CARLOS ROBERTO MASSA JÚNIOR (jan./mar.)

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

LETÍCIA CODAGNONE FERREIRA RAYMUNDO (out./dez.)

MARISTELA MARCHIORO CHUDZI (ago./out.)

FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHA (jan./ago.)

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

JOSÉ RICHA FILHO

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

HORÁCIO MONTESCHIO (abr./dez.)

RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS (jan./mar.)

Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul

MARIA TEREZA UILLE GOMES

Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

ANTONIO CAETANO DE PAULA JÚNIOR (abr./dez.)

LUIZ EDUARDO CHEIDA (jan./mar.)

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MICHELE CAPUTO NETO

Secretário de Estado da Saúde

FERNANDO DESTITO FRANCISCHINI (dez.)

LEON GRUPENMACHER (mar./dez.)

CID MARCUS VASQUES (jan./fev.)

Secretário de Estado da Segurança Pública

AMIN JOSÉ HANNOUCHE (mar./dez.)

LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (jan./mar.)

Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

UBIRAJARA SCHREIBER

Secretário Especial de Relações com a Comunidade

CLECY MARIA AMADORI CAVET (abr./dez.)

EDSON LUIZ CASAGRANDE (jan./abr.)

Secretária Especial para Assuntos Estratégicos

DEONILSON ROLDO

Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES

Secretário Especial do Cerimonial e Relações Internacionais

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Encaminho a essa egrégia Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 87, inciso X, da Constituição Estadual, a Mensagem referente à prestação de contas do exercício de 2014.
Muito obrigado. E que Deus nos ilumine a todos.

Curitiba, fevereiro de 2015.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Sumário



SUMÁRIO

Economia Paranaense: Balanço de 2014	19
1 Casa Civil	29
1.1 Gabinete do Chefe da Casa Civil.....	29
1.2 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ)	29
1.3 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários	30
1.4 Diretoria Geral	31
1.5 Núcleo Jurídico da Administração (NJA).....	31
1.6 Núcleo de Informática e Informações (NII)	32
1.7 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE)	33
1.8 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA)	33
1.9 Centro de Apoio Operacional (CAO)	33
1.10 Núcleo de Controle Interno (NCI).....	33
1.11 Diretoria Administrativa Financeira.....	34
1.12 Grupo Orçamentário Setorial (GOS)	35
1.13 Grupo Administrativo Setorial (GAS).....	35
1.14 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)	36
1.15 Grupo Financeiro Setorial (GFS).....	37
1.16 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)	37
1.17 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL)	38
1.18 Coordenadoria de Gerenciamento dos Contratos de Gestão.....	38
1.19 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP).....	39
1.20 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR).....	40
1.21 Agência Paraná de Desenvolvimento (APD)	41
1.22 Escritório de Representação do Governo	45
1.23 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR)	47
1.24 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR)	50
2 Casa Militar	55
2.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)	55
2.2 Seção de Transporte Aéreo (STA)	58
3 Companhia de Habitação do Paraná	63
3.1 Diretoria de Projetos (DIPR).....	63
3.2 Diretoria de Programas e Obras (DIPO).....	64
3.3 Diretoria de Regularização Fundiária e Relações Comunitárias (DIFC).....	65
4 Companhia de Saneamento do Paraná	71
4.1 Mercado e Investimentos.....	71
4.2 Concessões	72
4.3 Fontes de Financiamento.....	73
4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	73

4.5	Outras Fontes de Recursos	73
4.6	Resultados Financeiros	73
4.7	Meio Ambiente	73
4.8	Tarifa Social	74
4.9	Metas	74
5	Companhia Paranaense de Energia	77
5.1	Destaques de 2014	77
5.2	Modelo de Excelência da Gestão	77
5.3	Acompanhamento dos Projetos Corporativos	78
5.4	Geração de Energia Elétrica	78
5.4.1	Operação e Manutenção de Usinas	78
5.4.2	Expansão da Geração de Energia	79
5.4.3	Complexo Hidrelétrico do Tapajós	79
5.4.4	Participação em Leilões de Energia Nova	79
5.4.5	Petróleo e Gás	80
5.4.6	Outras Fontes de Energia Renovável	80
5.5	Transmissão de Energia Elétrica	81
5.5.1	Novos Empreendimentos	81
5.5.2	Operação e Manutenção da Rede Básica	82
5.6	Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica	83
5.7	Distribuição de Energia Elétrica	83
5.7.1	Mercado de Energia Elétrica	84
5.8	Telecomunicações	86
5.9	Regularização Fundiária	86
5.10	Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais	87
5.10.1	Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social	87
5.10.2	Gestão Socioambiental	89
5.11	Administração	92
5.11.1	Gestão de Pessoas	92
5.11.2	Tecnologia da Informação	93
5.11.3	Outros Destaques	96
5.12	Resultados Econômico-Financeiros	96
5.13	Reconhecimentos	97
6	Controladoria Geral do Estado	101
6.1	Coordenadoria de Controle Interno	101
6.2	Coordenadoria de Transparência, Controle Social e Prevenção à Corrupção	102
6.3	Coordenadoria de Corregedoria	103
6.4	Coordenadoria de Ouvidoria	104
7	Procuradoria Geral do Estado	107
8	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	115
8.1	Recursos Humanos	115

8.1.1	Gestão de Recursos Humanos	115
8.1.2	Escola de Governo.....	118
8.1.3	Assistência à Saúde dos Servidores	119
8.1.4	Seguridade Funcional.....	121
8.1.5	Saúde Ocupacional.....	121
8.2	Administração Geral.....	121
8.2.1	Gestão de Compras.....	121
8.2.2	Gestão da Frota Oficial.....	123
8.2.3	Gestão de Serviços.....	123
8.2.4	Gestão do Patrimônio Móvel e Imóvel	125
8.2.5	Gestão Documental.....	125
9	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.....	129
9.1	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO)	129
9.2	Departamento de Economia Rural (DERAL)	131
9.3	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).....	133
9.4	Instituto Paranaense de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER)	135
9.5	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)	138
9.6	Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)	140
9.7	Instituto de Florestas do Paraná	144
9.8	Centrais de Abastecimento do Paraná S/A (CEASA/PR).....	145
9.9	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)	146
10	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	151
10.1	Sistema Estadual de Ensino Superior	152
10.2	Principais Realizações	154
10.3	Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).....	157
10.4	Fundação Araucária.....	158
10.5	Instituto Tecnológico SIMEPAR.....	159
11	Secretaria de Estado da Comunicação Social	163
11.1	Coordenadoria de Marketing.....	163
11.2	Coordenadoria de Imprensa.....	163
11.3	Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE).....	164
11.3.1	Jornalismo.....	164
11.3.2	Central de Produção Cultural.....	165
11.3.3	Rádio	165
11.3.4	Canal da Música	165
11.3.5	Setor Administrativo	166
11.3.6	Setor Financeiro.....	166
11.3.7	Atividades Técnicas	166
11.4	E-Paraná Comunicação.....	167
12	Secretaria de Estado da Cultura	171
12.1	Administração Direta	171

12.1.1	Coordenação de Ação Cultural (CAC).....	171
12.1.2	Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM).....	172
12.1.3	Coordenação de Incentivo à Cultura (CIC).....	172
12.1.4	Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC).....	173
12.1.5	Museu de Arte Contemporânea (MAC).....	173
12.1.6	Museu da Imagem e do Som (MIS).....	174
12.1.7	Museu Oscar Niemeyer (MON).....	174
12.1.8	Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP).....	174
12.2	Administração Indireta	175
12.2.1	Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)	175
12.2.2	Biblioteca Pública do Paraná (BPP).....	175
13	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	183
13.1	Administração Direta.....	183
13.2	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC).....	185
13.2.1	PAC da Mobilidade	185
13.2.2	Proteção e Recuperação Ambiental.....	186
13.2.3	Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC.....	187
13.2.4	Gestão do Transporte Coletivo Metropolitano	188
13.3	Serviço Social Autônomo PARANACIDADE	188
13.3.1	Ações Administrativas.....	189
13.3.2	Ações Operacionais.....	190
13.3.3	Recursos Aplicados	190
14	Secretaria de Estado da Educação	195
14.1	Recursos Humanos.....	195
14.2	Superintendência da Educação (SUED)	196
14.2.1	Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE).....	196
14.2.2	Diretoria de Articulação Pedagógica da Educação Básica (DAPEB)	199
14.2.3	Departamento de Legislação Escolar (DLE).....	206
14.3	Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE).....	208
14.4	Colégio Estadual do Paraná (CEP)	210
15	Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo	215
15.1	Ações do Esporte	215
15.2	Ações do Turismo	217
16	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.....	223
16.1	Coordenação de Gestão do SUAS (CGS).....	224
16.2	Coordenação de Proteção Social Básica (CPSB).....	226
16.3	Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE)	229
16.3.1	Programas e Serviços de Média Complexidade	229
16.3.2	Programas e Serviços de Alta Complexidade	230
16.3.3	Assessorias e Capacitações	232
16.3.4	Quadro Síntese de Atividades.....	233

16.4	Coordenação de Renda de Cidadania (CRC).....	233
16.4.1	Programa Bolsa Família (PBF).....	234
16.4.2	Índice de Gestão Descentralizada (IGD PBF)	234
16.4.3	Programa Luz Fraterna	234
16.4.4	Inclusão Produtiva Urbana.....	235
16.4.5	Capacitações	235
16.4.6	Quadro Síntese.....	235
16.5	Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTPPF).....	235
16.6	Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente (UTPCA).....	238
16.7	Coordenação de Medidas Socioeducativas (CMS)	241
16.8	Conselhos e Comissões	243
16.8.1	Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS/PR).....	243
16.8.2	Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA)	243
16.8.3	Resumo da Execução Financeira da SEDS.....	244
17	Secretaria de Estado da Fazenda	247
17.1	Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE).....	247
17.1.1	Divisão de Análise Técnica Financeira (DATF)	248
17.1.2	Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública (DIRED)	248
17.1.3	Divisão de Controle da Despesa (DIDEP)	249
17.1.4	Divisão de Contabilidade Geral (DICON)	249
17.2	Coordenação da Receita do Estado (CRE).....	250
17.2.1	Inspetoria Geral de Tributação (IGT).....	250
17.2.2	Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA).....	251
17.2.3	Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF).....	251
17.2.4	Assessoria e Gerência da Tecnologia de Informação (AGTI).....	252
17.2.5	Assessoria e Gerência de Recursos Humanos (AGRH).....	252
17.2.6	Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira (AGAF).....	253
17.2.7	Escola de Administração Tributária (ESAT)	253
17.2.8	Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP)	254
17.2.9	Corregedoria (COR).....	254
17.2.10	Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN).....	254
17.2.11	Delegacia de Julgamento (DJ)	254
17.3	Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC)	255
17.3.1	Divisão de Assessoria Econômica	255
17.3.2	Divisão do Fundo de Participação dos Municípios	255
17.3.3	Atividades Correlatas	256
17.4	Coordenação de Orçamento e Programação (COP)	257
17.5	Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF).....	258
17.6	Gestão Financeira e Tributária	259
18	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL	265
18.1	Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC).....	265

18.1.1	Programa Paraná Competitivo	265
18.1.2	Demais Atividades.....	266
18.2	Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) e Coordenadoria de Assuntos do MERCOSUL (CAM).....	268
18.3	Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI).....	269
18.4	Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)	270
18.4.1	Diretoria Executiva	270
18.4.2	Diretoria Técnica	271
18.5	Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR).....	273
18.6	Instituto de Pesos e Medidas (IPEM)	275
18.7	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	276
19	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	281
19.1	Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP).....	281
19.2	Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL)	282
19.2.1	Modal Rodoviário.....	282
19.2.2	Modal Aeroviário.....	283
19.2.3	Programa Caminhos do Desenvolvimento - SUCROALCOOLEIRO	283
19.3	Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO).....	284
19.4	Departamento de Estradas de Rodagem (DER)	286
19.5	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)	288
19.6	Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE).....	290
19.7	Paraná Edificações (PRED)	292
20	Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	295
20.1	Departamento de Execução Penal (DEPEN)	296
20.1.1	Convênios com a Caixa Econômica Federal/Ministério da Justiça para Realização de Obras - Em Execução	296
20.1.2	Oferta Educacional no Sistema Penal do Paraná.....	297
20.1.3	Projeto de Remissão da Pena pelo Estudo Através da Leitura	297
20.1.4	Qualificação Profissional para os Apenados	298
20.1.5	Eventos da Educação Prisional.....	298
20.1.6	Ampliação dos Índices de Inclusão Social por Meio do Estudo e Trabalho.....	298
20.1.7	Ações Importantes que Possibilitam o Aprimoramento da Gestão do Sistema Penal....	299
20.1.8	Gestão de Pessoal	300
20.1.9	Patronato Central do Estado.....	300
20.1.10	Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (COPEN)	301
20.1.11	Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH)	301
20.2	Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR).....	302
20.3	Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC)	304
20.3.1	Promoção da Cidadania	305
20.4	Departamento Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (DEPSD).....	305
20.5	Demonstrativos de Execução Orçamentária 2014.....	306

21 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	309
21.1 Coordenadoria de Resíduos Sólidos (CRES).....	309
21.2 Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas (CBIO).....	310
21.3 Mobilidade.....	311
21.4 Coordenadoria de Mudanças Climáticas (CMC).....	311
21.5 Modernização do Sistema SEMA	312
21.6 Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos (CRHA).....	313
21.7 Coordenadoria de Educação Ambiental e Jardim Botânico (CEA)	313
21.8 Ações da Agenda 21 Paraná.....	313
21.9 Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA).....	313
21.10 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT)	315
21.11 Demais Atividades	315
21.12 Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC)	316
21.12.1 Zoneamento Ecológico Econômico	316
21.12.2 Cartografia	316
21.12.3 Geodésia e Reordenamento Territorial	317
21.13 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)	318
21.13.1 Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR)	319
21.13.2 Diretoria de Gestão de Bacias Hidrográficas	320
21.13.3 Verão Paraná.....	320
21.13.4 Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI).....	321
21.14 Instituto Ambiental do Paraná (IAP).....	321
21.14.1 Diretoria de Restauração e Monitoramento da Biodiversidade (DIREB)	321
21.14.2 Diretoria Administrativo Financeira (DIAFI).....	322
22 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	325
22.1 Coordenação de Modernização Institucional (CMI).....	325
22.2 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA).....	326
22.3 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG).....	327
22.3.1 Projetos e Programas em Desenvolvimento e Negociação.....	327
22.3.2 Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL)	329
22.3.3 Desenvolvimento Regional	330
22.3.4 Resumo dos Projetos Contratados e em Negociação	331
22.4 Coordenação de Parcerias Público-Privadas (CPPP).....	332
22.4.1 Parcerias Público-Privadas (PPPs).....	333
22.4.2 Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas no Paraná (FGP/PR).....	334
22.4.3 Institucionalização das Parcerias Público-Privadas no Paraná.....	334
22.5 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	334
22.5.1 Diretoria do Centro de Pesquisa	335
22.5.2 Diretoria do Centro de Estatística (CEE)	335
22.6 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Paraná Projetos	336
23 Secretaria de Estado da Saúde.....	341

23.1	Ações Estruturantes do Programa Saúde para Todo Paraná	342
24	Secretaria de Estado da Segurança Pública	355
25	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária	373
25.1	Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (DETER)....	373
25.1.1	Programa de Intermediação de Mão de Obra	373
25.1.2	Programa Orientação Profissional do Trabalhador	374
25.1.3	Programa Jovem Aprendiz.....	374
25.1.4	Programa Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado do Trabalho	374
25.1.5	Programa Habilitação ao Seguro Desemprego	374
25.1.6	Programa de Qualificação Social e Profissional	375
25.1.7	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).....	376
25.2	Departamento de Políticas Públicas de Fomento a Economia Solidária, ao Microcrédito e Empreendedorismo (DESME)	376
25.3	Departamento de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN)	377
25.3.1	Divisão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional.....	377
25.3.2	Compra Direta - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	378
25.3.3	Programa Leite das Crianças (PLC)	379
26	Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos.....	383
26.1	Programa Espaço Cidadão - Telecentros.....	383
26.2	Programa de Formação de Gestores para o Terceiro Setor - Modalidade a Distância	384
26.3	Rede 399 - Internet para todos	384
26.4	Mobilização pelos Desaparecidos.....	385
26.5	Programa Paranaense de Energias Renováveis - Iluminando o Futuro	385
26.6	Ações de Desburocratização	385
26.7	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)	386
27	Secretário Especial de Relações com a Comunidade	393
27.1	Mutirão da Cidadania – O Paraná em Ação	393
27.2	Assessoramento às Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Paraná (CRQs)	393

Economia Paranaense

2014

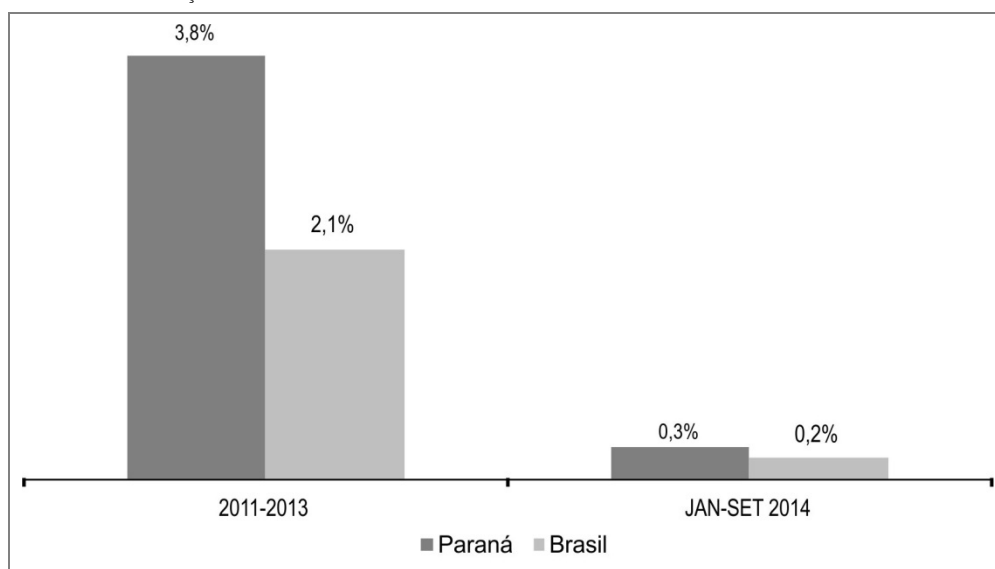


Economia Paranaense: Balanço de 2014

As estatísticas econômicas, levantadas no intervalo de tempo compreendido entre janeiro e outubro de 2014, apontam para uma condição de contágio da crise econômica nacional entre os demais entes da Federação, em especial, os estados. Na verdade, um apanhado das apurações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permite observar o comportamento dos principais indicadores de atividade do Brasil e do Paraná, explicitando essa situação ao longo do período.

Tais indicadores, para o Estado, são sintetizados nas estimativas preliminares do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), que apontam expansão de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná entre janeiro e setembro de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior. No Brasil, a variação foi de 0,2%, segundo cálculos do IBGE. Os resultados evidenciam a reprodução regional da crise vivida pelo País desde 2013 (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO - BRASIL E PARANÁ - 2011-SETEMBRO DE 2014



FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: Estimativa.

Na verdade, depois de três anos consecutivos de crescimento, os vetores de dinamismo da base produtiva local foram afetados pelos elementos de perturbação que acompanham a economia brasileira desde 2011, acrescidos da forte estiagem que prejudicou a produção e a produtividade da agricultura no início do ano.

Entre os fatores de perturbação do ambiente nacional destacam-se as barreiras externas, mais precisamente a drástica redução do ritmo de evolução da economia mundial, e subsequente diminuição dos preços internacionais das *commodities*; e a intensificação da adoção de uma política macroeconômica baseada em forte entrada de poupança externa, para financiar o consumo interno público e privado, em detrimento do investimento.

Os amortecedores parciais do panorama adverso para o aparelho de negócios regional repousam na excelente safra de inverno, puxada pelas lavouras de trigo; na impulsão da avicultura, na elevação do crédito, na maturação dos projetos em mais de R\$ 35 bilhões atraídos, em quase quatro anos, pelo Programa Paraná Competitivo, e no aquecimento do mercado de trabalho.

Aliás, em relação ao setor primário, o avanço nas principais culturas agrícolas de inverno, puxadas pelo trigo (incremento de 106%), e da avicultura, não conseguiu devolver o dinamismo da cadeia do agronegócio, retirado pela quebra da safra de grãos de verão, associada à estiagem, com o recuo de 10,1% e 7,0% na produção do milho e da soja, respectivamente, e o já mencionado encolhimento das cotações internacionais dos produtos alimentares.

O mais preocupante é a manutenção do cenário baixista para o preço dos grãos, já que o fim do ciclo de afrouxamento monetário americano poderá influenciar negativamente nas apostas dos fundos de investimentos nesses mercados, que são considerados de risco, além disso, há excedente de produção nos principais centros produtores do globo.

No caso da soja, o patamar do preço de outubro de 2014 ficou 24,55% e 26,34% abaixo do verificado em outubro e dezembro de 2013, respectivamente. Ao mesmo tempo, os custos subiram e a valorização do dólar não está sendo suficiente para equilibrar as receitas. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o custo de produção total da soja na temporada 2014/2015 ficará em R\$ 2.151,64 por hectare, contra R\$ 2.053,80 por hectare, na safra 2013/2014, com alta de 4,76%.

Já, para o milho, a queda no preço em outubro foi de 20% e 16,89% frente a outubro e dezembro de 2013, respectivamente. O mesmo ritmo de baixa foi registrado em relação à cultura do trigo, com o preço médio regredindo 17,32%, em relação a outubro de 2013, e 25,18% ante dezembro de 2013.

Em relação ao câmbio, a tendência apontada pelo mercado é de um cenário com menos recursos externos entrando no País, reforçando a previsão de desvalorização da moeda nacional em relação à americana. Segundo o Boletim Focus, a mediana das expectativas de mercado aponta para um câmbio de R\$ 2,55 por dólar, no fim de 2014, e R\$ 2,67, no fim de 2015.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2013 E 2014

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		
	2013	2014 ⁽¹⁾	Var. (%)
Milho	17.489.163	15.726.342	-10,1
Soja	15.921.479	14.806.462	-7,0
Trigo	1.875.407	3.869.723	106,3
Feijão	690.836	830.344	20,2
Cevada	181.269	221.436	22,2
Arroz	175.277	153.981	-12,1
Aveia	94.017	140.063	49,0
Triticale	36.435	37.772	3,7
Centeio	1.749	2.713	55,1
TOTAL	36.465.632	35.764.108	-1,9

FONTES: IBGE

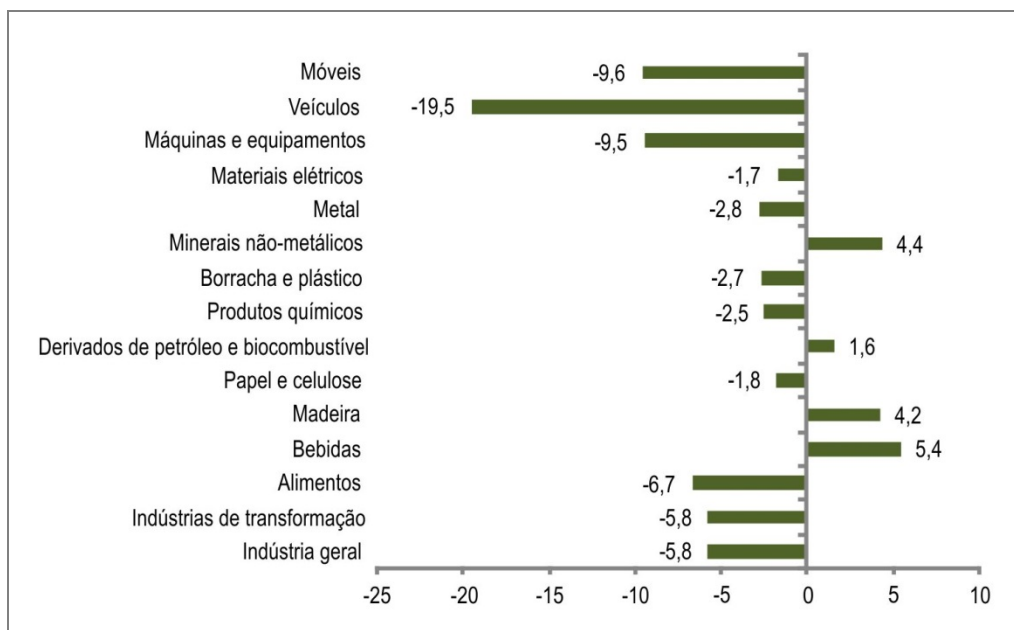
(1) Estimativas de setembro de 2014.

Já o setor manufatureiro experimentou os maiores impactos da regressão da economia brasileira, declinando 5,8%, frente à redução de 2,9% para o País, no acumulado de janeiro a setembro de 2014. O desempenho derivou da contração na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-19,5%), pressionada, especialmente, pela menor produção de automóveis, caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões, veículos para transporte de mercadorias e motores de explosão e combustão interna para veículos automotores; móveis (-9,6%); máquinas e equipamentos (-9,5%), explicados pela redução na fabricação de produtos voltados para a produção agropecuária; e produtos alimentícios (-6,7%), segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Em sentido oposto, os ramos de bebidas (5,4%) e produtos de minerais não metálicos (4,4%) exerceram as contribuições positivas mais importantes sobre o total da indústria paranaense, impulsionados, principalmente, pela maior produção de blocos e tijolos para a construção de cimento ou concreto; e madeira (5%), o que pode ser imputado às obras de infraestrutura realizadas pelo governo do Estado no interior do Paraná (gráfico 2).

A retração da produção de veículos é fruto da queda na confiança do consumidor quanto ao futuro da economia, da restrição de crédito e da crise argentina (país de destino de 75% das exportações brasileiras de veículos).

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - BRASIL E PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2014



FONTE: IBGE

NOTA: Índice acumulado (base: igual período do ano anterior = 100).

Segundo informações da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), entre janeiro e setembro de 2014, foram produzidas 2,677 milhões de unidades, frente a 3,188 milhões no mesmo período de 2013.

Diante da queda das vendas no mercado externo, as exportações caíram 40% neste mesmo período. Especialmente com a retração das encomendas da Argentina, as fábricas

continuam adotando medidas de corte de produção, como os programas de suspensão temporária dos contratos de trabalho, férias e folgas coletivas.

Na verdade, o governo brasileiro optou por acordos com forte viés político-ideológico, impedindo, junto com o governo argentino, a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que assegurava acesso mais facilitado ao maior mercado importador do planeta, o dos Estados Unidos. Ao contrário, deu preferência às amarras do MERCOSUL, que impedem o País de firmar acordos comerciais isoladamente, dificultando acesso aos demais mercados.

Ainda em relação ao desempenho do setor industrial, é notável sua incapacidade em participar de forma ativa da competição global, restando apenas a defesa do mercado interno, estratégia reforçada pelas ações protecionistas da atual gestão federal. Tal opção vai na contramão das grandes cadeias de valor, que são criadas e geridas pelas principais empresas globais, cuja competitividade se dá através da integração e especialização.

De fato, as relações de comércio externo brasileiro refletiram significativamente nos resultados do Estado. Os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) demonstram a regressão do comércio nas atividades de transporte (-36,7%) e materiais elétricos e eletrônicos (-24,7%), entre janeiro e outubro de 2014 (tabela 2).

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2014

PRODUTO	JANEIRO A OUTUBRO DE 2013		JANEIRO A OUTUBRO DE 2014		VAR. (%)
	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	
Complexo soja	5 662 981 349	36,3	5 204 194 037	36,8	-8,1
Complexo carnes	1 986 077 807	12,7	2 152 086 053	15,2	8,4
Material de transporte e componentes	1 852 735 061	11,9	1 172 711 303	8,3	-36,7
Açúcar	963 685 566	6,2	863 500 886	6,1	-10,4
Madeiras e manufaturas de madeira	659 999 443	4,2	731 633 506	5,2	10,9
Produtos químicos	598 116 754	3,8	581 253 755	4,1	-2,8
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	569 258 847	3,6	511 252 349	3,6	-10,2
Cereais	791 050 469	5,1	466 200 440	3,3	-41,1
Papel e celulose	400 706 494	2,6	414 574 854	2,9	3,5
Café	314 872 263	2,0	300 592 210	2,1	-4,5
Calçados e couro	247 858 492	1,6	279 512 531	2,0	12,8
Petróleo e derivados	271 674 704	1,7	251 497 026	1,8	-7,4
Materiais elétricos e eletrônicos	213 122 272	1,4	160 426 632	1,1	-24,7
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	102 526 359	0,7	128 705 881	0,9	25,5
Demais produtos	970 996 819	6,2	913 155 971	6,5	-6,0
TOTAL	15 605 662 699	100,0	14 131 297 434	100,0	-9,4

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

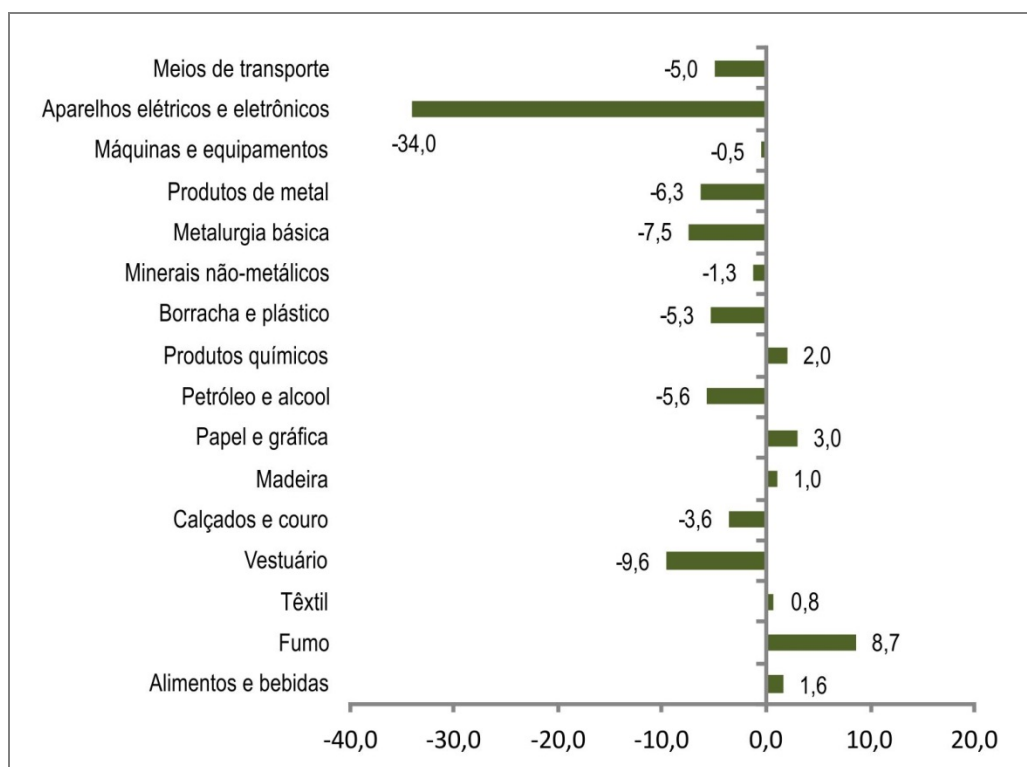
Cabe ressaltar ainda o substancial peso das *commodities* agropecuárias no total comercializado. Os grãos e as carnes representam 36,8% e 15,2%, respectivamente, do valor total, o que indica a forte predominância dos produtos primários nas vendas externas do Estado, entre janeiro e outubro de 2014.

Além do mercado externo, o País vem perdendo espaço no mercado doméstico, devido aos fatores que encarecem a produção local, como sistema tributário oneroso e complexo, escassez e alto custo dos financiamentos de médio e longo prazo, infraestrutura precária e desânimo e desconfiança gerados pela política econômica do governo.

Tais condições já estão afetando o emprego industrial, conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), efetuada pelo IBGE. No acumulado dos nove primeiros meses de 2014, o emprego nas unidades industriais do Paraná caiu 4,2%, com as maiores quedas nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos (-34,0%), vestuário (-9,6%), metalúrgica básica (-7,5%), metal (-6,3%), refino de petróleo e produção de álcool (-5,6%) e borracha e plástico (-5,3%). Cabe lembrar que este cenário demonstra um movimento generalizado de retração do emprego, seja do ponto de vista regional seja do regional, já que o Brasil registrou contração de 2,8% (gráfico 3).

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também do IBGE, corrobora essa tendência nacional de corte de postos de trabalho na indústria, que se manteve em setembro de 2014. O parque industrial das seis principais regiões metropolitanas do País demitiu 59 mil pessoas em apenas um mês. No período de um ano as dispensas já somam 238 mil vagas.

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2014

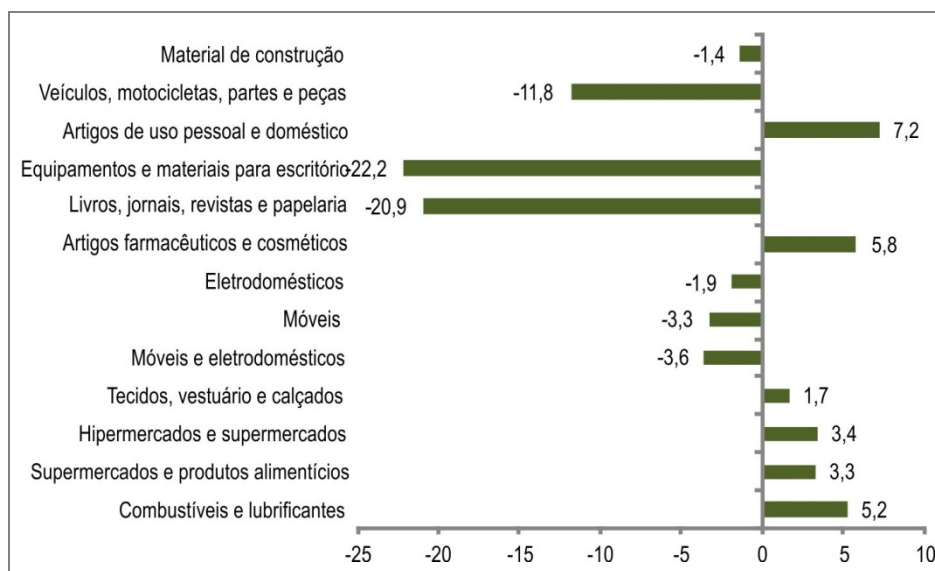


FONTES: IBGE

No que tange ao setor de serviços, pode-se considerar que o seu desempenho influenciou positivamente o comportamento da economia estadual. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), calculada pelo IBGE, a variação da receita nominal de serviços no Paraná e no Brasil foi de 6,6%, no acumulado de janeiro a setembro de 2014, *versus* mesmo período de 2013. As atividades que comandaram o acréscimo no setor foram serviços profissionais, administrativos e complementares, serviços prestados às famílias, serviços de informação e comunicação, e transporte e correio, bastante subordinados ao fluxo de renda proveniente do dinamismo do mercado de trabalho.

No subsetor do comércio, a variação de 2,5% das vendas reais *versus* 2,6% para o Brasil traduz a combinação entre elevação dos juros e interferência da aceleração da inflação no poder aquisitivo dos consumidores, diminuindo a demanda e elevando o endividamento das famílias. Os ramos que mais cresceram no Estado foram artigos farmacêuticos, médicos, de perfumaria e cosméticos (5,8%), combustíveis e lubrificantes (5,2%) e hipermercados e supermercados (3,4%) (gráfico 4).

GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2014

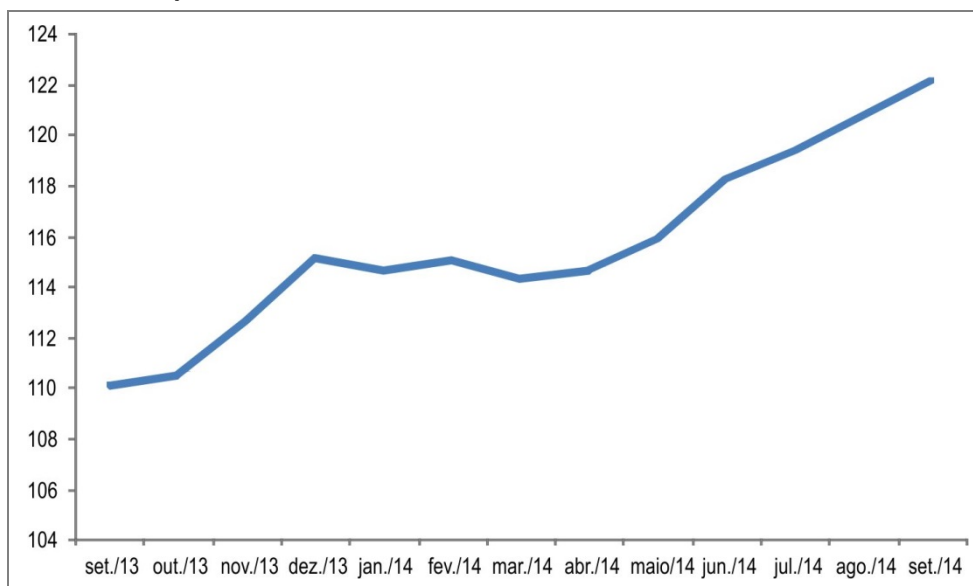


FONTE: IBGE

NOTA: Variação acumulada no ano (base: igual período do ano anterior)

Não menos importantes foram as contribuições do ramo de intermediação financeira para o incremento da renda agregada no Estado do Paraná. Segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), o crescimento real do ramo foi de 8,7% no acumulado do ano terminado em setembro de 2014, em relação ao mesmo período de 2013, contra incremento pouco superior a 5% para o País.

GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO DO QUANTUM DE CRÉDITO TOTAL - PARANÁ – SETEMBRO DE 2013 A SETEMBRO DE 2014



FONTE: Banco Central do Brasil

Finalmente, em relação ao mercado de trabalho, uma das vertentes expansivas regionais, os números são expressivos. Segundo estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criadas 84.720 vagas formais no Paraná até outubro, representando um acréscimo de 3,12% em relação ao estoque de emprego em dezembro de 2013. Cabe destacar que o Estado registrou a terceira geração de emprego formal entre as unidades da Federação, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais, representando 9,3% do total do País.

As estatísticas de emprego apontam que, no ano, os setores que registraram maior crescimento no saldo de empregos foram construção civil (4,49%), serviços (4,49%) e agropecuária (3,13%) (tabela 3).

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2014

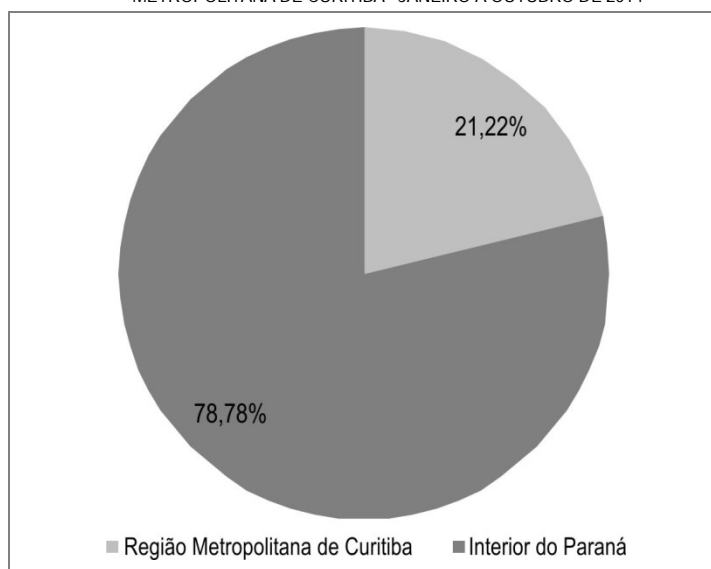
SETOR	EMPREGO FORMAL	
	Saldo	Varição (%)
Extrativa	22	0,33
Indústria de Transformação	12.670	1,77
SIUP	206	0,77
Construção Civil	11.773	7,50
Comércio	11.738	1,81
Serviços	43.936	4,49
Administração Pública	942	1,39
Agropecuária	3.433	3,13
TOTAL	84.720	3,12

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Ademais, no emprego incremental da indústria de transformação há apreciável influência dos empreendimentos estabelecidos no interior do Estado, dedicados principalmente às atividades relacionadas à agroindústria e construção civil.

Não por acaso, os dados do MTE ainda apontam que o interior do Paraná foi responsável pela criação de 78,8% dos empregos formais, nos dez meses de 2014, ante 21,2% da Região Metropolitana de Curitiba, em igual período (gráfico 6).

GRÁFICO 6 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - INTERIOR DO PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - JANEIRO A OUTUBRO DE 2014



FONTE: CAGED

Em síntese, em 2014, as variáveis exógenas, que fogem da alçada dos governos regionais, foram determinantes para os resultados econômicos registrados no Estado do Paraná. Os reflexos das incongruências da orientação macroeconômica do governo federal soçobram a dinâmica do setor industrial, traduzida na desaceleração dos níveis de atividade verificada no País e, conseqüentemente, no Paraná.

01

Casa Civil



1 Casa Civil

O campo de atuação da Casa Civil (CC), de acordo com as Diretrizes do Governo, envolveu atribuições, tarefas e responsabilidades diretas, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível hierárquico da administração pública estadual, típicas de assessoramento político e administrativo de vinculação direta ao Chefe do Poder Executivo; e também tarefas de apoio a unidades e órgãos desprovidos, ou providos apenas parcialmente, de estrutura própria, entre eles o Secretário Especial de Relações com a Comunidade, a Secretária Especial para Assuntos Estratégicos, a Chefia de Gabinete do Governador e o Escritório de Representação do Governo.

Com a sanção da Lei Estadual nº 18.106 de 04 de junho de 2014, que incorporou a Secretaria de Estado de Governo (SEEG) à Casa Civil, e do Decreto Estadual nº 11.551 de 03 de julho de 2014, que transferiu os saldos orçamentários da SEEG para a Casa Civil, as atividades da extinta SEEG estão aqui contempladas.

1.1 Gabinete do Chefe da Casa Civil

A atuação do Gabinete do Chefe da Casa Civil envolveu o planejamento, a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a prestação de assistência direta e imediata ao Governador; o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo, bem como, o relacionamento com as lideranças políticas do Governo; o atendimento a Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Partidos e de Câmaras Municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral.

1.2 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ)

- Realização de 70 visitas técnicas aos municípios com apresentação dos programas desenvolvidos pelo Estado; divulgação da Assessoria e debate visando à implantação das Políticas Públicas de Juventude (PPJ) com os prefeitos.
- Audiências públicas - realizadas nos municípios de Araucária (29/04) e Londrina (29/05), atingiram diretamente mais de 700 jovens e envolveram representantes de instituições que trabalham com jovens, grêmios estudantis, universitários e igrejas de oito municípios. Os jovens tiveram a oportunidade de se expressar, participar, promover, reivindicar, colaborar como protagonistas na elaboração e discussão de políticas públicas em busca da tradução dos direitos básicos, enquanto jovens cidadãos paranaenses.

- Projeto Jovens Lideranças – tem por objetivo despertar nos estudantes do ensino médio das instituições da rede estadual de ensino a importância do protagonismo juvenil, bem como informar sobre as temáticas que fazem parte do seu cotidiano (educação, segurança, empreendedorismo, esporte, sexualidade, política, cultura e saúde) por meio de palestras e ações nas escolas. Foram realizados encontros nos municípios de Ibaiti, Teixeira Soares e Toledo, envolvendo cerca de 2.000 jovens de 120 Escolas Estaduais.
- Manutenção dos canais nas redes sociais - foco nas principais plataformas em que os jovens buscam informação, para agregá-los e difundir os dados sobre as atividades da AEJ e os programas do Governo. O principal canal de comunicação é o Território da Juventude (www.juventude.pr.gov.br), um grande portal na internet que agrega todos os programas do Governo voltados para os jovens, além de concentrar *links* para a central de estágios, eventos, redes sociais, cursos e reportagens voltadas exclusivamente para essa faixa etária, tendo recebido até novembro mais de 25.000 visitantes.
- Comitê Intergestor de Políticas Públicas de Juventude - formado por Secretarias Estaduais que atuam com projetos e programas afins, buscando um trabalho intersetorial para o desenvolvimento de uma política pública para o jovem de 15 a 29 anos. Constituição de Grupo de Trabalho (GT) para elaborar a minuta de Lei de criação do Conselho Estadual de Juventude, juntamente com a sociedade civil organizada. Dentre as 70 entidades inscritas, 14 foram eleitas ocupando as vagas disponíveis no GT. O trabalho, realizado no primeiro semestre, encontra-se tramitando no Governo para posterior envio à Assembleia Legislativa.
- Realizadas importantes parcerias como a firmada com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), para viabilizar a construção de 10 Territórios da Juventude.
- Em ação conjunta com a Fomento Paraná, trabalhou para a criação de uma linha de crédito específica para o público jovem, com a finalidade de estimular o empreendedorismo, a geração de renda e a criação de empregos.

1.3 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários

- Mediação de conflitos e reforma agrária: a) programa Paz no Campo - trata a reforma agrária como questão social, buscando soluções pacíficas para os conflitos fundiários; b) parceria com a Secretaria de Estado da Educação para levar educação às escolas no campo, visando atender aos assentamentos e acampamentos; c) parceria com a Secretaria de Estado da Saúde para construir postos de saúde no campo, promover a discussão da saúde e prevenir doenças nos acampamentos; d) parceria com a Secretaria de Estado da Cultura para a realização de festivais junto aos movimentos sociais na capital, incentivando a participação dos acampamentos nos eventos; e) promoção com a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo da realização dos Jogos

da Reforma Agrária; f) incentivo junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento na produção agrícola nos acampamentos.

- Questão indígena - discussão junto às etnias Guarani, Kaingang e Xetá, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sobre a questão fundiária no Paraná, e também os processos de demarcação que sejam de bom senso e de comum acordo com as regiões e vizinhos, para evitar atritos desnecessários; trabalho junto aos Povos, OSCIPs e ONGS, buscando formar uma Política Indígena no Estado, em que se debata sobre educação, saúde, cultura, esporte e produção agrícola.
- Questão quilombola - trabalho junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para resgatar com segurança e pacificamente os quilombos no Estado.
- Questão dos sem-teto - parceria com a Polícia Militar, Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e municípios na busca de soluções para as famílias.

1.4 Diretoria Geral

Realizou as atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações foco da atuação da Casa Civil. Manteve constante contato, principalmente com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), da Fazenda (SEFA), do Planejamento e Coordenação-Geral (SEPL) e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do Governo e às atribuições da Casa Civil.

Participou das reuniões do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado, instituído pelo Decreto nº 7.599, de 18 de março de 2013, para apoio administrativo ao Chefe da Casa Civil.

Promoveu o desenvolvimento funcional de seus subordinados e fiscalizou o pleno funcionamento das dependências da Casa Civil, de modo a realizar a efetiva integração com os objetivos do Governo do Estado; representou do Chefe da Casa Civil nas suas ausências, assim como coordenou todas as atividades inerentes a Governadoria. Por fim, supervisionou os despachos preparados pelo Núcleo Jurídico da Administração (NJA/CC) e submetidos ao Chefe da Casa Civil e ao Governador do Estado.

1.5 Núcleo Jurídico da Administração (NJA)

Prestou o assessoramento jurídico, objetivando subsidiar decisões governamentais mediante exame, instrução e emissão de pareceres em processos submetidos à apreciação do Chefe do Poder Executivo e os de competência dos Chefes da Casa Civil, Casa Militar, Secretários Especiais, Conselho de Gestão e a Vice-Governadoria. Realizou a análise de 9.000 manifestações técnicas entre despachos, informações técnicas, minutas de ofício e ofício da chefia, anteprojetos de lei, minutas de Decreto, extratos de publicação de contratos e convênios, justificativas e minutas de mensagens legislativas.

1.6 Núcleo de Informática e Informações (NII)

Promoveu a manutenção da estrutura de informática por meio das seguintes ações:

- Instalação de equipamentos e configuração da rede local, permitindo o bom funcionamento das estações de trabalho.
- Administração do suporte aos usuários na utilização de software básico, sistemas, acesso à rede, internet, correio eletrônico e outros recursos multimídia.
- Administração e atualização do Sistema de Cadastro de Autoridades (CAU).
- Implantação, operacionalização, otimização e disponibilização de ferramentas de consulta GEO e BI, no Sistema de Gestão Governamental (G-GOV), como suporte à Agenda do Governador e do *Briefing*, em conjunto com os Órgãos da Administração Estadual.
- Ajustes operacionais no sistema de Controle de Processos (GCC), *workflow* diminuindo o número de trâmites e implantando controles com recursos gráficos de BI, determinando o tempo de permanência e volume de processos tratados por área.
- Administração dos servidores de arquivos da rede local, *windows server*, e servidores virtuais hospedados no datacenter da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).
- Integração do sistema G-GOV com o sistema SIGAME, visando contribuir com informações gerenciais ao sistema de Acompanhamento do Plano de Metas (SAPM), diminuindo a redundância de dados nos órgãos alimentadores.
- Análise, encaminhamento e resposta aos pleitos endereçados à Casa Civil, SEEG, Controle Interno e Controladoria Geral, consolidando o Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias (SIGO) como sistema de ouvidoria geral e controle de solicitações.
- Manutenção e adequação dos sites da Casa Civil, da SEEG e outros, atendendo às características especificadas pela Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS) e Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).
- Manutenção da rede *wireless* da Governadoria.
- Atualização do Sistema de Apoio Político (SIAP) com os resultados da eleição 2014, com geração de mapas temáticos, apoiando as atividades da Agenda do Governador e do Subchefe da Casa Civil.
- Análise, encaminhamento e resposta aos pleitos endereçados ao Chefe da Casa Civil via e-mail - Fale Conosco Casa Civil.
- Desenvolvimento do Gerador de Atos (SGAO) para a formatação de Decretos, Leis, Portarias e Resoluções de modo simplificado. Contempla em seu escopo de desenvolvimento a integração com outros sistemas (e-Org da SEPL e o Meta4 da SEAP).
- Promoveu a integração do G-GOV com o Sistema SIT do TCE/PR, buscando informações relevantes ao Executivo e seus componentes, evitando o retrabalho e possibilitando a visualização de conteúdo.

1.7 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE)

Prestou assessoramento ao Governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil, à Diretoria Geral, à Diretoria Administrativa Financeira e às demais unidades da Casa Civil, na preparação das matérias que necessitaram de formalização documental.

Atendeu, também, outros órgãos ligados diretamente ao Palácio Iguazu, tais como, o Gabinete do Vice-Governador e a Assessoria Especial do Governador. Foram igualmente atendidos a Coordenadoria do Cerimonial e Relações Internacionais, o NII, a Coordenadoria Técnico Legislativa, a Coordenadoria de Assuntos Políticos, os Grupos Administrativos, de Recursos Humanos e Orçamentário Setorial, e, esporadicamente, outros setores.

Expedientes circulares da Chefia do Poder Executivo foram enviados aos Secretários de Estado, aos titulares dos órgãos vinculados do Poder Executivo, parlamentares, e outras lideranças nacionais e internacionais. Tramitaram pelo CEE todas as solenidades e eventos realizados no âmbito da Governadoria.

Foram elaborados e encaminhados 173.433 expedientes, entre ofícios, cartas, telegramas, fax, e-mails, cartões e mensagens, bem como efetuados seu registro e guarda.

1.8 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA)

Manteve atualizado o controle dos cargos de provimento em comissão de todas as Secretarias de Estado e suas vinculadas, assim como o controle de legislação (Leis e Decretos) de cada órgão, inclusive dos Conselhos para consultas e informações. Manteve atualizado o Sistema de Legislação do Estado, bem como promoveu a lavratura de 2.957 decretos, 30 resoluções, 05 circulares e a devolução ao órgão de origem de aproximadamente 300 processos protocolados que continham propostas de decreto de nomeações e/ou exonerações.

1.9 Centro de Apoio Operacional (CAO)

Promoveu a entrada de documentos oriundos das Secretarias de Estado, suas autarquias e vinculadas, e demais documentos endereçados ao Governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil e aos assessores do Governador, que são direcionados às unidades responsáveis para atender as solicitações, bem como, após as finalizações, foram devolvidos para serem remetidos às suas origens ou encaminhados aos destinos solicitados.

1.10 Núcleo de Controle Interno (NCI)

As principais ações de Controle Interno foram desenvolvidas, tendo como norteador o Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC), utilizado pelos Agentes de Controle designados, com o objetivo principal de avaliar o Sistema de Controle Interno e propiciar a avaliação da Gestão do Estado, por meio de quesitos indexados por área (administração, planejamento, recursos

humanos, financeira e acompanhamento de gestão), subárea (adiantamento, administração de materiais e bens, deslocamento de servidores, acompanhamento de metas, etc.) e objeto (obras, bens móveis, bens imóveis, licitações, etc.).

A Controladoria do Estado enviou um total de 04 formulários contemplando os mais diversos objetos, promovendo o diagnóstico e avaliação dos controles utilizados e o Órgão encaminhou à Controladoria medidas implementadas e a implementar, visando o saneamento das desconformidades.

Além da apuração das respostas aos quesitos apresentados, referentes aos temas citados, o NCI atuou de forma preventiva por meio de análises, diagnósticos, recomendações e orientações, salientando que os questionários recebidos da Controladoria, serviriam também como base para o levantamento das dificuldades e fragilidades encontradas, propiciando apontar sugestões e recomendações.

Promoveu a interação com outros órgãos governamentais a fim de conhecer procedimentos eficazes que poderão ser implantados na Casa Civil e participação presencial nos processos licitatórios, observando e, posteriormente, recomendando correções de apontamentos detectados.

Participou de reuniões com os demais Órgãos da Governadoria, visando solucionar pendências, tais como: instalação de extintores de incêndio, estudo de viabilidade da implantação da CIPA, entre outros, e a elaboração de relatório para prestação de contas anual ao Tribunal de Contas.

Atuou como Presidente da Câmara Temática de Transparência da Copa 2014; auxiliou a equipe da Controladoria Geral da União (CGU) na atualização do *site* do Ministério dos Esportes; elaborou o Caderno de Legados da Copa 2014.

1.11 Diretoria Administrativa Financeira

Criada pela Lei Estadual nº 18.106, de 04 de junho de 2014, manteve-se em constante contato principalmente com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Fazenda (SEFA), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes de governo.

No âmbito interno, desenvolveu as seguintes atividades:

- Coordenação técnica e administrativa das unidades que compõem a Casa Civil.
- Promoção da administração geral do Órgão, em estreita observância aos dispositivos legais e normativos da administração pública.
- Ordenação de despesas e demais documentos correlatos, a manutenção do Palácio Iguazu e das residências oficiais.
- Elaboração de minutas e análises, bem como o controle e encaminhamento dos documentos submetidos ao Chefe da Casa Civil e ao Governador do Estado.
- Acompanhamento dos processos de nomeação de pessoal do Estado e também das demandas apresentadas por diversos órgãos.

1.12 Grupo Orçamentário Setorial (GOS)

Responsável pelas economias mistas - SANEPAR, COPEL, COHAPAR, CELEPAR, pelas Secretarias Especiais e Escritório de Representação do Governo em matéria de cunho orçamentário e de planejamento. Em 2014, executou as seguintes ações:

- Migração dos saldos dos recursos orçamentários da SEEG para a CC, adaptando os recursos ao executado no primeiro e segundo trimestre, em atendimento a Lei Estadual nº 18.106 de 04 de junho de 2014 e Decreto nº 11.551 de 03 de julho de 2014.
- Elaboração de estudos e pareceres sobre questões técnicas da administração direta e indireta, no tocante ao planejamento e orçamento.
- Orientações às unidades de execução da Casa Civil, Escritório de Brasília e Secretários Especiais.
- Elaboração de cerca de 250 informações técnicas solicitadas pela Direção Geral e Administrativa Financeira da Casa Civil, SEFA e SEPL; de 145 declarações de adequação da despesa e regularidade do pedido; e de 450 processos de alterações orçamentárias para ajuste de contas e suplementações de recursos da SEEG, Casa Civil e suas vinculadas e Escritório de Representação do Governo.
- Coordenação e orientação técnica no tocante à elaboração da Proposta Orçamentária Anual 2015 da Casa Civil e suas vinculadas, do Escritório de Representação do Governo e dos Secretários Especiais.
- Acompanhou e atualizou os planos e programas sob a ótica orçamentária e programática das unidades da Casa Civil.
- Divulgação sistemática das informações técnicas geradas pelo Sistema Estadual de Planejamento.
- Coleta e preparo das informações necessárias à atualização do sistema SIGAME da SEPL, que acompanha a execução orçamentária da LOA e do PPA 2012 a 2015; elaboração de planilhas de acompanhamento para subsidiar a conclusão do BI do órgão, entre outras atividades correlatas.

1.13 Grupo Administrativo Setorial (GAS)

Administração dos serviços necessários ao funcionamento da Casa Civil, e dos Secretários Especiais, diretamente ou por meio da interveniência de empresas prestadoras de serviços, privilegiando todas as questões administrativas.

No Gerenciamento do Sistema de Almoxarifado (GMS) foram catalogados 296 itens em estoque, promovendo também o controle de entrada e de saída de materiais.

Na administração patrimonial com atividades de levantamento, colocação de placas de patrimônio, conferência dos bens móveis e manutenção/alimentação do sistema AAB, para o registro de todos os bens móveis do Palácio Iguazu e residências oficiais, e ainda o registro de 224 itens catalogados do acervo de obras e objetos.

A administração do Protocolo Geral promoveu a tramitação de um total aproximado de 69.000 documentos tramitados.

A Comissão Permanente de Licitação formalizou a elaboração de 13 editais para procedimentos licitatórios (sete convites e seis pregões presenciais) e elaborou 26 contratos firmados e publicados, 16 termos aditivos, e o controle de contratos cujos objetos em sua maioria são de prestação de serviços e fornecimento de bens.

O GAS promoveu, ainda, o controle de telefonia fixa, e móvel; a manutenção dos veículos; conferência dos valores solicitados pelos viajantes à Central de Viagem; redundando em 1.245 pedidos de empenhos.

1.14 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

Promoveu a integração funcional entre a SEAP e outros órgãos com a Casa Civil, nas questões que envolvem a administração de pessoal, além da orientação sobre gestão de pessoal para as entidades vinculadas e outros órgãos do Estado (gestão do programa de cursos oferecidos pela Escola de Governo para os servidores da Casa Civil).

Além disso, desenvolveu as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de relatórios gerenciais da área de RH para controle interno; desenvolvimento e ampliação do controle de pessoal para atender a demanda do Tribunal de Contas.
- Elaboração de proposta para a contratação por meio de concurso público de novos servidores.
- Atuou na criação da estrutura da Casa Civil no sistema Meta4.
- Orientação e montagem dos processos de abono permanência, aposentadoria, disposições funcionais, processos de licença especial, promoções e progressões.
- Elaboração de informações para instruir processos judiciais; e participação na comissão de processos de sindicância.
- Auditoria permanente dos dados funcionais e financeiros dos servidores da Casa Civil e estagiários.
- Participação em treinamento do novo sistema de gestão - Meta 4.
- Manutenção: das GFIPs; do controle de pensões a serem pagas por funcionários ativos; dos sistema de controle de pessoal, com relação a pagamentos, registros funcionais, movimentação, nomeações e exonerações, férias e licenças.
- Orientação, pesquisa e expedição de declarações e planilhas de desconto previdenciário para ex-servidores que exerceram cargo em comissão, a fim de comprovar tempo de serviço prestado ao Estado junto ao INSS.

1.15 Grupo Financeiro Setorial (GFS)

Na promoção da perfeita integração entre a SEFA e a Coordenação de Orçamento e Programação (COP), a SEEG e a Casa Civil, o GFS desenvolveu as seguintes atividades:

- Gerenciamento dos recursos financeiros, pela execução orçamentária por meio de processos de empenho no montante de 670 empenhos, 810 liquidações.
- Central de viagens - realizadas 665 viagens com prestação de contas auditadas pelo Setor Financeiro e pelo Tribunal de Contas.
- Elaboração e execução dos Balancetes Mensais das Secretarias, promovendo os assentamentos, escriturações e registros contábeis e financeiros para o efetivo controle dos atos contábeis de acordo com a Lei nº 4.320/64, além do atendimento às demandas solicitadas pela Inspeção Interna do Tribunal de Contas.
- Realizou acerto de contas em geral, executando medidas e providências de controle interno, promovendo auditoria econômica e financeira das Secretarias e levantamentos, análise sistemática dos custos operacionais, bem como a orientação técnica e administrativa aos grupos auxiliares.

1.16 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)

Planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo na organização de recepções, eventos e festividades. Cabe destacar na atuação da Coordenadoria as seguintes atividades realizadas:

- Apoio ao Governador e a Embaixadores de países estrangeiros em visita oficial ao Estado: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argelina Democrática e Popular, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Comunidade da Austrália, Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária dos Estados Unidos da América, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Coreia e Delegação de Empresários, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Islâmica do Irã, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Nigéria, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Espanha, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino Unido, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Ucrânia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino da Tailândia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Islândia junto ao Brasil (residente nos EUA), e Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Francesa.
- Apoio a outras autoridades estrangeiras e brasileiras em visita ao Estado: Cônsul-Geral da Espanha em São Paulo e Comitiva, Delegação Empresarial da CAP-BRÉSIL – República Francesa, Delegação da República Popular da China, Cônsul da República de Angola em São Paulo e Comitiva, Diretor Nacional de Pesquisa do Ministério de Agricultura e Pesca do Timor Leste e Comitiva, Delegação do Grupo General

Mediterranean Holding – GMH, Delegação da GREAT WALL MOTOR – GWM, Cônsul Geral do Japão em Curitiba e Comitiva, Delegação da Bielorrússia da MTZ BIELARUS e Comitiva, Reitores de Universidades da República do Paraguai, Cônsul Geral do Estado de Israel em São Paulo e Comitiva, Delegação Empresarial da Hankook Tire – Coreia, Ministro de Negócios Estrangeiros da República da Islândia e Comitiva, Prefeito Eleito da Cidade de Cusco – República do Peru e Comitiva, Cônsul Geral da República do Peru no Rio de Janeiro e Comitiva, Secretário de Turismo e Comércio Exterior da Região do Vêneto da República Italiana e Comitiva.

- Apoio ao Governador do Estado nas viagens realizadas a municípios do Estado.
- Apoio a 114 eventos que contaram com a presença do Governador, realizados na Capital com lideranças políticas, e apoio a 228 eventos diversos.

1.17 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL)

Realizou dentro de sua área de competência o exame, a informação e a instrução de expedientes oriundos da Assembleia Legislativa; promoveu a análise e o preparo de projetos de lei e a elaboração das respectivas leis; o encaminhamento de expedientes entre escritórios, informações e pareceres à Assembleia Legislativa, publicações no Diário Oficial, entre outras atividades correlatas.

1.18 Coordenadoria de Gerenciamento dos Contratos de Gestão

Em 2014, foi mantida a metodologia de acompanhamento dos contratos de gestão, assinados pelos Secretários de Estado e pelo Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) com o Governador do Estado, desenvolvida em 2013.

Foram contratados 67 projetos (alguns com previsão de conclusão em 2015), que possuem 303 metas a serem atingidas. Dos 67 projetos acompanhados, 12 são da área de Desenvolvimento Econômico, 21 da área de Desenvolvimento Social, 10 da área do Direito e da Cidadania, 21 da Área da Gestão do Território e 03 da Área de Gestão e Planejamento. Além disso, foram reprogramados para acompanhamento mais 19 projetos com metas de 2013.

Assim, os projetos foram divididos em metas quantificadas a serem atingidas. Cada uma foi subdividida em etapas e para cada uma das etapas que compõem a meta foram estabelecidas quantidades a serem alcançadas e datas para a sua realização. Os projetos e metas estão sendo acompanhados por meio de sistema informatizado de acompanhamento dos contratos de gestão desenvolvido pela CELEPAR.

Com base nos dados alimentados no sistema, a CELEPAR desenvolveu o *Business Intelligence* (BI), que permite o acompanhamento individual, com a verificação dos percentuais que cada projeto alcançou e, por meio de uma convenção de cores, a posição destes em relação a uma tabela de desempenho (superou o previsto, adequado, atraso menor que 30,0%, atraso entre 30,0% e 70,0% e atraso superior a 70,0%).

A situação de execução dos 67 projetos contratados em 2014 é a seguinte: a) Desempenho adequado (com atraso de até 30,0%) = 65,7%; b) Atraso entre 30,0% e 70,0% = 17,9%; c) Atraso superior à 70,0% = 16,4%.

Em relação aos 19 projetos contratados em 2013 com metas de 2014, a situação de execução é: a) Desempenho adequado (com atraso de até 30,0%) = 63,2%; b) Atraso entre 30,0% e 70,0% = 10,5%; c) Atraso superior à 70,0% = 26,3%.

1.19 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)

Tem como objetivo estreitar o relacionamento do Governo do Estado com as Câmaras Municipais, o Poder Legislativo Estadual e com entidades de representação da sociedade civil organizada.

Promoveu as seguintes ações:

- Atendimento às solicitações dos Outros Poderes e segmentos da sociedade, nas mais abrangentes áreas, em conjunto com a Chefia de Gabinete da Casa Civil.
- Relacionamento do Governo do Estado com as lideranças políticas e outras esferas de Poder.
- Acompanhamento dos eventos e fatos políticos de interesse do Estado.
- Contatos para reforço de convites a Prefeitos, Deputados, Vereadores e demais lideranças.
- Acompanhamento e articulação da agenda política do Governador, Vice-Governador, Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social e da Casa Civil.
- Coleta e manutenção de informações dos sistemas de cunho político, de uso exclusivo do Governador, com o apoio do NII, além da articulação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, responsáveis pelos dados.
- Manutenção e prestação de informações relativas ao acompanhamento das reivindicações junto ao Governador.
- Coordenação, em consonância com a Casa Militar e a Coordenadoria do Cerimonial, das atividades afetas às viagens do Governador.
- Orientação às entidades assistenciais paranaenses que reivindicaram auxílios ou subvenções sociais ao Governador.
- Orientação e encaminhamento de solicitações às diversas Secretarias de Estado e entidades vinculadas.
- Apoio e atendimento às prefeituras e câmaras municipais, como também o acompanhamento nas demais Secretarias.
- Atendimento médio diário em torno de 30 pessoas, perfazendo um total de 600 pessoas/mês.
- Acompanhamento dos processos das Emendas do Legislativo.
- Acompanhamento e assessoramento junto às Secretarias de Estado e vinculadas de Projetos de Descentralizações Regionais.

- Agenda Integrada e Sistema de Informação.
- Indicação de representantes do Governo em eventos que o Governador não pôde comparecer.
- Acompanhamento das coordenadorias e núcleos regionais; e do Plano de Apoio aos municípios coordenado pela Casa Civil e desenvolvimento de materiais gráficos (mapas, planilhas, relatórios) para subsidiar a análise política.

1.20 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR)

A AGEPAR, em cumprimento à Lei Complementar nº 94/2002 promoveu as seguintes ações e Resoluções:

- Estudos técnicos sobre novas tecnologias, sobre resoluções de outras Agências/Órgãos Públicos tais como Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), no sentido de aperfeiçoar e agregar mais conhecimento às necessidades e atribuições.
- Estudos e diagnósticos, de forma continuada, sobre os contratos de concessões do Paraná e de outros contratos vigentes no país. Incluindo os estudos sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs), entre elas a da PR-323, recentemente lançada no Estado do Paraná.
- Reuniões de trabalho e/ou de esclarecimentos entre concessionárias e poder concedente, Tribunal de Contas, Ministério Público do Estado do Paraná e Federal, e com outras Agências Reguladoras do País.
- Recebimento e despacho sobre processos encaminhados à AGEPAR.
- Trabalho permanente de Ouvidoria.
- Reuniões de trabalho com Procuradoria Geral do Estado do Paraná (PGE), SEPL, SEAP e SEFA preparando a proposta de alteração da Lei Complementar nº 94/2002 e elaboração da Lei de Cargos e Carreira da AGEPAR.
- Resolução nº 01/14 - deliberação acerca do protocolo nº 9.270.755-5, que trata da análise do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 072/97 (contorno de Mandaguari), firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Rodovias Integradas do Paraná S.A. (VIAPAR), de 15/01/2014.
- Resolução nº 02/14 - aprovação da minuta de edital e anexos, referente ao procedimento licitatório, na modalidade concorrência, para Concessão Patrocinada do Corredor da PR-323, por meio de PPP, de 17/01/2014.
- Resolução Homologatória nº 01/14 - revisão tarifária do contrato de concessão da Travessia de Guaratuba, de 26/02/2014.

- Resolução nº 03/14 - prorrogação do prazo a que se refere a Resolução nº 008/2013, de 27/08/2013 (dispõe sobre o sistema de monitoramento de tráfego em serviços delegados de infraestrutura do Estado do Paraná), de 13/03/2014.
- Resolução nº 04/14 - prorrogação do prazo a que se refere a Resolução nº 014/2013, de 19/11/2013 (regulamenta procedimentos a serem adotados em alterações dos contratos de concessão firmados com entes regulados), de 26/03/2014.
- Resolução Homologatória nº 02 - revisão tarifária das linhas não integradas do sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, de 08/05/2014.
- Resolução Homologatória nº 03/14 - reajuste tarifário do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, de 20/05/2014.
- Resolução Homologatória nº 04/14 - reajuste tarifário dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros de característica metropolitana do interior do Estado do Paraná, de 20/05/2014.
- Resolução nº 05/14 - discussão e deliberação de resolução que dispõe sobre a padronização, ampliação e operação do sistema automático de arrecadação de pedágio nas rodovias reguladas pela AGEPAR, de 01/08/2014.
- Celebração do Termo de Cooperação Técnica entre a AGEPAR e a ARTESP, 19/09/2014.

1.21 Agência Paraná de Desenvolvimento (APD)

Até novembro foram atendidas 264 empresas nacionais e internacionais, com possibilidade de investimento em torno de R\$ 4,7 bilhões. Importante notar que o processo de tomada de decisão de investimento por parte das empresas é de médio a longo prazo, então há empresas atendidas que ainda não terminaram seu processo de investigação e decisão pelo local de implantação. Essas empresas representam os principais setores e suas cadeias: automotivo, metalomecânico, químico, serviços, alimentos e bebidas, comunicações, papel, moveleiro, médico-farmacêutico, petróleo e gás, construção civil, tecnologia da informação e comunicação, minerais não metálicos, biotecnologia, borracha, têxtil e aeroespacial.

Efetivamente, os investimentos listados a seguir foram confirmados no Estado do Paraná por meio da solicitação dos benefícios do Programa Paraná Competitivo, que encontram-se em trâmite na SEFA, no valor de R\$ 2,5 bilhões:

	EMPRESA	ATIVIDADE/SETOR	PC OU REGIME ESPECIAL	PREVISÃO APROX. DE INVESTIMENTO (R\$)	NÚMERO DO PROTOCOLO	DATA DO PROTOCOLO
1	RPM Industries	Automotivo	PC	2,0 milhões	12.126.181-2	28/08/2013
2	O Boticário	Cosméticos	PC	2,0 milhões	12.126.019-0	23/08/2013
3	Harris	Comunicações	RE	12,2 milhões	13.162.909-5	17/04/2014
4	Ecogames	TIC	RE	1,7 milhão	13.131.488-4	25/03/2014
5	Tyson Foods	Alimentos & bebidas	PC	8,0 milhões	13.071.734-9	31/01/2014
6	Metalkraft	Automotivo	PC	29,6 milhões	13.161.983-9	16/04/2014
7	Mili	Papéis	PC	150,0 milhões	13.093.597-4	
8	Dalpare	Reciclagens metálicas	PC	2,7 milhões	13.173.661-4	29/04/2014
9	Schattdecor	Moveleiro / químico (impressões em madeira)	PC	100,0 milhões	13.161.937-5	16/04/2014
10	Tirol	Laticínios	PC	215,0 milhões		
11	Tundra	Agroindustrial	PC	10,6 milhões		
12	GloriaMed Brasil	Saúde	PC e RE	1,5 milhão	13.114.727-9	11/03/2014
13	All tech	Química	PC	25,0 milhões	13.204.375-2	23/05/2014
14	Neomex	Equipamentos médicos	PC	15,3 milhões	13.174.330-0	29/04/2014
15	Bionovis	Fármacos	PC	500,0 milhões	13.173.679-7	29/04/2014
16	FT Sistemas, Serviços e Aerolevantamentos (Flight tech)	Indústria aeronáutica e de defesa	PC	90,0 milhões	13.179.568-8	05/05/2014
17	Interprint	Papéis decorativos	PC	90,0 milhões	13.179.578-5	05/05/2014
18	GEO Elétrica Tamboara Bioenergia SPE	Reciclagem de resíduos (álcool e açúcar)	PC	60,0 milhões	13.256.828-6	10/07/2014
19	Seara	Alimentos - abatedouro de aves	PC	24,0 milhões	13.271.377-4	22/07/2014
20	Atto	Montadora de veículos elétricos	PC	380,0 milhões	13.253.843-3	08/07/2014
21	Incepa	Cerâmica	PC	57,3 milhões	13.281.629-8	30/07/2014
22	Mondelez	Alimentos e Bebidas	PC	200,0 milhões	13.294.211-0	07/08/2014
23	Novozymes	Químico / biotecnologia	PC	460,7 milhões	13.297.979-0	12/08/2014
24	GSS Global Steering	Automotivo	PC	13,6 milhões	13.313.518-9	25/08/2014
25	Guararapes	Madeireiro	PC	27,5 milhões	13.407.614-3	12/11/2014
26	Sudati	Madeireiro	PC	8,6 milhões	13.407.626-7	12/11/2014
27	Vila Nova	Energia	PC	60,0 milhões		

Acrescente-se a empresa Great Wall (montadora chinesa de SUVs) que se encontra em fase de prospecção avançada. Foi apresentada a ela uma proposta de valor, com benefícios e incentivos. Aguarda-se a tomada de decisão quanto à instalação ou não no Estado, com investimento de cerca de R\$ 1,0 bilhão.

Até dezembro, a projeção é de serem registrados na SEFA mais 08 protocolos. Todas as informações sobre empresas, investimentos e relatórios produzidos pela APD são confidenciais.

O banco de dados foi estruturado internamente pela Diretoria Técnica e é utilizado para responder às demandas das empresas nacionais e internacionais com indicação de novos investimentos. De acordo com as solicitações das empresas atendidas, é realizada uma busca customizada de informações no banco de dados e criado um relatório específico para tal empresa.

A organização dos contatos feitos na prospecção e atendimento de novos investimentos é estruturada em um banco de dados de uso interno, que permite manter registro de todas as empresas e do andamento da possibilidade de investimento, desde seu início.

Dentre os setores produtivos prioritários do Estado do Paraná, dois em especial foram trabalhados: o automotivo e o de tecnologia da informação e comunicação. No setor automotivo, foi desenvolvido um Programa de Fortalecimento da Cadeia Automotiva no Paraná, em que foram contatados os principais atores do setor no Estado (em geral, montadoras e grandes fornecedores) para investigar que elos da cadeia necessitam de incremento dentro do Paraná. Foram visitadas as seguintes empresas referência do setor: Volvo, Renault, Caterpillar, DAF/Paccar, Fiat Powertrain e Audi/Volkswagen.

Da mesma maneira, encontra-se em desenvolvimento um programa na área de Tecnologia de Informação e Comunicação, mais especificamente hardware, denominado PROHARDWARE, que tem por objetivo o fortalecimento da cadeia produtiva do setor de hardware no Paraná. Juntamente com a APD, os atores participantes deste programa são: SEPL, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Fundação Araucária e Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Nas atividades para o estabelecimento do programa, foram realizadas visitas às instituições referência do setor no Estado: Positivo, TECPAR, Assespro, CITS, Datacom.

Ainda, a APD é a executora do Programa Paranaense de Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa (PARANAEREO) - Lei nº 17.510, de 07/03/2013, que tem a finalidade de atrair investimentos da cadeia produtiva da indústria aeronáutica e de defesa e é coordenado pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM).

Foi estabelecido um acordo de cooperação técnica com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a SEIM e a FIEP, que tem como objeto a instalação do Núcleo RENAPI no Paraná, com participação da SEIM, da APD e da FIEP, com a finalidade de instituir instância de governança que visa à coordenação e articulação entre ações do Governo Estadual, da iniciativa privada e do Governo Federal em temas relacionados à implementação e avaliação da Política de Desenvolvimento Industrial.

No setor de educação, como resultado da missão e atividades realizadas com o Estado de Utah, nos Estados Unidos, além do acordo firmado entre este Estado e a APD, também foi originado um Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Educação de Utah e a SETI, que visa apoiar o ensino e a aprendizagem das respectivas línguas e culturas; promover conhecimento e compreensão mútua dos sistemas de ensino e oferecer oportunidades de crescimento para os professores de ambos os estados.

No estabelecimento de convênios e parcerias, a APD observa os seguintes critérios: relevância da outra parte na contribuição para o desenvolvimento do Paraná; atendimento aos setores prioritários; atuação nas atividades de prospecção de investimentos e capacidade técnica da outra parte para cumprimento das obrigações assumidas.

Encontra-se em desenvolvimento uma base de dados para acompanhar os Acordos de Cooperação e Memorandos de Entendimento, em parceria com a Coordenadoria do Cerimonial e Relações Internacionais na identificação desses instrumentos - existentes e em negociação.

Até novembro, foram atendidas 264 empresas brasileiras e de outros países (Estados Unidos, Itália, Coreia, Alemanha, China, Canadá, Cingapura, Espanha, França, Holanda, Japão, Portugal, Suécia, entre outros), provenientes de 38 setores da economia, com previsão de atendimento até dezembro de mais 15 empresas.

Foram desenvolvidas atividades proativas, como o estabelecimento de contato e apresentação da APD para as agências de desenvolvimento de 31 países (África do Sul, Alemanha, Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Coreia, México, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia, Ucrânia e Uruguai), além de contato eletrônico, telefônico e visita às maiores empresas do Paraná quando localizadas em Curitiba e Região Metropolitana, para a apresentação dos serviços e dos benefícios fiscais existentes para as empresas interessadas em novos investimentos ou expansão das suas atividades. Além disso, foram iniciadas discussões com vários atores do Governo Estadual e empresários acerca de programas de incentivo para áreas específicas, como TIC e o setor automotivo, incluindo a questão de veículos elétricos, e mais recentemente também a área de fontes de energia (solar e xisto).

A Paraná Desenvolvimento tem forte atuação junto aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), em especial do recém-criado APL do Alumínio e participa ativamente da Rede APL, que é coordenada pela SEPL. Também apresentou os mecanismos de atração de investimentos em vários municípios, durante as Oficinas de Desenvolvimento Industrial, realizadas em Tibagi, Assis Chateaubriand, Francisco Beltrão, Araucária, Joaquim Távora e Nova América da Colina.

Ainda com relação a municípios, foi apresentado o Programa Municipal de Atração de Investimentos (PMAI) a Ponta Grossa, Castro, Maringá, Londrina, Lapa, União da Vitória, Capanema, Cornélio Procópio, Guarapuava, Paranaíba e Rio Negro, que visa à realização de projetos de cooperação técnica para a elaboração de programas de desenvolvimento industrial e atração de novos investimentos. O projeto com Londrina (Companhia de Desenvolvimento de Londrina e Associação Comercial de Londrina) foi assinado e iniciado. Os municípios da Lapa e Castro demonstraram interesse e seguem as discussões sobre orçamento e metodologia.

Na área internacional, atendeu missões comerciais dos seguintes países: Espanha, Irã, Paquistão, China, Suíça, Canadá, Suécia, Reino Unido, Alemanha, Coreia, Mônaco, Estados Unidos, Japão, França, Índia, Sérvia, Tailândia e Austrália. Estabeleceu acordo de cooperação técnica com o *Governor's Office Of Economic Development* (GOED), Escritório do Governador para o Desenvolvimento Econômico do Estado de Utah (EUA), que tem por escopo a promoção de ações que contribuam para estimular parcerias e negócios, tendo como foco o desenvolvimento conjunto de ambos os Estados, do Paraná e de Utah, além de envidar todos os esforços a fim de estimular e criar o ambiente propício para que as empresas e instituições de ensino e pesquisa possam desenvolver, em conjunto, tecnologias e processos de desenvolvimento e fabricação de Sistemas de Veículos Não Tripulados (SVNT). Encontra-se em fase de assinatura de acordo de cooperação com a Agência de Promoção de Investimentos e Comércio da Coreia (KOTRA), que

trata em especial da área de desenvolvimento de projetos voltados aos setores de infraestrutura, logística, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alimentos e automotivo.

Ainda, intermediou contatos de empresas estabelecidas no Estado com órgãos dos Governos Estadual e municipal para a discussão e proposição de soluções a problemas de ordem ambiental e estrutural, além de encaminhar empresas para os diversos órgãos financiadores de projetos industriais para auxiliar na concretização do investimento.

Estão em fase de discussão propostas de acordos de cooperação técnica com o Consulado dos Estados Unidos da América em São Paulo (estudos econômicos e intercâmbio universitário); Consulado da China em São Paulo (parceria para estabelecimento de irmandade com o Paraná e intercâmbio comercial); Consulado da Austrália em São Paulo (parceria para estabelecimento de irmandade com o Paraná e intercâmbio comercial); Embaixada da Polônia, Escritório de São Paulo (atração de investimentos poloneses para o Paraná e carta de intenções) e Governo de Alexandria, Egito (parceria para estabelecimento de irmandade com o Paraná).

É responsável pelo acompanhamento do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Estado do Paraná e a Região de Rhône-Alpes, na França, e que envolve as áreas: Ensino Superior, Pesquisa e Tecnologia; Economia e Inovação Tecnológica; Meio Ambiente; Agricultura e Cultura.

Por fim, em maio, realizou em parceria com a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos da América (USTDA) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) o evento Oportunidades de Projetos com a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos da América (USTDA), voltado a órgãos governamentais, empresas públicas, de economia mista e instituições privadas ligadas às áreas de transporte, energia e TIC.

1.22 Escritório de Representação do Governo

As atividades mais representativas foram:

- Congresso Nacional - apresentação de propostas para emendas do Paraná no Orçamento Federal de 2015 (LOA) e de propostas do Paraná perante a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); atuação junto aos Deputados Federais, Senadores da República, lideranças partidárias e de bancadas, notadamente a paranaense, em defesa dos projetos apresentados pelos órgãos da administração estadual; projeto do Mar Territorial (Projeto de Lei nº 7.247/2014); projeto de Royalties de Xisto Betuminoso (Projeto de Lei nº 7.636/2014); acompanhamento da tramitação dos Projetos de Resolução de autorização dos empréstimos internacionais ao Governo do Paraná; proposição e protocolo de emendas de interesse do Paraná em Medidas Provisórias.
- Embaixadas - contatos com a Embaixada de Gana no Brasil, atendendo solicitação do Chefe Consular para tratar de assunto referente a imigrantes ganeses no Estado; Seminário Excelência Italiana: Tecnologia para cooperação Ítalo-Brasileira (Embaixada da Itália); ITEC Day e visita do Embaixador a Curitiba (Embaixada da Índia); Comemoração do 238º Aniversário da Independência (Embaixada dos Estados Unidos

da América); e organização de visita do Embaixador do Irã em Curitiba; intermediação de relações bilaterais entre o Sultanato de Omã e o Governo do Estado do Paraná, com participação de empresários daquele país, que têm interesse comercial em produtos agrícolas e industriais do Paraná.

- Relacionamento Empresarial - participação da elaboração de propostas às empresas do setor industrial de Defesa e Tecnologia de Informação em Monitoramentos de Fronteiras, para viabilizar a instalação no Paraná de unidade industrial; articulação para que a segunda fase do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), do Ministério da Defesa/Comando do Exército, seja realizado no Paraná em parceria com estatais como COPEL e CELEPAR, sobre a necessidade de conectividade (fibra óptica); atuação em parceria com a SEPL e SEIM, junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para tratar de assuntos referentes à expansão para produção de pneus de carga da Empresa Sumitomo Rubber do Brasil, situada em Fazenda Rio Grande; atração de empresas para instalarem-se no Paraná, tendo como ponto de contato, as entidades empresariais, Embaixadas, e principalmente o relacionamento existente no Estado.
- Relacionamento Institucional – representação do Governo do Paraná junto ao Ministério do Esporte, em reuniões dos Grupos de Trabalho da Copa 2014, nas áreas de segurança, energia, proteção à criança e combate à prostituição infantil, mobilidade e Programa Brasil Voluntário - Copa 2014; representação e defesa de interesses do Estado do Paraná em negociações com a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) e Ministério de Minas e Energia: royalties de Xisto (São Mateus do Sul e Paraná) e leilão exploração de gás e petróleo na 12.ª Rodada de Licitação, em áreas no Paraná; auxílio à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística nas tratativas da nova legislação aplicada ao Porto de Paranaguá e Antonina, bem como no novo porto de Pontal do Paraná; auxílio à SEFA e SEPL nas avaliações da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, em relação aos empréstimos nacionais e internacionais pleiteados pelo Paraná, em andamento, culminando com a liberação dos recursos dos Programas: Família Paranaense, Paraná Seguro, Plano Plurianual e PROFISCO; auxílio à Secretaria de Estado da Cultura, no andamento e liberação da parcela do empenho do convênio nº 774951/12 – Secretaria Econômica Criativa – Ministério da Cultura; acompanhamento do processo nº 0980.009946/82-00, em andamento no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União (SPU) referente à regularização da ocupação de patrimônio da União em Londrina; participação no acompanhamento intenso do andamento dos projetos para obras de reconstrução dos estragos causados por catástrofes naturais ocorridos no Estado, em junho, em parceria com a Defesa Civil e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR); auxílio à Coordenação de Defesa Civil do Paraná em tratativas com o Ministério da Integração Nacional, objetivando atender os 142

municípios paranaenses atingidos por catástrofe natural, ocorrido em junho; agendamento de audiência junto aos vários Ministérios, visando esclarecer as demandas do Estado do Paraná, em tramitação, agilizando o andamento dos processos; protocolo dos documentos junto à esfera federal, atendendo solicitação de Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná; acompanhamento do andamento da solicitação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, protocolado em outubro; elo entre os Órgãos Federais e Estaduais, fazendo circular informações oficiais do Diário Oficial da União e demais publicações oficiais dos Ministérios e Tribunais Superiores; Acompanhamento de demandas do Norte do Paraná junto ao Ministério dos Esportes; reunião com Infraero/SAC para dirimir dúvidas sobre expansão dos aeroportos de Londrina e Curitiba, com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

1.23 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR)

O DETRAN/PR realiza seus investimentos com recursos oriundos da prestação de serviços à população paranaense, de acordo com a Lei Federal nº 9.503/1997 e legislação complementar. Possui arrecadação própria e autonomia de gerenciamento dos recursos, e seus atos que implicam na efetivação de despesas seguem o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 15.608/07 e suas alterações.

Definem-se como metas de trabalho, em face à sua área de atuação, a atualização e manutenção de cadastro e emissão de documentos pertinentes aos condutores de veículos automotores e todas as suas vertentes, ao registro da frota de veículos e suas ações, registro e controle de infrações de trânsito, atividades relacionadas à educação para o trânsito, assim como a fiscalização de parceiros envolvidos nas atividades tais como, Centro de Formação de Condutores, Despachantes, Clínicas Médicas e Psicológicas e Fábricas de Placas e de Lacres.

A determinação de despesas, além de prover a necessidade de manutenção das atividades fim, é estabelecida em ações a serem desenvolvidas em programas que visam promover maior eficiência dos serviços oferecidos, a redução de acidentes e maior segurança no trânsito do Estado do Paraná, por meio de desenvolvimento de Planos de Sinalização Viária Urbana, programas de educação para o trânsito, parceria em programas de recuperação da malha viária estadual, otimização dos mecanismos estruturais, operacionais e gerenciais da Autarquia, assim como em programas do Estado, com participação junto ao Departamento de Estrada de Rodagem (DER) envolvendo cerca de R\$ 96,0 milhões, ao Tesouro Geral do Estado com R\$ 57,0 milhões, Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) com R\$ 88,0 milhões e Fundo Estadual de Segurança Pública (FUNESP) com R\$ 258,0 milhões.

As ações desenvolvidas em 2014 no que se refere à coordenação e gerenciamento das atividades específicas de trânsito em prol da comunidade paranaense foram:

- DETRAN Fácil - até outubro, a plataforma registrou 1.396.109 processos *online*, sendo 682.554 apenas em 2014; instalados 213 terminais de autoatendimento responsáveis por 579.846 processos (até outubro), destes, 163 foram instalados em 2014, em locais de grande circulação como *shopping centers* e supermercados, além de CIRETRANs em 145 cidades do Paraná; 05 terminais testes para pagamento com a utilização de cartões de débito do Banco do Brasil; desenvolvido o sistema de recurso de multa *online*, em fase de implantação.
- Educação a distância - o Departamento colocou em funcionamento o projeto de Ensino sem Distância, que prevê a realização de cursos e palestras por vídeo conferência. Ao todo, são 40 novas telessalas no Interior do Estado e 12 estúdios. De julho a outubro foram ministrados 12 cursos, para o público interno e externo, com mais de 830 horas/aula.
- Educação nas escolas municipais - o projeto chegou a 134 municípios e 42.640 alunos.
- Leilões - realização de 13 leilões, comercializando 21.400 veículos e arrecadando cerca de R\$ 15,2 milhões. Foram 05 eventos na modalidade sucata e 07 na modalidade circulação e o primeiro leilão de reciclagem, que destruiu 824 veículos gerando 467 toneladas de material reciclável.
- Exames médicos especiais - os exames não são mais realizados exclusivamente na sede do Departamento. Clínicas médicas credenciadas, de todas as cidades do Estado, podem se adequar para prestar o serviço aos motoristas que precisam de veículo adaptado para dirigir. Além da capital, os serviços passaram a ser oferecidos em Cascavel, Colorado, Pato Branco, Marechal Cândido Rondon e Maringá.
- Conexão DETRAN - uma série de vídeos voltados para o ambiente *online* está disponível no *site* da autarquia e reúne temas como direção defensiva, motociclistas, equipamentos de segurança para transporte de crianças e os perigos de dirigir embriagado.
- Infraestrutura - até outubro o DETRAN concluiu 24 obras, 23 encontram-se em andamento e 03 em processo de contratação.
- Novos postos de atendimento conjunto em Paranaguá, Nova Aurora, Curitiba (Posto Central e Vila Hauer) e Londrina, em parceria com o Instituto de Identificação do Paraná.
- Parceria com prefeituras - até 2014 foram conveniadas 106 prefeituras, que fazem parte de um auxílio do DETRAN para melhorar as condições de trabalho e de atendimentos das unidades mantidas pelas prefeituras, que receberam carros e equipamentos de informática.
- Municipalização de trânsito - acréscimo de 05 cidades integrantes ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), totalizando 39 municípios.
- Credenciado o Banco Rendimento para receber guias de pagamento, tais como taxas e multas de trânsito, *online*.

- Treinamentos para diretores e auxiliares administrativos dos Centros de Formação de Condutores (CFCs), por meio da Controladoria Regional de Trânsito (CRT), num total de 1.400 profissionais de 600 CFCs do Estado.
- Parceria com a Polícia Científica para promover mudanças na emissão do Certificado de Registro de Veículo (CRV) e no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), visando aumentar a segurança na emissão de documentos.
- Conselho de Administração do Departamento de Trânsito do Paraná – realizadas diversas reuniões.
- Modernização do Sistema de Vistoria Eletrônica de Veículos - iniciado projeto piloto que funcionará por meio de um aparelho *smartphone* onde o examinador poderá utilizar o aplicativo para realizar as vistorias.
- Exame psicológico - candidatos à primeira habilitação com deficiência auditiva terão a possibilidade de agendar a avaliação psicológica com o intérprete de libras de forma individualizada e em um único momento sendo que até então o exame era realizado em duas etapas e junto com outros candidatos.
- Proposta de criação do quadro próprio enviada à Secretaria de Estado de Administração e Previdência (SEAP).
- Função Gratificada de Confiança (FCC) - prevista na Lei Estadual nº 17.075/2012 faz parte do projeto de realinhamento interno da autarquia. Em 2014, o processo seletivo interno contou com 513 servidores que se candidataram às vagas.
- Cursos internos para servidores - 120 funcionários foram formados no curso de instrutor, examinador e vistoriador organizado pela Coordenadoria de Recursos Humanos. Outros 193 funcionários, entre servidores do próprio DETRAN e servidores das prefeituras que atuam em postos conveniados, foram capacitados em cursos de Vistoria Veicular pela Assessoria Operacional.
- Curso de formação de auditores de trânsito em parceria com Polícia Civil – foram capacitados 50 servidores para atuar na investigação e auditoria de fraudes em processos de habilitação e veículos.
- Curso de Comunicação Assertiva – realizado o primeiro curso, em parceria com a Escola de Governo, que reuniu 30 servidores com o propósito de aprimorar a comunicação interna e externa dos profissionais.
- Serviços na Área de Veículos - do total de 922 despachantes credenciados, houve 05 advertências, 12 suspensões, 04 cassações e 07 descredenciamentos. Da frota de 6.424.150 de veículos, houve a movimentação de cerca de 2,6 milhões de processos relacionados ao Registro de Veículos Automotores; e emissão de cerca de 1.597.835 de Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV).
- Habilitação de Condutores de Veículos Automotores - cerca de 1,13 milhão de processos finalizados.

- Curso de Reciclagem - realização de 1.153 cursos, com a participação de 29.058 condutores infratores.
- Usuários do DETRAN agora contam com atendimento telefônico gratuito 24 horas, inclusive aos sábados e domingos.
- Participação: do Encontro Nacional dos DETRANs, promovido pela Associação Nacional dos Departamentos de Trânsito (AND), em sua 47ª Edição, em Brasília; do II Congresso de Gestores Públicos do Esporte e do Turismo que tem como objetivo debater experiências em gestões e perspectivas para o esporte e turismo do Estado, e seu tema abordou os eventos de grande porte, como Copa do Mundo 2014; participação em 31 eventos e visitas a 42 cidades incluindo o atendimento do DETRAN Móvel, palestras e distribuição de material educativo; na Virada Cultural; na Operação se liga no trânsito; na Operação Verão 2014; no Paraná em Ação; no Programa Justiça no Bairro; no Congresso Nacional dos Gestores Públicos do Esporte e Turismo; nas Palestras em Escolas com o Projeto Vida no Trânsito Municipal e Capacitação Pedagógica em Escolas.

1.24 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR)

Empresa de economia mista, em que o Estado participa com 99,9% do Capital Social e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) participa com 0,1%. Em 2014, a Agência deixou de ser uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), passando a deter o status de empresa pública estadual.

A Agência é uma instituição financeira de desenvolvimento, que tem por objetivo viabilizar programas do Governo do Estado com foco no desenvolvimento econômico e social, por meio do aporte de recursos financeiros para empreendedores de micro, pequeno e médio porte e financiamento aos municípios. Em 2014, consolidou ações junto ao público alvo e implementou novas ações, que devem trazer impactos para os exercícios de 2015 a 2018, dentre elas:

- Obras com crédito outorgado - duplicação da Rodovia dos Minérios - PR-092 - Curitiba-Almirante Tamandaré-Rio Branco do Sul e obras de infraestrutura em Ortigueira e municípios do entorno.
- As agências classificadoras de risco Fitch Ratings e Moody's fizeram nova avaliação e mantiveram a instituição como grau de investimento.
- Foram intensificadas as ações de repasse com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empreendedores do comércio, indústria e do setor de serviços.
- Credenciada a operar com recursos da FINEP - Inovação e Pesquisa para projetos voltados à inovação, tendo assinado dois contratos de financiamento.
- Convênios e parcerias aumentaram o raio de ação da Agência que mantém 400 pontos de atendimento em 300 municípios.

- Foram intensificadas as tratativas com municípios para atuar como agente financeiro do FGTS e financiar obras de mobilidade urbana.
- Assinado acordo de cooperação técnica com a Agência Francesa de Desenvolvimento para uma linha de crédito destinada a financiar projetos públicos e privados na área de gestão de resíduos sólidos.
- Em fase de estruturação o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP-PR).

A Agência de Fomento do Paraná S.A. manteve as atividades de financiamento e gestão de fundos, conforme segue:

- Programa Banco do Empreendedor - com linhas de crédito que atendem desde o microcrédito até empresas de médio porte, até novembro foram contratadas 4.428 operações, totalizando R\$ 87,2 milhões. Somente a linha Taxistas teve 766 operações, num total de R\$ 26,8 milhões.
- Microcrédito – na especialidade da instituição, de 2011 a 2014, foram contratadas 10.429 operações, totalizando R\$ 91,7 milhões.
- Operações do Setor Público - pelas linhas Sistema de Financiamento de Ações aos Municípios (SFM); Programa de Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras (PROMAP); e FGTS - Pró Transporte, de 2011 a 2014 somaram 518 contratos, totalizando R\$ 705,0 milhões.
- Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar - foi retomado para viabilizar empréstimos enquadráveis no Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), com um aporte de R\$ 1,0 milhão que vai permitir ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) contratar R\$ 10,0 milhões em operações de crédito rural.
- Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) - realizadas operações para viabilizar a reforma e ampliação do estádio para sediar os jogos da Copa 2014 e diversos financiamentos para apoiar empresas de segmentos estratégicos para o Paraná, que totalizaram R\$ 116,8 milhões.

02

Casa Militar



2 Casa Militar

2.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)

Atividades desenvolvidas:

- Distribuição de Material de Ajuda Humanitária - com o objetivo de minimizar os danos experimentados pela população atingida por um desastre, a CEPDEC realizou o encaminhamento de materiais de ajuda humanitária, como telhas de fibrocimento (sem amianto), cestas básicas e cobertores, dentre outros artigos, aos municípios vítimas de eventos cujos danos e prejuízos extrapolam sua capacidade de resposta, sendo esta classificação realizada com base em critérios técnicos e legais (Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012) estabelecidos pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC).

TABELA 1 - DADOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE DA CEPDEC/PR - ATÉ NOVEMBRO DE 2014

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Cesta básica	Cesta	32.404
Lona plástica	Bobina	793
Telhas de fibrocimento	Telha	60.900
Pregos (telheiro)	Prego	8.000
Alimento (Primeira Alimentação Emergencial)	Quiilo	650
Kit limpeza	Conjunto	10.050
Colchão	Unidade	160
Kit dormitório	Conjunto	12.750
Kit higiene	Conjunto	10.723
Cobertor	Unidade	16.944
Colchonete de Espuma	Unidade	320
Kit Cama, mesa e banho	Conjunto	195
Kit cozinha	Conjunto	199

- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) - em parceria com UNICESUMAR, o CEPED, criado pelo do Decreto Estadual nº 9.557, de 06 de dezembro de 2013, foi concebido com o objetivo de promover estudos e pesquisas na área de desastres em conjunto com os centros universitários no sentido de aprimorar o Sistema de Proteção e Defesa Civil. Foram tomadas diversas medidas para o início dos trabalhos, dentre as quais se destaca: a) obtenção de espaço físico para a nova sede do CEPED no Palácio Iguaçu; b) definição da equipe e distribuição de funções e instituição da equipe (grupo de instalação do CEPED); c) aquisição de mobiliários e estruturação do espaço; d) elaboração do regimento interno e criação do Conselho Deliberativo; e) criação do site e e-mails, e concepção de um modelo de intranet para ser desenvolvida em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR); f) migração dos cursos de Proteção e Defesa Civil para o Portal

Moodle/CEPED com a utilização do servidor Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); g) concepção e criação do REDESASTRES (Decreto nº 12.445); h) negociação com seis instituições de ensino superior para celebração de termo de cooperação; i) desenvolvimento com a SEDU de um modelo para financiamento de obras preventivas; j) participação no Seminário Internacional de Suporte à Gestão de Desastres Naturais, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- Sistema Paranaense de Informações para a Gestão dos Riscos a Desastres Naturais (SIGRISCO) - o SIGRISCO PARANÁ, integrante do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil foi instituído pelo Decreto Estadual nº 9.941, de 23 de janeiro de 2014, com a finalidade de dotar o Estado do Paraná de uma estrutura integrada de planejamento, ordenação e análise das informações de mapeamento, monitoramento, previsão e alerta de variáveis meteorológicas, hidrológicas, geológicas e oceanográficas, bem como outras informações técnico-científicas do meio físico, nas ações de monitoramento de eventos meteorológicos, hidrológicos e geológicos no Estado do Paraná, que se caracterizem como riscos e ameaças de desastres, fornecendo, na iminência, durante e após a ocorrência de eventos desastrosos, informações para a tomada de decisão do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil.
- Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil – realizada nos dias 10 e 11 de abril, em Curitiba, contou com a presença dos delegados eleitos nas conferências municipais realizadas nos diversos pontos do Estado. Teve como principal objetivo a definição de princípios e diretrizes que serão levadas à Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, que acontecerá entre os dias 04 a 07 e novembro na Capital Federal.
- Capacitação do Efetivo da Defesa Civil Estadual - visando o constante aprimoramento do trabalho da Defesa Civil Estadual, a CEPDEC buscou capacitar seus integrantes com a participação em cursos e eventos afetos à defesa civil. Participou do evento Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais, em Tóquio e do evento Raising Awareness of Disaster Reduction (aumentando a consciência sobre Redução de Desastre), em Kobe.
- Capacitação do Público Externo - aprimoramento dos demais integrantes do Sistema de Defesa Civil. Para tanto, desenvolveu as seguintes atividades:

EVENTO	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
Curso de Captação de Recursos Federais – turma I	Abril/Maio	A distância	50
Curso de Captação de Recursos Federais – turma II	Em funcionamento	A distância	97
Curso de Operacionalização do Plano de Contingência online – turma I	Maio/Junho	A distância	272
Curso de Operacionalização do Plano de Contingência online – turma II	Em funcionamento	A distância	274

- Apoio à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, em parceria com o CEPED/UFSC, promoveu em diversas

idades do país o curso Gestão de Recursos Federais de Defesa Civil, que contou com a participação de integrante da CEPDEC na qualidade de instrutor, nos cursos realizados em: Belo Horizonte/MG, Fortaleza/CE, Blumenau/SC, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ.

- Apoio aos Municípios na obtenção de Recursos Federais - a Seção de Planejamento, por meio do Setor Técnico e de Convênios da Divisão de Defesa Civil da Casa Militar, é responsável, dentre outras atribuições, pelo auxílio aos municípios que foram vitimados por algum desastre na confecção e organização da documentação exigida pelo Governo Federal para análise da necessidade de envio de recursos destinados à recuperação do município. Em 2014, o Setor Técnico, além do apoio individualizado aos municípios afetados, também realizou palestras sobre a forma de acessar recursos federais para representantes de municípios atingidos.
- GAEDE - GTRisco - o Grupo de Apoio Estadual a Desastres, por força do disposto no Art. 10º do Decreto Estadual nº 9.941 foi reestruturado e passou a ser designado como GTRisco. Conta com profissionais das entidades integrantes do SIGRisco PARANÁ para atuar em conjunto com o Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Riscos e Desastres e o Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos de Desastres (CEGRD). O GTRisco tem por escopo prestar o devido apoio técnico-científico à tomada de decisão da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil em suas ações de gestão do risco a desastres naturais, assim como para a gestão dos próprios desastres.
- Desenvolvimento do Sistema Estadual de Defesa Civil - a Defesa Civil Estadual conta com um sistema informatizado destinado ao cadastro e acompanhamento das ocorrências de defesa civil, e também com uma ferramenta de gerenciamento das rotinas de trabalho da CEPDEC. Em 2014, os procedimentos de operacionalização da Coordenadoria foram atualizados, sendo primordiais as seguintes melhorias: a) atingimento de 100% dos municípios paranaenses (falta Campina do Simão e Curitiba-Matriz para finalizar) com Plano de Contingência gerado pela ferramenta institucional Plano de Contingência Online, possibilitando a pesquisa e acesso rápido às informações necessárias para o atendimento a emergências (1.008 cadastros de áreas de atenção, 1.082 cadastros de abrigos, 405 cadastros de recursos, 408 cadastros de ações operacionais, 5.596 cadastros de residências); b) atualização nas ferramentas de pesquisa e controle da ferramenta GEO/SISDC, facilitando a visualização das ocorrências com maior gravidade e que mantêm pessoas em situação de risco, desabrigadas ou desalojadas; c) estabelecido novo modelo de interação com os municípios com relação à ocorrências que envolvem a emissão de alertas, sua confirmação, registro de ocorrências e interação com vislumbre à resposta ágil; d) criado no site do SIMEPAR uma página destinada à CEPDEC para disponibilizar informações sobre índices pluviométricos, hidrológicos e meteorológicos das estações distribuídas no Paraná, a partir da apresentação geoespacializada e pela indicação de mudança de cores, onde é possível acompanhar em tempo real a evolução de situações que podem causar danos ou prejuízos às pessoas no Estado do Paraná,

possibilitando a disponibilização de alertas e alarmes conforme acórdão; e) o SISDC instaurou uma ferramenta que possibilita a emissão de alertas específicos para cada estação, indicando, a partir das informações cedidas pelo SIMEPAR, a quantidade acumulada de chuvas; f) estabelecido um modelo de ação para COMPDECs, CORPDECs e CEPDEC de acordo com os parâmetros de Normalidade, Atenção, Alerta e Alarme, em consonância com o proposto e estabelecido pela 8ª CORPDEC na área litorânea do Paraná, com a ressalva de constante acompanhamento dos parâmetros; g) implementada no SISDC a integração do Controle Operacional de Ocorrências (CoPO) com a ocorrência em si, e seu acompanhamento, facilitando a congruência de informações.

- Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola: a) capacitação nas escolas da rede estadual de ensino de 11.300 Brigadistas na modalidade ensino a distância e de 7.600 Brigadistas na modalidade presencial, realizado pelas CORPEDEC; b) suporte técnico aos engenheiros e arquitetos da SUDE e dos NREs, bem como, à Superintendência no processo de planejamento, construção, orçamentação e execução de projetos de prevenção Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná para as unidades escolares do Paraná; c) elaborada minuta de lei em substituição ao Decreto nº 4.837 de 04 de junho de 2012.

2.2 Seção de Transporte Aéreo (STA)

Em 2014, as principais ações da STA foram:

- 30 voos com aeronaves pertencentes ao Governo do Estado em atendimento à Secretaria Estadual de Saúde - Central de Transplantes, tendo sido transportados 77 órgãos doados.
- Realizou aproximadamente 15 horas de voo com o helicóptero EC 130 B4, em apoio à Defesa Civil para prestar atendimento às vítimas da enchente ocorrida no mês de junho na região do município de União da Vitória. O uso do helicóptero auxiliou tanto na remoção de pessoas que se encontravam em locais de risco, como no reconhecimento de áreas isoladas, onde não era possível o acesso por meio terrestre.
- Apoio ao Batalhão de Polícia de Fronteira da Polícia Militar do Paraná, sobrevoando por aproximadamente 20 horas a região oeste do Estado para auxiliar no reconhecimento de vias e portos clandestinos utilizados como rota para entrada de ilícitos no Brasil (drogas, armas, cigarros e contrabandos).
- Proporcionou 12 deslocamentos aéreos do Esquadrão Antibomba da Polícia Militar do Paraná para o interior do Estado, para prestar atendimento a ocorrências policiais que exigiam a presença de profissional especializado na área, por se tratar de situações em que houve o uso de artefatos explosivos por parte de marginais.
- Realizou nove deslocamentos aéreos em apoio à SESP, transportando o Secretário de Estado da Segurança Pública, as equipes de negociação e grupo tático do Batalhão de

Operações Especiais (BOPE), para prestar apoio em ocorrências com reféns e rebeliões em presídios estaduais.

- Sobrevoos com integrantes da MINEROPAR - Serviço Geológico do Paraná – na região oeste do Estado, oportunidade em que foi feito o levantamento de áreas de risco, totalizando aproximadamente 14 horas de voo com o helicóptero do Governo do Estado.
- Realizou aproximadamente dez horas de sobrevoos com o helicóptero do Estado na Serra do Mar em apoio à Defesa Civil, para realizar monitoramento de áreas afetadas pelo evento conhecido por Águas de Março, ocorrido no ano de 2011.

03

Companhia de Habitação do Paraná



3 Companhia de Habitação do Paraná

A Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), fundada em 1965, é uma empresa de economia mista que atua na viabilização e execução dos programas habitacionais do Governo do Estado do Paraná.

Com a certeza de que o trabalho é de suma importância para as famílias paranaenses de menor poder aquisitivo, a COHAPAR vem realizando suas atribuições como órgão responsável pela execução da Política Habitacional no Estado.

Por meio do Programa Morar Bem Paraná, a Companhia implantou inúmeras ações visando a redução do déficit habitacional no Estado.

Com o objetivo de efetivar as táticas e estratégias previstas, de 2011 até novembro de 2014, foram realizadas 196.327 intervenções que beneficiarão mais de 785 mil paranaenses.

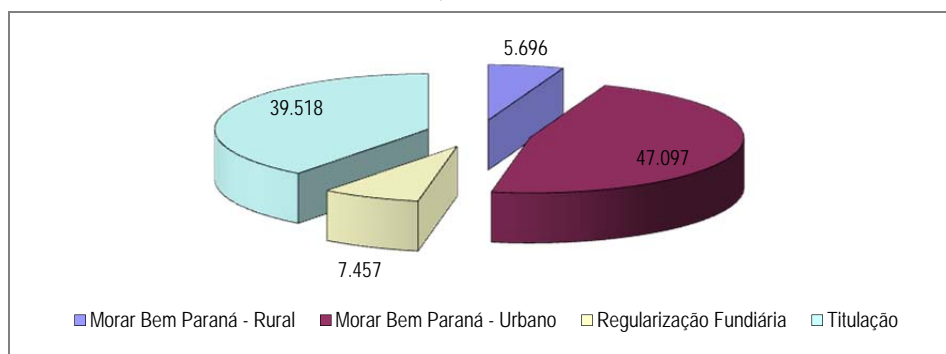
No período foram concluídas 29.225 novas unidades habitacionais. Entre unidades contratadas junto ao agente financeiro e em execução são 47.429 casas e encontra-se em projeto outras 99.768.

Foram ainda desenvolvidas ações que ultrapassam a simples execução da unidade habitacional, ampliando os serviços para atendimento da população de menor renda com infraestrutura de qualidade, equipamentos urbanos e assistência jurídica no que se refere à posse da terra. Nesse sentido, em um importante resgate de dignidade, a COHAPAR atendeu, por meio de obras e serviços, 12.307 famílias moradoras de áreas irregulares, sendo 4.628 em 2014.

3.1 Diretoria de Projetos (DIPR)

Responsável pela viabilização técnica dos empreendimentos habitacionais produzidos pela COHAPAR, a Diretoria participa, desde a escolha da área, o desenvolvimento de projetos, o envio para os agentes financeiros, até a sua contratação.

NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS EM PROJETO, EM NOVEMBRO DE 2014



FONTE: SUPC

3.2 Diretoria de Programas e Obras (DIPO)

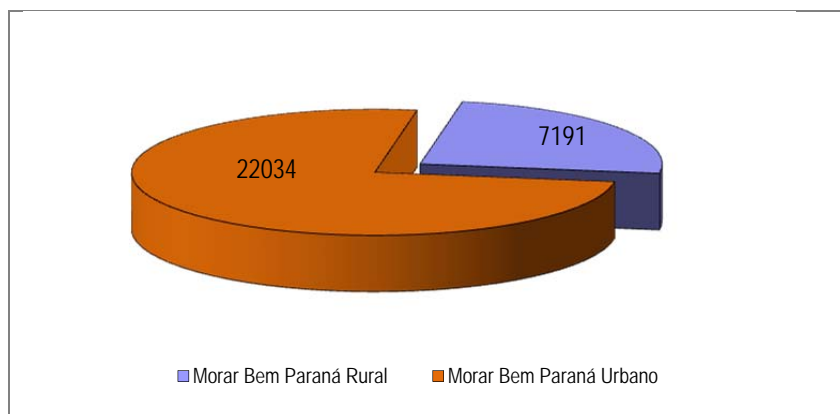
Segmento responsável pelo desenvolvimento de programas, planos e estudos de viabilidade técnico-econômica, bem como de pré-dirigir as atividades de execução e supervisão das obras, baseando-se na programação estabelecida.

Entre projetos contratados (não iniciados), em execução e obras concluídas, a DIPO administrou 915 empreendimentos que totalizaram 49.958 novas unidades habitacionais, conforme tabela a seguir (quantidades atualizadas em 04/12/2014).

EMPREENHIMENTOS E UNIDADES POR PROGRAMA/MODALIDADE EM 04/12/14

PROGRAMA/ MODALIDADE	CONTRATADAS - NÃO INICIADAS		EM EXECUÇÃO		CONCLUÍDAS	
	Empreendimentos	Unidades	Empreendimentos	Unidades	Empreendimentos	Unidades
I. P. Parceria	6	110	91	5417	37	1.453
I. P. Construtora	0	0	19	2640	26	1.836
Fomento / Parceria	3	232	61	18.576	19	4.826
Caução	0	0	2	48	0	0
SUB-50	0	0	103	3.867	17	625
Parceria COHAB	1	108	5	451	0	0
PAC	0	0	1	192	3	451
FNHIS	0	0	1	62	2	122
Emergencial	0	0	0	0	1	35
APPA						
Rurais	85	1.188	222	3.360	130	1.581
Quilombolas	0	0	2	27	1	22
Indígenas	0	0	0	0	0	0
Cooperativas	0	0	21	489	13	212
*Melhorias	42	1.907	1	121	0	0
TOTAL	137	3.545	529	35.250	249	11.163

UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES - VALORES ACUMULADOS DE JAN/2011 ATÉ DEZ/2014



3.3 Diretoria de Regularização Fundiária e Relações Comunitárias (DIFC)

O Estado do Paraná, por meio da COHAPAR, está atuando com diversos programas habitacionais, buscando não somente a remoção de moradores de assentamentos precários, como também evitar que novos assentamentos precários se desenvolvam, mediante ações que englobam a urbanização de áreas carentes, execução de obras de infraestrutura e a titulação de imóveis irregulares.

Para tanto, os programas visam atingir as mais diversas necessidades de moradia nas diferentes comunidades existentes no Estado.

Na parte de regularização fundiária que engloba a urbanização e execução de obras de infraestrutura foram beneficiadas 12.307 famílias com programas de regularização. Em 2014, os programas de regularização fundiária, envolvendo a urbanização de áreas e a realocação de famílias que residiam em locais insuscetíveis de urbanização envolveram o atendimento de 4.628 famílias. O programa de titulação, por sua vez, contemplou 10.437 famílias, sendo mais de 1.500 famílias em 2014. Outros processos de titulação estão em processo de execução, sendo contratados ou conveniados.

Ações mais relevantes realizadas em 2014:

- Regularização fundiária por meio de obras de urbanização e reassentamento - regularizar as ocupações irregulares urbanas e recuperar as áreas de proteção ambiental degradadas, promovendo o reassentamento, são prioridades do Governo do Estado do Paraná. A regularização fundiária executada pela COHAPAR consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares de maneira a adequar os imóveis irregulares às normas urbanísticas, ambientais e imobiliárias da cidade. Foram beneficiadas 12.307 famílias.
- Titulação - conjunto de medidas jurídicas e sociais que visam garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, podendo ser precedida de processo de regularização fundiária. A meta de titular mais de 8.000 famílias que vivem sem documentação de propriedade, em cerca de 300 municípios do Paraná foi atingida. A nova meta é atender 20.000 famílias até 2015.
- Convênios de Cooperação Técnica com os municípios - visa assessorar os municípios (responsáveis pela regularização) para a titulação de imóveis irregulares. Encontra-se em andamento o atendimento estimado de 22.635 famílias em 37 municípios e tratativas para formalização de convênio com 92 municípios para atender 41.007 famílias.
- Ações de Regularização Fundiária - Titulação - sob responsabilidade da COHAPAR, encontram-se em atendimento 4.637 famílias do PAC-Piraquara/Guarituba, 371 famílias do PAC-Colombo/Vila Liberdade, 56 famílias do PAC-Colombo/Jardim Contorno, 188 famílias do PAC-Colombo/Jardim Marambaia, 636 famílias do PAC-Pinhais-Moradias Bonilauri, 634 famílias do PAC-Pinhais-Jerivá, 78 famílias do PAC-Campo Magro-Jardim Viviane, 172 famílias das Moradias Timbu-Campina Grande do Sul, 493 famílias da Vila Zumbi em

Colombo e 380 famílias das Moradias Trevisan em São José dos Pinhais. Nas atividades de regularização fundiária deu-se andamento a 136 ações de usucapião, andamento e conclusão da Demarcação Urbanística e, levantamento social e recolhimento da documentação dos moradores. Na realocação de moradores, foram realizadas mobilizações e atendimento individual de moradores em situação de risco. Com relação às ações judiciais e administrativas, deu-se andamento processual das 27 ações de desapropriações que envolvem o PAC-Guarituba; andamento processual/administrativo dos procedimentos para a conclusão dos conjuntos habitacionais Madre Tereza de Calcutá e Fazenda Guarituba 1 (FHNIS 104); e regularização do processo judicial/administrativo relacionado ao atendimento da Aldeia Araçá em Piraquara.

- Mutirão das Escrituras - no programa de titulação, deu-se ênfase à regularização de empreendimentos próprios. O projeto tem como objetivos principais titular os imóveis quitados pelos mutuários da COHAPAR, mas ainda não escriturados, regularizar os chamados contratos de gaveta e manter a destinação social dos empreendimentos executados pela COHAPAR, com previsão de atender mais de 1.000 famílias até dezembro.
- Programa Família Paranaense: a) contratação de empresas para realização dos levantamentos Planialtimétricos Cadastrais das áreas de intervenção; b) análise das áreas de Recuperação Ambiental nos municípios; c) solicitação de viabilidade junto ao IAP, SANEPAR e COPEL; d) elaborados os Termos de Referência (TDRs) para contratação de serviços complementares (ambiental, engenharia e social), para aprovação dos consultores do BID; e) realizadas oficinas com as comunidades das áreas de intervenção em 10 municípios; f) revalidação do cadastro das famílias nos municípios de Prudentópolis, Cantagalo, Rebouças e Wenceslau Brás; g) inventários das condições das moradias existentes em 04 municípios; h) elaboração dos Projetos Urbanísticos em 05 municípios; i) estudo de novas tecnologias construtivas (madeira tratada/ wood frame, tijolo ecológico); j) elaboração de relatórios avaliativos sobre a logística de intervenção nas primeiras áreas a serem executadas e finalização dos Planos de Reassentamentos Específicos de 04 municípios; entre outros.
- Programa Caução - Programa Carta de Crédito FGTS - Operações Coletivas: 30 unidades em Bituruna e 18 unidades em Teixeira Soares, em fase de finalização das obras. Os projetos referentes aos municípios de Ângulo (10 unidades), Pinhalão (30 unidades) e Jussara (08 unidades), estão em análise na Caixa Econômica Federal.
- Emendas Parlamentares: a) contratação de empresas e prefeituras para desenvolvimento dos projetos de infraestrutura urbana nas áreas de intervenção nos municípios com contratos assinados (CR 1.008.911-67/2013 Deputado Abelardo Lupion, CR 1.009.064-90/2013 Deputado Luiz Carlos Setim, CR 1.009.085-44/2013 Deputado Reinhold Stephanes e CR 1.008.944-54/2013 Deputado Leopoldo Meyer); b) liberação da Emenda do Deputado Alex Canziani, os projetos de infraestrutura urbana estão em desenvolvimento por empresas contratadas (05 municípios), com previsão de assinatura

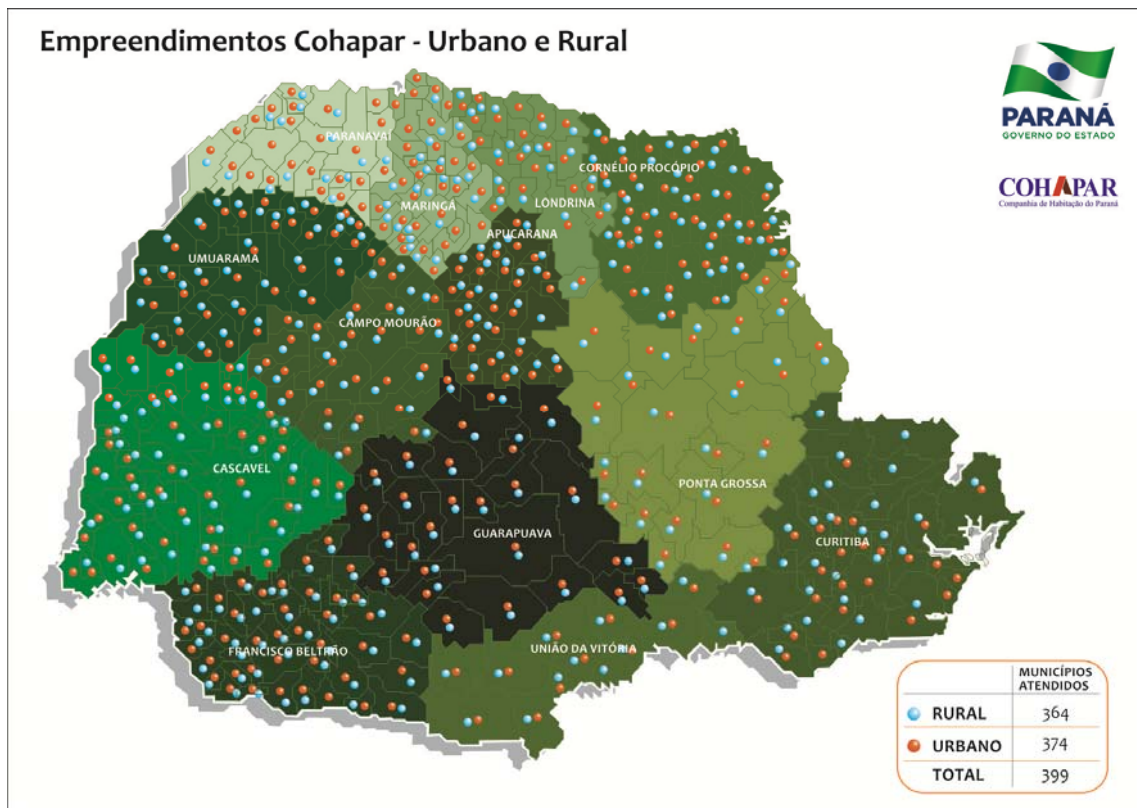
do contrato até dezembro; c) elaborados laudos técnicos dos territórios com habitações de interesse social consolidada, de acordo com solicitação da Caixa e do Ministério das Cidades, que se encontram em análise; d) protocolados os projetos do Contrato CR 1.009.085-44/2013 na Caixa Econômica Federal.

- Relatório Enchentes - julho: elaboração de Plano de Trabalho conforme modelo da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (Portaria Interministerial nº 01/2013), em parceria com a Defesa Civil do Estado do Paraná, com o objetivo de captar recursos para reconstrução de 1.159 habitações. Foram protocolados dois projetos (nº 59502.001279/2014-4 e nº 59502.001393/2014-7), que contemplam ações nos municípios a seguir:

MUNICÍPIO	NÚMERO DE CASAS A SEREM CONSTRUÍDAS URBANO E RURAL
PROTOCOLO: nº 59502.001279/2014-4	
Foz do Jordão	14
Saudade do Iguaçu	37
Pitanga	11
Campo Bonito	30
Catanduvas	31
Três Barras do Paraná	09
Laranjeiras do Sul	35
Rio Bonito do Iguaçu	01
Inácio Martins	33
Rio Branco do Ivaí	01
Irati	38
Boa Vista da Aparecida	18
Bituruna	101
União da Vitória	338
TOTAL= 14 municípios	697
PROTOCOLO: nº 59502.001393/2014-7	
Imbituva	06
Quedas do Iguaçu	17
Rio Negro	80
Quintas do Sol	01
São Jorge do Oeste	03
Três Barras do Paraná	04
Rebouças	36
São José das Palmeiras	21
Santa Lúcia	37
Campo Magro	08
Candói	03
Santa Izabel do Oeste	11
Palmital	45
Campo Largo	14
Guarapuava	174
Entre Rios	01
Nova Prata do Iguaçu	01
TOTAL =17 municípios	462
TOTAL GERAL = 31 municípios	1.159 MORADIAS

- Núcleo de Fronteira do Estado do Paraná (NFPR) - reenvio do projeto contendo estudo preliminar do município de Foz do Iguaçu, em áreas de assentamento precários, localizados ao longo do Rio Iguaçu, para a Secretaria Executiva do Núcleo.

- Relatório Anual do Pacto Global da ONU - elaboração do relatório a ser encaminhado à ONU como parte do compromisso assumido pela Companhia enquanto signatária do Pacto Global.



04

Companhia de Saneamento do Paraná



4 Companhia de Saneamento do Paraná

A atuação da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) em 2014 demonstra o firme propósito da sua direção na manutenção do crescimento sustentado, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná.

A SANEPAR obteve uma receita operacional líquida de R\$ 1,9 bilhão e um resultado líquido de R\$ 305,0 milhões para remunerar os acionistas e aplicar em novos investimentos (até setembro).

Os esforços operacionais seguem ampliando a abrangência dos serviços de saneamento básico, fator essencial para garantir saúde e qualidade de vida à população. Mantendo toda a população urbana atendida com água tratada, vem cumprindo da mesma forma as metas de expansão dos serviços de esgoto.

A responsabilidade social é visível na ampliação dos serviços de saneamento básico e nos esforços para garantir a qualidade da água distribuída à população, além da preocupação com a preservação do meio ambiente. A Companhia mantém uma série de programas com o objetivo não só de eliminar o passivo ambiental, mas acima de tudo, adequar seus processos a práticas sociais justas e ambientalmente adequadas.

4.1 Mercado e Investimentos

Em relação à água tratada, a SANEPAR atende 100% da população urbana nos municípios em que atua. Ou seja, em torno de 10,7 milhões de pessoas consomem a água produzida e distribuída pela Companhia, com índice de conformidade ao padrão de potabilidade de 99,8%.

Para manter esse índice, com qualidade na prestação dos serviços, os investimentos até setembro chegaram a R\$ 302,6 milhões nos sistemas de abastecimento de água. Houve o incremento de 67,5 mil novas ligações e o volume de água faturado cresceu 4,3% nesse período. Os sistemas de água compreendem 167 estações de tratamento, 238 captações superficiais, 1.013 captações subterrâneas, 46,7 mil km de redes de água e 2,9 milhões de ligações totais.

Em relação ao esgotamento sanitário, a prestação desse serviço vem apresentando uma evolução constante, considerada prioridade pela Companhia. Ao todo 6,9 milhões de pessoas têm acesso à rede de coleta de esgotos. Ou seja, 64,7% da população urbana atendida pela SANEPAR conta com serviços de esgotamento sanitário. Houve o incremento de 60,7 mil novas ligações e o volume de esgoto faturado cresceu 6,4% nesse período. Os sistemas de esgoto compreendem 235 estações de tratamento, 28,7 mil km de redes coletoras de esgoto e 1,7 milhões de ligações prediais. A Companhia trata 99,5% do esgoto coletado, destaque entre os melhores índices nacionais.

Até o fechamento do terceiro trimestre de 2014, foram investidos R\$ 691,0 milhões. Desse total, R\$ 302,6 milhões foram aplicados nos Sistemas de Abastecimento de Água, R\$ 340,9 milhões em Sistemas de Esgotamento Sanitário, R\$ 1,8 milhão em Resíduos Sólidos e R\$ 45,7 milhões aplicados em bens administrativos, immobilizações, estoques e outros. São estimados cerca de R\$ 2,5 bilhões, no triênio 2014-2016, em Investimentos.

4.2 Concessões

A SANEPAR, por meio de contratos de concessões e/ou programas junto às prefeituras, presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário e coleta e destinação resíduos sólidos. Por meio desses, a SANEPAR atua em 345 municípios paranaenses, além de Porto União, em Santa Catarina. Nas regiões em que atua, atende 100% da população urbana com água tratada, aproximadamente 10,7 milhões de pessoas e, 64,7%, aproximadamente 6,9 milhões de pessoas, com coleta e tratamento de esgoto. Esses índices mostram que a SANEPAR está à frente dos esforços para universalizar os serviços de água e esgoto no país.

Curitiba é a capital brasileira com os melhores índices de saneamento. O ranking é do Instituto Trata Brasil, divulgado em 2013, com base nos dados de 2011 apurados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS). O estudo, que mostra a situação do saneamento básico nas 100 maiores cidades do país, revela que 100% dos curitibanos recebem água tratada e 95,5% contam com o serviço de coleta de esgoto. A média nas 100 maiores cidades é de 92,2% com água tratada e 61,4% com coleta de esgoto. No país, os dados do SNIS revelam que 82,4% dos municípios contam com o serviço de água tratada e 48,1% com coleta de esgoto.

Segundo o Trata Brasil, Maringá é a primeira cidade da Região Sul do país nos serviços de água tratada, coleta e tratamento do esgoto doméstico e a terceira melhor cidade em saneamento básico em todo o Brasil. Londrina ocupa a 11ª posição. Também estão entre as 100 melhores cidades brasileiras em saneamento básico as paranaenses: Ponta Grossa (18.ª posição), Foz do Iguaçu (31.ª), Cascavel (45.ª) e São José dos Pinhais (54.ª), todas atendidas pela SANEPAR.

O SNIS é a base de dados mais completa sobre o setor no Brasil, embora seja publicado pelo Ministério das Cidades mais de um ano após a geração das informações. O estudo do Trata Brasil considera vários indicadores, entre eles os índices de população atendida com água tratada, coleta e tratamento de esgoto, perdas de água e investimentos feitos nos serviços.

Até o fechamento do terceiro trimestre, no ano de 2014, foram assinados 65 Contratos de Programa, perfazendo um total de 117 contratos desta modalidade formalizados com municípios para a prestação de serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. A SANEPAR mantém 01 Contrato de Concessão e 04 Contratos de Programa para a prestação de serviços de Resíduos Sólidos Urbanos nos seguintes municípios: Cianorte, Apucarana, São Tomé, Terra Boa e Cornélio Procopio.

Das 346 sedes municipais em que a SANEPAR presta serviços, além de Porto União, em Santa Catarina, aproximadamente 7,2% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos (25 contratos de concessão), 4,9% vencem de 2014 a 2020 (17 contratos de concessão) e 87,9% estão vigentes, sendo 117 contratos de programa e 187 contratos de concessão, com seus vencimentos após 2020.

4.3 Fontes de Financiamento

As fontes dos recursos investidos são: R\$ 11,2 milhões do Banco do Brasil (PSI/13), R\$ 77,6 milhões da Caixa Econômica Federal, R\$ 27,2 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 19,5 milhões do BNDES PAC2, R\$ 2,3 milhões do Itaú PSI/13 e R\$ 52,2 milhões de debêntures, totalizando R\$ 190,0 milhões de empréstimos e financiamentos. Outros R\$ 500,7 milhões foram investidos com recursos próprios.

4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

- PAC fase 1 - 111 empreendimentos no valor total de R\$ 1,0 bilhão, assim distribuído: a) 53 empreendimentos com recursos do FAT/BNDES, 40 concluídos (R\$ 363,7 milhões); b) 98 empreendimentos com recursos do FGTS/CEF, 45 concluídos (R\$ 683,3 milhões); c) 02 empreendimentos com recursos do OGU (R\$ 13,8 milhões).
- PAC fase 2 (cidades com população menor que 150 mil habitantes) - serão investidos mais de R\$ 121,0 milhões, recursos assegurados via BNDES, em fase de elaboração dos projetos e execução das obras.
- BNDES 2011 - 13 empreendimentos no valor de R\$ 120,4 milhões.
- BNDES 2012 - 13 empreendimentos no valor de R\$ 75,8 milhões.
- BNDES 2013 - 05 empreendimentos no valor de R\$ 222,3 milhões.
- BNDES 2014 - 09 empreendimentos no valor de R\$ 313,4 milhões.
- CAIXA 2012 - 22 empreendimentos no valor de R\$ 52,4 milhões.
- CAIXA 2013 - 24 empreendimentos no valor de R\$ 537,7 milhões.

4.5 Outras Fontes de Recursos

Mediante a emissão de debêntures pelo BNDES, foram garantidos os seguintes recursos: 2ª Emissão - R\$ 464,8 milhões, compreendendo 166 empreendimentos; 4ª Emissão - R\$ 365,1 milhões, compreendendo 56 empreendimentos.

4.6 Resultados Financeiros

A SANEPAR fechou o terceiro trimestre de 2014 com Patrimônio Líquido de R\$ 3,7 bilhões e Resultado Líquido de R\$ 305,0 milhões.

4.7 Meio Ambiente

Na SANEPAR todas as ações devem obedecer a uma visão sistêmica para a construção de uma gestão integrada. Por meio dela, a operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário está perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade

ambiental, ou seja, do mesmo modo que pesquisa soluções técnicas para racionalizar o uso dos recursos hídricos, a Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais decorrentes das ações de saneamento.

4.8 Tarifa Social

A SANEPAR mantém o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgoto, cuja tarifa é de R\$ 6,60 até 10 m³ de água por mês e R\$ 3,30 pelo esgotamento sanitário (água + esgoto = R\$ 9,90). O programa está em constante revisão para que apenas as famílias carentes sejam atendidas.

Em setembro, em torno de 200 mil famílias estavam cadastradas no programa resultando em subsídio acumulado até o terceiro trimestre de R\$ 47,3 milhões.

4.9 Metas

- Manter em 100% o Índice de Atendimento com Rede de Distribuição de Água.
- Ampliar o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto para 68%.
- Acrescentar 95.844 novas Ligações de Água.
- Acrescentar 91.422 novas Ligações de Esgoto.
- Manter o Programa da Tarifa Social.
- Alcançar o patamar de R\$ 2,0 bilhões ao final do triênio 2012-2014 em Investimentos.

05

Companhia Paranaense de Energia



5 Companhia Paranaense de Energia

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade e sua visão é ser simplesmente a melhor da década.

5.1 Destaques de 2014

Merece destaque o programa de investimentos, da ordem de R\$ 2,6 bilhões, e o alinhamento dos principais objetivos da atual gestão: simplificar e tornar mais ágil o atendimento à população, investir em tecnologia para melhorar os serviços prestados ao público, reduzir custos e buscar novos investimentos em geração e transmissão de energia elétrica.

O Planejamento Estratégico Integrado da COPEL foi revisado em 2014 observando os novos cenários nacionais e internacionais sobre concessão de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, sobre redução de encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Esta revisão contou com a participação de profissionais de todas as Diretorias da empresa.

Este planejamento visa levar à conquista de sua Visão de ser Simplesmente a Melhor da Década nos negócios que compõem seu core business: Geração, Transmissão, Distribuição e Telecomunicação.

5.2 Modelo de Excelência da Gestão

A Diretoria da Companhia adotou o Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que tem o objetivo de promover a melhoria da gestão empresarial, tendo como referência os fundamentos de excelência, reconhecidos internacionalmente e que são encontrados em organizações líderes de Classe Mundial.

Em 2014, a COPEL Distribuição participou mais uma vez do Prêmio Nacional da Qualidade e desta vez, recebeu a premiação de Destaque em Clientes. Esse reconhecimento é concedido à empresa referência em ações desenvolvidas para a satisfação do cliente. A participação da COPEL Distribuição no Prêmio Nacional da Qualidade tem como consequência melhorar sua classificação no Prêmio Abradee, que é uma das metas para se atingir a Visão da Companhia.

5.3 Acompanhamento dos Projetos Corporativos

Por meio da ferramenta EPM, o Escritório de Projetos Corporativo da COPEL efetuou o monitoramento físico e financeiro de 24 projetos corporativos e 08 projetos de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), nas quais a companhia tem participação.

5.4 Geração de Energia Elétrica

5.4.1 Operação e Manutenção de Usinas

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontra-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico como um todo. Dentre eles, destacam-se:

- Conclusão da modernização da UHE Apucarantina, compreendendo a reforma de todos os equipamentos hidromecânicos das barragens (comportas, válvulas, tomada d'água, canal de adução).
- Contratação da modernização da UTE Figueira, envolvendo o fornecimento e instalação de uma nova unidade geradora de 20 MW e investimento da ordem de R\$ 100,0 milhões.
- Conclusão da modernização da subestação da UHE Guaricana (destaque para os transformadores elevadores isolados a óleo vegetal biodegradável e não inflamável), do sistema de Sistema Digital, Supervisão e Controle das unidades geradoras 2, 3 e 4 da UHE e início da execução da modernização e dos reguladores de tensão e velocidade da UHE.
- Reforma dos equipamentos de elevação e transporte, pórticos rolantes de 800 toneladas e 135 toneladas da Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto.
- Início do processo de recuperação das usinas Salto do Vau, Cavernoso, e Cavernoso II, inundadas na cheia de junho.
- Concluído projeto de Modernização de Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), com previsão de lançamento de edital de licitação para execução do projeto em março de 2015.
- Otimização da estrutura física corporativa de Curitiba - foram elaborados os projetos básicos de arquitetura e de estruturas do edifício que abrigará os novos Centros de Operação, assim como desenvolvidos diversos estudos de disciplinas complementares e definido o perfil de qualidade ambiental desse edifício.

5.4.2 Expansão da Geração de Energia

- Usina Hidrelétrica Colíder - localizada no rio Teles Pires, entre os municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, no Mato Grosso, as obras iniciaram em 2011 e devem absorver R\$ 1,6 bilhão em investimentos. O empreendimento terá 300 MW de capacidade instalada, com previsão de entrar em operação comercial em 2015. Cerca de 80,0% das obras estão concluídas. Em julho iniciaram-se os trabalhos de supressão da vegetação na área do futuro reservatório e, em novembro, foram concluídos os serviços de aterro em solo e rocha da barragem. A COPEL Geração e Transmissão S.A. conquistou a concessão para implantação e exploração da UHE Colíder por 35 anos no leilão de energia realizado pela ANEEL em 30 de julho de 2010.
- Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu - em 08 de junho, a ensecadeira de desvio do rio foi galgada pela enchente histórica e em 14 de julho. Os serviços de implantação da Usina foram paralisados em função da suspensão da Licença de Instalação do empreendimento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (4º TRF/RS). A hidrelétrica terá potência instalada de 350 MW e será construída no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, no sudoeste do Paraná. Com investimento total estimado de R\$ 1,6 bilhão, a entrada em operação está prevista para abril de 2016.

5.4.3 Complexo Hidrelétrico do Tapajós

A COPEL participa com outras oito empresas do Consórcio Tapajós, constituído para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamaxim, na região Norte do Brasil. Os estudos previstos compreendem a avaliação ambiental da Bacia do Rio Tapajós e estudos de viabilidade do Complexo do Rio Tapajós, composto por cinco usinas que somam 11.867 MW de capacidade instalada. Os trabalhos foram iniciados pela maior das usinas, São Luiz do Tapajós, com 8.040 MW, com o relatório de engenharia do estudo de viabilidade entregue em março e aceito pela ANEEL em 02/05/14 conforme Despacho 1.341/2014. Prevê-se a realização de Leilão para comercializar energia deste empreendimento em 2015.

5.4.4 Participação em Leilões de Energia Nova

Encontra-se em desenvolvimento estudos de viabilidade técnica, socioambiental, institucional e econômica para subsidiar decisões sobre a participação nas disputas de concessões para implantação e exploração das usinas hidrelétricas que serão licitadas nos próximos leilões de novos empreendimentos de geração a serem promovidos pela ANEEL.

5.4.5 Petróleo e Gás

A COPEL arrematou quatro blocos para a exploração de gás no Paraná na 12ª Rodada de Licitações realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 28 de novembro de 2013. A Companhia entrou no leilão com 30,0% de participação no consórcio Petra, que reúne ainda as empresas Petra Energia (30,0%), Bayar (30,0%) e Tucumann (10,0%). Os blocos de exploração vencidos pelo grupo ficam nas regiões de Pitanga e de Pato Branco. O investimento do consórcio será de cerca de R\$ 100,0 milhões na primeira fase da prospecção, com duração de quatro anos, na qual serão aprofundados os estudos para identificar a capacidade de produção dos blocos.

Em 18 de setembro de 2014, a COPEL e suas parceiras do consórcio constituíram a Paraná Gás Exploração e Produção S.A., SPE que irá atuar nas atividades de exploração (prospecção e pesquisa) e produção de petróleo e gás natural convencional nos blocos da Bacia do Paraná.

5.4.6 Outras Fontes de Energia Renovável

Aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável, é uma das importantes diretrizes estratégicas estabelecidas para o negócio de geração da COPEL. Neste sentido, a Companhia vem pesquisando e prospectando novos negócios relativos a estas fontes de energia.

Principais projetos e ações: estruturação de carteira própria de projetos eólicos, projetos solares fotovoltaicos e biomassa.

Em 2011, a COPEL adquiriu, da Galvão Energia, 49,9% do Complexo São Bento, do qual fazem parte os parques eólicos: Farol (20 MW), Olho d'água (30 MW), São Bento do Norte (30 MW) e Boa Vista (14 MW), cuja construção foi concluída em agosto de 2013. Em dezembro de 2013 a COPEL adquiriu os outros 50,1% deste complexo. A operação comercial ainda não iniciou devido à falta de condições para conexão na Rede Básica. Apesar disso, a obra foi concluída dentro dos prazos e, de acordo com os contratos, faz jus ao recebimento das receitas, mesmo não gerando energia.

Juntamente com os parques do Complexo São Bento, a COPEL adquiriu 100,0% de participação na SPE Cutia e em outros projetos/complexos eólicos que, somados, representam aproximadamente 540 MW de potência. Destes, 180 MW referentes a sete parques eólicos, tiveram sua energia comercializada no Leilão de Energia de Reserva de 2014, realizado em outubro.

Em 2013, a COPEL adquiriu 100,0% dos parques eólicos Santa Maria (29,7 MW), Santa Helena (29,7 MW), Santo Uriel (16,2 MW), Asa Branca I (27 MW), Asa Branca II (27 MW), Asa Branca III (27 MW) e Euros IV (27 MW), que se encontram em fase de construção, com previsão de conclusão e entrada em operação em 2014 (1ª etapa) e março de 2015 (2ª etapa).

Em 2014, a COPEL adquiriu 49,0% da participação da Voltalia no complexo Eólico São Miguel do Gostoso, com potência total de 108 MW. A energia dos parques foi comercializada no 4º Leilão de Energia de Reserva de 2011.

Ainda em 2014, a COPEL adquiriu da RPE Energia 100,0% do Complexo Eólico Santos, composto por seis parques eólicos, com potência total de 136 MW, e que está habilitado para participar do Leilão de Energia Nova A-5 de 2014.

5.5 Transmissão de Energia Elétrica

Em 28 de julho entrou em operação a subestação Cerquilha III, localizada em São Paulo, com 03 autotransformadores trifásicos de 150 MVA cada, sendo uma unidade reserva, totalizando em 300 MVA de potência de transformação. A obra foi um marco histórico para Companhia no atendimento fora das fronteiras do Paraná e proporcionará à COPEL um incremento de receita anual de aproximadamente R\$ 4,0 milhões.

Também foram concluídas as obras de ampliação das subestações Maringá (em janeiro) e Uberaba (em março), que receberam novos autotransformadores, num total de 250 MVA de potência. A subestação Uberaba fazia parte do plano de reforços para o atendimento das cidades-sede da Copa do Mundo.

Dentro do rol de obras priorizadas pelo Ministério de Minas e Energia para o Mundial, destaca-se ainda a linha de transmissão com 26,5 km de extensão conectando as subestações Uberaba e Umbará (segundo circuito) que entrou em operação em junho. Foram investidos R\$ 10,0 milhões e a receita anual para a COPEL é de aproximadamente R\$ 1,5 milhão.

Outra obra importante iniciada em 2014 é a da Subestação Paraguaçu Paulista II (230 kV), no Estado de São Paulo. A obra começou em setembro e encontra-se na fase de obras civis. O investimento previsto é de R\$ 60,0 milhões e a receita anual está estimada em R\$ 6,0 milhões a partir da entrada em operação, que deve ocorrer no segundo semestre de 2015.

5.5.1 Novos Empreendimentos

Em 29 de janeiro, foi assinado o contrato de concessão nº 005/2014 conquistado pela COPEL Geração e Transmissão S.A. em leilão da ANEEL, composto pela subestação Curitiba Norte, que será construída na Região Metropolitana de Curitiba e vai operar na tensão de 230 kV, e por uma linha de transmissão com 33 km de extensão que irá conectá-la a outra subestação existente denominada SE Bateias. Esses empreendimentos devem receber R\$ 59,0 milhões em investimentos e proporcionar à COPEL uma receita anual de aproximadamente R\$ 7,0 milhões quando entrarem em operação (prevista para 2016).

Em 05 de setembro, foram assinados os contratos de concessão nº 021/2014 e 022/2014 arrematados pela COPEL Geração e Transmissão S.A., que abrangem os seguintes empreendimentos:

- Subestação Realeza Sul, que será construída na região Sudoeste do Paraná e vai operar na tensão de 230 kV, e uma linha de transmissão com 53 km de extensão que irá conectá-la a outra subestação existente denominada SE Foz do Chopim. Com investimento previsto de R\$ 48,0 milhões e receita estimada anual de R\$ 5,8 milhões quando entrar em operação em 2017.

- Linha de transmissão 500 kV com 120 km de extensão que irá conectar as subestações Londrina e Assis-SP. Com investimento previsto de R\$ 128,0 milhões e receita estimada anual de R\$ 15,0 milhões quando entrar em operação em 2017.

Em 29 de outubro, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.890/2014 para a COPEL Geração e Transmissão S.A., ordenando investimentos e ampliações nas subestações Bateias e Guaíra, com a instalação de novos bancos de capacitores que vão operar na tensão de 230 kV, além da instalação de uma linha de transmissão 230 kV com 132 km de extensão (em dois trechos de 46 e 96 km, respectivamente) que irá conectar as subestações Ponta Grossa Norte e Figueira, com seccionamento na nova subestação KLACEL (Klabin Celulose, em Ortigueira-PR). Com investimento previsto de R\$ 88,0 milhões e receita estimada anual de R\$ 12,3 milhões quando entrar em operação em 2016.

Em maio, a COPEL conquistou no Leilão 001/2014 da ANEEL três lotes de empreendimentos de transmissão:

- Lote F - arrematado pelo consórcio Cantareira (51,0% Elecnor e 49,0% COPEL Geração e Transmissão), cuja proposta é reforçar o atendimento no Sudeste associado ao escoamento da energia da Usina Hidrelétrica Belo Monte. O lote é composto pela Linha de Transmissão Estreito - Fernão Dias, localizada nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Com investimento total previsto da ordem de R\$ 690,0 milhões e a receita anual estimada em R\$ 77,0 milhões.
- Lote K - arrematado de forma isolada pela COPEL Geração e Transmissão S.A., formado por uma linha de transmissão no Paraná e tem o objetivo de aumentar a confiabilidade no fornecimento de energia na Região Sudeste do Paraná. O investimento total previsto é de R\$ 49,0 milhões e a receita anual estimada em R\$ 5,7 milhões.
- Lote M - arrematado de forma isolada pela COPEL Geração e Transmissão S.A., é composto por uma linha de transmissão que passa pelos estados de São Paulo e Paraná. O investimento total previsto é de R\$ 135,0 milhões e a receita anual estimada em R\$ 15,0 milhões.

No segmento de transmissão de energia, a COPEL integra ainda outras nove SPEs, parte delas com empreendimentos em operação e outras com obras em andamento. No total, essas SPEs detém concessão para instalação de 10 subestações e 5.081 km de linhas de transmissão em nove estados brasileiros, com investimentos que somam quase R\$ 7,0 bilhões.

5.5.2 Operação e Manutenção da Rede Básica

Dentro das atividades de operação e manutenção das instalações da COPEL na Rede Básica (acima de 230 kV), foram implementadas melhorias e novas tecnologias, visando garantir os índices de disponibilidade dos 2.173,5 km de linhas de transmissão e 32 subestações.

Nesse contexto, destacam-se:

- Conclusão da modernização do sistema de proteção, supervisão e controle das subestações Londrina, Ponta Grossa Norte, Ibiporã, todas em 230 kV, e Londrina Eletrosul, em 500 kV.
- Instalação de localizadores de faltas em linhas de transmissão com tecnologia de ondas viajantes nas subestações Cascavel Oeste, Mauá, Jaguariaíva, Ibiporã, Figueira e Pilarzinho, que proporciona maior precisão na localização de defeitos e agilidade no restabelecimento de ocorrências em linhas de transmissão.
- Instalação piloto de transformadores de corrente ópticos na subestação Posto Fiscal, que é uma nova tecnologia em equipamentos de transformação para sistemas de proteção e medição.
- Realização de inspeção aérea nas linhas de transmissão 230kV e 500kV visando maior confiabilidade do sistema de transmissão.
- Desenvolvimento de novas técnicas de manutenção de linha viva de transmissão de modo a minimizar os desligamentos para manutenção.

5.6 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica

A COPEL realiza o fomento e a gestão de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Inovação Tecnológica dos negócios geração, transmissão e distribuição de energia, aplicando, em especial, os investimentos obrigatórios definidos pela Lei nº 9.991/2000 para as empresas concessionárias de energia.

Encontra-se em execução 39 projetos de P&D, sendo 13 em que a COPEL participa de forma cooperada com outras empresas e cujos temas são considerados relevantes e são estabelecidos pela ANEEL ou demais concessionárias.

Como resultado dos projetos de pesquisa e desenvolvimento foram protocolizados 14 pedidos de patentes de produtos junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) desde o início do Programa de P&D da Companhia.

5.7 Distribuição de Energia Elétrica

No âmbito de distribuição de energia, a Companhia apresenta, em relação aos anos anteriores, crescimento no número de consumidores de todas as classes.

O incremento de ligações previsto para 2014 é 131,3 mil consumidores, sendo 112,4 mil residenciais, 1,5 mil industriais, 13,3 mil comerciais, 3.000 rurais e 1,1 mil das demais classes de consumo.

Desta forma, estima-se que ao término do exercício serão faturados 4.313 mil consumidores, número 3,2% superior ao verificado em 2013.

5.7.1 Mercado de Energia Elétrica

A tabela a seguir apresenta o mercado realizado em 2013, o estimado para 2014 e as respectivas taxas de crescimento:

CLASSE	CONSUMO POR CLASSE - GWh			NÚMERO DE CONSUMIDORES (x mil)		
	2014*	2013	%	2014*	2013	%
Residencial	7.230	6.888	5,0	3.432	3.320	3,4
Industrial	6.805	6.605	3,0	95	93	2,2
Comercial	5.407	5.074	6,6	352	339	3,8
Rural	2.224	2.081	6,8	376	373	0,8
Outros	2.358	2.278	3,5	58	56	3,6
TOTAL	24.024	22.926	4,8	4.313	4.181	3,2

*Estimativa

Em 2014, foram implementadas ações e projetos visando modernidade e agilidade no atendimento ao cliente, com redução do impacto ambiental.

Com vistas a manter as conquistas alcançadas e maior aproximação com o cliente, foram realizados inúmeros serviços por meio dos canais de atendimento disponíveis. Entre esses projetos, serviços e ações destacam-se:

- De março a novembro foram realizadas visitas às escolas, empresas, entidades de classes e associações. A COPEL também participou de feiras e exposições, ministrando palestras e realizando atendimento por meio das suas unidades de atendimento móvel. Estes eventos representam uma oportunidade para o cliente solicitar serviços comerciais, obter orientação sobre o uso seguro e eficiente da energia, direitos, deveres e programas sociais.
- Programa Palestra nas Escolas - leva informações importantes a respeito do uso consciente e correto da energia elétrica, dos direitos e deveres dos cidadãos e consumidores, bem como fala sobre o meio ambiente para alunos da 4ª série do ensino público, com aproximadamente 120 mil crianças informadas.
- Implantação total do Sistema de Leitura com Impressão Simultânea da nota fiscal/conta de energia elétrica, envolvendo 100% dos consumidores urbanos atendidos em baixa tensão. Isto proporciona economia na impressão de faturas em folhas especiais e a utilização de envelopes com janela plástica para aproximadamente 4 milhões de unidades consumidoras.
- Serviço de envio de SMS aos clientes para: a) aviso de conclusão de serviços de ligação nova, desligamento a pedido, vistoria de unidade consumidora; b) aviso de cobrança - foram enviados 172.456 SMS (até outubro); e c) comunicação de que está com falta de energia, foram recebidos 438.466 SMS até outubro.
- Envio de reaviso de vencimento e da fatura por e-mail, para os Grupos A e B. Com isto, as faturas deixam de ser impressas no momento da leitura, ou posteriormente, reduzindo o impacto ambiental. Ao optar por esta modalidade, o cliente recebe todo

mês uma mensagem com link para a Agência Virtual da COPEL, onde a fatura poderá ser visualizada e impressa. São aproximadamente 32.383 unidades consumidoras cadastradas (7.000 do Grupo A e 25.383 do Grupo B).

- Continuidade no atendimento a clientes por meio dos diversos canais disponíveis, dentre os quais: a) atendimento telefônico, com média mensal de 416.362 ligações atendidas; b) 405 agências e postos de atendimento na área de concessão, responsáveis por 2.486.867 atendimentos presenciais (janeiro a outubro); c) site COPEL, com média mensal de 597.368 serviços; d) COPEL Mobile, que possibilita informar falta de energia, consulta débitos, histórico de consumo, desligamentos programados e locais onde estão situadas as agências e postos de atendimento, também possibilita a atualização do cadastro de telefone e e-mail do cliente, a escolha de uma data fixa de vencimento da fatura de energia, a informação da autoleitura, a solicitação de religação e a consulta ao código de barras para pagamento da fatura, com 413.891 consultas e solicitações de serviços (janeiro a outubro) realizadas.
- Investimentos de aproximadamente R\$ 800,0 milhões para as obras de expansão, melhoria, renovação, automação e desenvolvimento de redes de distribuição, sendo R\$ 300,0 milhões para a construção de subestações e linhas de transmissão de alta tensão, R\$ 500,0 milhões para as redes de distribuição de média e baixa tensão sendo que nestes valores estão inclusos R\$ 120,0 milhões em obras para ampliação e reforço do sistema relacionado com o atendimento e fornecimento de energia para o evento da Copa do Mundo.
- Estudos e execução de projetos nas áreas de novas tecnologias de redes de distribuição, ferramentas computacionais de apoio aos processos, automação, proteção e controle do sistema elétrico, desenvolvimento de materiais, equipamentos e dispositivos que preparam o sistema da COPEL para as aplicações futuras de uma rede inteligente (Smart Grid). Visa planejar e desenvolver tecnologias para implantação a curto, médio e longo prazo, no âmbito da distribuição de energia elétrica, com o objetivo de atender às exigências do consumidor e do órgão regulador (ANEEL), proporcionando a melhoria na qualidade da energia fornecida aos consumidores, a redução de custos operacionais, o aumento da segurança das atividades desenvolvidas e a otimização dos recursos e processos. Em 2013, estas ações foram integradas ao Programa Paraná Smart Energy, uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná, que conta com o Projeto Piloto na Fazenda Rio Grande para testes de novas tecnologias. Além disso, foi proposto e está em execução um novo projeto denominado de Paraná Smart Grid, coordenado pela COPEL com a participação da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS), Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC), Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e as Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e de Ciência e Tecnologia, em que estão sendo testadas novas tecnologias de automação de rede,

automação da medição, telemetria integrada de eletricidade, água e gás, além de tendências no futuro como a automação residencial, a geração distribuída e a utilização de veículos elétricos.

5.8 Telecomunicações

Aceleração na expansão da rede de fibras ópticas (anel principal) - a COPEL chegou com sua fibra óptica em todos os 399 municípios paranaenses.

Principais dados técnicos da COPEL Telecomunicações em 2014:

- Cabos ópticos instalados no anel principal (backbone) - 118 km (acumulado: 9.608 km).
- Cabos ópticos autossustentados (FTTX e Acesso) instalados (acumulado: 22.657 km).
- 399 cidades atendidas no Paraná e duas em Santa Catarina.
- 12.369 novos clientes (acumulado: 20.639).
- 2.233 escolas estaduais ligadas até 2014.
- 348 atendimentos definitivos ao Governo. Acumulado: 5.252, sendo 2.233 do Paraná Digital e 3.019 da RedeGov.
- Índice de disponibilidade média dos serviços de 99,98%.
- Início da comercialização do produto BEL Fibra-Internet para clientes em Banda Extra Larga nas seguintes cidades: Maringá, Piraquara, Castro, Foz do Iguaçu, Tibagi, Congonhinhas, Curiúva, Marechal Cândido Rondon, Ortigueira, Reserva, Prudentópolis, Imbaú, Cândido de Abreu, Cornélio Procópio, Medianeira, Pinhão, Dois Vizinhos, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado, Ouro Verde do Oeste, Mercedes, Fênix, Quinta do Sol, Floresta, Itambé, Bom Sucesso, Cambira, Santa Isabel do Ivaí, Douradina, Doutor Camargo, Figueira, Rio Branco do Ivaí, Sapopema, São Jorge d'Oeste, Verê, Enéas Marques, Tupãssi, Francisco Alves e São Jerônimo da Serra.
- Fornecimento de acesso sem fio à internet (*wireless*) durante a temporada no litoral do Estado e durante o ano em feiras e exposições no Interior do Estado.
- Durante o período de realização da Copa do Mundo a COPEL Telecom disponibilizou o serviço de *internet* sem fio em pontos turísticos do litoral do Paraná em Paranaguá, Pontal do Sul e Ilha do Mel. Além disso, as forças de segurança, como o exército, utilizaram os serviços da Companhia para ligar o monitoramento das imagens geradas pelas câmeras de segurança do município de Curitiba com o centro de segurança instalado para a Copa.

5.9 Regularização Fundiária

O processo de regularização das fazendas dos reassentamentos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, continua em andamento. As famílias foram realocadas para viabilizar o empreendimento e os títulos estão sendo entregues aos respectivos ocupantes. Foi

concluída a regularização do título da terra em nome de 88 famílias do Reassentamento Fazenda Refopas, no município de Cascavel, onde foram entregues 69 títulos de propriedade aos reassentados. As fazendas Barater, Boa Esperança e Fazenda Centenário estão em situação de regularização mais avançada, com previsão de entrega dos títulos, em 2015, para 74 famílias.

Após retirar, em 2013, aproximadamente 50 famílias de uma área invadida na região chamada de São Bernardo, a COPEL firmou parceria com a Prefeitura de União da Vitória, com vistas a implementar um Parque Público naquela área. Tal ação visa, além de evitar futuras invasões, permitir que toda a população possa usufruir do espaço. A implantação das estruturas do Parque foi licitada e estão em fase de construção.

5.10 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais

5.10.1 Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social

- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - as ações da COPEL continuarão a integrar, em 2015, o grupo seletivo das 40 empresas mais sustentáveis da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). A instituição confirmou as companhias que comporão a 10ª edição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), de 05 de janeiro de 2015 a 02 de janeiro de 2016. A COPEL esteve presente em nove das dez edições do índice. Criado no fim de 2005, o ISE reúne as ações de companhias comprovadamente comprometidas com os princípios da sustentabilidade, que abrangem eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Para a edição de 2014, foram convidadas 182 empresas que detêm as 200 ações mais líquidas da Bovespa. As selecionadas compõem a carteira pelo prazo de um ano. A nova carteira reúne 51 ações das 40 companhias. Elas representam 19 setores e soma R\$ 1,22 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 49,9% do total do valor das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA, com base no fechamento de 24 de novembro. Em comparação com o ano passado - quando somava R\$ 1,1 trilhão, o valor de mercado subiu 7,0%.
- Pacto Global - desde 2000, como reafirmação de seu compromisso com a sustentabilidade, a COPEL mantém-se signatária do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores como direitos humanos, relações no trabalho, meio ambiente e combate à corrupção em seus negócios.
- Relatório de Sustentabilidade no modelo do Global Reporting Initiative (GRI) - em 2013, a Companhia passou a elaborar seu relato de sustentabilidade de acordo com a nova geração de diretrizes, a G4. A nova geração enfatiza as questões de governança e os impactos mais significativos da organização, assim como o vínculo entre a estratégia da corporação e o desenvolvimento sustentável e o foco nos temas identificados na materialidade.

- Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo - também como parte de seu compromisso com a sustentabilidade, a companhia manteve-se signatária do Pacto, que busca erradicar a prática do trabalho forçado e escravo nas organizações.
- Principles for Responsible Management Education (PRME) - Princípios para Educação Executiva Sustentável - a companhia aderiu PRME por meio de sua universidade corporativa UniCOPEL, que tem como propósito incluir na grade de treinamentos a temática Sustentabilidade como forma de preparar os empregados para ações responsáveis; abordar a temática Sustentabilidade na integração dos novos empregados, ressaltando a sua importância nas ações corporativas, bem como preparar as lideranças da Companhia com base em valores internacionalmente aceitos. Entre as ações da companhia alinhadas aos princípios do PRME podem ser citadas: o Troféu Susie Pontarolli, que premia ações sustentáveis de seus empregados e fornecedores; o Seminário de Boas Práticas Socioambientais, onde é debatido o tema Sustentabilidade com empregados, fornecedores e instituições que celebram as boas práticas socioambientais; entre outras.
- Cultivar Energia - realizado em parceria com prefeituras e associações de moradores, tem como objetivo implementar hortas comunitárias sob linhas de energia da COPEL. Por meio dessa iniciativa, a COPEL busca promover a educação ambiental e inclusão social por meio da segurança alimentar e geração de renda. Em 2014, a nova Horta Comunitária Parque Itaipu (sob LT 230kV) começou a funcionar no primeiro semestre. Em conjunto com as Hortas Comunitárias Vila Esperança (sob LT 138kV) e Cidade Canção (sob LT 230 kV), implantadas em 2013, as hortas beneficiam em torno de 140 famílias de comunidades do Município de Maringá. Estas hortas comunitárias fazem parte do projeto piloto implantado em parceria com a prefeitura.
- Seminário COPEL de Boas Práticas Socioambientais (V Edição) - ação do Programa de Educação para Sustentabilidade que visa compartilhar conhecimentos e experiências sobre o tema. Voltado para empregados e fornecedores da COPEL, a temática focaliza as boas práticas em sustentabilidade interna e externa, apresentando iniciativas e ações de fornecedores, os quais são elementos relevantes na cadeia de gestão para a sustentabilidade da Companhia, face ao grande contingente de produtos e serviços contratados. No evento ocorreu a 2ª Edição do Troféu Susie Pontarolli, que premiou empregados da COPEL e de seus fornecedores, por projetos realizados durante o ano de 2014 relacionados com a temática; e em paralelo, foi realizada a Feira de Boas Práticas Socioambientais, ocasião em que se oportuniza o encontro de empresas, instituições sociais, universidades e institutos com o propósito de troca de experiências, apresentação de produtos e apoio a instituições sociais reconhecidas no Paraná.
- Programa Luz Fraterna - em setembro, 187.407 famílias carentes foram beneficiadas com o pagamento mensal da conta de energia pelo Governo do Estado, envolvendo recursos na ordem de R\$ 2,7 milhões. Em 2014, o total de recursos foi de R\$ 20,7

milhões. Em 01/09/2013, o critério de consumo máximo de energia para inclusão no programa passou de 100 para 120 kWh, conforme Lei Estadual nº 17.639/2013.

- Universalização Rural e o Programa Luz para Todos - com o compromisso entre COPEL e Governos Estadual e Federal, o Luz Para Todos, iniciado em 2004, beneficiou mais de 400 mil pessoas no Paraná, por meio da ligação de aproximadamente 80.000 domicílios rurais, superando a meta inicialmente estabelecida. As famílias, além de contarem com a construção gratuita das redes de distribuição de energia, foram beneficiadas com a entrada de serviço e a instalação elétrica no interior da residência. A quinta e última etapa do Programa encerrou em dezembro, somando mais de R\$ 500,0 milhões investidos.
- Programa de Irrigação Noturna/Programa Tarifa Rural Noturna - realizados em conjunto entre a COPEL, a SEAB, a EMATER, a SEMA, entre outros órgãos. Visam incentivar o aumento da produtividade, mediante desconto de 60,0% a 70,0% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21h30 e 06h00, com aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida para o produtor rural. Encontram-se cadastrados 4.006 agricultores no Programa de Irrigação Noturna e 7.823 consumidores rurais no Programa Tarifa Rural Noturna.
- Programa de Eficiência Energética (PEE) - anualmente, a COPEL desenvolve o PEE, em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei nº 9.991/2000, com a aplicação de recursos financeiros em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica. Até novembro, foram aplicados cerca de R\$ 10,5 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, escolas estaduais, hospitais sem fins lucrativos, prédios públicos, estabelecimentos comerciais, entre outros projetos.
- Telemedição Grupo A - a COPEL expandiu a telemedição para os seus maiores clientes, os consumidores pertencentes ao grupo A. Até novembro, foram mais de 12.300 pontos telemedidos, correspondendo a quase 88,0% do total. Os dados do faturamento são obtidos automaticamente, sem o deslocamento de um leiturista, o que melhora a qualidade do processo, elimina erros e agrega valor, com a disponibilidade de dados para os processos internos e via *internet* para os clientes. Tem ainda a capacidade de monitorar o uso da energia elétrica, emitindo alarmes, quando situações anômalas ocorrem, contribuindo para a detecção de defeitos e procedimentos irregulares na medição e reduzindo as perdas comerciais da COPEL. A previsão é concluir o projeto até março de 2015, completando a instalação em todo o grupo A (cerca de 14.000 clientes atendidos em média e alta tensão).

5.10.2 Gestão Socioambiental

- Licenciamento Ambiental - protocoladas 129 solicitações de licenças ambientais, para os empreendimentos de Geração, Transmissão e Distribuição. Até novembro, foram

emitidas 79 licença e permanecem em 76 processos de licenciamento (incluindo solicitações de anos anteriores). A COPEL Distribuição protocolou 69 solicitações de licenças ambientais para seus empreendimentos, com 69 licenças emitidas até outubro e 36 processos de licenciamento em análise (incluindo solicitações de anos anteriores).

- Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o IAP, para regularização do licenciamento ambiental das linhas de transmissão e subestações que iniciaram sua operação antes de 01/02/1986 (225 empreendimentos). Até outubro, foram protocolados 188 processos e recebidas 116 Licenças Ambientais (72 processos restantes aguardam manifestação do IAP).
- Auditoria Ambiental Compulsória (AAC) - no Paraná, conforme a tipologia do empreendimento, a AAC poderia ser pré-requisito para renovação das Licenças de Operação. Foram realizadas 03 AACs em 03 Subestações, uma auditoria para a Linha de Transmissão 525 kV Salto Caxias - Cascavel Oeste. A Lei Estadual nº 18.189, em 26 de agosto de 2014, extinguiu a AAC.
- Comitê técnico de gerenciamento de Bifenilas Policloradas (PCB) – visa avaliar normas internas, com o intuito de padronizar as ações realizadas na Companhia. Tema de relevância para o setor elétrico, em 2014, a COPEL acompanhou institucionalmente os encaminhamentos para a construção de resolução do CONAMA relacionada a este tema.
- Estudos Ambientais - foram elaborados estudos ambientais (em suas diferentes fases de licenciamento) para 04 Subestações e 19 Linhas de Transmissão. Na COPEL DIS foram elaborados estudos ambientais (em suas diferentes fases de licenciamento) para 05 Subestações e 05 Linhas de Transmissão. Além disso, foram analisados, quanto aos riscos e viabilidade ambiental, os empreendimentos de interesse da Companhia para participação em 03 leilões de empreendimentos de transmissão e 02 leilões de empreendimentos de geração da ANEEL e os empreendimentos inscritos nas chamadas públicas da COPEL para novas oportunidades de negócio.
- Programa de Arborização Urbana - incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da COPEL, por meio de ações junto às prefeituras, visando à convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. Foram executados quatro convênios com prefeituras, contemplando a substituição de 422 árvores que ofereciam riscos às redes de energia e o fornecimento de 3.350 mudas em tamanho padrão para plantio em calçadas. Também foram realizados seis cursos técnicos de arborização urbana, em parceria com a SEDU e o IAP, tendo sido treinados 236 gestores e servidores de 141 municípios.
- Projeto Básico Ambiental (PBA): a) UHE Mauá - composto por 21 programas e 13 subprogramas ambientais, cujo desenvolvimento permite prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos decorrentes da construção da Usina, bem como potencializar e otimizar os impactos positivos, com 95,0% realizado até outubro; b) UHE Colíder – em construção na região norte do Mato Grosso, nos municípios de

Colíder, Nova Canaã do Norte, Itaúba e Cláudia, a COPEL está implantando o PBA, que possui 32 Programas, contemplando os meios físico, biótico e socioeconômico, com 28 programas socioambientais em execução e os demais em processo de contratação ou tratativas com os órgãos competentes; c) PCH Cavernoso II - composto por 17 programas ambientais, foi integralmente realizado, restam a recuperação ambiental de algumas áreas degradadas e a manutenção para efetivação da floresta marginal ao reservatório, além da continuidade dos programas ambientais de operação, como o Monitoramento de Ictiofauna; d) LT Araraquara - Taubaté em São Paulo - obra prioritária do PAC e fundamental para escoar a energia proveniente das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), no Estado de Rondônia para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, projeta-se sobre 28 municípios de São Paulo, com Licença Prévia emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) em agosto de 2012 e em abril foi solicitada a Licença de Instalação (em análise), o projeto é composto por nove programas e 11 subprogramas socioambientais.

- Licenciamento Ambiental - protocoladas 19 solicitações de licenças ambientais, para os empreendimentos de Geração e Transmissão, com 17 licenças emitidas até novembro.
- Gestão Socioambiental de Reservatórios - visa melhorar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas da COPEL, bem como prover seu uso múltiplo e promover ações em prol da sustentabilidade. Principais ações: a) levantamento de ocorrências ambientais e fundiárias no reservatório da UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza; b) finalizado o SIGSAM-GR, ferramenta para gestão de ocorrências nos reservatórios e Áreas de Preservação Permanente (APPs) da COPEL; c) articulação com instituições do governo, sociedade civil e empresas para elaboração do Programa de Gestão do Aporte de Nutrientes na Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi. Em 2014, a ênfase foi o reservatório da UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza.
- Programa Florestas Ciliares - tem como objetivo a recuperação dos ambientes naturais no entorno dos reservatórios das usinas que, de acordo com a posição fitoecológica, deve ser essencialmente feita por meio de plantios florestais, em atendimento a Resolução CONAMA nº 302/2002 e ao novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012. Foram plantadas 90.545 mudas, o que corresponde a uma área recuperada de 75 hectares e, realizado o cercamento de 9.653 metros para proteção das áreas reflorestadas. Somando o número de mudas plantadas nos últimos sete anos, chega-se a aproximadamente 1,1 milhão de mudas.
- Hortos Florestais - situam-se nas Usinas Hidrelétricas Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto, Gov. Ney Aminthas de Barros Braga, Gov. José Richa, Mourão, Mauá e Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza. A produção de mudas inclui mais de 130 espécies arbóreas nativas, abrangendo os diversos tipos de vegetação do território paranaense, inclusive várias espécies ameaçadas de extinção, como o palmito-juçara, o buriti, o xaxim, a canela-sassafrás, a peroba-rosa e outras. Foram produzidas 230.120 mudas de espécies

nativas (130 espécies) e 39.980 mudas de espécies exóticas (76 espécies) nos seis hortos florestais, visando o atendimento aos plantios do Programa Florestas Ciliares, do Programa de Arborização Urbana e o fornecimento de mudas para atendimento de condicionantes ambientais em razão de diversos empreendimentos e ações da COPEL.

- Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna - atende a condicionantes ambientais e visa observar mudanças na fauna de peixes dos reservatórios e possíveis influências da operação de nossas usinas nestas comunidades. O repovoamento atende às demandas de órgãos ambientais e governamentais em eventos promovidos em prol do meio ambiente. Entre os peixes produzidos está o surubim-do-Iguaçu, maior peixe do Rio Iguaçu e ameaçado de extinção. Teve continuidade o monitoramento da fauna de peixes em reservatórios e o repovoamento com 98.778 indivíduos, dos quais 87.103 foram liberados nos reservatórios, 1.675 liberados em comunidades indígenas e 10.000 cedidos a Universidades como apoio de pesquisas científicas.
- Programa de Gestão Corporativa de Resíduos - visa implantar, padronizar e sistematizar as melhores práticas de gestão de resíduos. Realizadas as seguintes ações: a) publicação da Chamada Pública Permanente COPEL DMC 001/2013, para o cadastramento de Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual nº 4.167/2009; b) destinação final de 118 toneladas de resíduos sólidos contaminados para coprocessamento em fornos de cimenteira; entre outras.
- Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas - tem como objetivos definir o posicionamento da COPEL frente ao tema, identificar oportunidades e riscos relacionados aos negócios da Companhia e fomentar a inovação em tecnologias e processos para incentivar a redução de emissões de gases de efeito estufa da Companhia. Desde 2008 a COPEL elabora e divulga o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), conforme o Programa GHG Protocol. Para garantir a fidedignidade dos dados, submete-o à verificação externa desde 2013. Em 2014, por meio de normatização e treinamento interno, aprimorou a obtenção dos dados do inventário e disseminou o conhecimento, focando na gestão de riscos e oportunidades em mudanças climáticas para orientação à adaptação, mitigação e/ou compensação.

5.11 Administração

5.11.1 Gestão de Pessoas

- Quadro de empregados - admitidos mediante concurso público, 195 empregados, sendo 137 na carreira profissional de nível médio; 36 na carreira técnica de nível médio; 22 na carreira profissional de nível superior, no período de janeiro a outubro foram desligados 211 empregados.

- Programa Aprendiz - conta com 214 jovens de 14 a 18 anos, tendo sido atendidos desde 2005, mais de 865 adolescentes.
- Programa de Estágios - 336 estagiários nas diversas unidades da empresa, sendo 220 técnicos de nível médio e 116 de nível superior.
- Universidade COPEL (UniCOPEL) - tem por objetivo definir políticas e diretrizes de educação corporativa visando a melhor execução das estratégias corporativas, bem como atuar no desenvolvimento de programas educacionais para a liderança com base nos direcionamentos estratégicos da Companhia. Seu desafio estratégico é ser referência no desenvolvimento das pessoas, agregando valor aos negócios corporativos. Até outubro foram registradas 15.768 participações em 1.223 treinamentos. Considerando o total de 8.613 empregados, estas participações equivalem a 1,8 participações por empregado da COPEL. No que se refere à liderança, foram concluídas duas turmas do curso MBA Executivo em Gestão Empresarial, realizado *in company*, com a participação de 87 empregados. A UniCOPEL aderiu ao Principles for Responsible Management Education (PRME), iniciativa lançada em 2007 pelo Pacto Global das Nações Unidas durante a Cúpula de Líderes, e que tem como missão inspirar e defender a educação executiva responsável, pesquisar e refletir sobre as lideranças globalmente.

5.11.2 Tecnologia da Informação

- Novo Site da COPEL Telecomunicações - reformulação de design e conteúdo com um visual mais moderno. Criados formulários de contatos de acordo com a necessidade do cliente. O *site* agora está no domínio da COPEL Telecom separado do *site* COPEL. Foi implantado o google analytics para que seja monitorada a quantidade de usuários que visitam o *site* e seu comportamento.
- Tesouraria e Gestão de Riscos - Serviço da Dívida - o módulo SAP-TRM Treasury and Risk Management é responsável pelo controle sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, tornando possível o planejamento das parcelas a pagar do início ao final do prazo de vencimento. Além de contar com transações que integram as áreas contábil e financeira, existe um sistema de rastreabilidade e segurança das informações. De maneira organizada, é possível ter uma gestão completa de todas as obrigações a pagar possibilitando analisar vários cenários financeiros facilitando a tomada de decisão.
- Governança, Risco e Compliance (GRC) - o módulo SAP-GRC Process Control é uma solução para a gestão de controles internos, que permite às equipes de auditoria e controles internos obtenham uma melhor visibilidade dos processos-chave de negócios assegurando um elevado nível de confiabilidade nos relatórios das demonstrações financeiras. Seu uso representa uma mudança significativa na

abordagem de avaliação dos controles internos, pois permite que os testes de auditoria sejam realizados automaticamente em questão de minutos de forma a avaliar todo o universo de transações, não mais uma amostra, otimizando e reduzindo os custos. Os controles foram especificados de forma a atender riscos relevantes para empresa em diversos processos de negócio, como financeiro/pagamentos, contábil, suprimentos, recursos humanos e TI.

- Utilização do módulo SAP-Risk Management - calcula a probabilidade e impacto em função das respostas dos usuários. Foram desenvolvidos 04 KRIs (key risk indicators) automáticos, que permitem coletar e projetar automaticamente diferentes parâmetros de probabilidade.
- Novo manual de contabilidade do setor elétrico - adequação dos componentes ERP atendendo às novas diretrizes trazidas pelo Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 605, de 11/03/2014. Também foi desenvolvido novo componente para apropriação de mão de obra própria para projetos, garantindo melhor alocação dos custos originados pela folha de pagamento.
- Gestão da Frota - o módulo SAP-TM Transportation Management: cadastro e gestão do pool de veículos, credenciamento dos empregados, gestão de utilização da frota, controle de manutenção e gestão das notas PM (infrações de trânsito, acidentes, ultrapassagens).
- Solução Fiscal e Tributária - Guepardo - certificada pela SAP, para automação dos processos fiscais e tributários (das esferas federal, estadual e municipal) da Companhia e suas Subsidiárias Integrais. É uma solução nativa integrada ao ERP da SAP, com 0,0% de interface externa, assegurando flexibilidade, velocidade e estabilidade.
- Processo automatizado para ativação da Banda Extra Larga (BEL) - tem o objetivo de automatizar o processo de ativação de conexões de *internet* do serviço BEL. O diferencial é a capacidade de controlar todo o ciclo definindo com clareza as tarefas e responsabilidades, além de promover a gestão por meio de indicadores, com melhor controle e gestão dos fluxos de ativação da BEL, e maior eficácia na gestão de problemas; automatização das integrações entre os sistemas que são utilizados no processo de ativação, com ganhos de eficiência; agilidade no atendimento aos clientes; padronização, entre outros.
- Indicadores Corporativos – automatização do acompanhamento dos indicadores estratégicos, com o desdobramento destes pelos diversos níveis do organograma por meio de painéis (*dashboards*), reduzindo custos e agilizando a publicação dos indicadores relevantes para a gestão.
- CIS Telecom - melhoria na infraestrutura e revisão monitoramento do sistema, iniciada em 2013, tendo em vista a alta instabilidade e os diversos problemas na sua operação. Realizado redimensionamento dos ambientes, alterados e criados monitoramentos automatizados e revisadas rotinas de processamentos, trazendo ganhos e melhorias, a

saber: a) redução e quase eliminação das quedas e travamentos do sistema; b) redução no processamento do Refresh status de 12 horas, em média, para 15 minutos; c) redução no processamento do faturamento de 04 horas, em média, para 50 minutos; d) redução nos tempos e problemas durante os testes de homologação pelos usuários; e) redução nas críticas de faturamento de 90 para 12 ocorrências por mês em média.

- Gestão Integrada da Força de Trabalho (GIFT), módulo Designação Otimizada de Serviços Comerciais - solução para otimizar a execução dos serviços comerciais da distribuição, além de proporcionar o acompanhamento em tempo real da execução dos serviços. Considera a escala das equipes de trabalho e com suas habilidades, o rol de serviços a serem executados, diferenciando a prioridade e urgência dos mesmos, desse modo ocorre um balanceamento na distribuição dos serviços para as equipes. Determina qual a melhor rota para atendimento, garantido agilidade, aumento da produtividade e a eficiência no atendimento ao consumidor. Alertas são emitidos para serviços próximos do seu vencimento e quando não existem equipes suficientes para sua realização. Permite a análise visual da rota no mapa, possibilitando ao usuário a tomada de decisão imediata. Foram implantados 03 módulos, com previsão de implantação da solução completa em 2015.
- Gestão de P&D - a solução permite que se tenha uma visão completa de todos os investimentos das subsidiárias da COPEL na área, dando maior transparência e agilidade ao processo. O primeiro módulo de planejamento foi entregue, com previsão de implantação da solução completa em 2015.
- Sistema de Informações Geográficas (SSA) - implantação para as áreas de meio ambiente, visa subsidiar os projetos das áreas da Distribuição, Geração e Transmissão centralizando e integrando dados socioambientais, além de permitir a automação de rotinas a fim de promover o aumento da eficiência operacional.
- Sistema Corporativo Georreferenciado Imobiliário (SGI) - a solução vem otimizar a gestão dos imóveis da Companhia e dos imóveis de terceiros, que são afetados por empreendimentos. Facilita a rotina dos profissionais das áreas imobiliárias da Geração e Transmissão e da Distribuição, evitando retrabalhos, com padronização de informações imobiliárias e facilidade para as atualizações na base de dados georreferenciada, simplificando o processo de cadastro.
- Implantação do autoatendimento utilizando *tablet* - permite, amigavelmente, ao próprio cliente fazer consultas de débitos e imprimir as faturas desejadas, sendo que cerca de um terço dos clientes das agências comerciais da COPEL em Cascavel e Curitiba Centro não dependem mais do atendimento personalizado para obter a segunda via da conta de energia elétrica.

5.11.3 Outros Destaques

No que se refere à Logística de Serviços inúmeras ações continuam sendo realizadas visando a racionalização e melhoria da produtividade no segmento de contratação e gestão de suprimentos e serviços de apoio logístico, com destaque para:

- Projeto de Otimização da Ocupação dos Imóveis Administrativos - iniciado em 2013, trata da realocação física dos postos de trabalho nas instalações administrativas e operacionais, com entrega de um imóvel situado na Rua Comendador Araújo, proporcionando a redução de custos.
- Licitações para a contratação de serviços de manutenção de veículos e fornecimento de peças, com 119 contratos regionalizados gerados, no montante aproximado de R\$ 20,5 milhões abrangendo a frota distribuída no Paraná, composta de 2.147 veículos, 635 caminhões e 134 motocicletas.

5.12 Resultados Econômico-Financeiros

De janeiro a setembro, a receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 12.566,0 milhões, montante 35,0% superior ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 1.840,0 milhões, com variação positiva de 12,7%, representando um aumento de R\$ 207,0 milhões.

Entre janeiro e setembro, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 1.821,2 milhões, montante 16,2% superior ao apresentado no mesmo período do ano anterior (R\$ 1.567,1 milhões).

O lucro líquido da COPEL totalizou R\$ 1.064,8 milhões nos nove primeiros meses de 2014, montante 15,3% superior aos R\$ 923,2 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. Isso se deve principalmente à venda de energia da UTE Araucária; à alocação de energia, por parte da COPEL GeT, no mercado de curto prazo; ao reajuste de 24,9% nas tarifas da COPEL Distribuição, aplicado em junho; e ao crescimento de 5,0% no mercado cativo da COPEL Distribuição. Esse crescimento foi parcialmente compensado com o aumento no custo com aquisição de energia, decorrente dos novos contratos (CCEARs) e do PLD no período; a aquisição de gás natural e insumos para a operação de gás em virtude do despacho da UTE Araucária; o aumento no custo com encargos de uso da rede em virtude do reajuste das tarifas de transmissão; e o maior registro de provisões e reversões no período.

O programa de investimentos, nos primeiros nove meses, considerando suas subsidiárias integrais e as SPEs, foi de R\$ 1.850,0 milhões, dos quais R\$ 1.004,0 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia; R\$ 774,0 milhões em obras de distribuição e R\$ 72,0 milhões em telecomunicações. Dos R\$ 1.004,0 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 203,0 milhões foram na Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu, R\$ 196,0 milhões na

UHE Colíder, R\$ 552,0 milhões nas linhas de transmissão em construção no Paraná e em outros oito estados e R\$ 53,0 milhões em parques eólicos localizados no Rio Grande do Norte.

Quanto ao desempenho das ações da COPEL, de janeiro a setembro, as ações ordinárias nominativas (ON) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB) estiveram presentes em 100% dos pregões da BM&FBovespa. As ações ON encerraram o período cotadas a R\$ 23,37 e as ações PNB a R\$ 33,34 com variações positiva de 4,8% e 9,2%, respectivamente.

As ações PNB negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) também estiveram presentes em 100% dos pregões e registraram valorização de 4,0% no período, cotadas a US\$ 13,67. A Companhia também lista suas ações PNB na Europa, via Mercado de Valores Latino-Americano em Euros (Latibex), vinculado à Bolsa de Valores de Madri. Nesse mercado, as ações da COPEL estiveram presentes em 98,0% dos pregões, e registraram variação positiva de 14,6%, fechando o período em € 10,89.

5.13 Reconhecimentos

Empresas e outros grandes consumidores de energia elegeram a COPEL como a melhor distribuidora do Brasil. O resultado foi apurado pela inédita Pesquisa de Satisfação de Grandes Clientes promovida pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) entre janeiro e fevereiro.

Em julho, foi a vez dos clientes residenciais elegerem a COPEL como melhor distribuidora do Brasil, que também foi apurado pela ABRADEE durante do ciclo de pesquisas do Prêmio ABRADEE, sendo um dos prêmios mais importantes do setor.

Foi divulgado pela ANEEL, no início de 2014, o índice de reclamações procedentes na Ouvidoria referente a 2013, que demonstrou que a COPEL é a distribuidora brasileira que mais respeita seus consumidores e tem o menor nível de procedência de reclamações de clientes junto à ANEEL, ou seja, quase todos os problemas são resolvidos pelos canais de atendimento da companhia.

A COPEL recebeu vários reconhecimentos, são eles:

- Em agosto, a COPEL conquistou o Prêmio ABRADEE 2013, um dos mais importantes do setor elétrico, na categoria Atendimento ao Cliente entre as concessionárias com mais de 500 mil habitantes.
- A COPEL Distribuição foi destaque em Gestão de Clientes no Prêmio Nacional da Qualidade, promovido anualmente pela Fundação Nacional da Qualidade.
- Em novembro, ganhou a medalha de bronze no Prêmio CIER 2013, conferido pelo Comisión de Integración Energética Regional (CIER) América Latina, um reconhecimento às melhores distribuidoras de energia elétrica da América Latina entre as empresas com mais de 500 mil consumidores. A premiação levou em conta os resultados de pesquisas feitas em cada país e empresa participante. Participaram 57 empresas de 14 países da América Latina.

- A COPEL foi eleita pela ANEEL a melhor grande distribuidora de energia do Brasil (acima de 400 mil clientes). Com 75,24 pontos alcançados no Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC), a COPEL ficou à frente da Celesc (74,58) e da Elektro (73,23). Para calcular ao IASC, a ANEEL contrata institutos de pesquisa renomados, que entrevistam os consumidores e apuram a satisfação em cinco áreas de avaliação: qualidade percebida, valor percebido (em relação à tarifa de energia), confiança, fidelidade e satisfação. No início do ano, a ANEEL também havia indicado a COPEL como a empresa com menor índice de reclamações procedentes na ouvidoria da Agência - 0,66, contra uma média nacional de 4,47.
- A COPEL é a marca mais lembrada pelos paranaenses, de acordo com o 19º Top of Mind Paraná, promovido pela Revista Amanhã a partir de levantamento de opinião junto à população pelo Instituto Paraná Pesquisas. A estatal de energia foi citada por 11,9% dos entrevistados, mais de oito pontos percentuais à frente da segunda colocada. A empresa também foi a grande vencedora nas categorias Empresa paranaense em que gostaria de trabalhar e Empresa pública eficiente, além de vice-líder nas categorias Empresa que investe em cultura e Empresa que investe em meio-ambiente.
- Recebeu da ANEEL a premiação de melhor grande distribuidora do sul do Brasil e também a melhor avaliação entre todas as grandes distribuidoras do país.
- Bicampeã do 5º Rodeio Anual de Eletricistas em Santos-SP - o foco da competição do setor elétrico é a demonstração da capacidade de executar tarefas em rede de maneira segura, disciplinada e rápida.
- Prêmio de Melhor Distribuidora da América Latina em Punta Del Este, Uruguai – conferido pela CIER América Latina, levou em conta os resultados de pesquisas feitas em cada país e empresa participante. A COPEL também foi reconhecida como tendo o melhor desempenho em Responsabilidade Socioambiental.

06

Controladoria Geral do Estado



6 Controladoria Geral do Estado

A Controladoria Geral do Estado (CGE) tem por finalidade, dentre outras, o acompanhamento e observância pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual dos limites legais e constitucionais de gastos em áreas afins; a realização de inspeções e auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas; a fiscalização quanto ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, especialmente em relação à legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e à moralidade administrativa e, também na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões cometidos pela administração pública estadual; a investigação de fatos tidos como irregularidades no âmbito do Poder Executivo Estadual; o recebimento e a apuração de reclamações ou denúncias fundamentadas que lhe forem dirigidas, em especial à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público estadual, velando por seu integral atendimento e resolução, inclusive às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público do Estado, recomendando, quando constatada omissão da autoridade competente, a instauração de sindicâncias, procedimentos e processos administrativos pertinentes aos Órgãos e Entidades respectivos; a avaliação da economia, eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela administração pública, por meio de processo de acompanhamento realizado nos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finança, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais pertinentes à administração, bem como o acompanhamento sobre a observância dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins.

6.1 Coordenadoria de Controle Interno

- Atualização do Sistema Integrado de Avaliação de Controle (SIAC), utilizado na atividade de avaliação dos controles institucionais dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual.
- Emissão de relatórios contendo recomendações a serem observadas pelos dirigentes da administração pública estadual, referentes às atividades de avaliação dos controles existentes nos Órgãos e Entidades referentes ao exercício de 2013, por meio do SIAC. Encaminhamento aos dirigentes dos Órgãos e Entidades do Relatório do Controle Interno relativo às ações do exercício de 2013, solicitando informações das medidas implementadas e a implementar, visando o saneamento das desconformidades apontadas.
- Avaliação dos controles existentes nos 91 Órgãos e Entidades vinculadas ao Poder Executivo, pelo SIAC, por meio de 19.749 quesitos de avaliação nas mais diversas áreas.
- Manutenção da integração da Rede Agentes Avaliadores de Controle Interno em todos os Órgãos e Entidades do Poder Executivo.

- Manifestação processual acerca de procedimentos licitatórios, aquisição de bens e serviços, realização de despesas, reestruturação organizacional e com a propositura de decretos normativos de ordem administrativa, orçamentária e financeira.
- Elaboração, em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), do Termo de Referência para a contratação de empresa de consultoria especializada nas áreas de planejamento e desenvolvimento de ferramentas de tecnologias integradas, voltada principalmente ao controle da gestão pública, contemplando os Sistemas de Controle Interno, de Ouvidoria, de Corregedoria e de Transparência e Acesso à Informação.
- Encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná da documentação comprobatória e das providências tomadas pelos Órgãos e Entidades, visando atender aos apontamentos que integram o Acórdão de Parecer Prévio nº 314/2014, referente às Ressalvas, Determinações e Recomendações da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2013, bem como o acompanhamento e monitoramento das medidas e providências tomadas no acatamento das determinações exaradas pela Corte de Contas.

6.2 Coordenadoria de Transparência, Controle Social e Prevenção à Corrupção

- Monitoramento dos Portais de Transparência do Governo do Estado e dos órgãos da Administração Pública e implementação de ações e mecanismos visando ao cumprimento da legislação de acesso à informação e controle social. Coordenação e supervisão do sistema de transparência e controle social do Governo Estadual. Manutenção e aprimoramento do Sistema Integrado de Ouvidoria (SIGO), quanto ao acesso à informação pública, bem como o monitoramento das avaliações realizadas pelos Agentes de Informação.
- Ampliação e manutenção dos canais de comunicação com a sociedade civil, oportunizando a participação do cidadão na fiscalização e avaliação das ações do Estado. Coordenação das ações de transparência passiva no âmbito estadual, garantindo ao cidadão o acompanhamento dos procedimentos junto aos órgãos, orientação e retorno aos pedidos de informações. Desenvolvimento, em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), do Portal da Transparência do Poder Executivo, com a adaptação dos sítios dos órgãos ao padrão definido pela CGE.
- Acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento de atividades relativas à Lei de Acesso à Informação, regulamentada pelo Decreto nº 10.285/2014. Treinamento e capacitação de servidores públicos designados para atuar como Agentes de

Informação dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual, objetivando aperfeiçoar as atividades inerentes ao acesso à informação, controle social, transparência pública e combate à corrupção, em cumprimento ao Decreto nº 10.285/2014. Elaboração de estudos referentes ao aproveitamento das estruturas disponibilizadas nos Espaços Cidadãos, de responsabilidade da Secretária Especial para Assuntos Estratégicos, visando sua utilização também para o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), assim como para capacitação de Agentes de Informação, servidores públicos e do cidadão quanto a questões relativas ao controle social, transparência e combate à corrupção.

- Formulação de ciclo de atividades a ser executado em 2015, junto às universidades estaduais, visando sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade civil quanto ao tema Transparência e Controle Social, com base nos resultados auferidos pela 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL) e pelos eventos realizados pela CGE e órgãos afins. Regulamentação da Lei nº 12.846 de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, bem como revisão do Decreto nº 10.271 de 21 de fevereiro de 2014, que regulamenta a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública. Participação, em conjunto com entes públicos, na Rede de Gestão Pública do Estado do Paraná nas áreas de informações estratégicas, visando à troca, o cruzamento e a confrontação das informações necessárias à execução das atividades da Coordenadoria.

6.3 Coordenadoria de Corregedoria

- Realização de cursos de capacitação dos servidores da administração pública estadual em Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em conjunto com a Escola de Governo da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, habilitando-os para atuarem como membros em comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, buscando tornar os procedimentos adotados mais eficientes, eficazes e efetivos. Realização de inspeções em sindicâncias e processos administrativos disciplinares nos diversos Órgãos e Instituições, com emissão de relatórios com as constatações e recomendações para o melhor andamento na área disciplinar. Realização de inspeções pontuais em procedimentos, por provocação de autoridades e cidadãos ou por iniciativa do Controlador Geral do Estado.
- Acompanhamento dos atos relativos à instauração, processamento e conclusão de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, a partir dos Diários Oficiais do Estado e das comunicações enviadas pelos diversos órgãos e entidades, em cumprimento ao Decreto nº 1.195/11. Elaboração de apostila, disponível no *site* da CGE,

para orientação de servidores públicos às questões disciplinares, em especial àqueles servidores componentes de comissões processantes.

6.4 Coordenadoria de Ouvidoria

- Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO) - com 2.174 usuários, sob coordenação da CGE, registrou até outubro, 46.986 atendimentos, realizados pelas Ouvidorias Setoriais dos Órgãos e Entidades que integram o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual. Destes, 4.148 atendimentos foram efetivados pela Coordenadoria de Ouvidoria, sendo: 1.122 denúncias, 1.301 reclamações, 1.497 solicitações, 78 sugestões e 32 elogios. Apresentação do SIGO e dos dados gerenciais consolidados dos resultados dos atendimentos registrados no I Seminário da CGE, realizado maio.
- Participação no Seminário Ciranda das Ouvidorias, realizado em junho, promovido pela Ouvidoria Geral da União em parceria com a CGE, objetivando oferecer um espaço para debater temáticas comuns às ouvidorias, prestar informações e trocar experiências.
- Reunião Técnica de Trabalho, em setembro, promovida pela CGE, com participação de Agentes de Informação e Ouvidores Setoriais, possibilitou à Coordenadoria transmitir informações técnicas referentes à utilização do SIGO, bem como seus dados e resultados estatísticos.
- Capacitação/treinamento sobre atendimento de ouvidoria e funcionamento do SIGO, às equipes das ouvidorias dos seguintes Órgãos e Entidades: Prefeitura de Pontal do Paraná em 25/03/2014, Prefeitura de Araucária em 23/05/2014, Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS) em 24/04/2014, Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR) em 21/05/2014, Secretaria da Justiça (SEJU) em 27/05/2014 e 11/08/2014, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em 30/05/2014, Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE) em 06/06/2014, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em 09/06/2014, Defensoria Pública em 01/07/2014, SEPL em 12/08/2014 e PARANÁCIDADE em 03/09/2014.
- Com o objetivo de melhorar o atendimento ao cidadão e o desenvolvimento dos ouvidores e colaboradores, realizou reuniões de trabalho em parceria com a Ouvidoria da Polícia, visando a capacitação de 74 servidores da Polícia Civil, para a implementação do SIGO, no âmbito das Subdivisões Policiais e Delegacias da Capital e do Interior.

07

Procuradoria Geral do Estado



7 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) tem suas principais competências estabelecidas nos artigos 132 da Constituição Federal e 124 da Constituição Estadual, cabendo-lhe, em especial: I. a representação judicial e extrajudicial do Estado e a consultoria jurídica do Poder Executivo; II. a unificação da jurisprudência administrativa do Estado; III. a cobrança judicial da dívida ativa do Estado; IV. a realização dos processos administrativo-disciplinares, nos casos previstos em lei; e V. a orientação jurídica aos municípios, em caráter complementar ou supletivo. É certo que, dentre as suas funções constitucionais exercidas, devido à diversificação de sua atuação, a quantificação numérica das ações da PGE não demonstra de forma adequada o volume e a importância das suas realizações.

No exercício de suas competências a PGE realizou os seguintes atos judiciais na defesa do Estado (dados extraídos do sistema de controle de processos de janeiro a outubro).

TRAMITAÇÃO	TOTAL
Entrada de autos judiciais	170.544
Saída de autos ao cartório	166.015
Petições diversas	164.751
Citação do Procurador-Geral	15.955
Requer penhora online	11.504
Contestação cível/Contestação trabalhista/impugnação a embargos	11.199
ITCMS-requer pagamento/discorda expedição de formal/alvará	10.538
Apelação/recurso ordinário	9.198
Embargos de declaração/resposta a embargos de declaração	9.045
Requer suspensão de execução fiscal por 6 meses	8.936
Requer suspensão de execução fiscal por 1 ano	8.697
ITCMD-concorda com pagamento efetuado/formal/alvará	7.890
Pedido de extinção Pedido de extinção de execução fiscal por pagamento	6.466
Extinção de processo/execução fiscal/devolução de carta precatória	6.056
Inicial de execução fiscal distribuída em juízo	5.785
Resposta em apelação/recurso ordinário	5.145
Resposta em recurso aos tribunais superiores	4.044
Justificativa colegiada de não interposição de recurso aos tribunais superiores	3.453
Recurso extraordinário	2.965
Recurso especial	2.644
Justificativa de não interposição de recurso amparada por súmula /decisão Conselho Superior da PGE	2.442
Petição inicial/embargos à execução pela Procuradoria	2.294
Agravo de decisão em 1º grau	2.002
Pedido de extinção de executivo fiscal por remissão	1.869
Resposta em agravo	1.511
Impugnação a exceção de pré-executividade	1.032
Agravo interposto nos tribunais superiores	1.011
Agravo de decisão em 2º grau	996
Memorial / razões finais	777
Informação em mandado de segurança/ação direta inconstitucionalidade/reclamação	746
Manifestação sobre contestação da parte contrária	733
Requer execução / cumprimento de julgado (475-j)	474
Liminar / antecipação de tutela deferida	367
Exceção de pré-executividade pela Procuradoria	187
Recurso de revista	168
Devedor/terceiro opôs embargos	101
Embargos infringentes/resposta a embargos infringentes	92
Informação prévia em liminar ou Ação Civil Pública (72 h)	92
Requer suspensão por 03 anos	91
Exceção de incompetência/suspeição/impedimento/impugnação ao valor da causa	48
Expedição de precatório (ofício requisitório)	37
Sustentação oral	36
Suspensão de liminar/antecipação de tutela junto ao Tribunal de Justiça	17

Merecem destaque algumas ações da Procuradoria no âmbito da representação judicial do Estado do Paraná no ano de 2014:

- Obtenção de liminares na Ação Cautelar nº 3492, ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF), para liberação ao Estado do Paraná de R\$ 817,0 milhões referentes ao programa de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) denominado PROINVESTE. Os recursos foram depositados pela União somente após diversos provimentos judiciais favoráveis obtidos em razão da insistente atuação da PGE.
- Obtenção de liminar na Ação Cautelar nº 3600, ajuizada no STF, suspendendo restrições impostas pela União ao Estado do Paraná por suposto descumprimento, no ano de 2013, na aplicação do percentual mínimo das receitas na área da saúde, o que impedia o Paraná de receber transferências voluntárias de recursos e empréstimos internacionais. As restrições impediam o Estado de receber os R\$ 817,0 milhões do PROINVESTE e de receber o aval da União em empréstimos internacionais no valor aproximado de R\$ 1,5 bilhão.
- Requereu-se o ingresso do Estado do Paraná como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.917/DF, ajuizada pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro. A ADIN visa invalidar as novas regras de distribuição dos *royalties* e participações especiais devidos pela exploração do petróleo, introduzida pela Lei Federal nº 12.734/2012, sob a alegação de que a lei diminui o percentual de participação dos estados produtores, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, afrontando o pacto federativo, a isonomia, a segurança pública, assim como as disposições do art. 20. §1º, da Constituição Federal de 1988, que assegura aos estados, Distrito Federal e municípios a participação no resultado da exploração de petróleo. Caso a ação seja julgada improcedente, o Paraná e os municípios paranaenses poderão começar a receber, a partir de 2020, em sendo confirmadas as projeções da ANP, cerca de R\$ 1,5 bilhão anuais.
- Obtenção de liminar na Ação Cautelar nº 3638, ajuizada no STF, determinando a suspensão da exigibilidade das contribuições previdenciárias ao Regime Geral da Previdência Social dos servidores estaduais do Paraná admitidos após 1988, sem concurso público, até que se defina o regime previdenciário a que estão vinculados. A decisão implica economia de aproximadamente R\$ 3,0 milhões por mês ao Estado.
- Obtenção de liminar na Ação Rescisória nº 1.265.328-6, em trâmite no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), suspendendo título executivo obtido pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (SINDIJUS) e execuções individuais decorrentes. A economia ao erário é estimada entre R\$ 20,0 bilhões e R\$ 50,0 bilhões para o pagamento retroativo e de R\$ 30,0 milhões mensais referentes ao incremento do valor na folha de pagamento.
- Obtenção de decisão da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) indeferindo pedido de Intervenção Federal nº 111-PR e acolhendo a tese de que a administração pública estadual não poderia determinar o imediato cumprimento

forçado pela polícia militar de ordem judicial para a reintegração de posse em imóvel rural particular ocupado pelos sem-terra, sem que antes fosse providenciado pelo órgão fundiário federal - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - um local adequado e digno para acomodação das famílias. O inevitável conflito social decorrente da remoção forçada destas pessoas poderia resultar num dano muito maior que o suposto prejuízo do proprietário particular que, em última hipótese, ainda poderia ser reparado via ação de indenização por desapropriação indireta.

- Obtenção de decisão favorável na Suspensão de Liminar nº 1.190.767-0, proposta pelo Estado do Paraná perante o TJPR, ante a decisão proferida na Ação de Reintegração de Posse nº 0001128-90.2013.8.16.0030, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu. A decisão havia determinado ao Estado que desocupasse, inclusive com utilização de força, se necessário, área particular conhecida como Ocupação Bubas, invadida por cerca de 700 famílias, em um prazo de 30 dias, sob pena de alta multa diária. Trata-se da maior ocupação irregular de Foz do Iguaçu, constituindo verdadeiro bairro. Demonstrou-se que o Estado, com o auxílio da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e financiado pela Caixa Econômica Federal, está viabilizando o assentamento dos invasores em outra área e nela construirá um conjunto habitacional para recebê-los. Conseguiu-se que a decisão de reintegração fique suspensa até a efetiva regularização do programa habitacional, com a realocação das famílias em novo loteamento.
- Obtenção de decisão favorável do Órgão Especial do TJPR no julgamento dos Incidentes de Inconstitucionalidade nº 990.709-3/02 e 1.039.460-2/01, referente à Lei Estadual nº 17.435/2012, que dispôs sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná. A decisão reconheceu, em síntese, a constitucionalidade da previsão legal que preservou os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária e os afastou da responsabilidade pelo pagamento de dívidas pretéritas ou diferenças que decorram de decisões administrativas ou judiciais, o que acaba por salvaguardar o equilíbrio atuarial do sistema, garantir o pagamento atual de benefícios e a concessão de futuros benefícios aos segurados.
- Obtenção de provimentos judiciais favoráveis na Ação Inibitória de Greve nº 1.135.886-2, em trâmite no TJPR, impedindo que os agentes penitenciários do Paraná paralisassem suas atividades e prevendo a possibilidade de desconto dos dias de paralisação, se ocorresse.
- Obtenção de vitória na Ação Declaratória nº 10749/2010, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, proposta pela Faculdade Vizinhança do Vale Iguaçu (VIZIVALI) em face do Estado do Paraná. A decisão reconheceu que o Estado do Paraná sempre agiu licitamente em relação ao Programa de capacitação realizado pela VIZIVALI durante a Década da Educação, prevista no art. 87, §3º, III da Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Também reconheceu que a faculdade, sem autorização do Conselho Estadual de Educação, matriculou pessoas que não preenchiam os

requisitos para o curso, gerando dificuldades a milhares de alunos que pagaram as mensalidades para obter o título de nível superior. O curso tinha como público-alvo os professores leigos no Paraná quando da edição da Lei nº 9.394/96, mas a faculdade elasteceu os requisitos para permitir o ingresso de cerca de 35.000 alunos. A decisão constitui importante precedente para improcedência de milhares de ações individuais propostas por alunos que pedem indenização do Estado em razão dos cursos ofertados pela VIZIVALI.

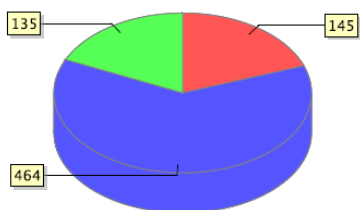
Quanto à cobrança judicial da dívida ativa, o número de dívidas ativas ajuizadas por unidade administrativa e os valores envolvidos até outubro foi:

PROCURADORIA	QUANTIDADE DE DÍVIDAS ATIVAS AJUIZADAS	VALOR EM COBRANÇA (R\$)
Curitiba	51.633	4.582.194.123,85
RMC	26.655	3.878.132.009,11
Maringá	15.059	2.731.642.414,96
Londrina	22.278	2.250.328.989,09
Ponta Grossa	8.438	1.111.796.432,29
Cascavel	7.048	1.047.393.307,90
Apucarana	5.998	948.670.456,40
Umuarama	5.480	886.752.234,98
Jacarezinho	2.792	733.572.712,19
Foz do Iguaçu	6.292	567.471.302,07
Guarapuava	4.492	538.700.176,65
União da Vitória	4.830	441.583.391,74
Paranaguá	3.827	329.751.801,99
Campo Mourão	2.459	328.169.179,39
Cornélio Procopio	3.066	319.149.965,01
Paranavaí	2.380	315.784.537,82
Francisco Beltrão	2.358	250.057.802,28
Pato Branco	2.595	183.205.341,94

Na recuperação da dívida ativa, a atuação da PGE, por meio da Coordenadoria da Dívida Ativa Ajuizada, teve como destaque o protesto extrajudicial de certidões de dívida ativa do Estado (somente as originadas por GIA/ICMS), nos termos da Resolução nº 187/2013-PGE, de fevereiro a outubro, conforme dados extraídos do Sistema de Informação Processual (SIPRO) da PGE.

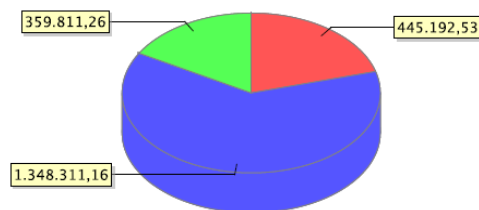
CDAs	Quantidade	Ref. ao Total	Valores	Ref. ao Total
Total Geral	744	100,00%	R\$2.153.314,95	100,00%
Pago antes Protesto	135	18,15%	R\$359.811,26	16,71%
Protestado	464	62,37%	R\$1.348.311,16	62,62%
Pago após Protesto	145	19,49%	R\$445.192,53	20,67%

Quantidade



● Pago após o Protesto ● Protestado ● Pago antes do Protesto

Valores



● Pago após o Protesto ● Protestado ● Pago antes do Protesto

Nesta seara, a PGE apresentou proposta de mecanismo para aumentar e tornar mais efetiva a cobrança da dívida ativa do Estado. A proposta foi convertida na Lei Estadual nº 18.292/2014, publicada em 04 de novembro, que estabelece mecanismos para incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das autarquias e fundações públicas, fixando novos patamares para o ajuizamento de executivos fiscais e dispondo sobre critérios para o protesto extrajudicial da dívida ativa.

Também foi apresentada proposta de alteração da Lei Estadual nº 14.260/2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A proposta de alteração foi convertida na Lei nº 18.277/2014, publicada em 05 de novembro.

Resultado da atuação conjunta da PGE com a Secretaria da Fazenda (SEFA) e o TJPR, foi promulgada a Lei Estadual nº 18.159/2014, que possibilitou o parcelamento dos débitos de ICMS em até 84 parcelas, bem como dispensou a apresentação de garantia e reduziu a verba honorária para 5,0% para o parcelamento dos débitos ajuizados. Em complemento e para assegurar maior adesão aos benefícios da lei, os contribuintes foram convocados a participar de audiências de conciliação realizadas no Núcleo de Conciliação do TJPR.

Foram celebrados, ainda, dois novos convênios com a Rede Nacional de Segurança Pública (INFOSEG) e com a Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo (ARISP) e demais associados, para maior efetividade na cobrança dos executivos fiscais.

Dentre as ações judiciais propostas com o objetivo de recuperar crédito tributário, merecem destaque as seguintes ações:

- Ação Declaratória nº 0014472-75.2002.8.16.0014, em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina. A apelação Cível nº 1079558-9 negou provimento à apelação do autor, confirmando a denegação da segurança. A rejeição do pedido implica economia para o Estado do Paraná em crédito de ICMS de R\$ 30,0 milhões, em valores atualizados até o ano de 2002.
- Ação de Desconsideração da Personalidade Jurídica nº 763/2011, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública de Cambé, em face de empresa com dívida tributária pendente no total de R\$ 84,9 milhões. Trata-se de ação ajuizada pela PGE em que foi obtida liminar decretando a indisponibilidade de bens das empresas de todo o grupo econômico e dos respectivos sócios. A decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça (Agravo de Instrumento 0798806-5). A medida judicial constrangeu a empresa a voltar a realizar recolhimentos tributários mensais em montante superior a R\$ 1,0 milhão.
- Ação de Desconsideração da Personalidade Jurídica nº 007361-24.2014.8.16.0045, em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Arapongas, em face de empresa com dívida tributária pendente no total de R\$ 15,5 milhões. Trata-se de ação ajuizada pela PGE em que foi obtida liminar decretando a indisponibilidade de bens das empresas de todo o grupo econômico e dos respectivos sócios.

08

*Secretaria da Administração
e da Previdência*



8 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), como órgão de natureza instrumental, tem a missão de servir de apoio logístico aos programas, ações e serviços prestados pelo Governo do Paraná. Tem por finalidade a definição de políticas, o planejamento, o comando, a execução, o controle e a orientação normativa dos Sistemas de Administração Geral, de Recursos Humanos, de Assistência à Saúde dos Servidores e de Políticas de Seguridade Funcional.

As ações da Secretaria foram estruturadas com base nas áreas de atuação dos Sistemas de Recursos Humanos e de Administração Geral conforme segue.

8.1 Recursos Humanos

8.1.1 Gestão de Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) é responsável pela gestão de pessoas por meio de políticas e práticas que contemplam desde a seleção de recursos humanos, o planejamento, a estruturação de carreiras, a produção de dados estratégicos para subsidiar a tomada de decisões e ações na área, o processamento e gerenciamento da folha de pagamento e dos dados cadastrais e funcionais dos servidores ativos dos órgãos da administração direta e autárquica do Poder Executivo.

Para tanto, conta com uma Assessoria Técnica e com quatro Divisões, cujas principais atividades desenvolvidas em 2014, estão apresentadas a seguir:

- Assessoria Técnica - coordenação das Unidades de Recursos Humanos; participação em Grupo de Trabalho para regulamentação da aposentadoria especial; elaboração de minuta de Resolução Conjunta SEAP/Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) que normatiza os procedimentos necessários ao cumprimento do que estabelece o art. 23 do Decreto nº 10.406/2014 – implantação de acréscimos de despesas de pessoal; revisão da vinculação aos fundos públicos, de que trata a Lei nº 17.435/2012, dos servidores que ingressaram em novo cargo público estadual, sem interrupção no exercício das funções públicas; revisão da concessão do abono de permanência aos servidores reenquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo; elaboração de minuta de anteprojeto de lei para alteração do inciso XIV, art. 128, da Lei nº 6.174/1970 que resultou na edição da Lei nº 18.187/2014, que passou a considerar a licença maternidade como de efetivo exercício para fins de estágio probatório, desde que não haja disposição contrária em lei específica de carreira; elaboração de minuta de Resolução Conjunta SEAP/Procuradoria Geral do Estado (PGE) para instituir a Comissão Técnica para reanálise dos protocolos, referentes ao reenquadramento do QPPE, analisados até 31/12/2010 e indeferidos, por falta de documentos; editada a Resolução Conjunta SEAP/PGE nº 008, de 27/09/2014.

- RH Informações - atualização tecnológica do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – RH-Paraná/Meta4, especificamente do motor da folha e de diversas funcionalidades. Projeto em andamento cujo principal propósito é assegurar a atualidade do software e garantir a implantação de novas versões do Meta4; realização de estudos de impacto financeiro na folha de pagamento, com a aplicação do índice inflacionário para a Revisão Geral Anual; elaboração da Nota Técnica de Gestão de Recursos Humanos – 2014 para a Secretaria do Tesouro Nacional; homologação do Sistema de Informação de Recursos Humanos com potencial informacional, para acompanhar os principais indicadores de gestão. Desenvolvido numa plataforma de Business Intelligence (BI), utiliza o software Qlik View; reformulação da estrutura de acesso aos conteúdos do Portal do Servidor, incluída a reorganização e atualização das informações; elaboração das informações de folha de pagamento, das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentária Anual (LOA) para 2015.
- Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DSRH) - abertura de concursos públicos: a) edital nº 074/2014-DRH/SEAP, para preenchimento de 411 cargos de Agente de Execução, função Educador Social do QPPE, para atender necessidade de pessoal nas Unidades Socioeducativas da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS); b) edital nº 078/2014-DRH/SEAP, para preenchimento de 97 cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária e de 103 cargos de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, para atender necessidade de pessoal da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR); c) edital nº 079/2014-DRH/SEAP, para preenchimento de 293 vagas do cargo de Profissional de Extensão Rural (APER) e 107 vagas do cargo de Técnico de Extensão Rural (ATER), para atender necessidade de pessoal do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); estudos visando à estruturação de novo sistema de gestão de concursos públicos; elaboração de Termo de Referência, visando à contratação de consultoria para Desenvolvimento de Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná; efetivação de 583 nomeações de concursos públicos realizados sob a gestão da SEAP.
- Divisão de Cadastro de Recursos Humanos (DCRH) - participação no projeto de atualização tecnológica do Sistema Meta4; análise e cadastramento de unidades, elementos e subelementos de despesa para pagamento e integração entre os sistemas de folha (SEAP) e Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF); continuidade do processo de descentralização da estrutura organizacional; alteração de Fundos Previdenciários - criação e ajustes (relatórios, folha de pagamento e SIAF) em cumprimento à Lei nº 17.435/2012 e Decreto nº 7.555/2013, para atender os novos critérios dos Fundos Previdenciários; melhoria da política do crédito consignado aos servidores públicos estaduais, militares e pensionistas do Poder Executivo, pela edição dos Decretos nº 8471, de 08/07/2013 e nº 10.905, de 29/04/2014; elaboração da normativa para pagamento do benefício do auxílio funeral, previsto no artigo 205, da

Lei nº 6.174/1970, resultando na edição da Resolução nº 12.272, de 14/04/2014; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), uniformização das contas contábeis para o exercício de 2015, de acordo com as regras da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para integração da folha de pagamento com o Sistema SIAF (SEFA); implantação de rotinas de controle e gestão do domicílio bancário de todos os servidores públicos; implantação de rotina de controle e acesso ao sistema Meta4 dos usuários autorizados.

- Divisão de Cargos e Salários (DCSA) - elaboração da minuta de Lei do Reajuste Geral Anual (6,28%), que resultou na Lei nº 18.096/2014; elaboração da minuta de Decreto de reajuste do Auxílio Transporte (6,28%), que resultou no Decreto nº 11.493/2014; orientação às Unidades de Recursos Humanos (URHs), análise dos relatórios e elaboração do ato de Desenvolvimento nas Carreiras (Despacho SEAP nº 776/2014) de 180 servidores reenquadrados nos cargos de Agente de Execução e Agente Profissional em atendimento ao Despacho do Governador publicado no DOE nº 9.176 de 31/03/2014; análise da proposta de alteração de diversos quadros/carreiras, como o Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde (QPSS), que resultou na Lei nº 18.136/2014, Quadro Próprio dos Peritos Oficiais (QPPO), que resultou na Lei nº 18.008/2014, Quadro Próprio dos Servidores do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), que resultou na Lei nº 18.005/2014, Carreira de Agente Fazendário, apresentada por Comissão de servidores da SEFA - Leis nº 13.803/2002 e nº 18.107/2014, Quadro Próprio dos servidores do Instituto de Florestas do Paraná, em trâmite, Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR), em trâmite, e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR), em trâmite; elaboração da minuta de anteprojeto de lei que altera os dispositivos da Lei nº 17.187/2012, que dispõe sobre as Carreiras da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), que resultou na Lei nº 18.177/2014, estudos e análise da proposta de implementação de 1/3 da carga horária do professor do QPM em hora atividade, resultou na LC nº 174/2014; estudos com vistas à redução de carga horária de algumas funções com regulamentação federal; análise da proposta de regulamentação da Função Comissionada de Confiança do IAPAR (FCCI); análise e encaminhamentos para a concessão do desenvolvimento nas carreiras - QPPE - promoção por titulação e antiguidade - aguardam a concessão cerca de 280 servidores, progressão por titulação - aguardam a concessão cerca de 800 servidores, progressão por antiguidade - foram progredidos 1.149 servidores da SESA e aguardam a concessão cerca de 2.800 servidores de outros órgãos, QPSS - foram promovidos por titulação e antiguidade 237 servidores e progredidos por titulação 2.418 servidores; inclusão da estrutura de Quadros e Carreiras no Sistema Meta4 (carreiras, cargos, funções, vagas legais e estrutura salarial) – foram incluídas as estruturas do QPPO, ADAPAR, EMATER, Agente Fazendário e IEES; atualização e reestruturação das informações no Portal do Servidor (Tabelas Salariais vigentes em 2014, Quadros/Carreiras, Perfis Profissiográficos,

Legislação); avaliação e formalização de mudanças de função no âmbito do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE); análise e encaminhamentos para publicação de perfis profissiográficos do cargo de Agente de Aviação do QPPE e das funções que integram as carreiras da ADAPAR.

8.1.2 Escola de Governo

A Gerência Executiva da Escola de Governo promove o desenvolvimento de competências do servidor, com foco em serviços de qualidade para a população, bem como, o apoio ao desenvolvimento contínuo da capacidade de governar.

Ações realizadas:

- Procedimento licitatório para capacitação de 1.500 educadores da SEDS, nos polos de Curitiba, Cascavel e Londrina.
- Cooperação Técnica com a SESP/PMPR para a capacitação de 2.600 servidores da SEDS que atuam na área de socioeducação, em 13 municípios, com 242 turmas.
- Termo de Cooperação Técnica Científica com a PUC/PR para desenvolvimento de projeto específico (implantação de *clusters*) nos municípios localizados no entorno da fábrica da Klabin. Também prevista a capacitação dos técnicos e gestores locais na área de gestão.
- Banco Mundial: a) projeto 1 - início do processo licitatório para contratação de consultoria para capacitação estratégica dos quadros públicos do Paraná, nas modalidades presencial e à distância, por um período de 24 meses (R\$ 7,0 milhões); b) projeto 2 - captação de recursos para contratação de consultoria para desenvolvimento de sistema informatizado para a gestão da política de capacitação estadual, com integração da base de dados dos 23 Centros Formadores, de modo integrado ao Meta4 (R\$ 900,0 mil); c) projeto 3 - captação de recursos para aquisição de equipamentos e mobiliários para implantação de centro de capacitação no térreo do Palácio das Araucárias, com desativação do espaço no bairro Santa Cândida (R\$ 1,2 milhão).
- Implementação do Portal da Escola de Governo: 1.014.685 visualizações e 101.200 novos usuários.
- Implementação do Portal da Central de Estágio: 612.000 mil visualizações e 130.610 novos usuários.
- Modernização dos processos administrativos e pedagógicos da Central de Estágio, com implantação de curso para integrar os estagiários a estrutura do Estado, de caráter obrigatório, bem como, disponibilizado grade de cursos técnico-profissionais, para contribuir com sua qualificação e inserção no mundo do trabalho. Foram inscritos 10.210 estagiários no Portal e 4.280 estagiários ativos na gestão estadual.

- Redefinição da parceria com as Universidades Estaduais, com elaboração de planos locais para o desenvolvimento de ações regionais, de modo integrado e articulado à estratégia de gestão.
- Implantação de 250 vagas de residência técnica, em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e Universidades Estaduais, em áreas consideradas estratégicas à gestão estadual.
- Elaboração da versão atualizada do Manual de Escrita Oficial do Paraná, que se encontra disponibilizado *online*.
- Adaptação de sistema informatizado, para implantação do Banco de Boas Práticas de Gestão do Paraná, para estimular o *benchmarking* e o compartilhamento de experiências inovadoras entre servidores e órgãos.
- Elaborado o protótipo da Revista Eletrônica de Boas Práticas de Gestão do Paraná e Revista Eletrônica Saberes do Paraná para compartilhamento e divulgação da produção acadêmica dos servidores e residentes técnicos em curso de especialização.
- Implantação de ação inédita voltada aos mais de 80 mil servidores aposentados e para os que se encontram em fase de pré-aposentadoria, por meio do Programa Viver a Vida, desenvolvido em parceria com a PARANAPREVIDÊNCIA, voltado à educação previdenciária.
- Escola de Governo em números (janeiro a outubro):

DESCRIÇÃO	CURSOS	SERVIDORES
Programa de formação de gestores.	20	550 gestores certificados
Desenvolvimento de competências consideradas essenciais a gestão estadual, nas áreas de logística pública, gestão de pessoas, planejamento e tecnologia da informação e comunicação.	185	29.240 servidores certificados
Desenvolvimento de competências específicas, ou seja, aquelas vinculadas as áreas temáticas inerentes a atuação das secretarias e órgãos estaduais (saúde, educação, polícia civil, polícia militar, fazenda, entre outras).	488	221.700 servidores certificados
Curso de pós-graduação, na modalidade especialização, na área de gestão pública, com habilitações em gestão do SUAS; gestão do SUS; segurança e direitos humanos; gestão escolar e planejamento.	01	550 servidores participando
Curso de pós-graduação, na modalidade mestrado, na área de políticas públicas.	01	30 servidores participando

8.1.3 Assistência à Saúde dos Servidores

O Departamento de Assistência à Saúde (DAS) é responsável pela gestão do Sistema de Atendimento à Saúde (SAS) e avaliação da qualidade da prestação de serviços.

Cabe lembrar que o SAS se constitui em benefício custeado integralmente pelo Governo do Estado, sem qualquer contrapartida do servidor, oferecendo gratuitamente, sem limites de utilização, consultas médicas, exames e internações hospitalares, inclusive em UTI.

Principais ações:

- Reavaliação, readequação de exigências e manutenção dos contratos e acompanhamento do desempenho dos hospitais e cumprimento das cláusulas contratuais por meio de mecanismos de controle e regulação implantados para o sistema SAS.

- Visita técnica nos contratados das 15 macrorregiões do SAS no Estado.
- Revisão conjunta com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), do cadastro de beneficiários do SAS.
- Treinamento e capacitação de servidores que atuam nos Núcleos no interior do Estado (Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Toledo, Campo Mourão e Jacarezinho).
- Implementação de sistema de auditoria com o objetivo de verificar a qualidade e aprazamento dos serviços ofertados pelos hospitais contratados.
- Aprimoramento nos sistemas gerenciais de informações de procedimentos realizados a fim de verificar o índice de utilização por parte dos beneficiários do SAS, e a acessibilidade destes ao atendimento médico-hospitalar.
- Melhoria no sistema de comunicação direta entre o Departamento e o paciente (beneficiário).
- Implantação do cartão Vida Paraná, que dentre outras funcionalidades, apresenta um sistema de informações gerenciais sobre uma base adotada nacionalmente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- Coordenação do Grupo de Estudo para discussão dos modelos alternativos de atenção à saúde do servidor, para a escolha de nova proposta. Desde o início da gestão, aprimorar o SAS tem sido objeto de estudos. Vários modelos de atenção à saúde vêm sendo discutidos, inclusive com a participação dos servidores, que em sua maioria, os modelos preveem contrapartida financeira do servidor.
- Produtividade dos hospitais contratados (até setembro) - tabela a seguir:

MACRORREGIÃO	Nº de Usuários	Nº de Consultas Eletivas	Nº de Consultas PA / PS	Absenteísmo em Consultas	Nº de Procedimentos de Diagnóstico e Terapia	Nº de Procedimentos de Clínica Cirúrgica	Internações Clínica	Nº de diárias Internações Clínicas	Internações Cirúrgicas	Nº de diárias Internações Cirúrgicas	Internações Maternidade	Internações - UTI	Nº de diárias Internações UTI
Campo Mourão	30.702	16.633	2.087	1.490	31.034	1.085	362	1.032	83	299	9	22	380
Cascavel	54.465	21.798	6.686	4.473	22.015	812	279	586	183	301	36	9	20
Cianorte	15.382	4.737	1.378	807	8.055	333	53	102	23	47	0	4	4
Curitiba	110.085	134.150	17.059	0	247.712	3.951	6.548	28.583	687	3269	0	0	0
Foz do Iguaçu	49.343	14.311	3.896	2.435	26.913	522	88	178	139	226	38	3	6
Francisco Beltrão	22.612	13.521	7.323	0	34.409	1.928	1.179	2.403	111	287	36	30	279
Guarapuava	20.883	12.530	1.571	2.432	32.924	458	396	1.179	27	94	20	13	38
Jacarezinho	21.790	11.023	744	549	44.250	2.131	211	860	99	365	19	14	47
Londrina	159.441	65.742	19.156	14.930	212.088	28.349	3.003	6.577	600	2060	70	138	741
Maringá	176.926	39.174	16.007	13.333	124.530	4.166	580	1.937	184	536	6	18	88
Pato Branco	7.885	4.683	1.681	28	558	15	3.169	182	0	0	0	0	0
Ponta Grossa	197.254	48.484	9.460	13.962	132.550	8.224	381	1.754	457	1078	71	15	43
Toledo	28.813	11.824	2.532	880	15.966	1.592	245	756	182	399	2	8	309
Umuarama	28.785	21.595	3.447	3.427	36.631	848	590	2.092	172	372	47	72	317
União da Vitória	14.090	5.324	2.470	0	29.982	314	226	748	57	226	19	33	146
	938.456	425.529	95.497	58.746	999.617	54.728	17.310	48.969	3.004	9.559	373	379	2.418

8.1.4 Seguridade Funcional

O Departamento de Seguridade Funcional (DSF), após a celebração do novo Contrato de Gestão entre a SEAP e o Serviço Social Autônomo Parana Previdência, em novembro de 2013, desenvolveu suas ações voltadas ao acompanhamento das metas pactuadas.

Atividades realizadas:

- Acompanhamento da revisão, regulamentação e implantação do Plano de Benefícios da Parana Previdência.
- Participação das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal da Parana Previdência.
- Análise de 2.579 processos de solicitação de abono de permanência, sendo deferidos 2.230 e indeferidos 349.

8.1.5 Saúde Ocupacional

Em fase de estruturação, a Coordenadoria de Saúde Ocupacional (CSO) será responsável pela elaboração e normatização de uma política de saúde para os servidores do Poder Executivo.

Dentre as ações em andamento, merece destaque:

- Proposta preliminar para regulamentação da aposentadoria especial.
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de consultoria, com recursos do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Banco Mundial (BIRD).
- Iniciada a elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) pelo engenheiro de segurança e médica do trabalho para alguns órgãos estaduais, assim como realizadas avaliação de insalubridade e periculosidade conforme demanda dos servidores.
- Atendimento médico pela Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional (DIMS), por meio das Juntas de Inspeção e Perícia Médica, aos servidores que se afastam do trabalho para licenças para tratamento de saúde, acidente de trabalho, doença à pessoa da família, à gestante, aposentadoria por invalidez, entre outras.

8.2 Administração Geral

8.2.1 Gestão de Compras

O Departamento de Administração de Materiais (DEAM) tem por atribuição principal a aquisição de materiais, equipamentos e bens e à contratação de serviços para os órgãos da administração direta e, facultativa, para os da indireta.

Dentre as ações realizadas, merecem destaque aquelas de consolidação do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), com a implantação de seus módulos, por meio dos quais se gere o processo de suprimento e contratações, desde as requisições demandadas pelos usuários, passando por todas as etapas de aprovação, pesquisas de preços, licitação, empenho, até o acompanhamento do recebimento dos produtos, conforme segue:

- Concluída a implantação dos módulos: fase interna e externa, do processo de compras, compra dispensável e inexigibilidade de licitação.
- Homologação do módulo contratos, oferecendo maior controle das contratações efetuadas no Estado, o que proporcionará a gestão de contratos e elaboração de termos aditivos e planos de execução física e financeira e avaliações contratuais, complementando as informações da fase interna da licitação.
- Capacitação de aproximadamente 180 servidores do Estado para utilização do Sistema, com o apoio da Escola de Governo.
- Implantação e integração do Portal Compras Paraná com o GMS, permitindo aos fornecedores inserir no sistema certidões de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista digitalizadas.
- Implantado o módulo almoxarifado em 169 órgãos/unidades, inclusive dos outros poderes.
- Acréscimo de 3.555 cadastros, novos e renovados no cadastro estadual de fornecedores, perfazendo 15.714 fornecedores cadastrados.
- Catálogo de materiais e serviços - conta com 16.364 itens.
- Em andamento o mapeamento do processo para possibilitar a elaboração do manual de procedimentos, visando a padronização dos atos administrativos do Estado e integração dos sistemas GMS/SEAF/COP.

Outras atividades:

- Treinamento e aprimoramento das equipes que atuam nos procedimentos licitatórios, principalmente dos pregoeiros e equipes de apoio designados.
- Iniciado o processo para registro de preços para aquisição de consumíveis.
- Realização das licitações internacionais (ICB) e demais modalidades definidas pelo Banco Mundial, referente ao Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), visando aquisições e serviços aos integrantes institucionais do projeto.
- Diminuição de procedimentos instaurados para atender ao disposto no Decreto nº 8.476/2013, em relação ao ano anterior, conforme segue:

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	ABERTOS EM 2014	ABERTOS 2011 E 2012 CONCLUÍDOS EM 2014	ABERTOS EM 2013 CONCLUÍDOS EM 2014	REGISTRO DE PREÇOS	AQUISIÇÕES/ CONTRATAÇÕES
Pregão Eletrônico	128	2	52	126	93
Pregão Presencial	15	1	7	9	13
Concorrência Pública Internacional	1	0	0	0	0
Concorrência Pública Nacional	2	0	0	0	0
TOTAL	146	3	59	135	106
			208		

- Gerada economia de R\$ 158,9 milhões, em razão da redução de 24,5% do montante licitado comparado com o arrematado.

8.2.2 Gestão da Frota Oficial

O Departamento Estadual de Transporte Oficial (DETO) tem como função apoiar os órgãos da administração pública estadual no tocante à prestação de serviços de transporte, administrando, disciplinando e normatizando o seu uso.

As atividades realizadas focaram a melhoria dos padrões de controle, eficiência e redução de custos, destacando-se:

- Modernização do Gerenciamento de Combustível - contratada empresa especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos em rede de postos credenciados, com o uso do cartão de pagamento, em operação desde julho. Para colocar em operação o novo sistema de abastecimento, foi realizado o levantamento da frota totalizando 15.500 unidades, após o que foram emitidos e distribuídos os cartões de abastecimento a todos os órgãos e capacitados 960 gestores e fiscais dos contratos. A gestão de abastecimento se modernizou com relatórios gerenciais que permitem controlar a litragem e o uso do veículo, além de apontarem inconsistências no abastecimento, caso ocorram.
- Modernização do Gerenciamento de Manutenção - em fase de licitação, contratação de empresa gerenciadora de frota, para proceder por meio de gestão compartilhada a um recadastramento com avaliação do estado de conservação da frota veicular ativa e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos da frota oficial. Com a sua implantação, estima-se efetivo controle na manutenção da frota de veículos com perícia e auditoria no processo de manutenção veicular.
- Central de Transporte - prestação dos serviços de transporte terrestre de pessoas e objetos de interesse do governo, no atendimento de órgãos usuários do sistema, no perímetro urbano ou interurbano. Foram realizados 162 atendimentos para efetivação de viagens a serviço de órgãos públicos.
- Realizados quatro leilões de 735 veículos inservíveis ou sucatas com valor arrecadado de R\$ 3,9 milhões.
- Central de Viagens - acompanhamento da correção das remessas e otimização no processo massificado de envios dos cartões para o Banco do Brasil; inclusão de parâmetros na aba relatórios gerenciais; implantação e capacitação do Sistema da Central de Viagens em 36 unidades da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU); homologadas funcionalidades em plataforma de *Business Intelligence* como ferramenta de gestão.

8.2.3 Gestão de Serviços

A Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS) tem a atribuição de estabelecer normas de atuação, coordenar, uniformizar as execuções das atividades programáticas das áreas administrativas, estabelecer critérios e objetivos nos levantamentos de necessidades de atendimentos de serviços especializados, promovendo a racionalização e contenção de despesas administrativas.

Atendendo a demanda de 56 órgãos do Poder Executivo, a SEAP mantém a centralização dos procedimentos licitatórios para contratação de serviços terceirizados, identificados como de limpeza, asseio e conservação, vigilâncias presenciais e monitoradas, reprografia, comunicação de dados, telefonia fixa e móvel. A centralização permite manter as referências de preços contratados em relação ao mercado, a garantia dos cumprimentos das obrigações trabalhistas e fiscais, além de reduzir o índice de processos trabalhistas.

Ações e iniciativas que merecem destaque estão relatadas a seguir.

- Serviços de malote - efetuado novo contrato para os serviços de coleta, na segurança dos documentos, no transporte e na distribuição de processos administrativos, para atendimento aos órgãos da administração direta e indireta, que permitiu uma redução de 62,9%, comparados aos valores anteriormente praticados.
- Serviço de telefonia móvel pessoal - realizada nova contratação objetivando dar atendimento às demandas pontuais de 17 órgãos da administração estadual. Genericamente, neste caso, o potencial de economia depende da operacionalidade dos órgãos participantes do Pregão Presencial.
- Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) - concluído o processo de contratação de empresa especializada para prestação do serviço na modalidade Pregão, com procedimentos de Registro de Preços. O reflexo na licitação, tomando por base o lote exclusivo para a capital, resultou uma economia média de 48,2%.
- Comunicação de Dados e Multimídia - finalizado o processo para a prestação de serviços, que constitui infraestrutura de serviços para telecomunicações, imprescindível como meio para acesso à informação e aos serviços do Governo, distribuído nos 399 municípios do Estado, com 5.291 pontos de acesso habilitados. O certame permitiu uma economia média de 8,8%, comparados aos preços iniciais do certame.
- Módulo de Contratos no Sistema GMS - consolidada a implantação como ferramenta única de controle e acompanhamento dos contratos administrativos dos órgãos estaduais, com registro de 1.750 contratos.
- Sistema Integrado de Documentos denominado E-PROTOCOLO - em uso no Estado para as atividades de protocolo e organização de arquivos, manterá um módulo exclusivo, em homologação, para processos por meio eletrônico. Na fase de desenvolvimento, encontra-se o módulo de arquivamento, que padronizará os procedimentos nos moldes do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Paraná.
- Compras *online* - estruturado certame, com abertura prevista em 2014, para atendimento às compras de materiais de consumo, que traz uma solução inovadora na aquisição, logística de entrega e controle de materiais. Como projeto-piloto, a princípio atenderá os grupos de materiais de expediente, informática, higiene e limpeza e descartáveis, envolvendo cinco órgãos estaduais.

8.2.4 Gestão do Patrimônio Móvel e Imóvel

A Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE) é responsável pela gestão dos bens integrantes do patrimônio estadual, além da emissão de parecer técnico e informações em processos de doação, cessão, reversão, permuta, usucapião, transferência e locação de imóveis, bem como a prestação de orientações sobre a administração dos bens móveis.

- Elaboração e entrega do Termo de Referência bem como edital de licitação objetivando a contratação, com recursos do Banco Mundial, de empresa que deverá completar, em todo o Estado, o levantamento e atualização cadastral dos bens imóveis de nosso patrimônio: Projeto de Atualização Cadastral, integrante do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.
- Elaboração de Termo de Referência: para contratação de Supervisão dos Projetos de Atualização Cadastral, com recursos do Banco Mundial; e para a contratação de consultoria, também via Banco Mundial, para a elaboração de propostas de legislação específica para bens imóveis.
- Elaboração de novo decreto para locação de imóveis de terceiros para uso de unidades da administração estadual, que deu origem ao Decreto nº 12.022 de 1º de setembro de 2014.
- Elaboração de Normas de Gestão dos Bens Imóveis Públicos e do Manual para Controle dos Bens Móveis do Estado, em homologação.
- Alimentação do Sistema de Gestão de Patrimônio Imobiliário (GPI), a partir de dados solicitados aos órgãos da administração direta que permitiu a inclusão de 1.034 imóveis ao total cadastrado de 8.430.
- Proposição e efetivação de ajustes objetivando o aperfeiçoamento do Sistema GPI junto à CELEPAR.
- Via Sistema de Administração de Bens Móveis (AAB) e inventários elaborados pelos usuários, foram incorporados 52.349 bens, baixados 5.610 bens e transferidos 5.793 bens.
- Participação nos estudos da SEFA e da SEPL, com vistas à devida adequação contábil, prevista para 2015.
- Iniciado processo de mapeamento georreferenciado dos imóveis públicos em todo o Estado, utilizando o software ARCGIS, em integração com o PARANACIDADE.
- Obtenção de seis licenças do software SISREG utilizado para avaliação imobiliária.

8.2.5 Gestão Documental

O Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) tem a responsabilidade de executar a administração da política relativa ao patrimônio documental do Estado.

O Programa de Gestão de Documentos do Estado (PGD) tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da ação governamental, mediante a racionalização e o tratamento adequado da massa documental acumulada pelas instituições do Poder Executivo Estadual.

Principais ações realizadas:

- Programa de Gestão de Documentos (PGD) - ampliado o alcance de criação de Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), de 54 para 86.
- Recolhimento de acervos permanente e intermediário de nove órgãos estaduais.
- Comissão Estadual da Verdade - acompanhamento, subsidiando as demandas de pesquisas apresentadas pela Comissão referente ao acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PR), pertencente ao DEAP.
- Comissão Nacional da Verdade - disponibilização de material pertencente ao acervo da DOPS/PR à Comissão (Coordenadoria de Mortos e Desaparecidos) e Comissão de Anistia.
- Acompanhamento e catalogação do Manual de Escrita Oficial publicado em novembro.
- Digitalização dos microfimes referentes aos Maços Populacionais de 1777 a 1850, bem como de 43.000 fichas da DOPS e 100 caixas referentes às Pastas Temáticas.
- Revisão de 1.500 planilhas no Sistema Documentador.
- Descrição sumária do fundo PB 045 - Poder Judiciário (1910-1940 - 2527 processos).
- Realizadas 21 visitas guiadas com 353 visitantes presenciais.
- Eventos - participação e realização de cursos voltados à higienização e conservação de documentos; aplicação de instrumentos arquivísticos; capacitação em tutoria eletrônica em parceria com a Escola de Governo para ensino a distância em gestão documental para os servidores do Estado; publicação de artigo científico e exposição.
- Parcerias para realização de oficinas com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ONG Zilda Arns.

09

*Secretaria da Agricultura
e do Abastecimento*



9 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), na sua missão de promover o desenvolvimento rural sustentável, garantindo alimentos saudáveis, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente é composta pela administração direta com os Departamentos de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO), Economia Rural (DERAL) e 22 Núcleos Regionais; administração indireta, com as autarquias Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) e Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER); a autarquia independente Instituto de Florestas do Paraná; a sociedade de economia mista Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) e pela sociedade anônima Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA). Possui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (CONESA) e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola (CONDERPA).

9.1 Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO)

Coube ao DEAGRO, entre outras ações, o planejamento, a coordenação, a normatização, o controle e a avaliação de atividades que visam obter a melhoria da vida no meio rural. As principais atividades realizadas foram:

- Coordenação e execução dos programas e projetos na área da agropecuária, com ênfase àqueles voltados para a agricultura familiar.
- Elaboração do edital de credenciamento de usinas de beneficiamento de leite pasteurizado, realizando toda alocação das cotas regionais de demanda da compra do leite, possibilitando a contratação de 55 usinas de beneficiamento de leite pasteurizado.
- Cadastramento de 4.900 produtores de leite, incluindo 3.250 Agricultores Familiares com Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
- Elaboração mensal da planilha de pontuação e da planilha de pagamento do leite pela qualidade com base nos laudos de conformidades emitidos pelo laboratório da Rede Brasileira da Qualidade do Leite (RBQL) e Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH).
- Participação: na Comissão Gestora; na Comissão Técnica; na Comissão de Qualidade; nas 19 Comissões Técnicas Regionais; nas Comissões Regionais de Qualidade; e no Grupo Gestor Estadual do Programa Família Paranaense.
- Apoio técnico permanente à Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF).
- Representação do Estado do Paraná no Comitê Gestor do Programa Territórios da Cidadania; e da SEAB no Conselho Estadual de Comunidades Tradicionais, Indígenas e

Quilombolas e na Câmara Técnica de Cadastramento de Instituições para prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

- Recebimento, armazenamento e distribuição do PREMIX para as usinas contratadas visando à adição no leite (vitaminas A, D e ferro).
- Realocações de cotas regionais durante a vigência contratual, quando de impedimentos de usinas em continuar fornecendo o leite.
- Realização de 02 Feiras Sabores do Paraná nos municípios de Curitiba e Foz do Iguaçu, atendendo a um público de 25.800 pessoas, onde foram comercializados cerca de R\$ 1,4 milhão em produtos da agricultura familiar, com investimento de R\$ 386,0 mil.
- Projeto de Apoio ao Manejo e Fertilidade dos Solos - repasse de R\$ 331,5 mil para os 05 municípios para aquisição de 3.300 toneladas de corretivos agrícolas (calcário, fósforo e gesso).
- Projeto de Melhoria da Trafegabilidade das Estradas Rurais - aporte de R\$ 1,5 milhão para aquisição de óleo diesel para a reforma de 300 km de estradas rurais em 46 municípios.
- Projeto de Pavimentação de Estradas Rurais com Pedras Poliédricas - 18 quilômetros de estradas rurais em 03 municípios, com aporte de cerca de R\$ 4,5 milhões.
- Apoio à cafeicultura paranaense com implantação de 05 unidades demonstrativas de café em um município, com aporte de R\$ 29,4 mil; apoio à reforma de viveiro municipal no valor de R\$ 51,0 mil; apoio à melhoria de estradas rurais com aporte de cerca de R\$ 2,3 milhões para aquisição de 09 equipamentos agrícolas para atender 06 municípios.
- Formação e/ou fortalecimento de 26 consórcios intermunicipais ou dos grupos de municípios em processo de organização em consórcios em 199 municípios para a participação do projeto Patrulha do Campo.
- Apoio à realização de estudo técnico visando à implantação de uma central de distribuição de produtos hortícolas no município de Bandeirantes no valor de R\$ 80,0 mil; apoio à implantação de sistema de irrigação por gotejamento em olericultura na Vila Rural Sol Nascente, no município de Guaporema, no valor de R\$ 156,6 mil.
- Programa do Leite da Região Norte Pioneiro - investimento de R\$ 619,0 mil, por meio da implantação de Unidades Demonstrativas Leiteiras em Propriedades Familiares.
- Elaboração de 108 planos de ação nas microbacias do Estado, envolvendo cerca de 5.400 famílias de agricultores familiares, que necessitam de apoio financeiro na ordem de R\$ 8,3 milhões, do Projeto Gestão de Solo e Água em Microbacias, com financiamento parcial do Banco Mundial.
- Perfurados 133 poços artesianos profundos em áreas de microbacias beneficiando cerca de 4.000 famílias com atendimento de demanda de água, com custo aproximado de R\$ 14,2 milhões.
- Realizados cursos de capacitação de produtores e técnicos locais nas metodologias de trabalho concernentes às ações apoiadas.

- Execução do projeto Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – Renda e Cidadania no Campo - Pró-Rural, decorrente de financiamento parcial do Banco Mundial.
- Realização de 07 eventos de capacitações dos técnicos do instituto EMATER e da iniciativa privada; 36 eventos de capacitações para as lideranças municipais e territoriais; e 128 eventos de capacitações para os agricultores familiares.
- Elaboração de 139 Planos Operativos Anuais 2014 (municipais e territoriais) para a implementação e execução das atividades do Programa Pró-Rural.
- Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) no Paraná - as responsabilidades são compartilhadas entre o Estado e as entidades representativas dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, em especial: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), que realizaram, diretamente, a divulgação e a mobilização e, indiretamente, a elaboração das propostas de financiamento, por meio das empresas de ATER credenciadas.
- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - cadastramento de 195 propostas de famílias, com área de 1.264 ha envolvendo R\$ 14,9 milhões.
- Plano de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura do Paraná – Plano ABC - compromisso que o governo brasileiro assumiu para fazer frentes aos desafios trazidos pelas mudanças climáticas em especial a redução de gases de efeito estufa onde a meta brasileira é deixar de emitir um bilhão de toneladas de CO² até 2020. Foram capacitados 11.000 produtores e técnicos. Articulação junto ao Grupo Gestor viabilizando 2.800 contratos de baixa emissão de CO² com valor aproximado de R\$ 8,0 milhões.

9.2 Departamento de Economia Rural (DERAL)

Programaticamente, por meio de análises de conjuntura agropecuária, estatística básica e planejamento agropecuário, foram realizados trabalhos de pesquisa, coleta, sistematização e divulgação de dados socioeconômicos sobre o agronegócio mundial, nacional com ênfase ao estadual, avaliação e pareceres técnicos, tais como:

- Elaboração e disponibilização na *internet* de 200 boletins informativos referentes à situação conjuntural dos principais produtos agrícolas, silvícolas e da pecuária de corte e leite; e de 18 revistas digitais (prognósticos).
- Elaboração de: informes técnicos e pareceres sobre preços de produtos agrícolas e pecuários para o setor público e privado; proposta de política agrícola para as culturas de verão e as de inverno, junto com entidades representativas da agricultura paranaense; boletim técnico sobre a cultura do trigo no Paraná, para a página da EMBRAPA, conforme acordo de cooperação técnica.
- Ministradas 10 palestras para entidades, agricultores e estudantes.

- Participação mensal na elaboração e análise dos dados estatísticos sobre a produção de grãos no Paraná em conjunto com o IBGE; e elaboração e divulgação trimestral de pesquisa de café em parceria com a CONAB.
- Informativo Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA), com o registro diário de preços médios dos principais produtos agropecuários no mercado paranaense, disponibilizados na *internet*, captando as oscilações dos produtos.
- Pesquisas e divulgação: sobre preços recebidos pelo produtor, no atacado e no varejo com frequência semanal (mensal no caso do varejo); sobre os preços pagos pelos produtores e custos de produção de frequência trimestral; dos preços médios de terra agrícolas no Estado, de frequência anual, com o preço das áreas na zona rural.
- Divulgação da previsão de safras para fornecer um panorama semanal a respeito da situação dos principais grãos de inverno e verão produzidos no Estado.
- Levantamento e divulgação da produção agropecuária e da silvicultura, objetivando traçar um mapa do meio rural paranaense e fornecer dados para o cálculo do Valor Bruto da Produção (VBP).
- Publicação anual do VBP paranaense de aproximadamente 500 produtos - índice que compõe a cesta de produtos que são utilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), para o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- Coordenação Estadual do Programa Fundo de Aval (FAR/PR) com vistas à implementação de investimentos para melhoria do sistema de produção agropecuário nas propriedades de agricultores familiares.
- Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR) - coordenação estadual, tendo sido analisadas e autorizadas aos agentes financeiros as propostas de financiamento dos pequenos produtores, com projetos técnicos do EMATER, que resultaram no financiamento de aproximadamente 500 unidades, no valor total de R\$ 35,9 milhões. Foram beneficiados cerca de 500 agricultores familiares diretamente e mais de 2.000 propriedades de forma indireta, considerando que um trator pode atender até mais de uma propriedade de forma solidária.
- Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR-PR) - coordenação estadual, tendo sido realizado novo aporte de recursos pelo tesouro estadual, via Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), no valor de R\$ 6,9 milhões, para atender a ampliação para 29 culturas. Foi subvencionado o valor do prêmio de 5.000 apólices, beneficiando cerca de 4.500 pequenos, médios e grandes produtores de grãos, frutas, florestas plantadas, pecuária e outros.
- Orientações aos produtores rurais, aos estabelecimentos e às empresas de comercialização, industrialização e beneficiamento, enquadrados na categoria tanto de fornecedores de insumos, como de produtos de uso final na agropecuária (educação fiscal), em atenção à atividade fiscal tributária: Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO) atrelado à política da SEFA - RICMS.

- Reuniões técnicas de trabalho em conjunto com as federações patronais e de trabalhadores na agricultura paranaense, agentes financeiros, assistência técnica pública e privada com vistas à elaboração de propostas para implementação de instrumentos e mecanismos de política agrícola, para os produtores rurais.
- Participação técnica nas Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento das cadeias de feijão, mandioca, trigo e seguro rural, para implementação de ações, planos, programas e projetos para o setor agropecuário.
- Representação Institucional da SEAB em eventos técnicos destinados a discussão e elaboração de projetos para o desenvolvimento da pequena agroindústria no Estado.

9.3 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR)

Atua de forma descentralizada, em 21 Unidades Regionais de Sanidade Agropecuária (URS), 135 Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSA), 33 Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA) sendo somente 15 ativos, que atuam nas divisas com São Paulo e Mato Grosso do Sul e possui um laboratório de análises denominado Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti (CDME). Tem a missão de executar o serviço oficial de defesa agropecuária no Paraná, promovendo a saúde animal e a sanidade vegetal, a inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a qualidade dos insumos agropecuários e o adequado uso do solo agrícola.

As principais atividades executadas pelo CDME foram:

- Ensaios laboratoriais em bacteriologia, parasitologia e virologia, para certificação de explorações pecuárias e para a vigilância sanitária animal.
- Análises microbiológicas de alimentos subsidiando o trabalho de Fiscalização realizado pelo GIPOA-PR em carne e produtos cárneos, leite e seus derivados para o consumo geral, além de análises dos leites oriundos dos programas Leite das Crianças e Leite Paraná e análises físico-químicas para detecção de fraude excesso de água em frango congelado; e análises laboratoriais para a vigilância sanitária vegetal.
- Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros - diagnósticos de todas as amostras de animais oriundas dos estados do Paraná.
- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose (PNCEBT) - processamento das amostras de soro sanguíneo colhidas para certificação de propriedades, assim como isolamento bacteriano de amostras de órgãos e lesões suspeitas de tuberculose oriundas de linhas de abate.
- Incorporação do laboratório oficial de análise de sementes.

As principais atividades executadas pela Gerência de Saúde Animal foram:

- Orientações e fiscalizações a produtores, abatedouros SIM e SIF e comerciantes de vacinas contra febre aftosa.
- Vacinação assistida em apoio a duas campanhas contra febre aftosa.
- Orientações e fiscalizações a produtores e a revendedores (comerciantes) de vacina

contra brucelose e de vacina contra tuberculose, além de cadastramento e fiscalizações de médicos veterinários e em sacrifícios de animais positivos para as doenças.

- Orientações e fiscalizações a produtores e em estabelecimentos que comercializam vacinas para de saúde de equídeos, além do acompanhamento do sacrifício de animais doentes.
- Fiscalizações a propriedades comerciais avícolas e registro de aviários.
- Execução de levantamentos epidemiológicos e inquéritos sorológicos, em apoio a programas nacionais de saúde animal.

Coube à Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal, avaliações de projetos para registro de estabelecimento, de produtos de origem animal, e fiscalizações em estabelecimentos (matadouros, fábricas de conservas e laticínios).

A Gerência de Sanidade Vegetal teve como principais resultados:

- Orientações a produtores e fiscalizações em propriedades produtoras, unidades de beneficiamento de frutas, estabelecimentos produtores de mudas e centrais de abastecimento.
- Fiscalizações em propriedades rurais, comerciantes e empresas prestadoras de serviços fitossanitários, coleta de amostras para análises de resíduos agrotóxicos, em atenção ao comércio e uso adequado de agrotóxicos e receituários agrônômicos.
- Fiscalizações em propriedades rurais e em comerciantes de fertilizantes com coleta de amostras encaminhadas ao Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), para análise de qualidade.
- Fiscalizações em propriedades rurais, comerciantes de sementes e produtores de mudas e do uso do solo agrícola em propriedades rurais.
- Levantamento e monitoramento da lagarta da soja - *Helicoverpa armigera*, em colaboração com a EMBRAPA-SOJA.

A Gerência de Trânsito Agropecuário realizou fiscalizações volantes sobre o trânsito de animais, vegetais e insumos agropecuários; o registro e fiscalização de eventos agropecuários e a implantação do compartilhamento de estruturas e ações na divisa com Santa Catarina.

Coube à Gerência de Apoio Técnico a correção de cadastros de explorações pecuárias; a tramitação e controle dos processos administrativos originados de autos de infração; o registro de estabelecimentos comerciantes e de produção de insumos de agropecuários; a habilitação e credenciamento de profissionais que manuseiam insumos agropecuários; e o lançamento do sistema eletrônico para emissão da Permissão de Trânsito de Vegetais (e-PTV).

9.4 Instituto Paranaense de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER)

Atua de forma descentralizada com um escritório local em cada município do Estado e tem por missão promover o desenvolvimento rural sustentável, coordenando, articulando e executando assistência técnica e extensão rural em benefício da sociedade paranaense.

Em 2014, prestou assistência técnica para 122.000 pessoas do meio rural paranaense, sendo 90.500 agricultores familiares, 980 trabalhadores rurais, 1.440 pescadores artesanais, 3.400 jovens rurais, 10.050 mulheres rurais, 3.300 agricultores patronais e mais 12.330 outras pessoas relacionadas ao meio. Foram realizados 241.000 atendimentos individuais e 8.500 eventos grupais além de um trabalho referencial nos diversos projetos.

Demais atividades desenvolvidas:

- Projetos e ações de inclusão social das mulheres - foram capacitadas em gestão, organização, produção, agroindustrialização, mercado, mercados institucionais (PAA e PNAE) e empreendedorismo 10.000 mulheres rurais por meio de 750 eventos individuais e grupais.
- Participação na seleção das famílias para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) junto à Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR). O número de unidades habitacionais protocoladas para contratação foi de 18.609 em 364 municípios, com 5.709 unidades contratadas.
- Atendimento a 8.523 pessoas referente ao projeto de organização rural (gestão organizacional e de pessoas, finanças e custos, comercialização e marketing, gestão industrial e gestão ambiental) junto a 30 cooperativas no Estado com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- Participação no Programa de Crédito Rural (PRONAF) no Paraná, em parceria com sindicatos, agentes financeiros e prefeituras. Foram aplicados, nas diferentes linhas do crédito R\$ 3,2 bilhões em financiamentos, que correspondem a 15,2% do total de R\$ 21,0 bilhões disponibilizados pelo Governo Federal.
- Participação no Programa Trator Solidário, que objetiva o financiamento solidário de tratores, implementos e equipamentos para agricultores familiares beneficiários do PRONAF, com o benefício da equivalência produto na pactuação da dívida. Foram aprovadas pelo Comitê Gestor e financiadas pelo PRONAF 350 tratores e 10 colheitadeiras.
- Participação no Programa Nacional de Crédito Fundiário, com compromisso de acompanhar com crédito e orientação técnica aos produtores rurais.
- Participação no programa de inclusão social produtiva – Brasil Sem Miséria, tendo sido inseridas no sistema de acompanhamento de atividades 1.736 famílias, ou seja, aproximadamente 6.000 pessoas que estão recebendo do MDS a primeira parcela de fomento produtivo, totalizando R\$ 2,4 milhões.
- Participação no Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial - Pró-Rural - atuou em 10.056 Unidades Produtivas Familiares (UPFs), realizando 24.796 visitas aos titulares e integrantes das UPFs e 2.504 eventos grupais.

- Assessoramento a 800 clientes, visando a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, em atenção ao Programa de Agroindústria Familiar do Paraná Fábrica do Agricultor.
- Capacitação e profissionalização para 850 agricultores empreendedores familiares em boas práticas de produção agrícola e em boas práticas de fabricação e manipulação de produtos destinados à alimentação e ao consumo humano.
- Capacitação de 600 famílias no segmento de gestão e mercado para operação com as 75 gôndolas da agricultura familiar, nas principais redes de supermercados paranaenses.
- Realização de 11 feiras padrão Sabores do Paraná, nas diversas regiões administrativas do Estado, auferindo totalmente aos agricultores familiares participantes, cifras próximas a R\$ 6,0 milhões e inserindo 30 novas agroindústrias no cenário comercial paranaense.
- Atendimento a 8.502 produtores, em 199 municípios, referente ao projeto de olericultura, que objetiva organizar a produção e o produtor, visando contribuir para a segurança alimentar e o aumento da oferta de alimentos seguros com qualidade e rastreabilidade.
- Assistência a 10.362 produtores familiares na atividade leiteira do projeto Leite Sudoeste; 536 produtores beneficiados no projeto Desenvolvimento da Pecuária Leiteira no Território Vale do Iguaçu; 3.490 produtores beneficiados no Território Paraná Centro; 1.200 produtores beneficiados no Norte Pioneiro e 128 propriedades beneficiadas no projeto Leite Arenito Caiuá.
- Orientação de 2.648 produtores em atenção à piscicultura e a pesca, sendo 2.044 são piscicultores e 604 são pescadores artesanais.
- Atuação na bovinocultura de corte, objetivando propiciar ao produtor um maior retorno econômico, financeiro e social, por meio da implantação, nas propriedades, de um sistema intensivo de produção de carne bovina com qualidade. Foram assistidos 2.481 produtores e assessoradas 08 organizações pecuaristas, cooperativas de carnes e alianças mercadológicas voltadas para a comercialização de carnes de qualidade.
- Atendimento a 3.470 produtores de café em 5.646 eventos individuais e grupais, de-se andamento ao trabalho de mensuração da qualidade do café por meio da colheita e secagem dos diversos estágios de maturação contribuindo para a decisão do ponto ideal de colheita, aliado ao trabalho que mensura perdas ou ganhos ao cafeicultor em função dos diferentes graus de maturação do café no momento da colheita.
- Sanidade Agropecuária - participação nos 364 municípios que possuem Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs) com a mobilização, formação, fortalecimento dos CSAs e elaboração e discussão de planos de ação com a participação da comunidade municipal nos programas de Melhoria da Qualidade das Aplicações e Prevenção das Derivas de Agrotóxicos, Manejo Integrado de Pragas (MIP), Manejo Integrado de

Doenças (MID), Campanha de combate e controle de formigas, Campanha de Vacinação contra a Febre Aftosa, Campanha de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, Programa de Recolhimento e Destinação de Embalagens e a Qualificação da Assistência Técnica por meio do Receituário Agrônomo.

- Assessoria técnica para as famílias dos agricultores assistidos no projeto Adequação Legal da Propriedade que abrange a consulta e o acompanhamento da situação de regularização ambiental dos imóveis rurais com orientação para o Cadastro Ambiental Rural (CAR) - registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais e tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), das áreas de reserva legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de uso restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.
- Atuação no projeto Centro Sul de feijão e milho, com a instalação de 82 unidades demonstrativas, de 01 hectare, da cultura de feijão e 71 de milho, com produtores colaboradores. Foram realizados 246 eventos com abrangência de 10,3 mil produtores, o que propiciou alcançar uma produtividade média das áreas demonstrativas de feijão em 1,4 vezes superior à média do Estado do Paraná e 2,2 vezes superior à média nacional e produtividade média das áreas demonstrativas de milho em 1,3 vezes superior à média paranaense e 1,6 vezes superior à média nacional. Os resultados financeiros nas unidades demonstrativas mostraram margem bruta média de R\$ 2,2 mil por hectare para o feijão e R\$ 1,3 mil por hectare para o milho, contribuição para o abastecimento alimentar da população.
- Assessoramento a 5.540 fruticultores, com atendimento individual, dias de campo e encontros de produtores. Além da assistência, o projeto de fruticultura visou ações de comercialização, desenvolvimento de políticas públicas focadas na sustentabilidade, inovação tecnológica dos sistemas produtivos, melhoria da ergonomia do trabalho, consolidação dos polos de produção, aumento do VBP do Estado e o consumo de alimentos mais saudáveis e nutritivos.
- Atuação com vistas nas plantas medicinais, aromáticas, condimentares e potenciais, para atender à crescente demanda da população por produtos naturais bem como suprir procura por parte das indústrias de medicamentos, cosméticos e alimentos. Trata-se de 1.800 produtores na atividade, com área cultivada de 6.000 hectares, movimentando cerca de R\$ 78,0 milhões.
- Cadastramento de 171 microbacias em 167 municípios, correspondendo a 14.579 produtores rurais e 728.794 ha. Em 100 destas microbacias foram elaborados, em conjunto com os agricultores, o plano das ações que serão realizadas. Foram capacitados 2.669 produtores para a implementação de novas técnicas e alternativas de produção agropecuária visando à sustentabilidade social, ambiental e econômica do processo produtivo rural.

- Participação em diversos programas estaduais de preservação de recursos ambientais tais como Programa Patrulha do Campo, Projeto de Recuperação da Trafegabilidade, Patrulhas Rurais e Pavimentação Poliédrica com Pedras Irregulares. Foram elaborados 328 projetos de repasse de óleo diesel, num total de 2.400 km de melhorias em estradas rurais. No projeto de Pavimentação de Estradas Rurais foram realizados 107 relatórios técnicos de vistoria para a consecução dos projetos elaborados pelas prefeituras. No programa Patrulha do Campo, auxiliou na seleção dos trechos e na interface com os trabalhos nas áreas lindeiras, junto com a CODAPAR e Consórcios de municípios. No Programa Patrulha do Campo foram adequados 3.155,70 km de estradas rurais.
- Ações juntamente com parceiros da Campanha Plante seu Futuro, para a adoção de boas práticas de produção no campo. Uma das ações é o Manejo Integrado de Pragas (MIP), na soja, que tem o objetivo da quantificação a campo das pragas e inimigos naturais. Na safra de soja 2013/2014, em propriedades acompanhadas em MIP, o número médio de aplicações de inseticidas no controle de pragas foi reduzido para 2,6 aplicações ou em 48,0% em relação à média do Estado. Importante também foi que no MIP, o tempo da entrada da primeira aplicação de inseticida foi aos 54 dias contra uma média estadual de 23 dias.
- Reforma e manutenção de 74 escritórios do Instituto no interior do Estado, com investimento de R\$ 1,8 milhão.
- Aquisição de equipamentos de informática (100 tablets, 236 microcomputadores, 110 *notebooks*, 130 monitores, 180 impressoras e 38 projetores multimídia além de 80 GPSs envolvendo o valor de R\$ 1,4 milhão), veículos (82 veículos no valor de aproximadamente R\$ 2,3 milhões) e mobiliários (1.098 cadeiras em montante aproximado de R\$ 544,1 mil), com recursos oriundos de convênios com a União.

9.5 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)

Tem como missão promover e apoiar ações de capacitação, pesquisa, ensino, comunicação e articulação entre pessoas e organizações, voltadas à produção agropecuária e ao consumo sustentável, baseados nos preceitos da agroecologia.

As principais atividades desenvolvidas foram:

- Realização de eventos de capacitação e divulgação de referências nas áreas temáticas de produção e bem-estar animal (produção de leite em bases agroecológicas, sistema de pastoreio racional Voisin, integração ovinocultura de corte e fruticultura, manejo de dejetos e resíduos orgânicos); produção vegetal integrada (olericultura orgânica, plantas medicinais, aromáticas e condimentares, sistemas silvipastoris e agroflorestais); recursos naturais (meliponicultura e educação ambiental) e engenharia alternativa (uso sustentável do bambu em bioconstruções rurais), com a participação de 586 pessoas.

- Participação em eventos: a) palestras - Produção de leite orgânico no Ciclo de atualização em qualidade do leite e Experiência em PRV no CPRA: 8 anos no Encontro panamericano sobre manejo agroecológico de pastagens (PRV nas Américas), em Pelotas/RS; Produção de leite a base de pastagens no Ciclo de palestras semana acadêmica do Setor Ciências Agrárias da UFPR em Curitiba; Etologia e bem-estar animal na Jornada de Agroecologia em Maringá; Produção de leite em bases agroecológicas no Encontro nacional de gestores do SEBRAE em agroecologia na BIOFACH em São Paulo; Fitoterapia na Produção Animal no curso de capacitação Integração Agroecológica da Produção Vegetal (Grãos) e Animal (Leite) na Agricultura Familiar catarinense em Florianópolis; b) curso de Produção de leite em bases agroecológicas em União da Vitória; c) oficinas de Olericultura em bases agroecológicas no Seminário SEED/Colégios Agrícolas e Produção de leite em bases agroecológicas no Seminário SEED/Colégios Agrícolas em Foz do Iguaçu; Uso sustentável do bambu e construção de estufa ecológica em Ventania e em Marechal Cândido Rondon; O CPRA e o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos - IIº Dia de Campo Educação, Produção E Tecnologia/CEEPNFM em Pinhais e um mini curso de Uso Sustentável do Bambu Na Agricultura Familiar - IIIª Mostra Tecnológica de Inverno/IAPAR - Ponta Grossa.
- Apoio juntamente com a EMBRAPA-CNPFlorestas às ações de pesquisa em sistemas silvipastoris envolvendo espécies arbóreas nativas e exóticas consorciadas.
- Apoio à pesquisa sobre elaboração de estratégias adequadas de manejo e a redução do impacto danoso causado pelas capivaras, que resultou no diagnóstico e manejo da população de capivaras *Hydrochoerus hydrochaeris* apresentado no entorno do Reservatório do Irai no município de Pinhais.
- Elaboração em conjunto com a UTFPR de Dois Vizinhos do projeto de pesquisa intitulado Utilização de bambu em Sistema Silvipastoril: efeito na ambiência de vacas leiteiras, que foi submetido ao CNPq por meio de Edital e pretende avaliar o uso de bambu como inovação tecnológica em Sistema Silvipastoril e seus efeitos no ambiente térmico e bem-estar de animais leiteiros.
- Elaboração de projeto referente a circuitos curtos de comercialização da agricultura de base ecológica: construção de redes entre agricultores e consumidores, sendo desenvolvido nas Regiões Metropolitanas de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, tendo como parceiros o IAPAR, UFSC e UFRGS.
- Realização do evento Paraná Agroecológico, com o objetivo de contribuir com a consolidação e ampliação da agroecologia no Paraná propondo estimular o interesse pela agroecologia entre os professores e estudantes, subdividido em cinco eventos, contou ao todo com 970 participantes.
- Diagnóstico em parceria com a SEED para promoção da agroecologia no Estado, por meio da inserção e/ou ampliação da prática sobre o tema nas Instituições de Ensino Agrícola e Florestal (IEAF) do Paraná.

- Organização do I Congresso Paranaense de Agroecologia, com a participação de 205 pessoas e a apresentação de 141 trabalhos em atenção a Rede de Pesquisa em Agroecologia no Paraná (REPAGRO), onde o CPRA participa do comitê gestor na condição de secretário.
- Criação de banco de dados com produtores de sementes e espécies produzidas, em atenção ao Projeto Produção de Semente Própria em Sistemas de Base Ecológica por agricultores familiares no Estado do Paraná (SEMECOL - EMBRAPA/SOJA) juntamente com agricultores familiares das regiões Oeste, Centro-Sul e Norte do Paraná.
- Participação em eventos técnicos ministrando palestras e capacitando técnicos, estudantes e agricultores em oficinas e cursos.

9.6 Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)

No cumprimento de sua missão de prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio do estado, o Instituto conduziu atividades consubstanciadas em 14 programas de pesquisa (agroecologia, agroenergia, manejo de solo e água, sistemas de produção, recursos florestais, produção animal, cereais de inverno, feijão, milho, algodão, café, fruticultura, culturas diversas e propagação vegetal), envolvendo 226 projetos de pesquisa. Contribuiu com serviços consolidados e reconhecidos, apoiando o avanço da agropecuária paranaense por meio da disponibilização de novas variedades de plantas, sementes genéticas e básicas de qualidade, novos métodos e processos para melhoria no manejo de culturas e recursos produtivos e equipamentos para uso agrícola, entre outras atividades para a produção paranaense, com destaque para:

- Organização do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu, com um público de 398 inscritos e 274 trabalhos apresentados disponíveis no *site* <http://www.sbspnais.com.br/>. Foram capacitados 22 pesquisadores e técnicos do IAPAR em abordagem sistêmica, com a apresentação de 15 artigos científicos.
- Participação no Programa Leite Mais no Arenito Caiuá capacitando 20 novos agentes de assistência técnica em sistemas leiteiros para atender cooperativas de produtores com apoio de laticínios e prefeituras.
- Realização de 04 eventos de difusão entre Dias de Campo e Excursões Técnicas com 113 participantes.
- Entrega do Produto Análise do Condomínio Energético Microbacia Ajuricaba para a ITAIPU Binacional.
- Demarcação geográfica do Mel Claro de Ortigueira.
- Disponibilização de material genético e informações técnicas para o desenvolvimento da pecuária de corte no Paraná, fortalecendo a Associação de Criadores de Purunã.
- Continuidade de 07 projetos com recurso FINEP/Sustagri - pesquisa e bolsistas.

- Divulgação dos conhecimentos gerados em integração lavoura, pecuária e floresta (ILPF) para profissionais do Estado e repasse aos agricultores na forma de tecnologias aplicáveis, contribuindo para o fortalecimento da agricultura de baixo carbono (ABC) para redução de emissões de gases de efeito estufa (Política Nacional sobre Mudanças Climáticas - Lei nº 12.187/09). Em ações conjugadas a produção de carne e leite.
- Promoção e participação nas Vitrides Tecnológicas, em feiras e exposições, divulgando a produtores e técnicos a caprinocultura como alternativa viável de renda para a agricultura familiar.
- Avaliação estadual de cultivares de milho, com a divulgação do Boletim Técnico nº 81 - Avaliação Estadual de Cultivares de Milho, safra 2013/2014, que orienta os técnicos e produtores na escolha de cultivares. Na safra de verão foram avaliadas no Estado 14 cultivares de milho Bt Superprecoce, 25 cultivares de milho Bt Precoce e 25 cultivares convencionais (sem evento Bt).
- Avaliação de três ensaios de segunda safra em 09 municípios, com a avaliação de 20 cultivares de milho Bt Superprecoce, 21 cultivares de milho Bt Precoce e 21 cultivares convencionais (sem evento Bt).
- Registro junto ao RNC-MAPA da cultivar de trigo melhorador, denominada IPR Taquari TM, em 12/05/2014, sob número 32382, apresentando como contribuição à cadeia produtiva do trigo uma elevada produtividade associada a uma ótima qualidade tecnológica, além de alta sanidade às principais doenças da cultura. Foi registrada para todas as regiões produtoras de trigo nos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Região 2 de São Paulo.
- Constatação por meio de estudos isolados de algodão *Ramularia areola*, do Brasil, que os mesmos são diferentes dos que foram reportados originalmente nos USA. Os isolados brasileiros produzem esporos de vários formatos e tamanhos e apresentam entre 0 e 5 septos, com *budding*, um fenômeno que ainda não havia sido relatado para esse patógeno.
- Verificação que os crestamentos foliares de algodão e da soja são causados por uma mesma estirpe de *Corynespora cassiicola*. Como tais culturas são usadas em sucessão, recomenda-se a utilização de gramíneas entre o cultivo de ambas, ainda que seja para produção de massa, visando quebrar o ciclo da doença ou reduzir seu potencial de inóculo.
- Continuidade nos estudos no campo da biotecnologia, fitopatologia e entomologia com resultados promissores para as principais doenças e pragas que afetam a citricultura; e ao projeto que visa à implantação de estações de aviso fitossanitário para cultura da maçã nos municípios de Palmas e Lapa.
- Convênio entre IAPAR, EMATER e Prefeitura da Lapa na utilização de vitrine tecnológica instalada na Estação Experimental do IAPAR na Lapa para validação e difusão de tecnologia em fruticultura de clima temperado.

- Continuidade das pesquisas: com melhoramento genético de fruteiras temperadas e de citros; com uva rústica com a introdução de novas variedades de copa e porta-enxerto; com abacaxi na região da Costa Oeste e noroeste do Paraná; e continuidade no trabalho conduzido no Vale do Ribeira dentro de um projeto em parceria do IAPAR com o MDA que prevê várias ações em fruticultura (abacaxi, maracujá, tangerina, amora e mirtilo).
- Continuidade dos projetos que visam o lançamento dentro de três anos de variedades melhoradas e selecionadas de maracujá e acerola; e de pesquisa com microalgas que gera planta piloto para produção de Biodiesel em nova fase do projeto conjunto com a COPEL, desde 2009.
- Início de projeto em Cerro Azul para monitoramento do vetor da doença HLB de citros, visando proteger a citricultura dessa região a essa doença.
- Finalização de três projetos de pesquisa de longa duração (10 anos) com a cultura de citros, envolvendo estudos com a variedade IAPAR 73 e Valência, visando melhorar a produtividade e qualidade do fruto dessas variedades e estudos de manejo de solo em pomar de citros visando controle da erosão e melhoria da produtividade.
- Edição de três volumes (livros) do projeto de Microalgas em parceria com a COPEL e FAPEAGRO, fruto de trabalho que servirá como referência do Estado da Arte e para o desenvolvimento da produção desses microrganismos para obtenção de biodiesel, bioquerosene e co-produtos.
- Implantação de ensaios de motores ciclo diesel utilizando óleos vegetais e de um projeto de estudo de extração de óleos de grãos com aplicação da torta e borra na geração de vapor complementar à lenha, gerenciados pela Área de Engenharia Agrícola.
- Elaboração de projeto de desenvolvimento do cultivo de macaúba para produção de óleo vegetal e biocombustíveis.
- Produzidas aproximadamente 328 toneladas de sementes genéticas e básicas de adubos verdes, aveias forrageiras e graníferas, café, centeio, feijão, milho, trigo e triticale.
- Organização do Evento Paraná Agroecológico, com especial ênfase ao Encontro Regional de Agricultores em Agroecologia com dia de campo na Estação Experimental da Lapa, I Congresso Paranaense de Agroecologia e Encontro de Consumidores - Consumo Responsável e Agroecologia.
- Presidência e organização do 1º Congresso Paranaense de Agroecologia, com mais de 200 participantes, 141 trabalhos inscritos (artigos e relatos de experiência).
- Coordenação da Rede de Pesquisa em Agroecologia.
- Identificação dos óleos de tomilho, capim limão e citronela como inibidores do crescimento de *Phytophthora infestans in vitro* e que os candidatam a potenciais produtos para futuro controle da requeima da batata.
- Realização de palestra no 18th IFOAM Organic World Congress, em Istambul com o tema *Weed control with Natural Phytotoxic Substances (NPS) in direct seeding soybean*.

- Participação na execução da Vitrine Tecnológica da Agroecologia no Show Rural da Coopavel, em Cascavel, e realização dos Caminhos da Transição Agroecológica na Mostra Tecnológica de Inverno em Ponta Grossa.
- Desenvolvimento do método para estimar doses de dejetos líquidos de suínos na agricultura.
- Desenvolvida técnica para reduzir a perda da amônia por meio da acidificação do dejetos líquidos de suíno pela adição de ácido sulfúrico ou ácido fosfórico.
- Registro no Registro Nacional de Cultivares (RNC/MAPA) e proteção no Serviço Nacional de Proteção de cultivares (SNPC/MAPA) de três cultivares, sendo duas do grupo comercial carioca, IPR Bem-te-vi e IPR Quero-Quero e uma do grupo comercial preto IPR Nhambú.
- Ampliação da base genética do feijão por meio da incorporação de 569 novos acessos no banco ativo de germoplasma de feijão do IAPAR, que passou a contar com 9.829 acessos, bem como a obtenção de 189 novas linhagens promissoras, com grandes possibilidades futuras de serem registradas como novas cultivares.
- Identificadas novas fontes de resistência as principais doenças que ocorrem na cultura, como antracnose, mancha angular, ferrugem, murcha de fusarium, murcha de curtobacterium e crestamento bacteriano comum, sendo que esses materiais poderão ter uso imediato pelos agricultores.
- Identificação de variedades de feijão tolerantes à acidez e eficientes em condições de baixa disponibilidade de fósforo no solo, possibilitando o cultivo com baixa utilização de fertilizantes em solos que apresentam essas condições.
- Participação na organização da 11ª edição do Congresso Nacional de Pesquisa de Feijão (CONAFE), com o tema Tecnologias para a Sustentabilidade da Cultura do Feijão, participaram, nos três dias, 614 pessoas, pesquisadores, professores, estudantes, profissionais da extensão rural e assistência técnica, produtores e empresários rurais, bem como renomados palestrantes do Brasil e do exterior. Foram apresentados 382 trabalhos científicos.
- Recebidas na Sede do IAPAR em Londrina, aproximadamente 1.900 pessoas, em mais de 100 visitas, incluindo escolas particulares, colégios estaduais, escolas técnicas, universidades, além de 130 visitantes de Grupos Técnicos e diversos membros da sociedade, como políticos e formadores de opinião. Os Polos Regionais receberam a visita de 35 comitivas, totalizando aproximadamente 900 pessoas. Entre os visitantes internacionais, o IAPAR recebeu delegações da França, Camarões, Áustria, Estados Unidos, Noruega, México, Moçambique e Japão.
- Lançamento e contribuição com diversos produtos editoriais, entre os quais 14 folders (cultivares de feijão, mandioca, aveia e triticales, institucional, coletor de amônia e açaí), boletins técnicos, anais de eventos promovidos pelo IAPAR ou em que foi parceira. Foram 18 livros publicados, totalizando mais de 5.100 páginas revisadas, diagramadas e impressas. Destacam-se os Anais do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas

de Produção; Avaliação Estadual de Cultivares de Milho Safra e Safrinha; Caderno de Resumos do XXII Seminário do Programa de Iniciação Científica e do IV Seminário do Programa em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do IAPAR; Cultivo da Seringueira no Paraná; Gestão por Competências e Resultados na Administração Pública; Microalgas de Águas Continentais; e, Plantas Oleaginosas para Biodiesel no Paraná – Volumes I e II.

- Realização de 15 cursos de atualização, com a ocupação de 748 carteiras; e de Oficina de Reciclagem: A educação ambiental e os resíduos sólidos no IAPAR, com objetivo de capacitar o servidor/colaborador a reparar de forma adequada os tipos de resíduos, esclarecer aspectos legais, conscientizar da importância da reciclagem do lixo gerado.
- Realizados investimentos para reestruturação das instalações físicas, com novas obras e recuperação de obras existentes, equipamentos, máquinas, equipamentos de informática, implementos agrícolas e veículos, no valor aproximado de R\$ 4,5 milhões.
- Aumento de arrecadação de R\$ 6,2 milhões em 2013, para cerca de R\$ R\$ 9,0 milhões em 2014, refletindo diretamente nos investimentos e custeios anuais do instituto.
- Continuidade do curso de mestrado acadêmico em agricultura conservacionista, que visa a produção culturalmente aceitável, socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Na segunda turma, totaliza 21 alunos.
- Ofertadas mais 92 bolsas de iniciação científica, com fontes pagadoras do CNPq, Fundação Araucária e IAPAR, com alunos oriundos das universidades: UEL, UEPG, UTFPR, UNIFIL, UNOPAR, FAG, UENP, IFPR, CESCAGE, UEM, PUC e PITÁGORAS, sob a orientação de 50 pesquisadores do Instituto. Foi realizado o XXII Seminário de Iniciação Científica, com apresentação de 93 trabalhos dos alunos-bolsistas.
- Publicados aproximadamente 360 trabalhos científicos em periódicos, congressos, eventos, mídia em geral, com apresentação formal, em níveis nacional e internacional, com incentivo direto e/ou indireto do IAPAR.

9.7 Instituto de Florestas do Paraná

Autarquia independente, vinculada à SEAB, oriunda da extinção do Departamento de Florestas Plantadas (DEFLOP) e transformação da Ambiental Florestas S.A.. Atua no controle, fiscalização, prevenção de incêndio e vigilância nas áreas próprias e de terceiros sob a administração da empresa, em aproximadamente 45.000 hectares. Para essas atividades foram investidos R\$ 6,6 milhões.

Após a finalização da colheita da floresta de pinus do primeiro ciclo florestal, restaram aproximadamente 1.000 ha do total de 18.816 ha de florestas de pinus plantadas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Inácio Martins (alienado em junho), Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul, permanecendo com 6.625,77 hectares de florestas de palmito e nativas, localizadas nos municípios de São José dos Pinhais, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba.

Foram realizadas de duas a três manutenções anuais em aproximadamente 4.000 hectares dos 12.550 hectares de florestas de pinus spp, perfazendo cerca de 20 milhões de árvores plantadas com idade entre zero a 12 anos, distribuídas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Inácio Martins, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul.

Realizado controle das explorações das florestas comercializadas, por meio da retirada da madeira explorada, com a medição das cargas dos caminhões e com emissão da respectiva Nota Fiscal. Em 2014, foram retirados 270.298,7 estéreos de pinus e comercializadas 78,0 toneladas de goma resina de pinus.

Além das manutenções de aproximadamente 3.000 quilômetros da malha viária interna das áreas do Instituto, foram conservadas as estradas municipais/estaduais que acessam as propriedades, visando o escoamento dos produtos de base florestal, mantendo também aproximadamente 500 quilômetros de aceiros.

Na área de preservação ambiental, considerando as áreas do Módulo Florestal do Litoral acrescidas das áreas dos demais módulos florestais não utilizadas para plantio, o Instituto preservou aproximadamente 25.000 hectares de florestas nativas em estágio avançado de regeneração, que se encontram em grandes blocos, como no caso do litoral e distribuídas nas áreas de plantio de florestas comerciais, formando um mosaico estruturado e com interligações com corredores internos de biodiversidade que garantem uma presença de vida selvagem em todos os níveis da cadeia alimentar.

9.8 Centrais de Abastecimento do Paraná S/A (CEASA/PR)

Tem a finalidade de apoiar a comercialização de hortigranjeiros, promover capacitações de comerciantes e produtores e promover o atendimento às famílias de baixa renda.

As cinco CEASA do Estado movimentaram 843 mil toneladas de hortigranjeiros, com valor estimado de R\$ 1,9 bilhão, envolvendo cerca de 1.000 produtores e 638 comerciantes que atuam nas Centrais Atacadistas.

Foi aplicado cerca de R\$ 2,5 milhões em obras relacionadas com construções, ampliações, recuperações e adequação nas unidades atacadistas; capacitados 638 comerciantes e 1.000 produtores; e atualizado o Regulamento de Mercado que tem por objetivo instrumentalizar as condições e diretrizes para o exercício da atividade de comercialização, distribuição, abastecimento e serviços nas instalações das Unidades.

Por meio do programa Banco de Alimentos a CEASA/PR realizou doações num montante de 4.031 mil toneladas de hortaliças, frutas e cereais, com valor estimado em R\$ 9,1 milhões, beneficiando 1.427.048 de pessoas carentes, por meio de 417 entidades assistenciais do Estado.

9.9 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)

Atuando na armazenagem de produtos diversos, a CODAPAR recebeu, processou e armazenou mais de 335 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados.

Por meio de suas 13 Unidades Armazenadoras de grãos localizadas em diversos pontos do Estado, tem contribuído no beneficiamento (limpeza e secagem) e armazenamento da produção.

Os armazéns frigorificados, localizados nos municípios de Palmas e Guarapuava, têm função estratégica para o desenvolvimento da fruticultura, especialmente da maçã, bem como para conservação de batatas, semente dos produtores regionais, além de malte para cooperativas.

Nas Unidades Armazenadoras de Pinhais e Guarapuava, a CODAPAR atende ao Programa de Distribuição de Merenda e suprimentos escolares, armazenando alimentos da merenda escolar, móveis e livros escolares, destinados a mais de 1.031.389 de alunos em 2.970 escolas públicas dos 399 municípios paranaenses.

Está vigente um contrato assinado com a empresa Moinhos Iguazu objeto de uma concorrência pública referente ao arrendamento de uma área da CODAPAR no Porto de Paranaguá para a construção de um terminal portuário, com investimento previsto na ordem de R\$ 78,0 milhões.

Administra também o Porto Seco de Cascavel, situado junto ao terminal da FERROESTE, importante mecanismo no desembarço aduaneiro nos processos de importação e exportação, e o entrepostamento de mercadorias. Em parcerias com cooperativas e empresas da região atuou no despacho aduaneiro na exportação no segmento de frangos congelados (aproximadamente 200 containers/mês) via FERROESTE com destino a Paranaguá e tem recebido para desembarço na importação cargas de fertilizantes, entres outros produtos.

O Porto Seco de Cascavel foi credenciado pela Receita Federal para operar com o Regime Aduaneiro Atípico denominado Depósito Alfandegado Certificado (DAC), que permite ao exportador brasileiro uma maior flexibilidade. O DAC permite a emissão de um Certificado de Depósito Alfandegado, uma espécie de *warrant* endossável, que possibilita ao exportador negociar a mercadoria em qualquer lugar do mundo.

Por meio do Corredor de Exportação Oeste, composto pelas unidades armazenadoras da CODAPAR dispostas ao longo no corredor – Cascavel (Porto Seco) / Guarapuava / Curitiba - Araucária, no principal canal de escoamento dessas regiões produtoras e também das safras agrícolas dos países vizinhos, foi implantada, de forma de projeto piloto, a primeira etapa dos corredores em Guarapuava, possibilitando o escoamento nos modais ferroviário e rodoviário.

Encontra-se em andamento um investimento de R\$ 80,0 mil na Unidade de Ponta Grossa para serviço de amostragem, auditagem e classificação de grãos.

O Corredor Norte, composto pelas unidades armazenadoras da CODAPAR dispostas no corredor Maringá / Ponta Grossa / Curitiba – Araucária, deverá formar o complexo que interligará ao Corredor Leste, no seu principal canal de saída o Porto de Paranaguá, por meio de um sistema de armazenagem e expedição, coração desse sistema logístico de exportação.

A CODAPAR teve participação nos programas e projetos desenvolvidos no âmbito do Sistema da Agricultura, tais como: Programa de Manejo de Água, Solos e Biodiversidade em Microbacias, PRORURAL - Adequação de Estradas Rurais, sobretudo no Projeto Patrulha do Campo onde foram executadas obras numa extensão de 1.800 km, e capacitados 360 Técnicos e Operadores. Além disso, no Projeto Patrulha do Campo, as equipes técnicas da CODAPAR elaboraram 220 projetos técnicos que compreendem uma extensão de 2.100 km de obras a serem executadas.

Na área de classificação, em atendimento ao controle de qualidade dos produtos destinados à exportação, trabalhou no Porto de Paranaguá aproximadamente 15,9 milhões de toneladas de produtos diversos. Nesta atividade foram realizadas auditagens do processo de classificação em 55.000 vagões transportados pela ALL e FERROESTE, embarcados em todo o interior do Estado.

Nas operações de internalização de produtos agrícolas, quando da importação pelos portos, aeroportos e fronteiras, realizou a classificação de 2,6 milhões de toneladas em apoio técnico operacional e laboratorial ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Na área de qualidade dos produtos destinados diretamente à alimentação humana, classificou e certificou 480 mil toneladas, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.972/2000. Por meio da Associação dos Produtores de Fumo (AFUBRA), acompanhou a comercialização da safra do produto, atuando como árbitro nas transações comerciais do produto.

Ainda na área de classificação aplicou treinamentos e cursos aos interessados ligados ao agronegócio e realizou prévias de classificação principalmente em atendimento a pequenos produtores e agricultura familiar em geral.

10

*Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior*



10 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) tem a missão de definir, coordenar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Sua estrutura é composta por Coordenadorias, Assessorias, Grupos Setoriais e Setores, e ainda conta com órgãos e entidades a ela vinculados, quais sejam:

- Instituições de Ensino Superior (IEES) - sete Universidades Estaduais, com atividade de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e cooperação técnico-científica com ensino presencial em 38 municípios.
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) - empresa pública, dedicada à pesquisa, desenvolvimento e produção de bioenergia, imunobiológicos, antígenos e química fina além de prestação de serviços tecnológicos.
- Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - Organização Privada de Interesse Público, destinada ao fomento à pesquisa científica e tecnologia, verticalização do ensino superior e disseminação científica e tecnológica.
- Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) - instituído pela lei nº 17.709, de 15 de outubro de 2013, como pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo. Tem por finalidade prover a sociedade de informações de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental, bem como conceber, desenvolver e executar projetos de pesquisa científica e tecnológica, formação e capacitação profissional.

Dentre os Setores Internos da SETI, além dos Grupos Setoriais, cabe destacar: a Coordenadoria de Ciência e Tecnologia (CCT); a Coordenadoria de Ensino Superior (CES) e a Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF).

A SETI integra mais de 60 Conselhos estaduais, assim como participa de diversos fóruns, colegiados e câmaras técnicas, mediante atuação no campo da Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, além de colaborar com outros órgãos dos setores público e privado.

O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT PARANÁ) é o responsável pela definição das áreas prioritárias que são apoiadas com recursos do Fundo Paraná. Para atuar em consonância com as metas de Governo, foram definidas pelo CCT PARANÁ as seguintes áreas estratégicas: Ciências Biológicas e Biotecnologias (agrícola, avícola, florestal, saúde); Indústria Alimentar; Energias Renováveis; Metalomecânica; Tecnologias da Informação e Comunicação; Ciências e Tecnologias Ambientais; Polos, Parques Tecnológicos e outros habitats de inovação; Ciências e Tecnologias Agrárias; Mobilidade; Fortalecimentos dos ativos portadores de desenvolvimento tecnológico; Melhoria do Ensino Superior; e Tecnologia Assistiva.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses (CRUEP), criado nesta gestão, trata de assuntos de interesse comum entre a SETI, as IEES e demais órgãos e entidades relacionadas ao ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

A ciência, tecnologia e inovação estão intrinsicamente ligados ao ensino superior e tem experimentado avanços consideráveis nos últimos anos. Em setembro de 2012 foi sancionada a Lei nº 17.314 de 24.09.12 - Lei de Inovação, regulamentada pelo Decreto nº 7.359/2013, complementado pelo Decreto nº 11.747 de 30/07/2014. Fez-se necessária a edição da Lei Complementar Estadual nº 177 de 18/07/2014, que alterou a Lei nº 6174 de 16/11/1970 e a Lei Complementar nº 108 de 18/05/2005 para adequá-las à Lei de Inovação.

Dentre as várias ações que a Lei de Inovação permitirá executar está o Programa Tecnova, em fase de execução, no qual a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) aportará R\$ 15,0 milhões e o Estado do Paraná uma contrapartida de R\$ 7,5 milhões para financiamento, a título de subvenção econômica, de projetos inovadores na área de ciência e tecnologia, para micros e pequenas empresas e empresários individuais. A Fundação Araucária é o órgão executor do Tecnova, tendo promovido a seleção dos projetos que serão contemplados na primeira fase, com 68 projetos aprovados, cujos valores variam de R\$ 180,0 mil a R\$ 600,0 mil. O valor da primeira parcela foi transferido à Fundação Araucária (R\$ 7,5 milhões da FINEP e R\$ 3,7 milhões da contrapartida do Estado).

10.1 Sistema Estadual de Ensino Superior

Ao longo dos últimos quarenta anos, a Educação Superior - competência do governo federal - tem recebido especial atenção do Governo do Estado do Paraná, o que resultou na significativa expansão da oferta deste grau de ensino público.

São 07 Universidades Estaduais mantidas pelo Governo do Estado, sendo que a SETI atua em dois Programas:

- Excelência no Ensino Superior - que objetiva melhorar os indicadores acadêmicos na graduação e pós-graduação e consolidar a excelência das Universidades no ensino, na pesquisa, na extensão e na cooperação técnico-científica.
- Paraná Inovador - voltado para o incentivo ao desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, mediante parcerias com o setor produtivo, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, organizações não governamentais e governos municipais, Estadual e Federal.

O sistema Estadual de Ensino Superior oferece ensino de graduação gratuito nas mais diversas áreas do conhecimento; ensino de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*; desenvolve tanto a pesquisa básica como a aplicada e promove a extensão, a cultura e a cooperação técnico científica institucional, nacional e internacional.

O Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério de Educação (MEC), de 2011, mostra que é boa a qualidade das universidades que compõem o Sistema Estadual de Ensino Superior. A Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) obtiveram nota quatro, em um universo de

cinco, e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) nota três. Este índice sintetiza a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado. Além disso, divide as instituições por valores contínuos de 0 a 500 pontos e em faixas de 1 a 5.

Na avaliação do MEC/ENADE - 2012/2013, no Estado do Paraná, envolvendo as Universidades Estaduais, Federais e Privadas, 27 cursos de graduação obtiveram nota máxima (cinco), sendo que 14 desses cursos pertencem às Universidades Estaduais.

Os dados relativos ao Sistema Estadual de Ensino Superior estão apresentados a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	Nº
Cursos de Graduação	346
Cursos de Especialização	263
Cursos de Mestrado	155
Cursos de Doutorado	58
Número de Alunos	100.000
Número de Docentes – 87% com Mestrado e Doutorado	7.660
Número de Agentes Universitários	9.600
Campus Universitário	30
Polos de Ensino a Distância em 47 municípios	83
Colégios de Aplicação Pedagógica	03
Hospitais Universitários	04
Hospitais Veterinários	06
Escritórios de Aplicação Jurídica	05
Centros Odontológicos	05
Clínica de Fisioterapia	02
Laboratórios de Análises Clínicas	04

Os quatro hospitais universitários existentes têm dupla função: acadêmica, como hospitais-escola e como importantes polos de atendimento regional à saúde do Estado.

As Universidades Estaduais são importantes locais de produção de conhecimento científico e inovação tecnológica. Com a manutenção e consolidação do Sistema Estadual de Ensino Superior se está colaborando para o desenvolvimento do Estado e com a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Para manutenção do sistema, em 2014, o Governo despendeu em torno de R\$ 2,7 bilhões.

As IEES, além das suas atividades institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão prestam inúmeros serviços à comunidade por meio de: Hospitais Universitários e Veterinários; Clínicas Escolas de Fisioterapia e Reabilitação, de Fonoaudiologia, Psicologia, Nutrição e outros; Farmácia Escola e Laboratórios de Análises; Clínicas Odontológicas; Escritórios de Aplicação de Ciências Jurídicas e outros; e Projetos de Extensão Universitária. Desenvolvem também importantes atividades junto às comunidades carentes, tais como Indígenas, Quilombolas, Faxinalenses e outros, por meio de atividades para implementação de políticas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida, tais como: Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs); Educação Ambiental e ações inclusivas junto a jovens e adolescentes, presídios, famílias e comunidade.

10.2 Principais Realizações

- Universidade Sem Fronteiras - manutenção e ampliação do programa concebido como o maior programa de extensão universitária, em investimento financeiro e de capital humano para o desenvolvimento dos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Foi realizado o acompanhamento da execução de projetos referente a editais lançados em 2013, sendo: a) áreas de Apoio à Saúde, a Agricultura Familiar e Agroecologia, as Licenciaturas, Incubadoras dos Direitos Sociais e Diálogos Culturais - 50 projetos; b) Núcleos de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ) - 08 projetos, em conjunto com a rede de atendimento da criança e adolescente; c) Programa PATRONATO - 13 projetos, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU); d) Programa Bom Negócio Paraná - 14 projetos, em parceria com a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM). Foram elaborados e lançados os seguintes editais: a) Edital nº 07/14 - 81 projetos, para atender as áreas de Apoio à Saúde, a Agricultura Familiar e Agroecologia, às Licenciaturas, Incubadoras dos Direitos Sociais e Diálogos Culturais; b) Edital nº 03/14 - 10 projetos, para atender aos Núcleos de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), em conjunto com a rede de atendimento da criança e adolescente; c) Editais nºs 04 e 06/14 - 15 projetos, para atender ao Programa PATRONATO, em parceria com a SEJU; d) Edital nº 05/14 - 14 projetos, para atender ao Programa Bom Negócio Paraná, realizado em parceria com a SEIM. A SETI participou da realização de 09 Simpósios NEDDIJ - Direito de Criança: Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente no Paraná, realizados em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon, Jacarezinho e Curitiba.
- A SETI, por meio da Coordenadoria de Ensino Superior (CES), é responsável pelo encaminhamento, junto aos órgãos responsáveis, dos processos relativos ao credenciamento, renovação de credenciamento, alterações curriculares, entre outros, do Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná, incluindo, além das IEES, as Faculdades e Centros Universitários Municipais. Dentre as ações desenvolvidas pela CES em 2014 destacamos: a) autorização de funcionamento de 08 cursos de graduação - Administração, Secretariado Executivo, Matemática Computacional, Ciências Biológicas e Ciências Econômicas, na UNICENTRO em Guarapuava e nas extensões de Prudentópolis, Laranjeiras do Sul e Pitanga, Nutrição e Serviço Social na UNIOESTE, no Campus de Francisco Beltrão e Odontologia na UENP, Campus de Jacarezinho; b) reconhecimento de 18 cursos de graduação nas IEES; c) renovação de reconhecimento de 15 cursos tanto nas Universidades e Faculdades Estaduais como nas Instituições Municipais; d) credenciamento institucional da Escola Superior da Polícia Civil do Paraná; e) constituição de 28 Comissões para verificação *in loco* das condições de funcionamento dos cursos de Graduação nas Universidades, Faculdades Estaduais e Municipais e ainda comissão especial para Recredenciamento Institucional da Faculdade Apucarana Cidade

Educação (FACE); f) análise técnica dos processos de nomeação dos Dirigentes da UEPG, UEL, UENP e UEM; g) realização de 04 Eventos de Extensão relacionados ao Programa de Educação Fiscal - II Encontro Paranaense de Educação Fiscal (Campo Mourão), XII Seminário de Educação Fiscal (Cascavel), Ciclo de Estudos de Cidadania Fiscal (Foz do Iguaçu), VII Concurso de Redação: Cidadania Fiscal (Maringá e Região); h) participação na organização do XIV Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, em Guarapuava; i) realização de 04 reuniões da Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná (CEA); j) participação em 04 reuniões no Fórum Permanente e Apoio a Formação Docente; k) realizadas 06 doações por meio do Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC), sendo 02 doações voluntárias em vida e 04 dos IMLs no Paraná para as Instituições de Ensino Superior.

- Publicado o Decreto nº 11.747 de 30/07/2014 complementando a regulamentação da Lei de Inovação; publicada a Lei Complementar Estadual nº 177 de 18/07/2014 que alterou a Lei nº 6174 de 16/11/1970 e a Lei Complementar 108 de 18/05/2005 para adequá-las à Lei de Inovação.
- Realização de encontro entre SETI e UEPG para reunir pesquisadores paranaenses envolvidos com a Gestão de Resíduos.
- Programa de Recuperação de Área Degradada (PROREAL) - início dos estudos para sua implantação em parceria com a SEMA e pesquisadores das IEES.
- Feiras de Tecnologia e Inovação Regionais (INOVATEC Regionais) - parceria entre SETI, Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) , Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Fomento Paraná e IEES com participação de estudantes, pesquisadores, associações de classes e empresários, nas cidades de Londrina, Guarapuava, Ponta Grossa, Cascavel e Curitiba. Somente a feira de Curitiba recebeu 1.013 inscritos, sendo disponibilizados como ofertas tecnológicas 919 projetos de pesquisas, 627 patentes, 324 laboratórios, 363 serviços e 21 expositores.
- Concessão do 27º Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia - premiadas as categorias: professor-pesquisador (01), pesquisador-extensionista (01), aluno de graduação (01), jornalista científico (01) e inventor independente (01), todos radicados no Paraná e ligados às áreas de Ciências Humanas e Sociais e Ciências Agrárias. Os trabalhos foram avaliados por um comitê formado por pesquisadores vinculados a Programas de Pós-Graduação de outros Estados.
- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - iniciativa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação com o objetivo de popularizar a ciência, subsidiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para envolvimento das universidades estaduais; vem abrindo espaços para a comunidade e estudantes da rede pública conhecer as pesquisas nas universidades. As universidades estaduais desenvolveram vasta programação para a semana, que atingiu praticamente todo o Estado. Para comemorar o encerramento da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia a SETI promoveu, em 23 de outubro no Museu Oscar Niemeyer,

uma feira com participação das IEES, PUC, Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e outros para apresentação de trabalhos científicos aos alunos da rede estadual de educação básica.

- Paraná Fala Inglês - implementação do projeto envolvendo as sete universidades estaduais com o objetivo de preparar a comunidade acadêmica para obter êxito nos editais que exigem a proficiência na língua inglesa, assim como a internacionalização das nossas IEES por meio de cursos presenciais, com duração de três semestres. O custo é de aproximadamente R\$ 300,0 mil para cada universidade.
- Realização de reuniões com os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das IEES, para adequação das Resoluções das IEES à Lei de Inovação e para o estabelecimento de Metas para 2015.
- Promoção de vários encontros para realização de acordos internacionais, dentre eles: Paraná e Baden-Württemberg, Paraná Quebec, Cooperação Paraná-Rhône-Alpes, Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Educação do Estado de Utah, EUA e a SETI.
- Continuação dos trabalhos para implementação da Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação face ao convênio com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, compreendendo levantamento dos dispêndios pelo Paraná em C&T, assim como participação de reuniões em Brasília sobre o assunto, sendo que o Paraná foi eleito, juntamente com São Paulo e Sergipe, para compor o Comitê Técnico da Rede.
- Execução de dois programas de Residência Técnica, um em parceria com a SEIL, com o objetivo de preparar e qualificar recém-formados nas áreas de Engenharia e Arquitetura, e outro em parceria com a SEDS, em várias áreas do conhecimento como, Contábeis, Direito, Assistência Social e outros. Pelo programa, durante dois anos os residentes participam de atividades junto às secretarias e entidades estaduais e participam de curso de pós-graduação em nível de especialização, recebem bolsas pagas pela SETI e, ao final da residência, o título de pós-graduação.
- Levantamento patrimonial e definição de procedimentos para transferências às entidades, dos bens adquiridos por meio dos projetos apoiados mediante Movimentação de Crédito Orçamentário (MCO). Foram transferidos R\$ 32,5 milhões em bens móveis e R\$ 22,6 milhões em bens imóveis.
- Em atendimento à Lei nº 17.709/13, que prevê a extinção do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia e de sua unidade complementar, foram realizados os procedimentos de transferência patrimonial, restituição de R\$ 21,6 mil aos cofres do Estado e iniciada a migração dos contratos vigentes do Instituto Tecnológico SIMEPAR para o Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR).
- Disponibilizada a 2ª parcela para a reconstrução do Cine Teatro Universitário Ouro Verde, no valor de R\$ 4,9 milhões, que somados aos cerca de R\$ 4,0 milhões de 2013, alcançou 75,0% do valor homologado na licitação.
- Apoio à infraestrutura dos laboratórios institucionais do IAPAR, com investimentos na ordem de R\$ 2,3 milhões.

- Apoio à contrapartida obrigatória dos projetos das IEES (UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO) contemplados nos editais da FINEP, que somaram R\$ 3,3 milhões.
- Implantação de infraestrutura para o Curso de Odontologia da UENP – Fase I, no valor de R\$ 370,0 mil.
- Implantação do Programa de Doutorado em Ciência Jurídica da UENP, no valor de R\$ 350,0 mil.
- Programa TECNOVA-PR – encontra-se em fase de contratação das 68 empresas contempladas que receberam recursos por meio de subvenção econômica, com investimentos previstos na ordem de R\$ 22,5 milhões – SETI/Fundo Paraná e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Para 2014, foram alocados R\$ 4,0 milhões, referente a 1ª parcela. Apoio a construção e reforma dos Restaurantes Universitários de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Francisco Beltrão, Umuarama e Guarapuava, com investimentos de R\$ 2,1 milhões.
- Ampliação da infraestrutura de energia elétrica no Campus de Umuarama e Cianorte da UEM, no valor de R\$ 860,0 mil.
- Estruturação de laboratórios para o reconhecimento dos cursos de física e engenharia de produção do campus regional de Goioerê, no valor de R\$ 600,0 mil.
- Efetuada a recomposição orçamentária para a E-Paraná, com novo aporte orçamentário, no valor de R\$ 11,1 milhões.
- Apoio a melhoria da infraestrutura nas dependências da UNESPAR - Campus Fafipar, no valor de R\$ 600,0 mil.
- Contratação de 127 docentes e 57 agentes universitários para as IEES.

10.3 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

Dentre as várias ações desenvolvidas pelo Instituto, destacam-se:

- Assinatura de contrato com o Ministério da Saúde para fornecimento de 10 milhões de doses da vacina antirrábica; e assinatura de acordo de cooperação técnica com a UEPG para a instalação do Laboratório de Produção de Medicamentos, voltado à produção de medicamentos básicos de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Aquisição de novo equipamento que permite mais rapidez na análise de metais e diminui o uso de insumos químicos no processo do Laboratório de Metalmecânica; e de novos equipamentos para o Laboratório de Tecnologia dos Materiais com investimento de R\$ 300,0 mil para fornecer soluções para indústrias de diversos setores.
- Início da certificação de eletrodomésticos e similares; e do envase da vacina antirrábica ao Ministério da Saúde.
- Lançamento da Plataforma virtual do TECPAR Educação.
- Prestação de consultoria para produção de vacina antirrábica em El Salvador.
- Ampliação de certificação de produtos vegetais realizada entre TECPAR e Companhia de Desenvolvimento Agropecuário (CODAPAR) em Maringá.

- Investimento de R\$ 600,0 mil em equipamento que garante segurança alimentar, implantado no Laboratório de Agroquímica (LAGRO).
- Medidor Volumétrico de Combustíveis (MVC) - homologação de equipamento que combate sonegação em combustíveis.
- Distribuição de vacina antirrábica que coloca o TECPAR como o único no mundo a desenvolver esse imunobiológico em escala industrial, com a técnica de perfusão.
- Realização de workshop para debater rastreabilidade na produção de medicamentos.
- Reconhecido com o Troféu Onda Verde por desenvolver tecnologia que diminui odor da fumaça.
- Aumento na produção de antígenos nos primeiros sete meses do ano, tendo registrado 100 mil doses a mais de antígenos para diagnóstico de brucelose e tuberculose bovina em comparação com o mesmo período do ano passado.
- Implantação de melhorias no Laboratório do Controle de Qualidade (LCQ) diminuindo o tempo para a realização de exames pra produção da vacina antirrábica.
- Ampliação do prazo de validade da nova vacina antirrábica de um para dois anos, garantindo ao Ministério da Saúde mais segurança para programar o fornecimento de vacinas às campanhas de vacinação.
- Credenciamento de soluções tecnológicas em plataforma do BNDES.
- Parceria com empresas russa e brasileira em evento global na França para atuar em uma Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) para atender à demanda de medicamentos e biofármacos do Ministério da Saúde.
- Integração de plataforma do TECPAR à rede de estações solarimétricas, o que garante ao Paraná um levantamento próprio sobre o potencial de geração de energia solar no Estado.
- Projetos-piloto em Núcleos de Inovação Tecnológica do Paraná, responsáveis pela operação regional e presencial do Parque Tecnológico Virtual do Paraná (PTV Paraná).
- Contratação do TECPAR para realizar ensaios de resíduos agrotóxicos para a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), para verificar a conformidade de alimentos e produtos de uso agrícola comercializados no Estado.
- Credenciamento do TECPAR como Organismo de Certificação para o Programa de Certificação Life (Credenciado nº 0001) pelo Instituto Life.

10.4 Fundação Araucária

A política de parceria tem permitido a Fundação Araucária fazer investimentos substanciais, nos anos de 2011 a 2013 foram mais de R\$ 220,0 milhões, na ciência, tecnologia e inovação do Estado por meio de acordos de cooperação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o CNPq, com o Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, com a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX), com a Fundação Grupo Boticário de Conservação à Natureza (FGB), com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI), com a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), com a

Renault do Brasil e parcerias internacionais com o Reino Unido - Fundo Newton e com o Instituto Nacional de Pesquisa em Informática e Automação (INRIA - França).

Foram lançadas até o mês de novembro, 19 Chamadas Públicas, totalizando investimento superior a R\$ 47,0 milhões, destes 37,8% foram advindos das parcerias e 62,2% do governo estadual por meio da Unidade Gestora do Fundo Paraná (SETI/UGF).

A Fundação Araucária investiu em quatro linhas de ação: a) 4,0% no Fomento à Produção Científica e Tecnológica; b) 10,0% na Disseminação de Ciência e Tecnologia; c) 15,0% em Chamadas Públicas específicas (Fundação Grupo o Boticário, Fundação Parque Tecnológico de Itaipu, INRIA, Sanepar e Renault do Brasil); d) 61,0% na linha de ação Verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores, que tem por objetivo o aprimoramento e a qualificação de recursos humanos.

Tem como base os objetivos e resultados alcançados, novos acordos de parcerias estão sendo propostos, mas ainda não assinados como o acordo com a CAPES para os anos de 2015 a 2021. Este acordo tem por finalidade dar continuidade à cooperação técnico-científica firmada em 2012, para a execução de um conjunto de ações para formação de pesquisadores qualificados, para apoio à infraestrutura dos programas de pós-graduação, para atração de novos pesquisadores e formação de novos grupos de pesquisa no Estado do Paraná. A previsão é de execução de 11 metas, no valor de R\$ 152,9 milhões, sendo 66,3% da CAPES e 33,7% da Fundação Araucária.

10.5 Instituto Tecnológico SIMEPAR

Dentre as várias ações desenvolvidas pelo SIMEPAR cabe destacar:

- Inauguração do novo radar meteorológico do Oeste do Paraná - para monitoramento meteorológico, instalado no município de Cascavel, formado por torre de concreto, infraestrutura elétrica e computacional e equipamentos eletrônicos com investimentos de aproximadamente R\$ 10,0 milhões, com recursos do SIMEPAR e do Fundo Paraná.
- Rede Paranaense de Monitoramento Hidrometeorológico (RePAMH): a) Fase I - implantação no Litoral do Estado com investimentos de aproximadamente R\$ 550,0 mil do Fundo Paraná; b) Fase II - implantação para as demais regiões do Estado do Paraná para melhoria da qualidade dos serviços de previsão de tempo e clima, com investimento de R\$ 7,5 milhões do Fundo Paraná.
- Realização do Workshop Eletromet em conjunto com a Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET), que reuniu profissionais do setor elétrico e de meteorologia com o tema inovação no monitoramento hidrometeorológico e na previsão do tempo e clima aplicado ao setor elétrico.
- Participação no Sistema Paranaense de Informações para a Gestão dos Riscos a Desastres Naturais (SIGRisco Paraná) a partir de ações conjuntas entre o SIMEPAR, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) por meio do Instituto das Águas, visando potencializar e integrar ações dos referidos órgãos e instituições com o objetivo de atender a Casa Militar em questões relacionadas a riscos e desastres naturais.

11

Secretaria da Comunicação Social



11 Secretaria de Estado da Comunicação Social

A Secretaria da Comunicação Social (SECS) cumpre a função de organizar, planejar, coordenar a execução e dirigir as ações relativas à comunicação do Governo do Paraná, atendendo a todas as unidades da administração direta e indireta.

Neste sentido, desenvolve suas tarefas a partir da distribuição de atividades entre as áreas de Coordenação de Marketing e Coordenação de Imprensa e como unidade indireta a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE) e o Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação.

Salienta-se que a RTVE, no decorrer do exercício de 2014 deu continuidade ao processo de regularização das atividades administrativas, tornando-a mais eficaz em suas ações, após a criação da E-Paraná Comunicação, pela Lei nº 17.762/2013.

11.1 Coordenadoria de Marketing

Responsável pelo planejamento de campanhas publicitárias de utilidade pública e de divulgação das ações de interesse da população paranaense, além da publicidade legal da administração direta e suas empresas.

As principais ações da Coordenadoria foram para divulgar nos meios de comunicação do Estado do Paraná, campanhas destacando as ações do Governo nas áreas da saúde, segurança, infraestrutura, educação, emprego, obras e habitação, atendendo a administração direta e indireta do poder executivo estadual, incluídas as empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista. Além de coordenar, juntamente com as empresas, a realização de campanhas para educação no trânsito para o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN), da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Agência de Fomento do Paraná, da Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS) e da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

11.2 Coordenadoria de Imprensa

Ocupa-se da produção jornalística de material editorial veiculado na Agência Estadual de Notícias, produz e distribui informações das atividades do Governo do Paraná, com reportagens de órgãos da administração direta e indireta. É responsável pelas áreas de produção de textos e fotos jornalísticas para a mídia impressa, matérias jornalísticas para rádio e registros em vídeo para as emissoras de televisão. Todas as atividades de distribuição de informação são realizadas tendo como foco as ações realizadas pelas diversas esferas da administração pública estadual.

O site www.aen.pr.gov.br, principal plataforma para publicação de notícias dos órgãos de Estado, recebeu 3.000.000 de visualizações no período. Em razão do calendário eleitoral, a página ficou indisponível para acesso público nos meses de agosto e setembro. Desde janeiro, foram publicados no site: 3.516 textos (reportagens), 4.287 áudios (notícias para rádio), 15.615 fotografias e 259 vídeos.

Todo o conteúdo disponibilizado é de livre utilização pelos meios de comunicação (jornais, revistas, sites, rádios e televisões), com a recomendação de que seja atribuído crédito para a Agência de Notícias do Paraná em caso de publicação/veiculação da reportagem.

11.3 Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)

Produz e divulga programas com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas, visando ser referência na programação educativa do Estado e na promoção cultural e artística paranaenses. Consiste na união da TV, das rádios FM e AM e do Canal da Música. As principais atividades realizadas foram:

11.3.1 Jornalismo

Produz o conteúdo com base em sua missão de promover a cidadania e difundir a cultura no Paraná. As produções focam, principalmente, a melhoria da qualidade do conteúdo oferecido. O departamento investiu na produção de séries de reportagens e materiais especiais, que têm como tema principal o Estado do Paraná.

Compõem a grade fixa os seguintes programas:

GÊNERO DE PROGRAMA	NOME	PERIODICIDADE DE EXIBIÇÕES
Jornais	Jornal éParaná	05 edições semanais
Esportes	Boletim éEsporte	05 edições semanais
	Programa éEsporte	01 edição semanal
Cultura	Programa éCultura	05 edições semanais
	Programa éShow	01 edição semanal
	Programa éEspecial	01 edição semanal
	Programa Formas de Beleza	01 edição quinzenal
Política	Programa Conexão Paraná	1 edição semanal
Agricultura	Programa Marca Paraná	1 edição semanal
Talk-show	Programa Gente.com	1 edição semanal
Variedades	Boletim Informativo éImportante	4 edições diárias, em média

Além da grade fixa, a programação foi enriquecida com gravações e transmissões de shows, programas de auditório e eventos cívicos e culturais, como Carnaval, desfile de Sete de Setembro, Virada Cultural, celebrações religiosas, etc. Em 2014, foram realizadas 14 transmissões.

11.3.2 Central de Produção Cultural

Responsável por elaborar, produzir e gravar programas que tenham relevância artística e cultural, priorizando a divulgação das artes paranaenses, cultura popular ou erudita, clássica ou contemporânea, alternativa ou *mainstream*.

Os produtos gerados pela Central de Produção Cultural englobam as diversas manifestações artísticas do cenário estadual e nacional. Foram produzidos os programas: *é*Documentário, *é*Especial, *é*Espetáculo, *é*Show, Terra Canção, *é*Cultura, Vida em Foco e PRFM.

Em 2014, o Núcleo de Criação executou 478 produções e 18 transmissões. Foram produzidas diferentes séries de interprogramas, totalizando 98 produções, de curta duração (30 segundos a 05 minutos) e veiculadas ao longo da programação, com série e tema definidos: *é*Fotografia (09), *é*Arte (09), *é*Literatura (10), *é*Música (20), Instrumentos da Orquestra (03), Pulsar (01), ID (01), Institucionais Artistas (25), Formas de Beleza (10), Minuto MON (05) e Minuto História (05).

11.3.3 Rádio

Desde o início de 2011, desenvolve-se um plano de radiodifusão que atende públicos distintos. As duas emissoras de rádio, 97.1 FM e AM 630, orientam-se pelo princípio música e informação de qualidade, assegurando a exibição dos conteúdos específicos e pertinentes a cada uma. Em virtude da readequação da programação, há compartilhamento de conteúdo entre as rádios AM e FM.

Manteve-se no ar uma variada gama de programas, cobrindo um amplo espectro da produção musical mundial e nacional, que abrange música italiana, portuguesa, erudita, trilha sonora de filmes, jazz, samba, seresta, tango, rock, cenário alternativo etc.

Foram incluídos novos programas na grade de programação da Rádio FM 97.1, com edições semanais, tais como: *Jornal é*Agora (05 edições), *Brasil de Todos os Cantos* (05 edições), *Chiclete com Banana* (06 edições), música italiana - *Va Pensiero* (02 edições), *Tangueria* (02 edições), música judaica - *Kolot* (02 edições), música latina - *Venas Abertas* (02 edições), *programetes - Palpite Sonoro, Pari Gare e 61 segundos*, e mais 35 programas musicais. Na Rádio AM 630 foram incluídos: programas de entrevistas - *Justiça para Todos, Bate papo com Chaim e Nossa História*; e programas musicais com entrevistas - *Hora Marcada, Conexão, Chá com Pimenta, Brasil Caboclo, Revivendo, Só Saudade, Certa Vez e Domingo éPra Você*.

11.3.4 Canal da Música

Recebe um público estimado anual de 30.000 visitantes, em média, e promove eventos com atrações variadas de música, dança, teatro, exposições de diversos tipos de arte, além de palestras, eventos corporativos e promovidos por Secretarias do município e do Estado. Conta com um grande auditório com capacidade para 900 pessoas, e um médio auditório com 120 lugares. Também dispõe de quatro salas de apoio, sendo que a maior possui 54 lugares e as demais 30. Em 2014, recebeu 57 eventos dentre shows, oficinas, premiações, palestras, formaturas, fóruns, exposições, entre outros.

11.3.5 Setor Administrativo

Manutenção e melhoria da infraestrutura nas dependências da RTVE, sendo as principais atividades desenvolvidas:

- Elaboração de projetos em conjunto com a Paraná Edificações para realização da impermeabilização da cobertura do prédio sede da RTVE e da reforma elétrica na Estação Retransmissora do Pilarzinho. Com início das reformas e adequações da sede para recebimento e instalação do novo parque tecnológico.
- Realização de procedimento licitatório para aquisição de materiais para instalação e adequação da nova Estação Retransmissora em Foz do Iguaçu.
- Revisão e redução das despesas administrativas em percentuais acima dos exigidos pelo governo, sem comprometer as atividades.

11.3.6 Setor Financeiro

- Implementação do parque tecnológico interno - continuidade à aquisição do parque técnico completo para produção de materiais audiovisuais em alta definição, em regime de *turnkey*, objeto da Concorrência Internacional 01/2013, foram efetuados os processos administrativos, fiscal e cambial necessários para a entrada dos equipamentos no território aduaneiro, em cumprimento às exigências legais e comerciais, tendo atingido 95,0%.
- Aquisição de móveis e equipamentos - além da implementação de 02 cenários, necessários para veiculação de novos programas no formato digital, também serão incorporados diversos equipamentos de estúdio para geração e transmissão de imagem, tendo atingido 90,0%.
- Capacitação profissional técnico administrativo - iniciada a capacitação, por meio do Coordenador Técnico, que foi habilitado nos cursos de TV digital junto ao Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL), propiciando a transmissão dos conhecimentos adquiridos ao demais integrantes da equipe, tendo atingido 60,0%.

11.3.7 Atividades Técnicas

Resumo das atividades desenvolvidas e os avanços na modernização do parque técnico da RTVE:

- Mudança de setores: a) homologada a Concorrência Internacional 01/2013, que trata da compra de todo o parque técnico de produção em alta definição da RTVE; b) realizada mudança dos setores de Controle Mestre e Switcher de Produção, em duas etapas (primeiro a *Switcher*, depois um controle mestre provisório, para evitar a saída do sinal do ar); c) mudança do setor de jornalismo, ilhas de edição e servidores de arquivos; d) em andamento projeto arquitetônico do local de instalação, com o intuito de aproveitar da melhor forma o espaço físico, com economicidade; e) aquisição de

equipamentos (em fase de importação), em três lotes, com previsão da chegada do último lote no início de dezembro.

- Instalação de Circuitos de Fibras Ópticas - com a instalação dos novos equipamentos transmissores de TV Digital em 2013, fez-se necessária a instalação de novos circuitos de fibras ópticas entre a sede da RTVE e a estação de transmissão do Pilarzinho, com o objetivo de garantir a redundância do sinal, uma vez que os novos circuitos fazem um caminho diferente dos instalados anteriormente. Desta forma, há quatro pares de fibras fazendo esta ligação com os transmissores analógico, digital e FM; e uma rede de dados, ainda em fase de construção, será utilizada para fazer de forma remota a telemetria dos equipamentos, objetivando agilizar eventuais reparos e prever manutenções.
- Projeto Elétrico da Estação de Transmissão do Pilarzinho - finalizada a licitação do projeto, realizado em parceria com a Paraná Edificações, necessário para atender à carga elétrica dos novos equipamentos instalados. Aguarda-se o início da licitação da obra, para finalizar a adequação elétrica.

11.4 E-Paraná Comunicação

Desenvolve atividades dirigidas à produção de conteúdos e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

Com o início das atividades no decorrer do exercício, a entidade encontra-se em processo de estruturação, destacando-se:

- Nomeação da Diretora Presidente da E-Paraná Comunicação.
- 1ª Assembleia Geral do Conselho de Administração - foi realizada a constituição da E-Paraná Comunicação; a posse dos membros do Conselho; a indicação dos membros da Diretoria; e a aprovação do Estatuto Social.
- Formalização dos registros da empresa na Receita Federal (CNPJ) e na prefeitura de Curitiba (alvará) e a possibilidade de emissão de nota fiscal.
- 2ª Assembleia Geral do Conselho de Administração - foram aprovados o Contrato de Gestão a ser celebrado com o Governo do Estado do Paraná; o Plano de Trabalho; e o Regimento Interno.
- 3ª Assembleia Geral do Conselho de Administração - foram aprovados: o Regime de Compras da Entidade (Lei nº 8.666/93); os salários dos Diretores e alterações no Contrato de Gestão e Plano de Trabalho.
- 4ª Assembleia Geral do Conselho de Administração - realização de sessão extraordinária para indicação do Diretor Administrativo.
- 5ª Assembleia Geral do Conselho de Administração - aprovado o Plano de Cargos e Salários da E-Paraná e ratificada a nomeação da Diretora de Produção.

12

Secretaria da Cultura



12 Secretaria de Estado da Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) atua de forma a fortalecer a Cultura em suas três dimensões essenciais: a) manifestação da identidade coletiva; b) ferramenta de inclusão; c) valor de mercado. Para tanto, desenvolve projetos, estratégias e ações que reconheçam, valorizem, fomentem, incentivem, promovam, difundam e garantam a perpetuação dos bens culturais - materiais e imateriais do Paraná.

Em 2014, todos os projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria e suas unidades vinculadas tiveram como base essas premissas, conforme definido nas metas de governo para a área da Cultura.

12.1 Administração Direta

12.1.1 Coordenação de Ação Cultural (CAC)

- Projeto Virada Cultural Paraná 2014 - em sua terceira edição, realizada pelo Governo do Estado, uma parceria entre a SEEC e o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR), com apoio do Serviço Social da Indústria (SESI-PR), do Serviço Social do Comércio (SESC/PR), é-Paraná, SANEPAR e prefeituras, foi realizada em oito municípios paranaenses, simultaneamente, nos dias 15 e 16 de novembro. Essa edição contou com as atividades de arte-educação, que aconteceram nas cidades de 11 a 16 de novembro. A programação da semana foi feita em conjunto com os municípios e parceiros, e o foco foi a educação no trânsito por meio de ações culturais, como: apresentações de dança, exposições, espetáculos teatrais, blitz educativa, pedaladas, palestras, feiras gastronômicas, mesas redondas e muitas outras atividades promovidas pelos municípios. O grande destaque da programação foi o Teatro de Bonecos Gigantes, que apresentou adaptações de clássicos infantis com conceitos de educação no trânsito em todas as cidades. Ao todo foram mais de 460 atrações, entre shows e atividades culturais variadas e gratuitas, que atingiram um público de mais de 200 mil pessoas. Todos os municípios participantes da Virada em 2014 (Maringá, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, São José dos Pinhais, Paranavaí, Toledo e Umuarama) receberam o Palco Conexões, estrutura montada pela SEEC, onde 55 bandas paranaenses e ícones da música nacional se apresentaram. Além dos grupos que subiram ao Palco Conexões, todas as cidades montaram palcos alternativos com programações que contemplaram bandas de diversas regiões do Estado.
- Programa Viver a Vida - parceria entre a SEEC e a ParanaPrevidência que tem por objetivo disponibilizar atividades culturais aos servidores públicos aposentados ou em vias de aposentadoria, e aos pensionistas do Estado do Paraná. Foram distribuídos 300

exemplares da Revista Helena, 300 exemplares do Jornal Cândido, 30 convites do projeto + MÚSICA do Museu Oscar Niemeyer e 50 vouchers da programação realizada pelo Centro Cultural Teatro Guaíra. Foi promovida, por meio do Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR), a Sessão Sabedoria, no Auditório Brasília Itiberê, na última sexta-feira de cada mês. Além disso, foram realizadas visitas guiadas no Museu Paranaense, na última terça-feira de cada mês, no período das 10h00 às 11h30.

12.1.2 Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM)

- Museus Paraná - continuidade ao plano de gestão museológica, visando organizar, sistematizar e potencializar as ações dos museus e espaços de memória do Estado. Formado por sete eixos programáticos, o plano atende à demanda sistemática de municípios interessados nos programas e projetos de informatização, apoio técnico, exposições itinerantes, capacitação e treinamento de pessoal, oferecidos pela equipe da SEEC.
- Sistema Pergamum Museus - sistema de banco de dados para gestão de acervos. Mais de 500 mil itens estão disponíveis no sistema. Entre as unidades contempladas estão: Museu Paranaense (MP), Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC-PR), Museu Alfredo Andersen (MAA), Museu do Expedicionário (MEXP), Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR), Acervo do Palácio Iguazu e Museu Atílio Rocco, de São José dos Pinhais. Em 2014, foram catalogados 450 mil itens.
- Programa de Exposições Itinerantes de Acervos Museológicos - no eixo programático Polos Museológicos - que envolve programas de Exposições Itinerantes, apoio técnico e capacitação de pessoal - foram desenvolvidas ações nos municípios de Irati, União da Vitória, Toledo, Cascavel, Guaíra e Ibaiti.
- Programa de Exposições nas Unidades da SEEC: a) Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP) - 07 exposições, com 1.432 visitantes; b) Museu Alfredo Andersen (MAA) - 14 exposições, com 5.271 visitantes; c) Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC-PR) - 04 exposições, com 35.266 visitantes; d) Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR) - 04 exposições, com 7.708 visitantes; e) Museu Oscar Niemeyer (MON) - 25 exposições, com 274.422 visitantes; f) Museu Paranaense (MP) - 20 exposições, com 35.481 visitantes; g) Sala do Artista Popular (SAP) - 05 exposições, com 1.471 visitantes; h) Museu do Expedicionário (MEXP) - 05 exposições, com 17.220 visitantes.

12.1.3 Coordenação de Incentivo à Cultura (CIC)

- Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE) - lançamento do primeiro edital do Programa na modalidade renúncia fiscal, sendo destinados R\$ 30,0 milhões. A inscrição, avaliação, acompanhamento e prestação de contas dos projetos

artístico-culturais serão realizados dentro da plataforma digital SISPROFICE, desenvolvida pela CELEPAR, em parceria com a SEEC.

- Conselho Estadual de Cultura (CONSEC) - o mandato da primeira gestão foi encerrado em 31 de julho e convocada a Conferência Estadual de Cultura para a escolha dos novos representantes da sociedade civil. Foram inscritos 37 candidatos representantes das macrorregiões e 29 candidatos representantes das áreas artístico-culturais. As eleições aconteceram nas oito macrorregiões, nos municípios: Francisco Beltrão (Sudoeste), Toledo (Oeste), Ponta Grossa (Campos Gerais), Maringá (Noroeste), Londrina (Nordeste), Paranaguá (Litoral), Fazenda Rio Grande (Curitiba), Guarapuava (Centro-Sul).
- Plano Estadual de Cultura (PEC/PR) - foram realizadas 64 reuniões do Grupo de Trabalho constituído por membros do CONSEC e técnicos da SEEC para elaboração do Plano. O grupo contou com a consultoria da Universidade de Santa Catarina (UFSC), contratada pelo MINC. A minuta entrou em consulta pública em 12 de junho e permaneceu até 20 de novembro, e obteve 314 contribuições, contabilizando as apresentadas nas audiências públicas e nos formulários encaminhados por e-mail. Foram realizadas audiências públicas nas oito macrorregiões artístico-culturais do Estado. Elaborada a redação final do texto que será analisado pelo Conselho Estadual de Cultura e encaminhado à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) para aprovação da lei de criação.
- Sistema Estadual de Cultura - realizadas as atividades que compõem o Plano de Trabalho acordado com o MINC, referente à adesão ao Sistema Nacional de Cultura.

12.1.4 Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC)

- Patrimônio Cultural - tombamentos homologados: Colégio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa, Acervo da Discoteca da Rádio Educativa do Paraná e Igreja Luterana.
- Processos em andamento de tombamento dos seguintes bens: Sítio Paleontológico de Cruzeiro do Oeste; Paisagem e Ecossistemas da Escarpa Devoniana dos Campos Gerais; Salto Paiquerê divisa com Mariluz e Alto Piquiri; Murais de Poty Lazzarotto, no Paraná; Museu Histórico de Palmas; Núcleo Urbano do Umbará, Curitiba; e Igreja de Água Branca, São Mateus do Sul.

12.1.5 Museu de Arte Contemporânea (MAC)

- 65º Salão Paranaense - realizado pela SEEC, por meio do Museu de Arte Contemporânea do Paraná e da Sociedade de Amigos do MAC/PR, com recursos de Lei Rouanet. O objetivo do Salão Paranaense é mostrar a produção, fomentar a discussão, promover o conhecimento e a valorização da arte contemporânea, a partir da seleção e premiação de artistas visuais. Foram selecionados 24 artistas brasileiros para participar

do Salão, que receberam um prêmio de participação no valor de R\$ 7.000,00 cada, e dois artistas que receberam o prêmio aquisição no valor de R\$ 20.000,00 cada, ficando a obra selecionada para o acervo do MAC/PR.

12.1.6 Museu da Imagem e do Som (MIS)

- Implantação do Projeto Cinematográfico Sessão Sabedoria - desenvolvido pela SEEC e pelo MIS, com apoio do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), que acontece sempre na última sexta-feira do mês, no Auditório Brasília Itiberê. Foram realizadas cinco sessões com exibição comentada de filmes com temática relacionada à terceira idade.
- Exibição de Filmes e Mostras de Cinema – realizadas nove exposições de filmes e mostras de cinema. Mostras: Tragédias de Shakespeare; Obras Primas da Nouvelle; Cinema, Paixão e Poesia; Rosa e Hanna - Mulheres que Mudaram o Mundo; Traços Incomuns - Cinema e Arte Moderna; Escola De Cinema De Lodz; A Geração Beat no Cinema; O Quadro e Melhores Minutos de 2013.
- Projeto de Digitalização do Acervo do MIS - continuidade ao convênio com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), referente ao Projeto Inventário, Digitalização e Conservação Preventiva do Acervo do Museu da Imagem e do Som do Paraná, que tem por objetivo digitalizar e higienizar 13.000 itens do acervo iconográfico e documental do MIS e viabilizar o acesso à pesquisa.

12.1.7 Museu Oscar Niemeyer (MON)

- Ação Educativa do Museu Oscar Niemeyer - tem por objetivo a socialização da arte, formação e ampliação do público de museu, e construção, junto à comunidade, da consciência e da importância da preservação dos patrimônios histórico, artístico e cultural. Ações realizadas: visitas mediadas; oficinas; capacitações; palestras; encontros; seminários; Domingo + Arte; Projeto Reminiscência; Quinta + MON; Projeto Saiba Mais; Projeto Visitando o Palácio Iguazu; materiais educativos produzidos pela Ação Educativa e editados pelo MON; MON em Movimento – itinerâncias e parcerias; inclusão/acessibilidade; Ateliê de Férias; e Colônia de Férias.

12.1.8 Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP)

- Oficinas de Arte - o princípio das ações desenvolvidas é a valorização da expressão infanto-juvenil. O Centro atendeu aproximadamente 300 alunos por semestre, incluindo jovens do magistério do Instituto de Educação Erasmo Pilotto do Paraná, sensibilizando esses futuros profissionais para a arte e a cultura.

12.2 Administração Indireta

12.2.1 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)

O CCTG tem por finalidade promover o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança e a apresentação de espetáculos artístico-culturais. No período de janeiro a outubro, foram desenvolvidas as seguintes atividades por meio de seus corpos estáveis e outras produções:

- Balé Teatro Guaíra - realizadas 15 apresentações com as obras: A Sagração da Primavera (05); Predicativo do Sujeito, Caixa de Cores e Experiência Urbana (04); e Cinderela (06). Foram realizadas 08 apresentações em Curitiba, 01 no Rio de Janeiro-RJ, 01 em Florianópolis-SC, 01 em Ponta Grossa, 01 em Apucarana, 01 em Francisco Beltrão, 01 em União da Vitória e 01 em Goiânia-GO, com um total de 18.613 espectadores.
- Orquestra Sinfônica do Paraná - realizados 20 concertos com repertórios diversos, com 18 apresentações em Curitiba, 01 em Londrina e 01 em Apucarana, com um público total de 22.515 espectadores.
- Projeto Teatro para Piás e Gurias – realizadas 26 apresentações de 26 diferentes espetáculos em Curitiba, com público estimado de 2.646 espectadores.
- Escola de Dança Teatro Guaíra - voltada essencialmente ao ensino da dança clássica para alunos de 06 a 21 anos, mantém cerca de 270 alunos em 10 diferentes níveis de formação. Como resultado das atividades didáticas, realiza apresentações públicas e participa de festivais de dança pelo país, por meio dos grupos artísticos formados pelo seu corpo discente nas diferentes faixas etárias. Em 2014, a Escola participou de 38 eventos, sendo 23 em Curitiba, 01 em Santo Amaro-SP, 04 em Itajaí-SC, 04 em Indaiatuba-SP, 04 em Florianópolis-SC e 02 em São Paulo-SP, atingindo um público estimado de 26.466 espectadores.
- O Teatro do Paraná em 3 Atos – projeto produzido com a realização de um ciclo de palestras, leituras dramáticas e outras atividades artísticas visando resgatar e divulgar o trabalho de dramaturgos paranaenses e promover um registro da história do teatro no Estado. Foram realizadas 10 leituras dramáticas de diferentes textos que atingiram um público de 1.025 espectadores. Em 109 apresentações durante o ano foi atingido um público de 71.245 espectadores.

12.2.2 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

Em 2014, a BPP deu continuidade ao trabalho de transformação do espaço em ponto cultural que seja referência para a população. Além de projetos que há quase quatro anos vêm sendo realizados, como o jornal literário Cândido, que se tornou uma referência entre periódicos culturais do país, e os eventos voltados ao público infanto-juvenil, como o projeto Uma noite na Biblioteca, também trabalhou em outras frentes, como a editoração de livros, realizada pelo núcleo

de edições da SEEC, que funciona na biblioteca. Também deu continuidade ao trabalho de modernização da instituição, com a realização da pintura do prédio e outras melhorias. O resumo desses e de outros projetos estão descritos a seguir:

- Pintura da Biblioteca Pública do Paraná - realizada a pintura externa, em parceria com a Tintas Coral, que forneceu o material, e as empresas COMPAGÁS e SANEPAR, que custearam a mão de obra, por meio da Associação de Amigos da Biblioteca Pública do Paraná. Os usuários também ganharam uma sala com nove computadores com acesso à internet, chamada Biblioteca Online.
- Edital MinC - considerada uma biblioteca modelo pelo Ministério da Cultura, a BPP é uma das dez instituições brasileiras contempladas por um edital do MinC que vai garantir maior acessibilidade, de pessoas com deficiência, à cultura. O projeto prevê maior qualificação profissional, melhorias no acervo e novas tecnologias para as bibliotecas contempladas. O objetivo é que até abril de 2015 essas bibliotecas se tornem referência e multiplicadoras para as outras cerca de seis mil bibliotecas públicas do país. Com investimento de R\$ 2,7 milhões, serão beneficiadas instituições em todas as cinco regiões do país. Na região Sul, apenas a BPP e a Biblioteca Pública Municipal Professor Barreiros Filho, de Florianópolis (SC), foram contempladas.
- Núcleo de Edições - o Núcleo de Edições da SEEC, que funciona na Biblioteca Pública do Paraná, editou 11 livros, conforme segue: a) Um Escritor na Biblioteca 1980 - O livro resgata os bate-papos do projeto que aconteceu entre os anos de 1984 e 1986 na Biblioteca Pública do Paraná. Fora de catálogo há décadas, o livro traz depoimentos de Helena Kolody, Paulo Leminski, Ignácio de Loyola Brandão, Fernando Sabino, entre outros; b) Um Escritor na Biblioteca 2011 - retomado em 2011 após uma interrupção de 27 anos, o projeto trouxe dez escritores do cenário nacional à BPP, e as conversas foram compiladas neste segundo volume de entrevistas e traz autores como Reinaldo Moraes, Milton Hatoum, Antonio Torres e Cristovão Tezza; c) 48 Contistas Paranaenses - antologia, organizada pelo escritor Luiz Ruffato, que traz autores de todo o Estado, de diversas épocas, desde a emancipação do Paraná (entre os escritores estão Dalton Trevisan, Cristovão Tezza, Miguel Sanches Neto, Marcio Renato dos Santos e Luís Henrique Pellanda), e serve como um guia para entender a literatura feita no Estado; d) 101 poetas paranaenses Volumes 1 e 2 - organizado pelo poeta e crítico Ademir Demarchi, o livro faz um inédito recorde de mais de 160 anos na poética do Estado, com poemas de 101 poetas, dos mais diversos períodos da história do Paraná, dividido em dois volumes, cada uma com tiragem de 1.500 exemplares, que, juntos, somam mais de 800 páginas; e) Edição Fac-similar do jornal Nicolau - suplemento de cultura que circulou de 1987 a 1996, o Nicolau teve seus 60 números reeditados, com tiragem de 2.000 exemplares, foi distribuído a todas as bibliotecas públicas do Estado, instituições culturais do Paraná e do Brasil e aos colaboradores do Nicolau; f) Um Escritor na Biblioteca 2012 e 2013 - o livro reúne as temporadas 2012 e 2013 do projeto

que traz escritores para conversar com os leitores da Biblioteca Pública do Paraná, com 16 escritores do Paraná e de diversas regiões do Brasil, tendo nas entrevistas, autores como Michel Laub, Bernardo Carvalho e Domingos Pellegrini; g) Ficções Newton Sampaio - um dos maiores contistas do Paraná, Newton Sampaio tem todos seus textos de ficção reunidos neste volume, que servirá para apresentar às novas gerações um escritor que teve pouca repercussão em vida, mas que foi consagrado após sua morte, no final dos anos 1930; h) Três Livros vencedores do Prêmio Paraná de Literatura 2014 - além da premiação em dinheiro (R\$ 40,0 mil por autor), os vencedores do Prêmio Paraná de Literatura também têm seus livros publicados pela Biblioteca Pública do Paraná, com tiragem de 1.000 exemplares para cada livro (nas categorias Conto, Romance e Poesia), os títulos são distribuídos a todas as bibliotecas públicas do Estado e algumas das principais instituições culturais do país.

- Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL) - formado um grupo de profissionais para ajudar na execução do Plano, integrado por pessoas com notável saber em áreas que envolvem o livro, a leitura e a literatura, como professores universitários, escritores e livreiros. Seguindo as orientações do Plano Nacional do Livro e Leitura, o PELLL paranaense, sancionado em 2013, é orientado por quatro eixos principais: democratização do acesso ao livro, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização da leitura e comunicação e desenvolvimento da economia do livro.
- Jornal Cândia - com tiragem de 10.000 exemplares e edição mensal, o Cândia teve sua primeira edição em agosto de 2011. Em 2014, chegou à 41ª edição. O jornal é distribuído em diversos pontos de cultura da cidade, como museus (da SEEC), cafés, livrarias e Faróis do Saber. Sua linha editorial é voltada para a difusão do livro, leitura e literatura. Publica mensalmente textos sobre grandes nomes da literatura nacional e mundial, matérias sobre o mercado editorial, perfis e inéditos - contos, crônicas e poemas.
- Um Escritor na Biblioteca - releitura do projeto homônimo realizado pela BPP na década de 1980, em que grandes escritores falam sobre suas experiências com a leitura e seu envolvimento com as bibliotecas. Em 2014, o projeto teve duas edições, com o poeta e cronista Affonso Romano de Sant'Anna e com o romancista Mário Prata.
- Prêmio Paraná de Literatura - criado com o objetivo de valorizar a produção literária brasileira e criar mais um espaço para a discussão e divulgação de livros. Em sua terceira edição se consolida como um dos principais prêmios do país, tendo publicado nove livros de ficção e revelado novos nomes da literatura brasileira.
- Coral da Biblioteca Pública do Paraná - criado em 2013, faz parte das atividades culturais oferecidas à comunidade pela BPP. A coordenação do projeto é das professoras Júlia Saggin (pianista) e Paula Harada (violinista), com orientação da regente Cristiane Alexandre. Os ensaios, que começaram em abril de 2013, contam com crianças de 7 a 16 anos, e também procuram aliar o estudo da música com textos de autores consagrados da literatura brasileira.

- Semana Nacional do livro e da Biblioteca - realizado uma série de eventos, como oficinas, gincanas e apresentações teatrais para celebrar a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, de 23 a 29 de outubro.
- Exposições - seguimento à parceria firmada com o SESC Paraná para realizar exposições no hall térreo do prédio. Nos primeiros 10 meses do ano foram realizadas quatro mostras, dos fotógrafos Shugueu Murakami, Mauricio Vieira, além da exposição, em parceria com a Universidade Federal do Paraná, Babel: o processo de criação do espetáculo teatral. Ainda em 2014 estão previstas outras duas mostras, uma da artista plástica Denise Roman, e outra sobre livros do século XV. Com a parceria entre a BPP e o SESC, foram comprados novos painéis expositivos e o SESC-PR ajudou na curadoria das mostras, o que profissionalizou as exposições, possibilitando que o público da BPP tenha acesso aos grandes artistas da arte contemporânea.
- Uma noite na Biblioteca VI - A Biblioteca já realizou seis edições do projeto Uma Noite na Biblioteca, que leva crianças, de 7 a 13 anos, para um divertida noite dentro da BPP. As atividades iniciaram às 18h do sábado e acabaram somente na manhã de domingo. Em cada Seção da Biblioteca, uma atividade diferente foi realizada. Em 2014, o projeto também foi realizado no município de Campina Grande, sob a supervisão da BPP.
- Hora do Conto - voltado ao público infantil, é um evento consolidado e que reúne grande número de crianças diariamente, de segunda a sábado, em dois horários, com o grupo de contação de histórias Era uma vez.
- Repasse de Livros e Doações Recebidas - foram repassados às bibliotecas públicas e a algumas instituições do Paraná de diversos municípios 2.994 livros usados, 11.563 livros novos, 28.734 fascículos de periódicos, 344 CDs e 51 DVDs. No total, foram 732 instituições beneficiadas.
- Projeto Caixa Estante - atendeu 40 instituições públicas e outras 16 instituições privadas, entre elas empresas, penitenciárias e diversas outras. No total, foram quase 6.000 livros circulando pelas caixas estantes. Desde 2012, a Divisão de Extensão participa do Projeto Remissão pela Leitura em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) com o Projeto Caixa Estante. Tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento cultural, incentivar o gosto pela leitura de lazer e superar as dificuldades de acesso à Biblioteca Pública do Paraná. A caixa estante comporta, em média, de 80 a 100 livros e é ofertada às escolas, aos sindicatos, às associações, às empresas, aos asilos, etc. Seu acervo é composto, basicamente, por livros de literatura. A caixa estante fica instalada na instituição que a solicita por quatro meses, mediante assinatura de um termo de compromisso, podendo ser renovada ou substituída por outra com novos títulos.
- Cursos e Treinamentos - realizado um Encontro Regional, em que técnicos da BPP prestam assessoramento técnico aos municípios para o desenvolvimento dos serviços da Biblioteca Pública.

- Ilustração para os pequenos - voltada ao público infanto-juvenil, a oficina de História em Quadrinhos acontece todos os sábados e é ministrada pelo quadrinista Marcelo Oliveira. O objetivo principal é aproximar o aluno da linguagem e dos conceitos essenciais utilizados na produção de revistas em quadrinhos, fanzines, tiras e charges para jornais. No encerramento do curso, as crianças, sob a supervisão de Oliveira, produzem o Gibi Boing!, com tiragem de 1.000 exemplares e distribuído gratuitamente.
- Revista Helena - criada em maio de 2012, de publicação trimestral, é uma revista cultural que debate temas paranaenses, levando o leitor à reflexão e à ação.
- Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - ponto de apoio às iniciativas de criação e efetivação de funcionamento das bibliotecas públicas municipais do Paraná. É composto por 480 bibliotecas públicas do Estado e coordenado pela BPP. Também foi criada a Rede de Bibliotecas Públicas Municipais, gerida pelo sistema de gerenciamento de bibliotecas PERGAMUM.

13

Secretaria do Desenvolvimento Urbano



13 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) tem como missão definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes.

Em 2014, foram desenvolvidas as seguintes ações:

13.1 Administração Direta

- Desenvolvimento do Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo - mecanismo de gestão, controle e integração de informações e indicadores por meio de um sistema de informações georreferenciadas, referente à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços públicos, com vistas a subsidiar a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná, assim como a alocação de recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos municípios do Estado. As ações desenvolvidas em parceria com o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, são as seguintes: a) edição e atualização da malha viária dos 399 municípios; b) levantamento e cadastramento de infraestrutura urbana de pavimentação para 252 municípios, rede de iluminação para 380 municípios, drenagem para 152 municípios e rede de água e esgoto de 320 municípios; c) georreferenciamento do perímetro urbano, dos bairros, dos distritos municipais, das áreas verdes significativas, elementos de transposição e cruzamentos semaforizados para os 36 municípios; d) levantamento da legislação de macrozoneamento, zoneamento e uso e ocupação do solo urbano; e) levantamento dos aspectos para identificação das áreas aptas e inaptas a ocupação urbana, geração de MDT, declividade, áreas de preservação e APP; f) identificação da situação atual dos aspectos de uso e ocupação do solo urbano e infraestrutura e das áreas em uso e ocupação inadequados; g) modelagem e implementação do banco de dados; h) disponibilização de ortofoto na escala 1:2.000, referente ao aerolevante realizado pela COPEL, além de bases cartográficas urbanas para 36 municípios; i) elaboração de critérios para a classificação de Sistema Viário Municipal, visando orientar os municípios para a revisão de suas leis de sistema viário, que integram os Planos Diretores Municipais; j) elaboração de Termo de Referência Plano Municipal de Mobilidade Urbana visando orientar 159 municípios do Estado que precisam elaborar seus planos de mobilidade até o mês de abril de 2015, em função da Lei nº 12.587/2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; k) desenvolvimento e implantação do sistema e realização de 32 videoconferências com os técnicos dos escritórios regionais do PARANACIDADE; l)

Palestrante no Latin American User Conference – LAUC 2014 e Gis Day, além de participar do ESRI International User Conference em San Diego; entre outras.

- Auxílio aos Municípios - transferências voluntárias, envolvendo recursos estaduais, para a execução de obras de infraestrutura urbana, recapeamento asfáltico e aquisição de equipamentos da ordem de R\$ 46,4 milhões, com 125 convênios, atendendo 99 municípios.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VALORES EMPENHADOS POR MESORREGIÃO

REGIÃO	VALORES EMPENHADOS (R\$)
MSR-01-Noroeste Paranaense	1.826.219,00
MSR-02-Centro Ocidental Paranaense	2.360.000,00
MSR-03-Norte Central Paranaense	5.297.209,00
MSR-04-Norte Pioneiro Paranaense	2.561.096,00
MSR-05-Centro Oriental Paranaense	4.599.080,00
MSR-06-Oeste Paranaense	7.743.913,00
MSR-07-Sudoeste Paranaense	8.032.767,00
MSR-08-Centro Sul Paranaense	1.128.764,00
MSR-09-Sudeste Paranaense	3.285.517,00
MSR-10-Metropolitana de Curitiba	9.569.768,00
TOTAL	46.404.333,00

FONTE: Grupo Orçamentário Setorial da SEDU

- Capacitação de servidores públicos municipais - em parceria com a COPEL, IAP e Ministério Público para implantar o plano de arborização em todos os 399 municípios do Estado do Paraná; em parceria com o PARANACIDADE para a elaboração do Plano de Ação e Investimentos (PAI) do Plano Diretor Municipal (PDM), Instrumento para Gestão Pública.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CAPACITAÇÕES POR MESORREGIÃO

REGIÃO	ARBORIZAÇÃO URBANA		PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI) - PDM	
	Alunos	Municípios	Alunos	Municípios
MSR-01-Noroeste Paranaense	39	28	(1)	(1)
MSR-02-Centro Ocidental Paranaense	33	18	04	3
MSR-03-Norte Central Paranaense	40	21	09	3
MSR-04-Norte Pioneiro Paranaense	(1)	(1)	(1)	(1)
MSR-05-Centro Oriental Paranaense	30	14	38	13
MSR-06-Oeste Paranaense	58	30	113	50
MSR-07-Sudoeste Paranaense	(1)	(1)	(1)	(1)
MSR-08-Centro Sul Paranaense	(1)	(1)	64	20
MSR-09-Sudeste Paranaense	43	31	45	10
MSR-10-Metropolitana de Curitiba	(1)	(1)	114	52
TOTAL	243	142	382	151

FONTE: Coordenadoria de Relações Institucionais e Qualificação – CRIQ/SEDU

(1) Estas regiões deverão ser atendidas em 2015.

- Acompanhamento e supervisão da elaboração dos Planos Diretores Municipais (PDMs) pelos municípios, com a cooperação do PARANACIDADE, que apresentava a seguinte situação em novembro:

PDMs	MUNICÍPIOS
Aprovados/concluídos	379
Lei do PDM aprovada	371
Lei de Perímetro Urbano aprovada	375
Lei de Parcelamento do Solo aprovada	361
Lei de Uso e Ocupação do Solo aprovada	362
Lei do Sistema Viário aprovada	356
Código de Posturas aprovado	361
Código de Obras aprovado	359
Em elaboração	15
Faltantes (convênios assinados para elaboração do PDMs)	5

FONTE: PARANACIDADE

- Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES) - propiciou condições para seu funcionamento, com suporte administrativo e técnico aos Conselheiros Titulares e Suplentes e realização das reuniões; acompanhamento e alimentação do site do Conselho, custeio de despesas, tendo sido realizadas: 04 reuniões ordinárias – Plenárias; 04 reuniões das quatro Câmaras Técnicas (Saneamento, Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana, Habitação e Planejamento); 07 reuniões dos Grupos de Trabalhos – Fracking, acompanhamento das Ações da Defesa Civil, acompanhamento dos Conselhos Municipais, Conflitos Fundiários e adequação do Regimento Interno; 04 reuniões com as Comissões Organizadoras das Reuniões Ordinárias; acompanhamento de processos (Projeto de Lei e readequação do Regimento Interno do CONCIDADES PARANÁ e outros assuntos jurídicos); participação em reuniões e grupos de trabalho do CONCIDADES NACIONAL - Ministério das Cidades; entre outras.

13.2 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

A COMEC tem por objetivo coordenar as ações de interesse público e planejar soluções conjuntas para as necessidades da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com a gestão do desenvolvimento integrado dos 29 municípios que a compõe.

Foram desenvolvidas as seguintes atividades.

13.2.1 PAC da Mobilidade

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade Grandes Cidades visa melhorar a mobilidade urbana. Em 02 de setembro de 2010 o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal assinaram contrato de empréstimo para execução de obras que melhorassem a mobilidade do Núcleo Urbano Central da RMC, criando vias radiais entre Curitiba e Pinhais, Curitiba e Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, além de melhorias na circulação viária do transporte coletivo pela Av. das Torres, Av. Salgado Filho e Av. Mal Floriano Peixoto. As obras são:

- Corredor Aeroporto-Rodoferroviária - requalificação da Av. das Torres na divisa entre Curitiba e São José dos Pinhais até o aeroporto, no valor R\$ 59,9 milhões. No período da Copa a mobilidade foi garantida, faltando a conclusão de obras de arte (03 trincheiras e passagens de pedestres).
- Corredor Marechal Floriano - Requalificação da Av. das Américas (continuação da Av. Mal Floriano) divisa entre Curitiba e São José dos Pinhais, no valor de R\$ 26,4 milhões. No período da Copa a mobilidade foi garantida, faltando a conclusão de obras de arte (02 trincheiras).
- Via Radial de Integração - Rua da Pedreira - Requalificação da Rua da Pedreira: a obra se tornou uma nova ligação entre Curitiba e Colombo, no valor de R\$ 29,9 milhões. Obra concluída.
- Via Radial de Integração - Av. da Integração - Requalificação das vias existentes para melhorar a mobilidade entre Curitiba e Pinhais, no valor de R\$ 13,6 milhões. Falta a finalização e o alargamento da ponte do Rio Atuba.
- Sistema Integrado de Monitoramento Metropolitano (SIMM) - permite o monitoramento viário em tempo real dando agilidade e segurança às principais vias de acesso a Curitiba. No valor de R\$ 20,5 milhões o sistema depende da conclusão do Corredor Aeroporto e do Corredor Marechal Floriano.

13.2.2 Proteção e Recuperação Ambiental

- PAC 2 – Drenagem: foram realizados projetos para concepção de 05 parques metropolitanos que receberão recursos da União. Os parques são importantes para a RMC, pois além da proteção do meio ambiente e controle de cheias, impedem a ocupação desordenada. Em 2014, foram concluídos os estudos de concepção, os Termos de Referência e as minutas dos editais de licitação dos projetos. Para continuidade do processo é necessário fornecimento da Síntese do Projeto Aprovado pelo Ministério das Cidades. Os projetos são: a) Projeto Básico e Executivo de Drenagem do Parque Ambiental Palmital (Pinhais) concluído, com previsão de início das obras até o final de 2014 pelo Instituto das Águas; b) Estudos de concepção e projetos concluídos - Parque Ambiental Piraquara (Piraquara), Parque Ambiental Itaqui (São José dos Pinhais), Parque Metropolitano do Iguaçu (São José dos Pinhais e Piraquara) e Parque Natural do Iguaçu (Araucária); c) Plano Diretor da Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu (AIERI) - de Pinhais a Balsa Nova - extensão de 77 km.
- Conselho Gestor dos Mananciais da RMC - órgão colegiado com poderes consultivo, deliberativo e normativo para elaborar políticas de qualidade ambiental das áreas de mananciais da RMC. A COMEC exerce a Presidência e a Secretaria-Executiva e possui um representante no Conselho. Em 2014, foram realizadas 02 reuniões.

- Participação na Câmara de Apoio Técnico (CAT) Passaúna e na Câmara de Apoio Técnico (CAT) Iraí, que são fóruns de discussão de caráter consultivo para a gestão do espaço das Áreas de Proteção Ambiental do Passaúna e do Iraí, para subsidiar o processo de licenciamento das atividades.
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos - participação no Conselho para implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná.
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira - participação no Comitê contribuindo na discussão e implementação do Plano de Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, cobrança pelo uso da água e revisão dos critérios para o ICMS Ecológico.
- Grupo Interinstitucional de Trabalho (GIT) - integra o Grupo que atua nos processos de licenciamentos nas áreas de interesse especial de proteção aos mananciais da RMC.
- Participação na elaboração da proposta de atualização e revisão do Zoneamento da Unidade Territorial de Planejamento do Itaqui e do Zoneamento da Unidade Territorial de Planejamento de Pinhais, aprovados pelo Decreto Estadual nº 11.136, de 22/05/2014, e pelo Decreto Estadual nº 11.208, de 28/05/2014, respectivamente.
- Participação na elaboração da proposta de atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Iraí, aprovado pelo Decreto Estadual nº 11.660, de 15/07/2014, e da Unidade Territorial de Planejamento do Guarituba, que está em tramitação no âmbito estadual.
- Análise do projeto de lei nº 595/2013 que regulamenta a forma de estabelecimento das dimensões mínimas de lotes permissíveis, em loteamentos e condomínios horizontais, situados nas APAs e UTPs.

13.2.3 Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC

- Planos Diretores Municipais - elaboração de pareceres técnicos e acompanhamento dos Planos Diretores dos municípios da RMC, para que estejam em consonância com as diretrizes estaduais. Encontra-se em discussão os Planos Diretores de Campina Grande do Sul, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.
- Sistema Viário Metropolitano - análise para verificar o atendimento nos processos de parcelamento, condomínios, indústrias e atividades que necessitem acesso e gerem tráfego metropolitano, em cumprimento ao estabelecido pela Câmara Técnica do Sistema Viário Metropolitano.
- Controle do Uso e da Ocupação do Solo - responsável pelo planejamento e controle do uso do solo da RMC, a COMEC analisa os projetos de parcelamentos do solo (loteamentos e subdivisões) em áreas urbanas; faz consulta prévia à implantação de indústrias e/ou empreendimentos imobiliários como condomínios, como parte do processo de licenciamento ambiental estadual; faz a regularização de loteamentos; faz análise de processos de indenização e orienta os municípios nos procedimentos de parcelamento do solo. Realiza vistorias técnicas, inclusive em conjunto com outros

órgãos, alimenta banco de dados com informações dos processos que tramitam no setor e elabora relatórios das atividades desenvolvidas, fornecendo informações para subsidiar a compreensão da dinâmica da expansão urbana na RMC.

- Sistema de Informações Metropolitano - desenvolveu atividades na área de geoprocessamento para subsidiar o planejamento metropolitano e colaborar com o planejamento dos municípios. Entre as atividades se destacam: a) revisão e organização em base de dados espacial de desapropriações promovidas pela COMEC; b) localização de processos de áreas usucapiendas na RMC; c) análise de 690 processos de usucapião em resposta a solicitação da PGE via SEAP/CPE; d) apoio na preparação de base de dados para o planejamento da RMC; e) apoio no georreferenciamento de informações municipais; f) fornecimento de dados digitais para instituições de ensino e órgãos públicos - 24 processos; g) informações de projeto de desapropriação em 13 processos.

13.2.4 Gestão do Transporte Coletivo Metropolitano

- Integração da rede de transporte coletivo da RMC - o governo do Estado, por meio da COMEC e a Prefeitura de Curitiba, por meio da URBS, firmaram convênio para garantir a integração do transporte coletivo da RMC. Com a medida, ficou assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do sistema, que atende a população de 14 municípios. Valor de R\$ 75,8 milhões, referente ao período de março a dezembro.
- Estudos para elaboração do edital de licitação das linhas metropolitanas – realizadas reuniões interinstitucionais (COMEC/URBS/DER) para lançar o edital de licitação em 2015. Esta ação envolve 14 municípios da RMC e contempla as linhas de transporte metropolitano integrado e não integrado. Envolve também parcerias com os municípios que possuem sistema de transporte local e que têm ônibus urbanos ou intermunicipais que alimentam o sistema metropolitano.
- Pesquisa Origem-Destino: por meio do contrato nº 04/2013, com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, foi realizada a pesquisa Origem-Destino com 128.655 usuários da Rede Integrada de Transportes e das linhas não integradas, em 666 postos de contagem e em 211 linhas de transporte. O contrato prevê também a modelagem para concessão do sistema de transporte de passageiros da RMC e o cálculo de eventuais indenizações às empresas de transporte metropolitano.

13.3 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Tem por missão fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios e administrar recursos provenientes de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU).

As atividades desenvolvidas estão relacionadas a seguir.

13.3.1 Ações Administrativas

- Infraestrutura - continuação dos estudos preliminares para padronização de procedimentos no PARANACIDADE - Manual de Padronização; e contratação de serviços de terceiros que possibilitem à realização de estudo estratégico, visando estabelecer e determinar o custo operacional do PARANACIDADE.
- Tecnologia, Informação e Controle – Concluídas: a) implantação de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos visando diminuir ao máximo o volume de papéis; b) aquisição e instalação de novos ativos de redes (Switches) com sistema de monitoramento da rede de dados; c) aquisição e implantação de solução de segurança de rede com controle de acesso a internet, bloqueios de entrada e saída, interligação das unidades, controle de link de internet, ferramenta para gestão do uso da rede com relatórios gerenciais; d) criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, com função de analisar, propor e definir sobre a operacionalização das regras de negócio referente ao Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos (SAM).
- Tecnologia, Informação e Controle - em andamento: a) implantação de novos módulos dos aplicativos do sistema corporativo contemplando o controle total dos Convênios, construção de uma rotina no SAM para controle de Destaque de Capital e estendendo as funcionalidades do módulo de Capacidade de Endividamento e outros que estão em fase de definição de regras/critérios a ser adotados; b) aquisição e implantação de Solução BPM/SOA para criar nova base tecnológica para desenvolvimento de sistemas, integração entre sistemas, controle de processos e atividades, acompanhamento e monitoramento das ações ao nível externo e interno; c) aquisição e implantação de Sistema Gerador de Relatórios com possibilidade de gerar gráficos, mapas, planilha e indicadores; d) acompanhamento do processo de aquisição e implantação do Sistema Integrado de Gestão (ERP), contemplando o fornecimento dos Subsistemas e Programas Integrantes da Solução (Recursos Humanos, Compras, Estoques, Contas a Pagar, Finanças, Contabilidade, Controle de Viagens e Relatórios Gerenciais); e) análise, classificação, digitalização e arquivamento da documentação, do período de 1996 a 2006; f) aquisição e instalação de solução de armazenamento de dados, principalmente, os mapas gerados pelo projeto SEDU/PARANACIDADE Interativo; g) aquisição e implantação de novo sistema de telefonia contemplando; h) contratação de empresa para reestruturação do Datacenter; entre outros.
- Recursos Humanos – em andamento a qualificação e capacitação dos empregados; e implantação de políticas de Recursos Humanos, que contemplem clima organizacional favorável à retenção de talentos, que proporcionem satisfação do quadro funcional, entre outras.

13.3.2 Ações Operacionais

- Urbanização Planejada - 42% dos municípios do Estado receberam auxílio na elaboração do Plano de Ação e de Investimentos (em andamento). Concluída a elaboração de Plano de Fortalecimento Institucional de Municípios, com 36 municípios participantes do SEDU/PARANACIDADE Interativo; e parcerias com entidades públicas e privadas, compreendendo:

SITUAÇÃO DAS OBRAS EM 12/09/2014

OBRAS	Nº DE CONTRATOS	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR PAGO (R\$)
Unidade de Atenção Primária – Saúde da Família (antigo Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança)	20	20	9.967.457,49	7.380.736,93
Centro de Referência de Assistência Social	06	06	1.016.549,88	874.171,07
Centros da Juventude (SEC.J)	06	06	11.562.455,08	(1)
Escola Municipal (SEED)	04	04	13.821.281,16	4.106.416,87
Posto de Bombeiro Comunitário	01	01	228.662,88	228.662,88
RECAP (2011)	04	04	919.919,45	699.933,39
RECAP (2012)	02	02	409.509,97	409.509,97
PAM (2012)	18	017	6.930.112,47	5.122.809,58

(1) Não estão em andamento - depende da SEDS

- Preparação do Programa PARANÁ URBANO III – contratação junto ao BID prevista para o 1º semestre de 2015. O Programa está em fase de Proposta para Desenvolvimento de Operação com as minutas dos documentos relativos ao empréstimo pleiteado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Estado do Paraná, em análise. O montante envolvido no programa é de US\$ 300 milhões (sendo US\$ 150 milhões do BID e US\$ 150 milhões do SFM).
- Elaboração de Termo de Referência para revisão de Plano Diretor Municipal (PDM), visando orientar os municípios cujas leis dos PDMs completam dez anos, em observação ao que dispõe a Lei nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.
- Orientação Tributária (IPTU, ITBI, ISS, Taxa de Serviços Urbanos, Taxas de Poder de Polícia, Contribuição de Melhoria e Custeio de Iluminação Pública) a aproximadamente 290 municípios.
- Código Tributário Municipal, revisão e atualização para 05 municípios (02 concluídos e 03 em andamento). Em andamento o Projeto padrão Casa do Aconchego - Unidade de Suporte ao atendimento médico nas maiores cidades do Paraná. Projeto Arquitetônico aprovado e complementares em andamento.

13.3.3 Recursos Aplicados

- Programa Sistema de Financiamento aos Municípios PARANÁ URBANO (SFM) – financiamento de 419 obras urbanas, em 153 municípios, no valor total de investimentos de aproximadamente R\$ 411,2 milhões, no período de 01/01/2014 a 10/11/2014, sendo:

PARANÁ URBANO (SFM)	Nº DE AÇÕES	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO (R\$)	QUANTIDADE	UNIDADE
Pavimentação Asfáltica	103	60	155.062.397,82	202,61	Km de Ruas
Recape Asfáltico	54	46	67.972.626,44	255,72	Km de Ruas
Pavimentação – Pedra Irregular e Lajota Sextavada	17	13	14.199.918,51	30,35	Km de Ruas
Estradas Vicinais	01	01	1.882.818,58	6,00	Km
Urbanização de Vias Urbanas	20	15	28.644.951,88	84,26	Km de Ruas
Bombeiro Comunitário	01	01	228.662,88	01	Edifícios
Barracões Industriais	11	07	5.910.724,70	11	Edifícios
Ginásio de Esportes	08	08	20.388.414,05	08	Edifícios
Parque	01	01	902.902,93	6.159,55	M2
Aquisição de Terrenos	06	06	2.290.000,00	460.817,72	M2
Escolas Municipais	02	02	2.527.417,05	02	Edifícios
Escolas Municipais – SEED	04	04	11.067.735,50	04	Edifícios
Creches	02	01	3.637.428,04	02	Edifícios
Hospitais	02	02	1.884.957,82	02	Edifícios
Quadra de Esportes	04	03	777.885,05	04	Edifícios
Praça	06	06	2.187.739,18	41.448,64	M2
Terminal de Transporte	04	04	17.381.654,26	04	Edifícios
Câmara Municipal	01	01	353.878,48	01	Edifícios
Paço Municipal	05	05	6.906.864,40	05	Edifícios
Obras Públicas (outras Edificações)	08	06	32.195.445,39	08	Edifícios
Equipamento Rodoviário	77	33	27.922.899,94	103	Equipamentos
Veículos para Saúde/Educação	05	05	1.293.056,67	06	Veículos
Outras Ações	77	06	5.567.412,87	77	Ações
GBAIS DO PARANÁ URBANO (SFM)	419	153	411.187.782,44	419	Ações

- Programa de Recuperação Asfáltica de Pavimentos (RECAP) - análise de projetos e transferência, a fundo perdido, para os municípios paranaenses executarem o recapeamento asfáltico ou pavimentação poliédrica de vias urbanas. Foram atendidos 04 municípios, com 3,2 km executados, no valor total de R\$ 863,7 mil.
- Programa Saúde da Família - análise de projetos e transferência, a fundo perdido, para municípios paranaenses executarem a construção de Unidades de Atenção Primária - Saúde da Família, com 17 municípios atendidos, no valor total de R\$ 5,7 milhões.
- Análise de projetos e transferência, a fundo perdido, para municípios paranaenses executarem a construção de Centros da Juventude - com 05 municípios atendidos, no valor total de R\$ 12,0 milhões.
- Programa de Financiamento a Maquinários em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A. do PROMAP - 117 máquinas financiadas para 60 municípios, com valor total de investimentos de R\$ 52,6 milhões.
- Programa de Financiamento a Veículos em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A. do PROMAP – 14 veículos adquiridos para 07 municípios, com valor total de investimentos de R\$ 4,2 milhões.
- Programa Pró-Transporte em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A. para repasse de recursos do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), para obras de infraestrutura e transporte aos municípios – 01 município atendido, com valor de investimento de R\$ 3,1 milhões.

- Programa de Intervenções Viárias (PROVIAS), em cooperação técnica com o Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE), para o financiamento de máquinas e equipamentos aos municípios paranaenses – 01 município atendido, com valor de investimento de R\$ 300,0 mil.
- Programa Calçadas Paraná - 30 ações para 29 municípios, com valor investido de R\$ 8,6 milhões.
- Mais Paraná - capitalizado R\$ 200,0 mil junto ao BRDE.
- Projeto Padrão Casa do Aconchego – unidade de suporte ao atendimento médico nas maiores cidades do Paraná. Projeto Arquitetônico concluído.

14

Secretaria da Educação



14 Secretaria de Estado da Educação

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) tem por objetivo a execução da política governamental no setor de educação básica e de educação profissional, visando à melhoria das condições de vida da população.

Conta com um total de 1.132.098 alunos e 2.152 escolas e suas atividades são norteadas por quatro eixos de atuação: infraestrutura, gestão educacional, valorização dos profissionais da educação e práticas pedagógicas. As práticas, dentro de cada eixo, contribuem para a oferta pública de uma educação de qualidade não só àqueles que estão em idade escolar, mas para todos os cidadãos paranaenses.

Compete à Secretaria adequar a oferta à demanda por escolaridade básica de forma prioritária e por escolaridade profissional, de acordo com a política governamental, de maneira autônoma ou em cooperação com os municípios, primando pela qualidade dos resultados.

14.1 Recursos Humanos

Compete ao Grupo de Recursos Humanos o atendimento da folha de pagamento, planejamento, auditoria, benefícios, realocação de servidores, concursos e promoções dos aproximadamente 110.000 servidores que prestam serviços na SEED, nos Núcleos Regionais da Educação (NREs) e daqueles que exercem suas funções em instituições de ensino jurisdicionadas.

Em 2014, foram concretizadas as seguintes ações:

- Contratação por Processo Seletivo Simplificado (Regime Especial) de 32.358 professores, 3.472 Assistentes Administrativos (Agente Educacional II) e 7.812 Auxiliares de Serviços Gerais (Agente Educacional I).
- Prorrogação do contrato de trabalho para o ano de 2015, por Processo Seletivo Simplificado (Regime Especial) de 3.515 Assistentes Administrativos (Agente Educacional II) e 7.712 Auxiliares de Serviços Gerais (Agente Educacional I).
- Solicitação para contratação em 2015 por Processo Seletivo Simplificado (Regime Especial) de 40.000 professores, com jornada de trabalho que pode variar de 02 a 40 horas-aulas semanais, 485 Assistentes Administrativos (Agente Educacional II) e 788 Auxiliares de Serviços Gerais (Agente Educacional I).
- Realização de Concurso Público para suprir 13.771 vagas para o cargo de professor do Quadro Próprio do Magistério (QPM), para as disciplinas da Matriz Curricular e professor pedagogo, encontra-se em fase de homologação da avaliação médica.
- Concessão de 9.062 licenças especiais, 258 licenças sem vencimentos, 885 licenças remuneráveis para fins de aposentadoria e 1.652 aposentadorias.
- Autorização de afastamento para 204 servidores e prorrogação do afastamento de 106 servidores para participarem de cursos em Programas de pós-graduação, mestrado e doutorado.

- Alocação (remoção), na 1ª etapa do Concurso de Remoção, de 4.893 cargos de professor do Quadro Próprio do Magistério (QPM). As 2ª e 3ª etapas encontram-se em andamento.

14.2 Superintendência da Educação (SUED)

A SUED tem a função de administrar a política educacional do Estado, garantindo formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino e atendendo às especificidades e diferenças culturais de cada local em busca de uma educação democrática no Paraná.

Objetiva estabelecer e organizar o trabalho pedagógico e administrativo do sistema de ensino no Estado, pautado nos seguintes princípios: defesa da educação como direito de todos os cidadãos; valorização dos profissionais da educação; garantia de escola pública de qualidade; atendimento à diversidade cultural; e gestão escolar democrática, participativa e colegiada.

14.2.1 Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE)

Constituída pelos Departamentos de Gestão Escolar (DGE) e de Formação de Profissionais da Educação (DFPE), é responsável por assegurar a integração entre as ações dos departamentos, coordenações e demais segmentos de atuação, articulando suas políticas e programas educacionais a fim de garantir uma educação básica pública com qualidade.

Tais políticas incluem cidadania e direitos humanos, educação ambiental, gestão democrática, formação continuada, avaliação educacional, combate ao abandono escolar, defesa civil, erradicação do trabalho infantil, prevenção ao uso indevido de drogas, e enfrentamento à violência nas escolas.

Compete ao Departamento de Gestão Escolar (DGE) promover a reflexão sobre gestão democrática na perspectiva de contribuir com o processo de gestão das escolas, elaborando estratégias e metas no âmbito das funções educativas articulando com as práticas docentes, bem como, gerenciar a produção de orientações, normatizações e instrumentos para atender questões relacionadas aos desafios contemporâneos. Em 2014, destaca-se:

- Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola - realização do Plano de Abandono nas 2.556 Instituições Estaduais de Ensino, o plano consta em Calendário Escolar com a realização de dois simulados ao ano, por escola em cada turno. Estima-se que 1.350.000 alunos e respectivas comunidades escolares estão aptos a realizar o abandono do ambiente escolar com segurança, organização e rapidez. Capacitação na modalidade presencial de aproximadamente 10.000 brigadistas e 7.000 brigadistas na modalidade a distância.
- Programa Família Paranaense - atendidos 156 municípios de forma direta por meio de ampliação da jornada escolar em 495 escolas, ofertando 5.858 horas a mais de

atividades escolares. Também participaram do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos 9.635 alfabetizando, em 107 municípios.

- Programa de Combate ao Abandono Escolar - criado o Sistema de Rede de Proteção (SERP), para auxiliar as escolas no controle e acompanhamento das situações de evasão escolar, fortalecendo as redes de proteção dos municípios.
- Gestão Democrática – no fortalecimento da gestão colegiada foram realizados cursos específicos para as Instâncias Colegiadas para aproximadamente 3.300 cursistas.
- Divulgação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná para as 2.100 escolas da rede pública estadual e capacitação de 61.493 professores com base na análise dos resultados.
- Plano de Ações Descentralizadas (PAD) - visa acompanhar e assessorar individualmente e continuamente os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, com foco no processo de aprendizagem, a fim de melhorar o processo educativo por meio da implementação de ações permeadas pelo princípio da gestão democrática, da mobilização das comunidades escolares, do envolvimento de todas as instâncias de gestão da rede. Em 2014, atendeu 850 escolas, envolvendo os 32 núcleos da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

O Departamento de Formação de Profissionais da Educação (DFPE) estabelece diretrizes, em consonância com as políticas públicas do Estado, junto aos órgãos da SEED, quanto à oferta de formação continuada nas modalidades presencial e a distância; orienta, acompanha e avalia as metas propostas e ações desenvolvidas pelas Coordenações: de articulação acadêmica, de produção audiovisual, de educação a distância e mídia web, de apoio à formação, de produção multimídia e núcleo pedagógico de tecnologias educacionais.

- Formação de Profissionais da Educação - segundo dados do SICAPE, na função de monitoramento, foram registrados 44.487 oficinas/grupos de 955 processos de eventos até 10/11/2014, sendo 34 eventos na modalidade Educação a Distância (EaD), com 2.583.905 vagas, 842.570 inscritos e 738.796 participantes efetivos.
- Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) - a) encerramento da Turma PDE 2013, com 1.948 professores; b) aproveitamento de titulação mestrado/doutorado no processo seletivo PDE 2014, com 77 professores; c) capacitação de 1.958 professores da Turma PDE 2014 em andamento; d) processo seletivo para a Turma PDE 2015 com oferta de 2.000 vagas; e) elaboração e divulgação *online* dos Cadernos PDE, contendo materiais didáticos e artigos de professores participantes das Turmas 2010 e 2012, com ISBN, em forma de revista eletrônica.
- Afastamento de 311 professores para estudos *stricto sensu* (mestrado, doutorado ou pós-doutorado), sendo 110 prorrogações de afastamento.
- Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI) - cadastramento dos egressos da VIZIVALI que necessitavam de complementação e realização dos trâmites para última oferta do curso de Pedagogia para os professores da rede pública da educação básica.

- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) - levantamento da demanda de rede pública, com o lançamento da demanda na Plataforma Freire junto a CAPES.
- Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) - acompanhamento e revitalização da infraestrutura física e tecnológica, bem como disponibilização de recursos humanos para 08 Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), mantidos pelo Estado (Decreto nº 2.201).

A Coordenação de Produção Multimídia produziu recursos gráficos de imagem estática e em movimento direcionados à comunidade escolar e/ou à formação dos profissionais da rede estadual educação hospedados no Portal Dia a Dia Educação; projetos de identidade visual, personagens e elementos visuais para todos os cursos de formação, na modalidade a distância; projetos gráficos e diagramação de materiais; materiais gráficos para impressão e/ou em acervo digital disponibilizados no Portal Educacional da SEED; pesquisa de materiais para uso pedagógico, utilizando diferentes mídias com vistas ao aprimoramento da produção multimídia.

O Núcleo Pedagógico de Tecnologias Educacionais realizou pesquisas que subsidiaram a prática pedagógica com o uso das tecnologias; elaboração de proposta de formação continuada em tecnologias educacionais, em nível teórico e metodológico aprofundado; promoção e incentivo a estudos teóricos e discussões metodológicas sobre a inserção e utilização das tecnologias no contexto educacional; orientação ao trabalho pedagógico com o uso de tecnologias educacionais junto às equipes dos NREs; realização de diagnóstico dos recursos tecnológicos disponíveis nas escolas e das metodologias que envolvem o uso das tecnologias educacionais mais utilizados e/ou mais eficazes na docência. Foram realizadas 122 oficinas para uso da lousa digital para 1.286 professores; curso de aprendizagem com 4.327 inscritos; curso de Formação de Professores-tutores com 1.159 inscritos; 2ª etapa do Curso de Formação Tecnológica - PDE com 1.960 professores.

A Coordenação de Audiovisual, responsável pela produção de programas de TV e rádio produziu 115 programas de televisão e 07 programas de rádio.

A Coordenação de Educação a Distância e Web tem como função pesquisar e selecionar recursos digitais na web, adequando e disponibilizando-os no Portal Dia a Dia Educação, acompanhando os cursos de formação continuada em EaD e os eventos da Escola Interativa e Webconferências. Em 2014, desenvolveu diversas atividades por meio das tecnologias educacionais, possibilitando acesso a conteúdos disciplinares, informativos e de formação, tais como:

- Portal Dia a Dia Educação - criação de 554 páginas de conteúdos criadas até novembro; manutenção e adequação de aproximadamente 39.553 recursos digitais nas páginas disciplinares e nos ambientes Alunos, Educadores, Comunidade e Gestão escolar; e 3.895 novos recursos nesses ambientes.
- Cursos a Distância - objetiva formar professores e agentes educacionais II para a prática de tutoria em cursos na modalidade a distância ofertados pela SEED. Foram 03 ofertas do curso, com o total de 3.268 vagas.
- Formação pela Escola - voltada à capacitação de profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e da

sociedade organizada. Ocorreram 05 ofertas com 942 turmas formadas e 22.267 cursistas aprovados.

- Escola Interativa - transmissão de conferências ao vivo para grandes públicos, por meio da integração de vídeo e *chat*, proporcionando um espaço para a formação continuada dos profissionais da educação, com a participação de 33.098 pessoas, entre professores, gestores e funcionários.
- Webconferências - realizadas 144 reuniões técnicas com as equipes dos 32 NREs, via webconferência, com 8.985 participantes, estabelecendo um meio de comunicação rápido e prático.
- Fale Conosco - possibilita ao usuário entrar em contato via e-mail e *chat* com a Secretaria para obter informações, esclarecer dúvidas, dar sugestões, elogiar, entre outros. Em 2014, foram realizado 14.075 atendimentos.
- Revisão de Textos - revisão de 08 cursos na modalidade EaD, totalizando, 450 páginas de conteúdos; revisão de outros materiais de tutoriais, páginas disciplinares, materiais da escola interativa, textos da semana pedagógica, textos da formação em ação, entre outros com cerca de 5.200 páginas revisadas; revisão para a padronização das fichas técnicas dos vídeos, no total de 1.553 vídeos da TV Paulo Freire e 1.500 vídeos para as páginas disciplinares.
- Repositório Digital *Online*: realizada parceria com o Instituto Inspirare, o Instituto Natura e a Fundação Telefônica com a inserção de 1.600 vídeos e objetos de aprendizagem na Plataforma Escola Digital.

14.2.2 Diretoria de Articulação Pedagógica da Educação Básica (DAPEB)

A DAPEB tem como objetivo organizar e manter o aspecto didático-pedagógico considerando as exigências legais atuais e suas devidas fundamentações, visando assessoramento prioritário, no âmbito técnico, aos Departamentos de Ensino, junto à Superintendência.

Compete ao Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN), gerir as políticas públicas em educação especial para alunos com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, deficiência visual, surdez, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. As ações desenvolvidas foram:

- Formação continuada na modalidade EAD para 1.240 professores especialistas, professores pedagogos, professores das diversas disciplinas e gestores da rede conveniada; curso presencial para 995 professores especialistas e gestores da rede conveniada; 11 Escolas Interativas com abrangência nos 32 NREs, nas 2.315 escolas estaduais e 413 escolas de educação básica, na modalidade Educação Especial – rede conveniada.
- Distribuições de 391 *tablets* e 14 *notebooks* aos professores que atuam na Educação Especial nos serviços de atendimento à Rede de Escolarização Hospital (SAREH).

- Elaboração de metas e estratégias para o Plano Estadual de Educação da Educação Especial e produção bibliográfica.
- Ampliação de 133 salas de recursos multifuncional totalizando 1.922 salas, em 1.227 escolas, para atendimento a 24.963 estudantes.
- Aprovação de documento de Ajustes da Organização Administrativa e Pedagógica das Escolas de Educação Básica, modalidade Educação Especial pelo Conselho Estadual de Educação.
- Construção de sistema para elaboração de folha de pagamento no repasse de recurso da rede conveniada em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).
- Avaliações realizadas pelo Centro Estadual de Avaliação e Orientação Pedagógica, em 12 municípios, 69 escolas, atendendo 139 estudantes.
- Serviço de audiometria para 961 estudantes, em 278 escolas da rede municipais, 320 de escolas da rede estadual, 373 escolas de educação básica, modalidade educação especial - rede conveniada, centros de atendimentos, hospitais, unidades de saúde, prefeituras, creches e do Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente.
- Atendimento de 301 estudantes cegos e 1.981 de baixa visão com a transcrição de 473 livros didáticos para o Braille.
- Campanha contra a violência à pessoa idosa em 2.315 escolas da rede estadual e 413 escolas de educação básica, modalidade educação especial (rede conveniada).
- Adesão de 65,0% dos municípios ao Programa de Benefício da Prestação Continuada.

O Departamento de Educação Básica (DEB) é responsável pelas orientações pedagógicas no que concerne à organização curricular disciplinar aos NREs, além da produção de materiais pedagógicos e formação continuada voltada aos profissionais da Educação Básica. Todas as ações desenvolvidas pelo DEB objetivam, a partir da melhoria da qualidade do ensino, garantir a todos o direito à aprendizagem. Para tanto, foram realizadas as seguintes ações:

- Oferta de Atividades da Educação Integral - atividades educacionais realizadas no contraturno, constituindo uma Política de Educação Integral em Jornada Ampliada, que compreende toda a ampliação de tempo, espaços e oportunidades de aprendizagem aos estudantes.

TABELA 1 - ATIVIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA

ATIVIDADES	ALUNOS ATENDIDOS
Mais Educação	41.689
Atividades Complementares Permanentes	725
Atividades Complementares Periódicas	45.236
Aulas Especiais Treinamento Desportivo	29.617
Educação em Tempo Integral	3.211
PRECUNI	914
TOTAL	121.392

- Programa Apoio à Aprendizagem - visa atender às dificuldades de aprendizagem de crianças que frequentam as séries finais do Ensino Fundamental. Os alunos participam de aulas de Língua Portuguesa e Matemática no contraturno para a superação das dificuldades nos conteúdos dessas disciplinas.

TABELA 2 - SALAS DE APOIO

ATIVIDADES	ESCOLAS ATENDIDAS	ALUNOS ATENDIDOS
Sala de Apoio	994	14.910
Projeto de Apoio	34	510
Salas de Apoio - Parceria com o SESC	143	2.145
TOTAL	1.171	17.565

- Programa Escotismo na Escola - formação de 40 grupos de escoteiros com a participação de 1.500 jovens e adultos.
- Realização de 49 eventos, com 4.509 participantes.
- Pacto Nacional pelo Ensino Médio - formação continuada para 23.508 professores e pedagogos.
- Análise e orientação para a oferta do Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais com a participação de 160 instituições de ensino.
- Orientação pedagógica, circulares e financeiras de execução do Programa de Ensino Médio Inovador, para os anos de 2014 e 2015, para 726 Instituições de Ensino.
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - realização de ações, tais como: Gabaritando Enem, aulões, *chats* para os alunos participantes e simulados *online* em parceria com a Geekie Games e Khan Academy com a participação de toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná.
- Distribuição de 4.000 exemplares do livro de Ensino Religioso Diversidade Cultural e Religiosa para o Ensino Fundamental das Escolas da Rede Estadual de Ensino.
- Premiação Regional da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) de 294 medalhas incluindo as escolas estaduais, municipais e federais.
- Seminário Paranaense de Educação Infantil e Anos Iniciais - participação dos gestores dos 399 municípios.
- Webconferências: a) reunião técnica com novos integrantes nos Núcleos; b) Encontro de Articulação Núcleos e Secretarias Municipais de Educação; c) Universalização da Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos; d) 1º, 2º, 3º e 4º Seminários Paranaense de Educação Infantil e Anos Iniciais - descentralizados.
- Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro: acompanhamento e orientações com a participação da Rede Estadual de Ensino do Paraná.
- Divulgação do concurso de redação e seleção do representante do Paraná para o Programa Jovem Senador.
- Acompanhamento do Plano de Ações Descentralizado (PAD).
- Orientações disciplinares para elaboração do Plano de Trabalho Docente.

- Elaboração de Proposta Pedagógica Curricular para Projeto Piloto de turmas de aceleração - distorção idade/ano, atendimento a 6.700 alunos, 10 escolas e 03 NREs.
- Discussão inicial da reelaboração das orientações curriculares para a Rede Estadual de Educação, dos anos iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com base nos seguintes documentos: a) Diretrizes Nacionais da Educação Básica; b) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; c) Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Educação do Paraná; d) Caderno de Expectativas de Aprendizagem; e) Direitos de Aprendizagem – Ministério da Educação (MEC).
- Elaboração dos regulamentos, divulgação e premiação dos concursos: a) Barão do Cerro Azul e suas Relevâncias para a História do Paraná; b) A Arte de Contar e Poetizar o Pão; c) Golpe de 64 para que nunca esqueça para que nunca mais aconteça.
- Formação e acompanhamento na implementação das Ações do Pacto Nacional de Alfabetização da Idade Certa (PNAIC), nas escolas dos anos iniciais da Rede Estadual de Ensino, com a participação de 147 professores alfabetizadores.
- Ações em parceria com a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET): a) Programa de Formação Esportiva Escolar - Atleta na Escola - 1.080 escolas; b) participação de 478 atletas do Paraná, nos Jogos da Juventude do Brasil e acompanhamento da equipe da SEED, como dirigentes, na cidade de João Pessoa; c) Jogos Escolares do Paraná (JEPs), com a participação de 100.542 estudantes; d) Programa Talento Olímpico 2016 - 640 bolsas para atletas e 64 bolsas professores/técnicos dos Jogos Escolares do Paraná do Top Formador.

O Departamento de Educação e Trabalho (DET) tem como responsabilidade os cursos técnicos profissionalizantes em nível médio e o curso de formação de docentes para as séries iniciais do ensino fundamental da SEED. É composta pelas coordenações de Qualificação Profissional, Educação Agrícola e Florestal e Educação Profissional Técnica.

As ações realizadas pelo DET estão em consonância como o desenvolvimento do plano de trabalho denominado - Qualifica Paraná.

Foram realizadas as seguintes ações:

- Matrículas em Cursos Técnicos de Nível Médio na Rede Pública Estadual de Ensino - 77.133 alunos matriculados, 355 estabelecimentos de ensino, 186 municípios.
- Implantação de novos critérios para abertura de turmas iniciais, respeitando as determinações do porte vigente, Código Geral de Matrícula (CGM), análise dos índices de evasão escolar, validade dos atos legais da Instituição e dos cursos ofertados.
- Vagas para alunos do ensino médio, por meio de parceria com o MEC: a) Formação Inicial e Continuada (FIC), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Formação Inicial e Continuada (PRONATEC FIC) - parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e com Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com 1.670 alunos matriculados, 56 municípios atendidos e 50 cursos

ofertados; b) PRONATEC Concomitante - parceria com SENAI e SENAC, com 2.448 alunos matriculados, 29 municípios atendidos e 23 cursos.

- Oferta de vagas para alunos do ensino médio (formação inicial ou continuada), por meio de parcerias com Escola Social de Varejo, Instituto Aliança, Instituto Walmart, com 108 alunos atendidos.
- Profucionário - programas em parceria com o MEC de cursos técnicos de nível médio, com 1.731 concluintes e 2.354 matriculados.
- Acompanhamento da situação legal dos cursos técnicos em andamento - expedidos 326 pareceres de reconhecimento/renovação pelo CEE/PR.
- Seguro de vida para alunos que fazem estágio obrigatório - atendimento de aproximadamente 29.850 alunos dos cursos técnicos de nível.
- Expansão da Educação Profissional - Programa Brasil Profissionalizado por meio dos convênios 700228/2008, 750015/2008, 658470/2009, 658385/2009, 702419/2010 firmados entre MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Estado do Paraná.
- Aquisição de Laboratórios da Educação Profissional - Programa Brasil Profissionalizado por meio do convênio 750018/2008, firmados entre MEC/FNDE/Estado do Paraná: 74 entregues; 104 em fase de entrega e contratação, para finalizar em 2015.
- Oferta de simpósios, cursos, reuniões técnicas por meio do convênio 750018/2008: a) Simpósio da Formação das Equipes Pedagógicas para atuarem nas Escolas Profissionais, em dois grupos com 513 participantes; b) Simpósio Eixo Tecnológico Recursos Naturais (Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola), para 152 participantes; c) Curso de Atuação para professores das 40 áreas da educação profissional, em 09 grupos para 360 participantes; d) Reunião Técnica - Colégios Agrícolas e Florestais da Rede Estadual - 38 diretores e 17 representantes dos NREs.

O Departamento de Diversidade (DEDI) tem como objetivo defesa e promoção dos direitos humanos dos sujeitos da diversidade, oferecendo formas de acesso à escola e de continuidade na formação escolar. Atende povos indígenas; ilhéus e ribeirinhos, trabalhadores rurais e sem terra, pequenos agricultores, cipozeiros, faxinalenses, pescadores, acampados e assentados; povos das comunidades remanescentes de quilombos e população negra, mulheres e homens (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e heterossexuais) discriminados pela sua cor, raça, etnia, orientação sexual, gênero, condição social e cultural.

A missão do Departamento é dar visibilidade aos sujeitos, despertando o interesse pelos temas da diversidade e desenvolvendo competências e valores de solidariedade, cooperação, respeito e união. Nesse sentido, o DEDI realizou as seguintes atividades:

- Construção e publicação do texto Diálogos com o Currículo, com o objetivo de aproximar as temáticas da diversidade ao currículo escolar.
- Elaboração de textos e encaminhamentos didático-metodológicos para as Semanas Pedagógicas de fevereiro e julho.

- Elaboração dos roteiros de visitas do PAD, nas temáticas pertinentes à diversidade.
- Elaboração das propostas para as temáticas da Diversidade para o Plano Estadual de Educação e inserção da Meta 22 – Diversidade.
- Elaboração de texto e gravação de vídeo: Os sujeitos no ensino médio: a Diversidade na Educação Básica, para compor o caderno da formação docente da SEED do Pacto do Ensino Médio.
- Construção da proposta pedagógica para o Seminário Temático do PDE 2014: com o tema Diversidade e Currículo.

A Coordenação da Educação do Campo (CEC) realizou as seguintes ações:

- Atendimento a 10 escolas itinerantes e de 1.150 alunos, por meio de convênio com a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária (ACAP).
- Visitas técnicas às 09 escolas das ilhas do litoral paranaense, com o objetivo de verificar a infraestrutura e o desenvolvimento do projeto político pedagógico de cada escola.
- Realização de 02 encontros de formação pedagógica Interilhas, em parceria com NRE de Paranaguá, envolvendo todos os profissionais das escolas das ilhas do litoral paranaense. Os encontros ocorreram nos meses de maio e setembro, totalizando 04 dias de formação.
- Formação para 300 educadores das escolas itinerantes e de assentamentos.
- Elaboração do projeto Centro de Educação das Águas (CEDA), visando a continuidade de estudos da população das ilhas e sua qualificação profissional.
- Criação e participação de grupos de trabalho relacionados ao ECOHABITARE Sistemas Sustentáveis, tendo em vista a parceria com a PUC/PR para implementação de ações pedagógicas nas ilhas do litoral paranaense.

A Coordenação da Educação Escolar Indígena (CEEI) realizou as seguintes ações:

- Evento de formatura da turma Técnico em Agropecuária Indígena, para 17 formandos, sendo 01 Guarani e 16 Kaingang, em parceria com o DET, em 25 de fevereiro.
- Formação Continuada no Programa Formação em Ação: a) oficina de Ensino da História e Cultura Indígena, com a participação de todas as escolas estaduais da rede de ensino (indígenas e não indígenas) e webconferência para orientar os NREs a respeito das oficinas do programa Formação em Ação nos estabelecimentos de ensino; b) oficina para as 37 Escolas Indígenas, voltada ao Sistema de Avaliação do Estado do Paraná (SAEP), com a participação de todos os profissionais da educação desses estabelecimentos; c) webconferência para orientar os NREs a respeito das Oficinas do programa Formação em Ação nos estabelecimentos de ensino.
- Formação continuada na Ação Saberes Indígenas na Escola, ofertada pelo MEC, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá para 200 professores indígenas Guarani e Kaingang que trabalham nas escolas indígenas, com alfabetização e ensino da língua indígena.

- Formação continuada por meio das Equipes Multidisciplinares 2014, em parceria com a CERDE, com foco nas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos das escolas públicas e privadas, com elaboração de material didático para dez encontros de formação orientados e disponibilizados no Portal para publicação *online*.
- Elaboração da Proposta Pedagógica em parceria com a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Centro comunitário Indígena Rio das Cobras.
- Oficinas de formação na temática História e Cultura Indígena no evento Interilhas, promovido pela CEC e NRE de Paranaguá e na Semana de História da UNIOESTE, Campus de Irati.

A Coordenação da Educação das Relações da Diversidade Étnicas-Racial (CERDE) realizou:

- Entrega de Equipamentos Tecnológicos: a) Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos – Comunidade Quilombola João Surá, 45 Tablets para professores e alunos, 01 *notebook*, 01 *Datashow*; b) Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira - 260 *tablets* para professores e alunos, 01 *notebook*, 01 *Datashow*.
- Formação continuada: a) Seminário A Cor da Cultura, para 310 professores da rede estadual de educação e 90 professores da rede municipal de Curitiba, nos dias 18 e 19 de setembro em Curitiba, parceria com a Fundação Roberto; b) II Encontro de Educação Escolar Quilombola, nos dias 28, 29 e 30 de outubro no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos em Adrianópolis, com 43 participantes; c) XI Encontro do Fórum Permanente da Diversidade Étnico-Racial (FPEDER), realizado em Apucarana, com participação de 160 professores; d) oficinas de formação na temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Evento Interilhas, promovido pela CEC e NRE de Paranaguá, com a participação de 40 professores e na Semana de História da UNICENTRO, Campus de Irati, com 40 professores.
- Produção e Distribuição de Materiais Didáticos e Paradidáticos sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; e Catálogo do Prêmio ORIRERÊ - Cabeças Iluminadas - parceria com o Centro Cultural Humaitá - edição 2013.

A Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual (CERGDS) realizou as ações a seguir:

- Formação: a) webconferência e oficina - Diálogos em Rede: Protagonismo Juvenil na prevenção das DST/AIDS e Hepatites Virais, em parceria com a Secretaria da Saúde (SESA); b) formação de técnicos da diversidade e disciplinas de biologia e ciências nos NREs, abrangendo 60 professores multiplicadores; c) Oficinas de Gênero e Diversidade Sexual no evento Protagonismo Juvenil SESA para 1.500 jovens das Instituições de Ensino Superior do Estado; d) webconferência Diálogos em Rede: Relações de Gênero e Diversidade Sexual Travestis e Transexuais e o Direito à Educação para 60 educadores; e) Escola Interativa: Relações de Gênero e Diversidade Sexual Travestis e Transexuais e

- o Direito à Educação com formação para toda a rede estadual de educação; f) formações em parceria com a divisão de DST HIV/AIDS e HV com foco na participação juvenil; g) docência em Gênero e Diversidade Sexual curso para as Escolas/Colégios nos NREs de Pato Branco e Toledo envolvendo 200 pessoas; h) Projeto VHIVER, oficinas de Sexualidade, Prevenção de HIV/AIDS envolvendo 60 estudantes e 10 professores da rede estadual em parceria com a SESA.
- Produção de Material didático: a) Programa de Rádio em parceria com a SESA/ TV Paulo Freire dialogando com a temática HIV/AIDS; b) produção do material: Diálogos com o Currículo, com foco em gênero e diversidade sexual; c) produção do programa Nós da Educação, com a participação da Dra. Maria Cristina Antunes com a temática: Prevenção a HIV/AIDS e Hepatites Virais; d) divulgação da veiculação na TV Educativa dos programas Nós da Educação com as temáticas GDS: Dra. Jimena Furlani no dia 03/05/14, Dra. Guacira Lopes Lobo no dia 17/05/14, Dra. Maria Cristina Antunes no dia 18/10/14; e) pesquisa Perfil do conhecimento atitudes e práticas das populações de regiões de fronteiras no Estado do Paraná, visando o enfrentamento compartilhado da epidemia do HIV/AIDS e Hepatites Virais, em parceria com a SESA, envolvendo 3.000 alunos, paralelamente as pesquisas realizou-se encaminhamentos pedagógicos das temáticas Gênero e Diversidade Sexual (GDS) nas escolas dos NREs de Paranaguá e Foz do Iguaçu - maio a outubro.

14.2.3 Departamento de Legislação Escolar (DLE)

O Departamento tem a responsabilidade de elaboração e organização de Instruções e Resoluções, pertinentes à educação, em parceria com o Gabinete do Secretário, Diretorias e Superintendências (SUED e SUDE), como por exemplo, otimização de turmas, matrícula, mudança de nomenclatura, porte dos Núcleos e das escolas, atualização da vida legal das Instituições de Ensino no Sistema, acompanhamento da vida escolar dos alunos, análise de processos, emissão de atos oficiais de credenciamento da instituição de ensino, autorização de funcionamento e reconhecimento de cursos, análise de Relatórios Finais, emissão de diplomas de cursos profissionalizantes, regularização de vida escolar e convalidação de estudos estrangeiros.

Em 2014, foram desenvolvidas as seguintes ações.

- Construção, diagramação e acompanhamento de 5.165 Resoluções Secretariais para publicação no Diário Oficial do Estado.
- Composição de 1.559 pareceres, referentes aos atos legais das instituições de ensino pertencentes ao Sistema Estadual de Educação (redes municipais, estaduais e privadas).
- Atualização de 7.660 processos da vida legal das Instituições de Ensino.
- Análise e trâmite de 7.715 processos referentes aos atos legais do Sistema Estadual de Ensino, que deram entrada na Coordenação de Estrutura e Funcionamento (até 31/10/2014).

- Análise de 524 matrizes curriculares das Instituições de Ensino do Sistema Estadual.
- Regularização de 1.148 processos de vida escolar dos alunos do Sistema Estadual de Ensino.
- Atendimento a um público de 23.342 pessoas via e-mail com referência a documentação e legislação escolar.
- Análise, acompanhamento e finalização de 406 solicitações da Ouvidoria, Núcleos Jurídicos de Administração, Ministério Público, Poder Legislativo Estadual, Órgãos Executivos Municipais, Órgão Executivo Estadual e Federal.
- Validação de 48.717 relatórios finais das Instituições do Sistema Estadual de Ensino.
- Capacitação dos Assessores Técnicos Pedagógicos dos Setores de Estrutura e Funcionamento e Documentação Escolar dos 32 NREs, com 350 participantes, referentes à legislação e documentação escolar.
- Registros *online* e *offline* de 39.000 diplomas dos cursos técnicos do sistema Estadual de Ensino.
- Elaboração de 36 aplicativos e formulários da documentação escolar para o Sistema Estadual de Ensino.
- Realização de 03 visitas técnicas aos NREs.
- Verificação e sindicâncias em 08 Instituições do Sistema Estadual de Ensino.
- Cursos Atualização em Documentação Escolar *online* para 1.600 secretários das instituições de ensino da rede estadual; e dois cursos para os secretários das instituições de ensino da rede particular.
- 13 processos de Certificação pela Lei nº 5.692/71; 86 processos de Atos de Designação de Diretor e Secretários; 143 processos de aprovação de formulários; 34 processos de autorização de uso de aplicativos.
- Estudo para elaboração de Resolução, Instrução do Calendário Escolar 2015 e acompanhamento de elaboração de 12 instruções da Superintendência da Educação e orientações complementares.
- Acompanhamento da implantação, no Sistema Estadual de Ensino (SAE), da Matriz Curricular das Instituições.
- Orientação da estrutura organizacional e da legislação educacional vigente dos Subsídios para Elaboração do Regimento Escolar para orientar as escolas de educação básica, na modalidade de educação especial da rede estadual, municipal e particular de ensino quanto à organização do regimento escolar.
- Organização da estrutura e da legislação educacional vigente e da legislação do sistema prisional para as ações norteadoras para elaboração do Regimento Escolar do Sistema Prisional para orientar os Centros Estaduais de Educação Básica de Educação de Jovens e Adultos do Sistema Prisional.
- Reorganização do Regulamento da SEED, no que diz respeito à Superintendência.

14.3 Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE)

Com o objetivo de administrar a política educacional do Estado, garantindo a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino atendendo às especificidades e diferenças culturais de cada local em busca de uma educação democrática no Paraná foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Disponibilização de R\$ 91,0 milhões para o transporte escolar; aprimoramento do Sistema de Gestão de transporte Escolar (SIGET); e revisão e atualização dos documentos técnico-metodológicos do Plano de Transporte Escolar do Paraná.
- Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia no Paraná em parceria com FNDE/UnB/CET, Pastoral da Criança e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) com formação presencial em EaD para todos os profissionais envolvidos nas 70 escolas do projeto.
- Publicação do livro Alimentação Saudável e Sustentabilidade Ambiental nas Escolas do Paraná, resultado da parceria entre a SEED, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB), por intermédio do EMATER e a Pastoral da Criança.
- Formação em Alimentação Escolar - projeto piloto realizado na modalidade EaD no tema de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, para 500 participantes.
- Monitoramento Nutricional - realizado em mais de 900.000 alunos por ano. Tem como objetivo monitorar o estado nutricional de todos os escolares da rede estadual, visando fornecer subsídios para o planejamento e execução de ações na área de Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente na execução do programa de alimentação escolar.
- Implantação do PARA Escolar - Programa de Análise de Resíduos Agrotóxicos dos produtos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar, o projeto piloto, inédito no Brasil desenvolvido pela SEED/SESA/ANVISA, realizado em Cascavel, Pato Branco e Maringá.
- Parcerias com Universidades (UFPR e PUC-PR) - pesquisas com objetivo de execução de ações e atividades referentes à avaliação da qualidade da alimentação escolar, consumo alimentar, estado nutricional e necessidades alimentares especiais dos estudantes matriculados na rede pública estadual.
- Construção das escolas - parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para construção de três cozinhas modelo que atendam às novas demandas da agricultura familiar e sustentabilidade.
- Implantação de novo modelo de logística da alimentação escolar com entrega de cargas diretamente em todas as escolas, previamente identificadas e separadas em *pallets* e filme *stretch*. O sistema trouxe importantes vantagens, tais como: agilidade na descarga na escola, integridade e exatidão dos quantitativos, ampliação da validade dos alimentos e satisfação do atendimento. Foram distribuídas 12.400 toneladas de gêneros a 3.078 escolas e unidades descentralizadas nos 399 municípios.

- Acompanhamento da execução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de acordo com os critérios de distribuição, conservação, remanejamento e desfazimento dos livros didáticos.
- Participação da Comissão Técnica do Programa Leite das Crianças com a finalidade de atender as demandas das escolas pontos de distribuição do leite.
- Suprimento de mobiliário e equipamentos escolares/pedagógicos para todos os estabelecimentos da rede pública estadual de educação básica e escola na modalidade educação especial, totalizando R\$ 16,2 milhões, conforme segue.

TABELA 3 - MATERIAIS PERMANENTES

DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE	ESCOLAS ATENDIDAS	%
Armários em aço 2 portas	6.000	1.123	44,04
Cadeira estofada giratória	14.000	848	33,25
Conjunto escolar aluno e professor	31.200	485	19,02
Freezer 300 e 400 litros	1.000	1.000	39,22
Kit inox (colher, caneca e prato)	270.000	1.297	50,86
Mesas para laboratórios de informática	5.000	600	23,53
Refrigerador industrial 540 litros	1.150	1.150	45,1

NOTA: Investimento total de R\$ 16.212.926,00

TABELA 4 - NÚMERO APROXIMADO DE PESSOAS E/OU ESCOLAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA OU PROJETO

ANO	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ATIVOS	ALUNOS MATRICULADOS
2007	9.029	2.730.726
2008	9.103	2.728.126
2009	9.106	2.706.018
2010	9.112	2.687.406
2011	9.110	2.624.940
2012	9.244	2.628.857
2013	9.336	2.593.193
2014	9.466	2.488.621

NOTA: Os dados de 2013 foram alterados para os resultados oficiais do Censo da Educação Básica publicados em dezembro de 2013; e 2014 correspondem aos dados preliminares do Censo de Educação 2014. O Total de alunos matriculados considera as matrículas de todas as redes de ensino das modalidades regular, especial e educação de jovens e adultos.

- Foram realizadas 666 obras, sendo: a) 07 novas unidades concluídas e 37 em andamento, 16 ampliações concluídas e 45 em andamento, 27 melhorias concluídas e 282 em andamento; e b) 93 reparos pelo fundo rotativos concluídos e 68 em andamento, 17 reparos normais concluídos e 38 em andamento e 27 reparos emergenciais concluídos e 11 em andamento.
- 06 novos Centros Estaduais de Educação Profissional foram construídos e 09 estão em fase de finalização.
- Ampliação de 06 Instituições Estaduais de Educação Profissional e reforma de 14. Encontra-se em execução 17 ampliações e 30 melhorias.
- Encontra-se em processo licitatório ou aguardando liberação de recursos 1.205 obras.

TABELA 5 - OBRAS CONCLUÍDAS 2014 - TOTAL DO ESTADO

TIPO DE OBRA	QUANTIDADE	INVESTIMENTO (R\$)
Ampliações	14	6.333.579,94
Melhorias e quadras	27	1.786.154,81
Novas obras	7	40.493.872,64
Reparos normais	17	6.589.702,93
Reparos - fundo rotativo	93	10.642.387,68
Reparos emergenciais	27	2.957.155,79

FONTE: Banco de Obras - SEED/SUDE/DEPO - 17/11/2014

TABELA 6 - OBRAS EM EXECUÇÃO - 2014 - TOTAL DO ESTADO

TIPO DE OBRA	QUANTIDADE	INVESTIMENTO (R\$)
Ampliações	45	47.175.141,49
Melhorias e quadras	282	12.238.240,04
Novas obras	37	149.176.491,67
Reparos normais	38	20.151.141,98
Reparos - fundo rotativo	68	1.312.297,30
Reparos emergenciais	11	2.822.990,57

FONTE: Banco de Obras - SEED/SUDE/DEPO - 17/11/2014

14.4 Colégio Estadual do Paraná (CEP)

- Curso Preparatório para o Vestibular da UFPR (CURCEP) para 323 alunos; e curso para o Exame Nacional do Ensino Médio, para 392 alunos.
- Cursos de Línguas Estrangeiras Modernas para alunos e comunidade em geral, com 1.130 alunos.
- Equipagem dos Laboratórios de Prótese Dentária e Saúde Bucal, atendendo 181 alunos, no valor de R\$ 26,7 mil e do Laboratório do Curso Técnico em Áudio e Vídeo, 80 alunos, no valor de R\$ 6,7 mil.
- Participação nos 61º Jogos Escolares do Paraná (JEPs), com 1.025 atletas; e nos Jogos da Juventude do Estado do Paraná, envolvendo 43 atletas.
- Participação nos jogos escolares promovidos pelas Ligas Escolares - despesas com inscrição, arbitragem e transporte, no valor aproximado de R\$ 4,5 mil - 300 atletas.
- Participação nos 59º Jogos da Primavera - UEPG/Ponta Grossa - despesas com alimentação e transporte, totalizando R\$ 17,5 mil - 180 alunos.
- Oferta de treinamento desportivo nas modalidades de atletismo, basquetebol, futebol, futsal, ginástica rítmica, handebol, musculação, natação, voleibol, tênis de mesa e xadrez, com 1.200 alunos.
- Copa CEP e semana cultural - participação de 5.300 alunos.
- Gincanas e competições aquáticas - participação de 1.120 alunos.
- Sessões didático-pedagógicas no Planetário do Colégio Estadual do Paraná - 12.620 alunos.
- Visitação monitorada no Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná - 438 pessoas.

- Participação da Banda Sinfônica Bento Mossurunga no Campeonato Paranaense de Fanfarras e Bandas - despesas com transporte de 70 músicos, cerca de R\$ 2,7 mil.
- Grupo Dancep: a) participação no 32º Festival de Dança de Joinville - despesas com inscrição, alimentação e transporte de 42 bailarinos, totalizando aproximadamente R\$ 4,7 mil; b) apresentação em escolas do espetáculo O Destino que se Cumpriu - despesas com transporte de 63 bailarinos, valor R\$ 4,7 mil.
- Oferta de cursos modulados - artes visuais, dança, música e teatro para alunos e comunidade em geral - 1.200 alunos.
- III Bienal de Arte Estudantil - aproximadamente 100 trabalhos expostos e 723 visitantes assinantes.
- Gruta - Grupo de Teatro do Colégio Estadual do Paraná: apresentação da peça O Pequeno Príncipe para 400 espectadores e da Gruta Luna para cerca de 650 pessoas.
- Grutinha - Grupo de Teatro Infantil do Colégio Estadual do Paraná: apresentações de Sonho de uma Noite de Verão e Fantástico Mistério de Feirinha, com 1.800 espectadores.
- Aulas em campo - Parque Estadual Pico do Marumbi, Centro Histórico da Lapa, Tigre Tubos e Conexões em Santa Catarina, para 405 alunos, totalizando cerca de R\$ 8,8 mil.
- Semana Cultural, com a participação de 2.662 alunos e Semana de Educação Profissional, com 886 alunos.

15

Secretaria do Esporte e do Turismo



15 Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo

A Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) tem como finalidade: planejar e organizar o acompanhamento e manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o Esporte, Lazer e Qualidade de Vida; incentivar, apoiar e orientar a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais e amadores, quer no âmbito da Administração Estadual ou da iniciativa privada; entre outras.

Ao Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE) compete a execução dos programas e projetos de detecção de talentos esportivos e atletas de alto rendimento.

A Paraná Turismo tem como papel a execução da Política Estadual de Turismo e como missão Fomentar e promover a atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná e para a satisfação de seus visitantes.

No Centro de Convenções de Curitiba, de janeiro a novembro, foram realizados 342 eventos entre nacionais, estaduais, feiras, formaturas, cursos e palestras.

A Coordenação Geral da Copa do Mundo da FIFA 2014 no Estado do Paraná realizou o gerenciamento da organização do evento, alavancando importantes melhorias de natureza tangível que se estenderão a todo o Estado, são melhorias nas áreas de segurança, atendimento a mídia, treinamentos aos voluntários, ações na área da saúde, turismo e obras de mobilidade urbana.

15.1 Ações do Esporte

- Jogos Escolares do Paraná e Jogos Escolares Bom de Bola - considerado o maior evento escolar da América Latina, os Jogos Escolares do Paraná conseguem reunir em quase todas as suas fases e modalidades quase 100 mil alunos. Os Jogos Escolares Bom de Bola tem o futebol ocupando um papel de destaque, promovendo o desporto educacional e propiciando a oportunidade para o surgimento de novos talentos.
- Jogos Escolares da Juventude - a categoria de 12 a 14 anos foi realizada em Londrina, de 04 a 13 de setembro, com a participação de 191 atletas. A categoria de 15 a 17 anos foi realizada de 05 a 15 de novembro em João Pessoa/PB, com 187 atletas atendidos.
- Paralimpíadas Escolares - realizadas de 24 a 29 de novembro em São Paulo, com estimativa de participação de 96 atletas.
- Jogos Estudantis da Primavera – com a finalidade de proporcionar e desenvolver a prática esportiva em todos os segmentos, foram realizados em Ponta Grossa no período de 12 a 20 de setembro, com 4.562 atletas.
- Jogos Abertos do Vale do Ivaí (JAVIS) - visam proporcionar a prática desportiva em todos os segmentos sociais, foi realizado no município de Ivaiporã, no período de 12 a 20 de setembro, com a participação de 2.942 atletas.

- Jogos Abertos do Norte do Paraná – propicia a prática esportiva nos diversos segmentos da região, realizados de 05 a 07 e de 12 a 14 de setembro, no município de Ribeirão do Pinhal, com a participação de 793 atletas.
- Jogos Abertos do Cantuquiriguaçu (JARCANS) - visa proporcionar e desenvolver a prática desportiva em todos os segmentos sociais, e favorecer o intercâmbio entre os municípios da região de Cantuquiriguaçu, a competição foi realizada em Quedas do Iguaçu, de 10 a 14 de setembro com a participação de 2.095 atletas.
- Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS) - competição criada para completar uma lacuna existente entre os Jogos Escolares e os Jogos Abertos do Paraná. As fases regionais aconteceram de 03 a 09 de julho, em 12 municípios. As fases finais foram de 29 de agosto a 04 de setembro em Apucarana para a categoria B e de 10 a 18 de outubro em São José dos Pinhais para a categoria A.
- Jogos Abertos do Paraná (JAPS) – tem como finalidade o aprimoramento da qualidade técnica dos atletas buscando o rendimento do Estado nos Jogos Abertos Brasileiros. Em 2014, foram 12 sedes regionais realizadas de 20/06 a 26/06 e 11/07 a 13/07. A Fase Final Divisão A ocorreu em Toledo de 19 a 27 de setembro e a Divisão B de 04 a 14 de agosto nos municípios de Chopinzinho e Coronel Vivida, com o total de 18.989 atletas participantes.
- Jogos Universitários do Paraná (JUPS) - competição promovida e coordenada pela Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU) e pela SEET/IPCE. Foi realizado em Cianorte de 05 a 11 de setembro, com 1.681 atletas participantes.
- Talento Olímpico do Paraná (TOP) - maior projeto desenvolvido no Estado, que visa tornar o Paraná referência do esporte no Brasil até 2016, ano das Olimpíadas no Rio de Janeiro. O pagamento das bolsas é realizado com recursos financeiros de patrocínio da COPEL. Além do gerenciamento do projeto, o IPCE foi responsável pela organização do lançamento do evento.
- Jogos Abertos Paradesportivos (PARAJAPS) - tem como objetivo promover a integração sócia esportiva, propiciar o desenvolvimento integral do cidadão com deficiência, interagir com os demais segmentos que contribuem para o desenvolvimento do paradesporto. Competição realizada em dezembro no município de Londrina, de 04 a 07 de dezembro, com público de 1.300 atletas.
- Festival Esportivo da Reforma Agrária - visa atender a diversidade social, cultural e étnica do Estado, oportunizando a prática de modalidades esportivas e atividades culturais. Foi realizado em Santa Maria do Oeste de 21 a 24 de agosto, com público de 310 participantes.
- Capacitação dos profissionais de lazer e esporte dos municípios do Estado em Foz do Iguaçu no período de 20 a 22 de março.
- Prêmio Orgulho Paranaense - entrega de premiação, no dia 09 de dezembro no Centro de Convenções de Curitiba, como forma de reconhecimento aos grandes esportistas que nasceram ou residem no Paraná.

15.2 Ações do Turismo

Na execução do Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo, de janeiro a novembro, por meio da Promoção de Investimento no Turismo, do Marketing Turístico e da Gestão Estratégica do Turismo (de responsabilidade da Paraná Turismo), foram realizadas as seguintes ações:

- Atuação no Turismo Nacional: a) 02 Reuniões Ordinárias da Comissão de Turismo Brasil Sul (CTBS) do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) em Porto Alegre e São Paulo, para mapeamento da malha aérea existente nos estados visando negociações junto as Companhias aéreas para novos voos; b) 04 reuniões ordinárias do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR), para representatividade do Paraná em discussões e projetos nacionais em prol do turismo, sendo 02 em Brasília, 01 em Salvador e 01 em São Paulo; c) Benchmarking institucional com apresentação da política estadual de turismo no evento Debate Público, Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
- Planejar e Organizar o Turismo Estadual: a) participação em 02 reuniões do Ministério do Turismo (MTur) em Brasília, para discussão das mudanças no Programa de Regionalização do Turismo, a partir do remapeamento com novos critérios para adesão e categorização dos municípios constantes no Mapa do Turismo Brasileiro/2013; b) monitoramento de 02 convênios, com Instâncias de Governança Regional dos Campos Gerais e Vales do Iguaçu (IGR), a partir dos planos de trabalho aprovados para elaborar o Planejamento Estratégico; c) 12 reuniões regionais de acompanhamento e estruturação das IGRs para o desenvolvimento do turismo municipal e regional, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, além de reuniões semestrais estaduais envolvendo todos os interlocutores regionais; d) Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Paraná.
- Coletar e disseminar estudos turísticos: a) estruturação do documento Indicadores de Turismo 2014, com sistematização de dados dos fluxos turísticos registrados nos terminais de transporte aéreo, rodoviário e ferroviário do Estado e nos principais atrativos turísticos, além de meios de hospedagem; b) preparação da base de dados (mapeamento) para implantação de sistema georreferenciado junto a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) integrando dados das prefeituras e respectivos órgãos municipais de turismo, bem como dos atrativos turísticos, por segmento, do Cadastro de Empreendimentos Turísticos (CADASTUR) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); c) elaboração e finalização de 02 Cadernos Atrativos 2009-2013 e do Caderno Passageiros 2009-2013, para publicação digital; d) finalização do estudo estatístico Paraná - 20 anos de Turismo 1992-2012.
- Implementação do PRONATEC Turismo e Turismo na Empresa - mobilização de 09 municípios, organização da demanda de cursos e envio para validação junto ao MTur, com 77 turmas, realização de pré-matrículas no SISTEC, reunião com ofertantes, participação em reunião no MTur para reformulação e definição das diretrizes de 2015.

- Sensibilização e conscientização para o turismo: a) reunião para estruturação do Projeto Turismo nas Escolas; b) elaboração e distribuição da cartilha O Turismo na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS); c) realização do fórum Sensibilização dos Profissionais da Mídia e do Turismo, em parceria com a SEDS; d) organização do evento para apresentação e divulgação do Programa Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do MTur; e) palestra sobre a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Âmbito do Turismo durante o Festival de Turismo de Foz do Iguaçu; f) participação no Comitê de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente no contexto da COPA de responsabilidade da SEDS em Curitiba, Região Metropolitana e Litoral; g) apresentação do monitoramento das ações da PRTUR no Seminário Estadual de Monitoramento LGBT; h) elaboração de planilha de monitoramento do Plano Estadual de Enfrentamento as Violências contra Crianças e Adolescentes.
- Turismos e Copa FIFA 2014: a) coordenação e participação em reuniões da Câmara Temática de Turismo da SECOPA, bem como acompanhamento do Plano de Trabalho, com realização de ações de marketing turístico; b) participação em reuniões da Câmara de Turismo da COPA FIFA e do Comitê Organizador Local (COL); c) levantamento dos meios de hospedagem, aproximadamente 8.400 leitos em Curitiba, RMC e Litoral; d) distribuição do material promocional trilingue Paraná Prazer em Conhecer em Aeroportos, Feiras de Turismo, Delegações dos times em Curitiba e Foz do Iguaçu; e) geração de imagens e mídias para divulgação em diversos meios de comunicação nacional e internacional.
- Monitoramento do Convênio nº 774201/2012 entre MTUR/SETU - PRODETUR Paraná com objeto Avaliação Ambiental Estratégica.
- Elaboração de 03 planos de controle ambiental simplificado e de 03 termos de referência para viabilizar obras de Adequação do Terminal de Embarque e Desembarque em Pontal do Paraná; construção da Base Náutica de Guaratuba e implementação do Sistema Cicloviário em Pontal do Paraná (PRODETUR Litoral), além do gerenciamento das ações junto aos órgãos ambientais e andamento dos projetos junto a Caixa Econômica Federal (Convênio n. 779349/2012-MTur).
- Centros de Atendimento ao Turista (CATs) - acompanhamento junto à Paraná Edificações (PRED) da licitação das obras e do contrato com a construtora, e realização de 05 medições nos 02 CATs em Foz do Iguaçu (Convênio MTur), e trâmites junto à Caixa Econômica Federal.
- Parque Turístico e Ambiental da Integração em Barracão (PTAI) - acompanhamento técnico das obras do junto à PRED (convênio SETU/Prefeitura de Barracão em 05/06/2012), com elaboração e assinatura do segundo termo aditivo para mudanças no projeto.
- Gastronomia Paraná: a) 04 palestras sobre o projeto na Reunião dos Secretários Municipais de Turismo - no planejamento do turismo rural da EMATER em São Luiz do

Purunã, no III Encontro de Turismo e Produção Associada em Faxinal do Céu da Região Lagos & Colinas, na Feira Mundo Gastronômico e no Hotel Mabu para imprensa; b) 02 Oficinas de Gastronomia para definição do planejamento estratégico, com consultoria do SEBRAE, com o chef Lênin Palhano em Faxinal do Céu; c) reuniões para Formação do Comitê Executivo do Projeto Gastronomia Paraná, com a participação de *chefs* de cozinha, empresários, representantes de instituições de ensino e escolas de gastronomia; d) publicação de anúncios em revistas de circulação estadual e nacional apresentando releituras de receitas pelos *chefs* paranaenses que já participam do projeto (TOP View, Ideias, Prazeres da Mesa, Agente Urgente); e) *Benchmarking* na Feira Sabores do Paraná com *chefs* locais para conhecer e fazer contato com produtores e divulgação do projeto com auxílio de material promocional; f) participação em diversos eventos, tais como Salão Paranaense de Turismo e Festival de Turismo das Cataratas, Mesa Ao Vivo Paraná da revista Prazeres da Mesa/Senac/SP com apoio COMPAGÁS e Agência de Fomento do Paraná, Feira Mundo Gastronômico, Festival do Litoral, Salão Brasileiro de Turismo (ABAV-SP), 26º Festival de Turismo de Gramado (FESTURIS), Feira de Gastronomia da Praça Espanha e no Palácio Iguazu promovendo degustações de pratos típicos, reuniões técnicas e divulgação do projeto nos estandes da Paraná Turismo.

- Paraná MICE - estruturação do acordo de resultados do Cascavel MICE e participação no comitê local; participação em reuniões do Comitê Estadual com SEBRAE e FCVB para definição de ações; e apoio técnico e acompanhamento de pesquisa com promotores e participantes de eventos em Curitiba.
- Turismo em Áreas Naturais: a) finalização do Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná com a entrega do texto Cenários para o Futuro; b) coordenação do GT Náutico Paraná, com realização de 04 reuniões para retomada, organização e estruturação do plano de ações, e participação em reuniões do GT Náutico Nacional; c) elaboração dos Planos de Controle Ambiental (PCAs) para 03 projetos do litoral com seus respectivos licenciamentos provisórios homologados pelo IAP; d) diagnóstico do projeto Caminhadas na Natureza em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e participação em capacitação em Balsa Nova e Ponta Grossa (Turismo Rural); e) organização de curso para condutores no entorno do Parque Estadual de Vila Velha (PEVV); f) participação no Seminário Gerenciamento Costeiro - Projeto Orla; g) participação em reuniões dos Conselhos Estaduais: do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e Gestor de Vila Velha.
- Postos de Informações Turísticas (PIT) - elaboração do projeto executivo e do memorial descritivo em conjunto com a Paraná Projetos do PIT Aeroporto e dos termos de referência aprovados pela CEF em novembro, e pesquisa de modelos para o PIT Móvel.
- Oferta Turística: a) emissão de Declarações de Evento Tradicional e Notório Conhecimento Popular - Paraná; b) atualização do Calendário Oficial de Eventos 2014 - Paraná (*site*); c) pesquisa e estruturação de textos para Calendário Oficial de Eventos

2015 - Paraná, Guia Receptivo da Copa FIFA 2014, Rota do Rosário no Norte Pioneiro; d) Projeto e levantamento para o Calendário de Mesa 2015 - Parque estadual de Vila Velha em Ponta Grossa e para o mapa turístico do Paraná.

- Viaje Legal - coordenação do CADASTUR no Paraná com atualização do banco de dados (148 municípios envolvidos); renovação do cadastro de empresas e guias de turismo totalizando 413 cadastros iniciais, 1.083 renovações, 88 alterações e 55 cancelamentos de cadastro; orientações e atendimento aos interessados por telefone, e-mail e pessoalmente; e realização de palestras informativas.
- Eventos Nacionais - participação no Show Rural Copavel (Cascavel); 20º Salão Paranaense de Turismo da ABAV PR; 10º Mostra das Regiões Turísticas do Estado; World Travel Market (São Paulo); Festival do Turismo das Cataratas do Iguaçu (Foz do Iguaçu); Expoingá (Maringá); Mundo Gastronômico (Curitiba); 36º Expovest de Cianorte; 4º Festival de Turismo do Litoral do Paraná (Pontal do Paraná); 42º ABAV Expo Internacional de Turismo (São Paulo); 26º Festival de Turismo de Gramado; e Bolsa de Negócios Turísticos (Penha - SC).
- Ações Promocionais e Marketing Digital: a) monitoramento do site PRTUR 85.459 visitas; b) anúncios em revistas especializadas; c) Guia do Litoral, criação e elaboração com distribuição de 25.000 exemplares e 20.000 Mapas do Paraná durante a Operação Verão 2014; d) exposição Paraná Prazer em Conhecer, em Paranaguá; e) criação da arte para o Calendário de Eventos 2014; f) apoio técnico e logístico na realização do *Press Trip* da Revista de Bordo da AVIANCA; g) aplicativo e guia bilíngue Turismo no Paraná Serviços Úteis para a Copa 2014, elaboração dos conteúdos e confecção de 10.000 exemplares; h) Guia de Bolso da Copa (parceria Governo do Estado do Paraná e Sindicato dos Hotéis), criação e confecção de 3.000 exemplares; i) intensificação da campanha Viaje Legal, para garantir os direitos do consumidor.

16

*Secretaria da Família e
Desenvolvimento Social*



16 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) é responsável pelas políticas da Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entre os objetivos da Secretaria estão:

- Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o território do Paraná, fortalecendo os municípios na gestão da assistência social, e na garantia da proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.
- Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Executar as medidas socioeducativas restritivas/privativas de liberdade.

Visando concretizar os objetivos propostos, a SEDS tem em sua estrutura programática sete coordenações e unidades técnicas, a saber: Coordenação da Gestão do SUAS; Coordenação de Proteção Social Básica; Coordenação de Proteção Social Especial; Coordenação de Renda de Cidadania; Unidade Técnica do Programa Família Paranaense; Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente e Coordenação de Medidas Socioeducativas que gerencia e mantém integralmente 18 Centros de Socioeducação e oito Casas de Semiliberdade.

No âmbito do controle social, a SEDS se apoia nas deliberações e diretrizes elaboradas do Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS) e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), vinculados à sua estrutura. Para o assessoramento eficaz aos 399 municípios paranaenses, a SEDS garante a territorialização da política por meio de 23 Escritórios Regionais, localizados nos municípios de Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

O Programa Família Paranaense, de caráter intersetorial, realizado em parceria com os municípios, visa a autonomia e melhoria das condições de vida das famílias mais vulneráveis do Estado, acompanhado da superação da extrema pobreza em todo o território paranaense. Com base no Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR), calculado a partir de informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), foram identificadas e acompanhadas as famílias mais vulneráveis, considerando as dimensões de renda, moradia, educação e estrutura familiar. Conforme estudo realizado em 2014, foi possível observar que 58,3% das famílias que participavam do Programa desde 2013, e que atualizaram as informações no CadÚnico, reduziram seu índice de vulnerabilidade. Em média, o IVFPR de todas as famílias cadastradas no sistema do Programa Família Paranaense diminuiu 6,5%. A redução é ainda mais significativa no grupo de famílias que tiveram plano de ação pactuado, chegando a 11,5%.

Cabe destacar, o importante resultado relativo à redução da extrema pobreza no Paraná, divulgado em estudo publicado em novembro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Em 2003, um total de 840.225 pessoas consideradas miseráveis vivia no Estado, número que caiu para 214.352, em 2013. A redução foi de 74,5% e é maior do que a registrada no país, que foi de 60,0%, no mesmo período. Somente em 2013, o Estado tirou da linha de extrema pobreza mais de 10 mil paranaenses. Esta redução de 4,4% coloca o Paraná em situação de destaque em relação ao país que, ao contrário, registrou aumento de 3,7% no número de brasileiros considerados como extremamente pobres, no mesmo ano.

Com estes expressivos resultados obtidos a partir de um extenso conjunto de ações realizadas em todos os municípios do Paraná, de forma articulada com outros órgãos estaduais, numa desafiadora abordagem intersetorial, a SEDS reafirma sua liderança no esforço pela promoção social e melhoria das condições de vida das famílias paranaenses.

A SEDS conquistou grandes avanços na gestão da Política da Assistência Social, com a aprovação do Piso Paranaense da Assistência Social, e do repasse de recursos Fundo a Fundo. O repasse Fundo a Fundo, é um mecanismo que permite transferências do Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social, de forma regular e automática. Esse mecanismo de gestão possibilitou, por exemplo, o repasse do Piso Paranaense de Assistência Social e de transferências para situação de emergência, socorro e calamidade pública. Pode ser utilizado no cofinanciamento de programas, projetos, serviços e benefícios de assistência social em ações de proteção social básica e especial, no aprimoramento de gestão com despesas de custeio, investimento e cofinanciamento de recursos humanos para pagamento exclusivo da folha de pagamento de profissionais efetivos pelos municípios.

Os primeiros 86 municípios selecionados para receber o cofinanciamento foram os de pequeno porte I, de até 20 mil habitantes. O valor mensal repassado foi de R\$ 6.250,00 para ser utilizado em ações de proteção social básica e especial, aprimoramento da gestão e benefícios eventuais. Em 2014, os 86 municípios que receberam o Piso, totalizaram um investimento de aproximadamente R\$ 5,4 milhões. Os repasses foram realizados em sistema informatizado criado para este fim, onde os municípios apresentam seus Planos de Ação e prestam contas do recurso utilizado.

Seguem descritas as principais ações executadas pela SEDS.

16.1 Coordenação de Gestão do SUAS (CGS)

Responsável pelo aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social nos municípios paranaenses, presta assessoria e apoio técnico em duas frentes: Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho; orienta e acompanha as equipes dos Escritórios Regionais da SEDS na mobilização e articulação dos municípios, além de atender diretamente às dificuldades dos entes municipais que ultrapassam o âmbito regional.

- Vigilância Socioassistencial: a) coordenação da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, vigência 2014-2017, conforme diretrizes da Norma Operacional Básica do SUAS e do Pacto de Aprimoramento de Gestão, com elaboração de nota técnica, manual e roteiro, supervisão e apoio para elaboração, orientando os 399 municípios; b) acompanhamento e assessoria às equipes dos Escritórios Regionais e municípios quanto ao preenchimento dos instrumentos de gestão do SUAS por meio de sistemas da Rede SUAS/SUAS Web, bem como apoio técnico para os aplicativos: Censo SUAS, Plano de Ação, Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro, Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) e Cadastro de Trabalhadores do SUAS (CadSUAS), com monitoramento contínuo do preenchimento; c) gerenciamento do Cadastro de Entidades Sociais, com inscrição e validação em sistema estadual, cuja adesão permite descontos nas tarifas da luz e água; d) produção e divulgação de notas técnicas para orientação das equipes municipais quanto aos conceitos e procedimentos da Vigilância Socioassistencial; e) elaboração e aprovação junto às instâncias de pactuação e controle social das metas do Plano Estadual de Assistência Social - 2014/2015 e do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual do SUAS, conforme Resolução nº 18/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social.
- Gestão do Trabalho: a) coordenação da execução do Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente dos Trabalhadores do SUAS, com oferta de cursos e eventos presenciais e na modalidade Educação a Distância; b) realização de reuniões técnicas, webconferências e videoconferências de assessoramento às equipes regionais da SEDS e municipais para apoio e orientação quanto aos processos de trabalho da Gestão do SUAS; c) coordenação em âmbito estadual do Programa Nacional de Capacitação do SUAS com oferta de cursos de capacitação em parceria com as Universidades Estaduais; d) produção e divulgação de notas e estudos técnicos para orientação das equipes municipais quanto aos conceitos e procedimentos de Gestão do Trabalho; e) implantação, coordenação e planejamento das ações do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS (NEEP); f) coordenação do Programa de Residência Técnica no âmbito da SEDS e parceria na coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública com ênfase no SUAS para servidores e demais profissionais.
- Quadro síntese de atividades.

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE	EXECUTADO 2014
Planos Municipais de Assistência Social produzidos pelas equipes municipais do SUAS com orientação, acompanhamento, supervisão e devolutiva da SEDS/CGS.	planos	399
Assessoramento técnico aos municípios para atualização do Cadastro de Trabalhadores do SUAS (CADSUAS)	municípios	399
Assessoramento técnico aos municípios para preenchimento dos Planos de Ação – instrumento de gestão da Rede SUAS	municípios	399
Assessoramento técnico aos municípios para preenchimento do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS)	municípios	399
Assessoramento técnico aos municípios para preenchimento do Plano de Ação - 2014	municípios	399
Assessoramento técnico aos municípios para preenchimento do Demonstrativo Sintético de Execução Físico – Financeira do SUAS	municípios	399
Assessoramento técnico aos municípios para preenchimento do Censo SUAS 2014 – Questionários CRAS, CREAS, Centro POP, Acolhimento, Centros de Convivência, Gestão e Conselhos	municípios	399
Assessoramento técnico aos Escritórios Regionais da SEDS quanto aos procedimentos e fluxos dos instrumentos de gestão do SUAS	escritórios regionais	23
Inscrição e validação de Cadastro de Entidades Sociais em sistema estadual para concessão de benefícios em tarifas públicas	cadastros	488
Revisão das metas do Plano Estadual de Assistência Social – Vigência 2014/2015	plano	01
Elaboração do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual do SUAS	plano	01
Elaboração e divulgação de Notas técnicas para orientação às equipes regionais e municipais	notas técnicas	06
Elaboração e divulgação de estudos técnicos sobre a Gestão do SUAS	estudo	01
Transmissão de Webconferências aos 399 municípios orientando quanto a procedimentos e fluxos de trabalho afetos à Gestão do SUAS	webconferências	05
Transmissão de videoconferências para instrumentalização de equipes regionais quanto a processos de trabalho da Gestão do SUAS	videoconferências	02
Coordenação da execução do Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente dos Trabalhadores do SUAS – PEC, com oferta de vagas em cursos e eventos presenciais e a distância.	participações de trabalhadores do SUAS	13.915
Reuniões técnicas macrorregionais para assessoramento e orientação às equipes regionais da SEDS quanto aos processos de trabalho da gestão do SUAS	reuniões técnicas	05
Implantação do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS - NEEP	núcleo	01
Coordenação do Programa de Residência Técnica no âmbito da SEDS	residentes	63

16.2 Coordenação de Proteção Social Básica (CPSB)

Atua na gestão e no fortalecimento, assessoramento, definição de diretrizes e capacitação das equipes dos Escritórios Regionais da SEDS e dos municípios, no âmbito da área de Proteção Social Básica do SUAS, visando a prevenção de situações de risco para a população em situação de vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dentre suas ações estão a implantação e implementação da rede socioassistencial, e o acompanhamento e assessoramento do cofinanciamento aos serviços tipificados de PSB junto aos municípios, com vistas a cumprir as metas pactuadas nas esferas estadual e federal.

Atividades realizadas:

- Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) – unidades públicas municipais de assistência social, localizados em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, que executam de forma direta as ações e os serviços de proteção social básica, garantindo a atenção integral às famílias de seu território de abrangência. A SEDS realiza o acompanhamento e monitoramento, por meio dos Escritórios Regionais (Ers), das ações dos CRAS e dos serviços de Proteção Social Básica no Estado. São 548 CRAS

cadastrados em todo Paraná, e existem 03 deliberações do CEAS referentes à construção de CRAS em andamento.

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – principal serviço oferecido nos CRAS, tem como finalidade assegurar que as famílias em situação de vulnerabilidade social tenham atendimento e acompanhamento de técnicos para os encaminhamentos necessários. No ano de 2012, foi aprovado o repasse de recursos para cofinanciamento estadual do PAIF para 112 municípios, inicialmente. Em 2014, seis municípios receberam recursos financeiros para execução do serviço. Foi ainda assessorada e acompanhada a execução do serviço em 548 CRAS. O Paraná conta com 47 equipes volantes, que são equipes adicionais referenciadas a um CRAS, em 44 municípios, que recebem acompanhamento e orientação da Coordenação, inclusive no que se refere à implantação do PAIF.
- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias e indivíduos realizado por meio do PAIF e do Serviço de Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI), possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários. Em 2014, deu-se continuidade ao processo de reordenamento junto aos municípios e a inclusão dos usuários no Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC). São 379 municípios cofinanciados pelo Piso Básico Variável (PBV), para uma capacidade de 93.190 usuários. Encontram-se cadastrados 86.950 usuários no SISC.
- Programa Centros da Juventude – foram investidos R\$ 74,7 milhões do FIA desde 2010, para obras e equipamentos. Estão previstos 29 espaços com capacidade de atendimento para até 1.000 adolescentes em cada unidade. Foi inaugurado um Centro da Juventude, além de três municípios em formalização de convênio e dois equipamentos em construção. Conta com 24 Centros da Juventude em funcionamento: Almirante Tamandaré, Apucarana, Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Jacarezinho, Lapa, Laranjeiras do Sul, Maringá, Palmas, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Piraquara, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Toledo e Umuarama.
- Bolsa Agente de Cidadania – a ação de pagamento de bolsas auxílio para adolescentes Agentes de Cidadania é prevista na Lei Estadual nº 16.021/2008. Sua implantação foi aprovada pelo CEDCA (Deliberação nº 102/2012), com recursos FIA, e regulamentada pela SEDS (Resolução nº 142/2013, alterada pela Resolução nº 211/2014). Foram aprovados cerca de R\$ 2,1 milhões do FIA, com o objetivo de oportunizar a participação social e cidadã dos adolescentes e jovens e a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social, nos municípios que contam com Centros da Juventude. Foram pagas 40 bolsas auxílio no valor de R\$ 150,0 por mês, para 10 horas semanais na execução de atividades de

convivência, formação e cidadania voltadas a crianças e adolescentes das comunidades. Participam do programa os Centros da Juventude de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Lapa, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais. Até setembro, foram pagas 946 bolsas atingindo 123 adolescentes.

- Programa Adolescentes Paranaenses – financiamento, desenvolvimento e fortalecimento de ações, em formato de coletivos (grupos) de 15 a 30 adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, vinculados a um CRAS e com um técnico de referência. Com recursos do FIA, tem como objetivo promover o protagonismo de adolescentes, por meio da oferta de serviços de convivência planejados de forma participativa e transversal por um período de 12 meses. O repasse financeiro é de R\$ 60,0 mil por coletivo. Aderiram ao processo 37 municípios, com 56 coletivos. Destes, em 2014, 17 municípios formalizaram convênio, e 12 receberam recursos e estão com projeto em execução.
- Capacitações da Coordenação de Proteção Social Básica – videoconferência do Programa BPC na Escola, com a participação dos Ers da SEDS, SEED E SESA e Grupo Gestor Estadual do Programa; webconferência com os 29 municípios que possuem o Centro da Juventude, para a divulgação da Bolsa Agente de Cidadania; videoconferência sobre os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com os municípios, equipes técnicas regionalizadas da SEDS e equipe da Coordenação Geral dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); videoconferência referente à Resolução nº 21/2013 – CIT, metas CRAS, equipes técnicas regionalizadas da SEDS e Departamento de Proteção Social Básica/MDS; e webconferência sobre Benefício de Prestação Continuada (BPC) com os municípios, equipes técnicas dos Ers/SEDS e equipes do INSS.
- Programa BPC na Escola – prevê a adesão e renovação dos municípios ao Programa, tendo como objetivo o desenvolvimento de ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola da criança e do adolescente com deficiência de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC da Assistência Social, com a participação da União, dos estados e dos municípios. Compete ao Estado apoiar a capacitação dos agentes envolvidos, orientar e sensibilizar no que se refere às adesões e renovações ao Programa, sendo que 138 municípios aderiram e 126 renovaram a adesão. No Paraná o Grupo Gestor Estadual é coordenado pela SEDS/CPSB, com a participação da SEED, SESA e SEJU. Tem como atribuição o acompanhamento e orientação do Programa aos municípios paranaenses por meio dos 23 Ers da SEDS; do CEAS, Conselhos Municipais da Assistência Social (CMAS) e Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE).
- Quadro síntese de atividades:

CONSTRUÇÃO DE CRAS – SITUAÇÃO	2014
Inaugurados	6 CRAS : Guaporema, Rondon, São Carlos do Ivaí, Iretama, Bom Sucesso do Sul e Vera Cruz do Oeste
Em construção	13 CRAS

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO 2014
Repasse de recurso à complementação do PAIF	municípios	06
Orientação e apoio técnico nos planos de trabalho e de aplicação do Programa Adolescentes Paranaenses	municípios	17 formalizados convênios 12 em fase de execução
Webconferência	eventos	02
Videoconferência	eventos	03
Bolsa Agente de Cidadania do Programa Centro da Juventude	adolescentes	123

16.3 Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE)

Tem como objetivo fortalecer e ampliar a Rede de Proteção Especial no Estado do Paraná por meio de assessoria técnica, capacitação continuada e apoio na execução dos serviços de Média e Alta Complexidade em consonância com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

16.3.1 Programas e Serviços de Média Complexidade

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - são unidades públicas estatais, de abrangência municipal ou regional. O Paraná conta com 153 unidades em 130 municípios, com capacidade de atendimento a 8.080 pessoas e suas famílias, cabendo ao Estado acompanhamento, orientação e avaliação do serviço desenvolvido pelos municípios.
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. A responsabilidade do Estado é realizar o assessoramento dos serviços ofertados, por meio de apoio técnico, monitoramento, elaboração de notas e informações técnicas. A CIB discutiu em Câmara Técnica específica sobre o processo de regionalização dos serviços de média complexidade conforme orientações do MDS, resultando na pactuação e deliberação por meio da Resolução nº 08/2014 CIB/PR e Deliberação nº 38/2014 CEAS/PR para ampliação de 24 CREAS municipais que irão oferecer o serviço do PAEFI. Com garantia de cofinanciamento estadual aos municípios por meio do Piso Paranaense da Assistência Social (PPAS III) de R\$ 2,5 mil mensais por unidade, ou seja, um investimento de R\$ 720,0 mil anual.
- Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - o Estado assessorou 88 municípios que executam o serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, com a elaboração de notas técnicas e capacitações para as equipes regionalizadas. Iniciadas discussões para elaboração dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo para os 399

municípios, por meio dos ERs, em articulação com Universidades para estabelecimento de parcerias, entre outras atividades.

- Programa Estadual Liberdade Cidadã - visa aporte de recursos e suporte técnico para execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), com um total de 43 convênios vigentes.
- Ações Estratégicas para a Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - objetiva a pactuação de uma agenda, de caráter intersetorial, para erradicação do trabalho infantil. Realizado em Curitiba, em dezembro, o Encontro Intersetorial Nacional das Ações Estratégicas do PETI, com a presença de 58 municípios do Paraná, além de outros municípios com alta incidência de trabalho infantil, na Região Sul do Brasil.
- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - executa exclusivamente o serviço especializado para pessoas em situação de rua, prioritariamente nos municípios de médio e grande porte. São 21 unidades em 16 municípios, com capacidade para atendimento de 2.100 pessoas e suas famílias. Foi pactuado pela CIB/PR (Resolução nº 07/2014) e aprovado pelo CEAS/PR (Deliberação nº 37/2014) o cofinanciamento estadual por meio do PPAS II do serviço a partir de 2015 no valor de R\$ 2,1 milhões. No período da Copa do Mundo de 2014, houve a inclusão da temática de proteção e garantia de direitos da população em situação de rua, pactuando fluxos de atendimento e divulgando os canais de denúncia.
- Centro Dia para Pessoa com Deficiência - tem como objetivo a oferta de atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos. Existe uma unidade implantada no município de Curitiba com recursos de cofinanciamento estadual de R\$ 240,0 mil/ano.

16.3.2 Programas e Serviços de Alta Complexidade

- Acolhimento de Crianças e Adolescentes - acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive com deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Em 2014, foi pactuado (Resolução nº 10/2014) e deliberado pelo CEAS/PR (Deliberação nº 39/2014) cofinanciamento estadual por meio do PPAS IV para os 107 municípios que aceitaram os recursos para o reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos. Assim como a implantação da regionalização do serviço, cujas discussões na CIB permanecem para definição das regiões que receberão o serviço regionalizado estadual. Para tanto, foi realizado estudo com diagnóstico da situação de acolhimento do Estado pela

Assessoria Técnica de Gestão da Informação. O Paraná também possui convênio em vigência com uma entidade com 10 vagas para acolhimento de crianças e adolescentes, com investimento anual no valor de R\$ 157,8 mil.

- Programa Estadual Crescer em Família - em deliberação de 2013, foi previsto o repasse de até R\$ 14,0 milhões para instituições e municípios que executam o serviço de acolhimento institucional, acolhimento familiar ou apadrinhamento afetivo e preparação para adoção entre os anos de 2013 e 2014. Foram aprovados 99 projetos, sendo que 65 projetos estão em processo de conveniamento, totalizando cerca de R\$ 6,5 milhões e 34 projetos em tramitação para conveniamento futuro, tendo 150 processos vigentes.
- Acolhimento de Idosos - o acolhimento institucional para pessoas idosas advindas de municípios de pequeno porte I e II proporciona ações de reinserção familiar e comunitária. O papel do Estado é ofertar, financiar, acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido por entidades sociais conveniadas. São ofertadas 65 vagas em duas instituições, sendo 54 atendimentos de acolhimento, totalizando anualmente cerca de R\$ 920,7 mil.
- Acolhimento para Pessoas com Deficiência - voltado às demandas dos municípios de pequeno porte I e II, presta serviços de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, em situação de risco, com vínculos familiares rompidos, e proporciona ações de reinserção familiar e comunitária. Foi ampliada a rede de atendimento em 200%, passando de quatro entidades/empresas para 10 unidades, por meio de credenciamento e/ou contratos, com prorrogação por mais seis meses. Além da reforma de uma unidade para acolhimento de crianças e adolescentes, com credenciamento previsto para abertura em dezembro. O papel do Estado no programa é ofertar, financiar, acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido por entidades sociais conveniadas, sendo ofertadas 228 vagas e realizados 218 atendimentos, em nove instituições, totalizando R\$ 4,5 milhões por ano.
- Acolhimento População em Situação de Rua – tem por objetivo realizar atividades de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua e proporcionar ações de reinserção familiar e comunitária. Foram mobilizados os municípios nas expansões promovidas pelo governo federal e orientados na elaboração do Plano de Reordenamento.
- Residências Inclusivas - unidade que oferta serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, com cinco Residências Inclusivas implantadas. O cofinanciamento ocorre na modalidade de repasse fundo a fundo, no valor de R\$ 60,0 mil anuais para cada unidade, totalizando R\$ 300,0 mil anuais. A capacidade de atendimento é de até 10 pessoas por Residência. Foi elaborado o Edital de Credenciamento para a implantação de duas unidades de Residências.

- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências com repasse fundo a fundo - serviço cofinanciado pelo FEAS, utilizado para minimização de danos ocasionados pelas chuvas e enxurradas ocorridas no mês de junho aos municípios com decreto de situação de calamidade e que tiveram famílias desacolhidas e desabrigadas. Foram 104 municípios contemplados, com um repasse total de R\$ 5,2 milhões.
- Enfrentamento às violências de Crianças e Adolescentes - a SEDS, por meio da CPSE, é responsável pela promoção e coordenação de comissões intersetoriais de enfrentamento a violências. São elas: a) Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes, que tratou dos temas da Agenda de Convergência para ações da Copa do Mundo, campanhas de sensibilização e prevenção sobre a temática, capacitações para profissionais, Fórum de Sensibilização e Qualificação dos Profissionais da Mídia e do Turismo, levantamento para o monitoramento e avaliação do Plano Estadual, convergência do Plano Estadual com Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, com oito Comissões regionais implantadas e ativas, e sete sendo fomentadas; b) Comitê da Agenda de Convergência para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos - Paraná / Curitiba, com ação intersetorial e de parceria para uma Agenda de Promoção, Proteção e Defesa à Criança e ao Adolescente em Grandes Eventos, que atuou no sentido de prever um conjunto de ações, compromissos e investimentos para implementação de iniciativas de garantia de direitos da criança e do adolescente, bem como de estimular todas as esferas de governo, organizações não governamentais, setor empresarial, universidades e outros atores estratégicos a atuarem de forma interinstitucional, articulada e sempre que possível integrada; c) Comissão Estadual Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária, com discussão de temáticas referentes aos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, tendo sido formatada a Campanha Viva a Família, com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o papel da família na formação da criança e do adolescente.

16.3.3 Assessorias e Capacitações

- Duas capacitações para policiais civis e militares sobre garantia de direitos de crianças e adolescentes com ênfase na erradicação do trabalho infantil.
- Atividades previstas na agenda de convergência para a Copa do Mundo de futebol - reuniões com os municípios da Região Metropolitana, Litoral e Foz do Iguaçu, participação em três reuniões na SDH em Brasília, 10 reuniões do Comitê da Copa, reprodução e distribuição de material para os voluntários da Copa, realização de plantões no período da Copa/Fanfest, finais de semana e a noite e elaboração de relatórios parciais e final.

- Fórum de Sensibilização de profissionais da Mídia e do Turismo.
- Cinco Macros Regionais, envolvendo os 23 ERs/SEDS e suas equipes.
- Reunião técnica envolvendo os 23 ERs/SEDS sobre a Regionalização e Reordenamento dos Serviços de Mídia e Alta Complexidade.
- Webconferência e vídeoconferência com orientações sobre Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos; vídeoconferência sobre Serviços de Emergência e Calamidades; vídeoconferência, discussão dos serviços da Mídia e Alta Complexidade sobre as ações da CPSE e processos de trabalho a ser desencadeado pela coordenação e retorno do acompanhamento realizado pelos ERs dos 51 municípios com dificuldades e equívocos no funcionamento das unidades CREAS, Centro POP e serviços PAEFI e para População em Situação de Rua; 02 webconferências e 02 vídeoconferências sobre ações estratégicas do PETI; 01 webconferência e 02 vídeoconferências sobre Medida Socioeducativa e Plano do SINASE.
- Reuniões técnicas com ERs e municípios para discussão de assuntos pertinentes a PSE de média complexidade.

16.3.4 Quadro Síntese de Atividades

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO 2014
Repasse de recursos para execução de Serviço de Proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos - PAEFI	municípios	35
Repasse de recursos para execução Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	municípios e unidades	17 municípios e 22 unidades
Repasse de recursos para regionalização do Serviço de Proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos - PAEFI	municípios	24
Orientação e apoio técnico aos municípios contemplados com a expansão 2014 (Serviço de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, Serviço de Residência Inclusiva, Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, Ações estratégicas do PETI)	municípios	107
Vídeoconferências e Webconferências	eventos	12
Fórum de Sensibilização de profissionais da Mídia e do Turismo	participantes	133
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	municípios	104
Cofinanciamento de Centro Dia para Pessoa com Deficiência	unidade	1
Acolhimento de Idosos e Pessoas com Deficiência	peessoas	272
Residências Inclusivas	município	5
Acolhimento de crianças e adolescentes	peessoas	4
Campanha de Comunicação para Garantia ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária	campanha	1

16.4 Coordenação de Renda de Cidadania (CRC)

Atua na promoção de capacitações para preenchimento dos formulários do CadÚnico, bem como para gestão do cadastro (atualização cadastral, arquivamento, monitoramento, busca ativa). Realizou levantamentos dos dados cadastrais para efetuar apontamentos aos municípios, fomentou a utilização do CadÚnico como base de dados para diagnóstico de território e elaboração de políticas públicas.

No mês de outubro, estavam inscritas no CadÚnico 1.318.248 famílias do Paraná, sendo que: 87.784 famílias estavam inscritas na faixa sem renda; 235.620 famílias estavam inscritas na faixa de renda 00,01 a 77,00; 298.743 famílias estavam inscritas na faixa de renda de 77,01 a 154,00; 410.568 famílias estavam inscritas na faixa de renda de 154,01 a 362,00; 232.598 famílias estavam inscritas na faixa de renda 362,00 a 724,00; 47.957 famílias estavam inscritas na faixa de renda de 724,00 a 1448,00; 4.978 famílias estavam inscritas em outra faixa de renda.

A partir do questionário respondido por família para o cadastramento, é possível identificar que 123.045 dos cadastrados (3,1% do total) são pessoas com deficiência. Dos cadastrados com 15 anos ou mais, 238.098 são analfabetos (5,9% do total). Ainda, 6,1% dos cadastrados, com 16 anos ou mais, não apresentaram documentos (242.228 pessoas). Com relação aos domicílios, 91.047 famílias viviam em residências sem acesso a água encanada (6,9%) e 34.159 famílias não possuíam banheiro no domicílio (2,6%).

16.4.1 Programa Bolsa Família (PBF)

Foram capacitados os atores municipais envolvidos com PBF, assim como foram realizadas parcerias com o Governo Federal e Caixa Econômica Federal para a promoção de capacitações para a gestão do PBF. Atuou intersetorialmente para a promoção e efetividade do acompanhamento das condicionalidades, monitorando os resultados parciais e finais de acompanhamento para ações específicas. Trabalhou para a efetividade do acompanhamento familiar das famílias em descumprimento com o registro em sistema específico e realizou ações para a implantação e implementação de Coordenações Intersetoriais Municipais.

16.4.2 Índice de Gestão Descentralizada (IGD PBF)

Os municípios e o Estado recebem um incentivo pela boa gestão do CadÚnico e PBF, o IGD PBF, cujas taxas de desempenho variam de 0 a 1. Trabalhou-se na difusão da existência dos recursos e orientações de gastos, bem como no apoio e monitoramento das prestações de contas. Índice estadual - IGDE de abril - 0,83; Taxa de Acompanhamento da Educação - 0,92; Taxa de Acompanhamento da Saúde - 0,72; Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastros - 1; Taxa de Atualização Cadastral - 0,69.

16.4.3 Programa Luz Fraterna

A CRC faz a gestão do programa estadual, articulação com as companhias de energia elétrica fornecedoras, recebimento e encaminhamento de processos de ressarcimento, com verificação dos arquivos de beneficiários, além de propor alteração de legislação e regulamentação. Até setembro, foram beneficiadas 284.840 famílias, que receberam isenção na conta de luz.

16.4.4 Inclusão Produtiva Urbana

Foram implementadas as ações no Estado relativas aos Programas de Inclusão Produtiva Urbana, inerentes às competências da Assistência Social, no âmbito do ACESSUAS Trabalho, BPC Trabalho, PRONATEC Brasil Sem Miséria e a adesão ao PRONATEC Viver Sem Limites.

16.4.5 Capacitações

TEMA	CATEGORIA	ABRANGÊNCIA	PARTICIPANTES
Programa Nacional do Ensino Técnico – PRONATEC	Webconferência	Estadual	400
Índice de Gestão Descentralizada - IGDM PBF	Webconferência	Estadual	512
BPC Trabalho	Webconferência	Estadual	258
Acessuas Trabalho	Webconferência	Estadual	100
A Intersectorialidade na gestão do PBF	Webconferência	Estadual	450
Sistema de Condicionaisidades - SICON	Webconferência	Estadual	802
Controle Social e Fiscalização do PBF	Webconferência	Estadual	1.002
Capacitação de Operadores Municipais Másteres	Capacitação presencial	113 municípios	167
Capacitação de Entrevistadores	Capacitação presencial	93 municípios	253
Capacitação de Instrutores para a Capacitação de Preenchimento dos Formulários do Cadastro Único de Programas Sociais	Capacitação presencial	Laranjeiras do Sul	3
Sistema de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único e Sistema de Gestão do Benefícios do Programa Bolsa Família	Encontro Operacional	48 municípios	50
Oficina Estadual de Inclusão Produtiva	Oficina	34 municípios	86
Fortalecimento da Gestão Municipal	Reunião Técnica	Paranaguá	40
Alinhamento de conceitos com os Escritórios Regionais	Assessoria Técnica	14 Escritórios Regionais	54
Cadastro Único de Programas Sociais, Programa Bolsa Família, Condicionaisidades, Acompanhamento Familiar, IGDM, Controle Social e Inclusão Produtiva	Assessoria Técnica	68 municípios	119
Inclusão Produtiva - PRONATEC	Assessoria Técnica	46 municípios	97
Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família	Assessoria Técnica	67 municípios	82
Fórum Regional do Cadastro Único	Fórum	24 municípios	123
BPC Trabalho e Acessuas Trabalho	Reunião Técnica	23 municípios	57

16.4.6 Quadro Síntese

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE MEDIDA	EXECUTADO 2014
Famílias indígenas identificadas no Cadastro Único (outubro 2014 – BI ODM 1)	Famílias	4.046
Famílias quilombolas identificadas no Cadastro Único (outubro 2014 – BI ODM 1)	Famílias	1.245
Famílias PBF acompanhadas pela saúde (1º semestre)	Famílias	293.251
Alunos PBF com registro da Frequência Escolar (setembro 2014)	Pessoas	474.212
Cobertura qualificada do Cadastro Único (inserir famílias com renda de até ½ s. mínimo per capita)	Famílias	100%
Cadastros atualizados entre 2012 a outubro de 2014	Famílias	921.502

16.5 Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTFPF)

O Programa Família Paranaense, lançado em 2012 e instituído pela Lei Estadual nº 17734/2013, é coordenado e acompanhado pela UTFPF. É um programa estratégico do Governo de Estado, que articula as políticas públicas de várias áreas de governo estadual e municipal, visando o protagonismo e a promoção social das famílias que vivem em situação de alta vulnerabilidade e risco social, as quais são identificadas pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVF-PR). A metodologia objetiva estabelecer uma rede integrada de proteção às famílias por meio da

oferta de um conjunto de ações setoriais planejadas de acordo com a sua necessidade e com especificidades do território onde reside, viabilizando o acesso aos direitos sociais. Para seu desenvolvimento, foi criado o arranjo institucional composto com profissionais do Governo do Estado, Unidade Gestora Estadual, representada por 18 secretarias e órgãos estaduais, e por 23 Comitês Regionais. No âmbito municipal existem os Comitês Municipais, representados pelas secretarias e órgãos municipais e Comitês Locais, composto por profissionais municipais que atendem diretamente às famílias.

O Programa é executado por meio de quatro modalidades, sendo que os municípios podem participar de uma ou mais modalidades, a saber: a) Municípios Prioritários - realizam o acompanhamento familiar sistemático das famílias por meio da metodologia do Programa e são selecionados pelo Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM), pelo número de famílias em extrema pobreza, e pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF-PR); b) Municípios de Adesão Espontânea - aderem espontaneamente à metodologia; c) Municípios AFAI - realizam o acompanhamento familiar sistemático de famílias que possuem adolescentes internados por medida socioeducativa, durante o período de internação do adolescente e mais um ano após a desinternação; d) Renda Família Paranaense - realiza a transferência direta de renda com condicionalidades às famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio do benefício Renda Família Paranaense, destinado às famílias que recebem o Bolsa Família, e que possuem renda per capita superior a R\$ 77,0 e inferior a R\$ 87,0.

Principais realizações:

- Acompanhamento Familiar - as famílias recebem atendimento personalizado, conforme suas necessidades. Para isso a SEDS, disponibiliza aos municípios o Sistema de Acompanhamento Familiar no qual são identificadas as famílias em situação de alta vulnerabilidade social. Cabe aos municípios incluir as famílias, elaborar o plano de ação intersetorial e individualizado, construído pelos profissionais de CRAS, Unidades de Saúde, escolas, CMEIs profissionais da EMATER entre outros e pactuar com cada família. O plano contempla ações de assistência social, educação, habitação, saúde, segurança alimentar e nutricional, e trabalho.
- Contrato Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - o Governo do Estado assinou contrato junto ao BID, para executar o Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense – BID, com financiamento no valor de US\$ 100 milhões, sendo 60,0% provenientes do Banco e 40,0% de contrapartida do estadual. O período para execução é de cinco anos com a previsão de atendimento a 22 mil famílias dos 156 municípios prioritários ranqueados pelo Programa. O recurso destinado à SEDS irá apoiar ações para melhoria na infraestrutura de equipamentos públicos, construção e reformas de CRAS e CREAS, repasse de recursos aos municípios para investir na gestão da política de assistência social, transferência de recursos diretamente às famílias pelo benefício complementar de renda denominado Renda Família Paranaense.
- Renda Família Paranaense - transferidos, até outubro, mais de R\$ 29,0 milhões às famílias, por meio do benefício, atingindo 143.668 famílias dos 399 municípios do Estado. Os recursos são deliberados pelo CEAS, vinculados ao FEAS, com o repasse

viabilizado pelo Caixa Econômica Federal, instituição financeira contratada pela SEDS. No primeiro semestre, as famílias receberam o cartão pactuado com as logomarcas do Programa Família Paranaense e Bolsa Família, o qual deu visibilidade à transferência de renda, consolidando e fortalecendo o Programa Família Paranaense.

- Quadro de projetos complementares e parcerias - com o objetivo de fortalecer as ações a serem ofertadas aos municípios, que executam o Programa Família Paranaense, a UTPFP, realiza apoio técnico às Secretarias parceiras para elaboração e/ou monitoramento de projetos complementares, cofinanciados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), para atender crianças, adolescentes e famílias incluídas no Programa.

PROJETOS COMPLEMENTARES E PARCERIAS	
Brincadeiras na Comunidade - Execução SEDS e APC - Disponibiliza brinquedoteca aos equipamentos da Rede de Proteção à Infância e oferece curso de formação de brinquedistas aos profissionais da Rede	130 municípios (crianças e suas famílias)
Biblioteca Itinerante Quilombola – Execução Entidade Centro Cultural Humaita Multiplica a cultura ancestral de origem africana por meio da cultura digital	40 Comunidades
Adolescentes Protagonistas - Execução SEED - Institui ação integrada na rede estadual de ensino para a promoção da juventude emancipatória	30 municípios prioritários (educadores, adolescentes e suas famílias)
Agentes de Leitura do Paraná - Execução SEEC - promove a leitura, cidadania e a formação de novos leitores; incentiva a leitura literária e formar agentes de leitura formando multiplicadores	04 municípios (> 100 mil habitantes)
Oficinas da Família - Execução SETS - formação e qualificação profissional em confecção e/ou artesanato	46 municípios (adolescentes e suas famílias)
Lazer no Paraná - Execução SEES - Oportuniza a cultura de esporte, lazer e atividade física do cidadão garantindo melhor qualidade de vida via a prática de exercícios físicos	100 municípios (crianças, adolescentes e suas famílias)
Linha de Crédito Paraná Juro Zero - Incentiva as famílias incluídas, no Programa, que apresentam perfil empreendedor, a iniciar ou ampliar pequenos negócios, para melhorar a renda e a qualidade de vida	133 municípios (famílias incluídas com perfil empreendedor)
Parceria com Conselho Regional de Contabilidade – CRCPR - Desenvolve Oficinas de Orçamento Familiar	30 municípios prioritários (famílias incluídas)
Parcerias com Empresas: captação de recursos para desenvolvimento de Projetos que visem o fortalecimento de ações intersetoriais	Municípios e empresas envolvidas

• **Quadro Síntese 2014**

PRODUTOS/AÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUTADO 2014
MODALIDADES		
Municípios Prioritários	municípios	130
Municípios Adesão Espontânea	municípios	230
Municípios AFAI	municípios	98
Municípios com Transferência de Renda às famílias	municípios	399
ARRANJO INSTITUCIONAL Instâncias que dão suporte à operacionalização do Programa	Unidade Gestora Estadual - UGE	01
	Comitês Regionais	23
	Comitês Municipais	360
	Comitês Locais	360
ACOMPANHAMENTO FAMILIAR:		
Recebem Acompanhamento Familiar	famílias	26.762
Ações intersetoriais ofertadas às famílias no Plano Intersetorial	ações	166.358
Planejamento Intersetorial ofertado às famílias	ações	166.358
TRANSFERÊNCIA DE RENDA:		
Receberam o complemento Renda Família Paranaense	famílias	143.668
FINANCIAMENTO BID/ESTADO		
PROGRAMA Integrado de inclusão Social e Requalificação Urbana Família Paranaense - BID	contrato (execução em 5 anos)	01
INVESTIMENTOS EM 2014		
Acompanhamento Familiar no CRAS	reais	56.908,00
AFAI	reais	1.169.983,50
Incentivo Família Paranaense	reais	1.558.208,20
Transferência de Renda às Famílias	reais	29.681.312,00

16.6 Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente (UTPCA)

A UTPCA foi instituída em fevereiro de 2012 com a finalidade de efetivar a política da garantia da proteção integral às crianças e aos adolescentes, tendo como atribuições: o assessoramento técnico e a articulação intergovernamental e intersetorial da política da criança e do adolescente, garantindo sua execução; a coordenação do comitê interinstitucional de elaboração, implementação e acompanhamento do plano decenal dos direitos das crianças e dos adolescentes; o planejamento de capacitações de conselheiros tutelares e o aperfeiçoamento técnico dos profissionais que atuam no sistema de garantia de direitos; e a coordenação geral da guarda mirim.

Desempenha, também, as seguintes atividades: implementação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA CT WEB); realização de exames de Ácido Desoxirribonucleico (DNA); repasse de recursos a entidades que atendam crianças e adolescentes com deficiência; realização do Censo do Sistema de Garantia de Direitos (SGD); Programa Escola de Conselhos; fomento à implantação, implementação e continuidade de programas de aprendizagem; Conselho Tutelar Referencial Meu lugar na Cidade; e a publicação/distribuição de materiais.

- Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná – o Paraná foi o primeiro a aprovar e publicar o Plano Decenal, em 17 de dezembro de 2013. Fruto de um trabalho conjunto de 12 Secretarias de Estado, além da sociedade civil organizada, do CEDCA, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e de um adolescente representante, foram estabelecidas ações intersetoriais articuladas com fixação de metas e indicadores de resultados que, monitorados, acompanharão a execução e garantirão o atingir dos objetivos. Foi realizado o Seminário Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, em junho, com a participação de 681 pessoas, para gestores e conselheiros de direitos municipais da criança e do adolescente, representados por cerca de 340 municípios. Participaram também os representantes do Comitê, CEDCA, Ministério Público, Tribunal de Justiça e outros atores do SGD. Para auxiliar os municípios quanto à elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está sendo redigido o Caderno Orientativo para a elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo conceitos essenciais de políticas públicas e planejamento estratégico; descrição da experiência paranaense na elaboração do Plano Decenal; etapas fundamentais para a construção do Plano Decenal em nível municipal; e principais dúvidas dos municípios com as respectivas respostas.
- Implementação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT WEB) - sistema *online* coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem o objetivo de permitir que os conselheiros tutelares registrem, acompanhem e adotem medidas apropriadas para os casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes, de forma ágil e sistemática, bem como de subsidiar os conselheiros de direitos na formulação e gestão de políticas públicas de atendimento.

Foram cadastrados 417 conselhos, sendo que em 2012 eram apenas 62, ou seja, 100% dos conselhos tutelares foram cadastrados. Foram cadastrados até outubro 2.263 conselheiros tutelares titulares e suplentes, contra 310 em 2012. O mesmo ocorreu com o número de municípios que utilizam o SIPIA CT WEB, que em 2012 eram apenas 53, e até outubro foram 267 municípios utilizando o Sistema.

- Curso de Capacitação de Nível Intermediário no SIPIA CT WEB - Fundamentos Teóricos e Práticos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - à distância, visa melhorar a qualidade das informações inseridas no Sistema. Composto por dois módulos, com carga horária total de 35 horas aula, sendo 05 horas em vídeo aulas, distribuídas em 45 dias. Cada ciclo conta com 16 turmas com 50 alunos, permitindo, assim, incluir vários grupos ao mesmo tempo por ciclo. O primeiro ciclo do curso teve início no dia 10 de junho e o último encerrou no dia 12 de dezembro. Ofertadas 4.000 vagas para capacitar aproximadamente 2.184 Conselheiros Tutelares, 1.600 Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, 56 Conselheiros e suplentes do CEDCA/PR e 160 servidores da SEDS em todo o Paraná.
- Programa Escola de Conselhos - em abril, o CEDCA/PR aprovou a Deliberação nº 38/2014, que criou o Programa Escola de Conselhos do Estado do Paraná, tendo como objetivo manter política permanente de promoção da formação continuada dos conselheiros tutelares e dos direitos da criança e do adolescente do Estado do Paraná, visando a qualificação do atendimento e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. É realizado em cooperação entre a SEDS, SETI, UEL, UNESPAR, UEM, UEPG, UENP, UNIOESTE e UNICENTRO.
- Laboratório de DNA e realização de Exames de DNA em Laboratório Credenciado - visa atender as demandas do Ministério Público e do Tribunal de Justiça para a realização de exames de investigação de paternidade sem custos aos beneficiários da justiça gratuita. Foi construído o Laboratório de Estudos e Aplicações de Polimorfismos de Ácido Desoxirribonucleico (DNA), e seu planejamento e estruturação se deu em parceria entre a SEDS, o CEDCA, a SETI, o TJ/PR, o MP/PR e as universidades estaduais parceiras (UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UENP). Enquanto o Laboratório não está em pleno funcionamento, para garantir a realização dos exames, foi celebrado contrato com empresa particular, que presta serviços nas áreas de genética e biologia molecular humana. Até 2010, não era realizado nenhum exame de modo gratuito; de 2011 até outubro de 2014 foram realizados 1.029 exames.
- Repasse de recursos a entidades que atendam crianças e adolescentes com deficiência – o CEDCA deliberou pela transferência voluntária de recursos a entidades não governamentais voltadas às ações de estimulação precoce e essencial, escolarização, atendimento terapêutico e pré-profissionalização, possibilitando a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes com deficiência. Foram aprovados 258 projetos entre 2013 e 2014, sendo 139 em 2014, beneficiando entidades de todo o Paraná.

- Censo do Sistema de Garantias de Direitos - instrumento que permite coleta de dados de caráter qualitativos e quantitativos, permitindo acessar informações precisas sobre os Conselhos e Conselheiros Tutelares, bem como dos Conselheiros de Direito municipais. Foi preenchido pela primeira vez em 2013, e é aberto para atualização diária dos dados dos conselhos tutelares e de direitos.
- Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes Guarda Mirim - conhecido como Guarda Mirim do Paraná, tem o objetivo de promover a formação humana, cívica, educacional e técnica de adolescentes, entre 14 e 18 anos de idade, de ambos os sexos, em situação de risco e vulnerabilidade social, provenientes de Curitiba e Região Metropolitana, e propiciar o seu ingresso no mercado de trabalho. Foram disponibilizadas 280 vagas, o que corresponde a um aumento de mais de 20,0% na oferta de vagas em três anos. Foram firmados Termos de Acordo com as empresas parceiras onde os adolescentes da Guarda Mirim trabalham como aprendizes.
- Fomento à Implantação, Implementação e Continuidade de Programas de Aprendizagem - visando fomentar a manutenção e ampliação das vagas de programas de qualificação profissional, na modalidade de aprendizagem, conforme a Lei nº 10.097/2000, a UTPCA propôs em conjunto com o CEDCA-PR a Deliberação nº 65/2014, destinada a cofinanciar projetos de entidades que possuam o Cadastro Nacional de Aprendizagem no Ministério do Trabalho e Emprego e que atendam a todos os requisitos das Portarias nº 615 e nº 723 do MTE. Os projetos encaminhados pelas entidades estão em fase de aprovação.
- Conselho Tutelar Referencial Meu lugar na Cidade - proposta do Governo Federal de construção de novas sedes para os conselhos tutelares nas capitais de todos os Estados da Federação, por meio de projeto arquitetônico. O Paraná irá utilizar o mesmo projeto padrão para o cofinanciamento, por meio do FIA/PR, da construção de até 19 imóveis, conforme Deliberação nº 53/2014. O CEDCA/PR e a SEDS cofinanciarão a construção e o mobiliário do imóvel com até R\$ 555,0 mil, cabendo ao município destinar terreno de sua propriedade para a construção do imóvel e aportar 5,0% como contrapartida.
- Quadro síntese de atividades

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE MEDIDA	EXECUTADO 2014
Municípios utilizando o SIPIA CT WEB	municípios	267
Conselhos Tutelares cadastrados no SIPIA CT WEB	conselhos	417
Conselheiros Tutelares cadastrados no SIPIA CT WEB	conselheiros	2.263
Curso de Capacitação de Nível Intermediário no SIPIA CT WEB	vagas	4.000
Publicação de Estatuto da Criança e do Adolescente	exemplares	30.000
Repasso de recursos a entidades que atendam crianças e adolescentes com deficiência	projetos	139
Processo Seletivo Guarda Mirim	vagas	280

16.7 Coordenação de Medidas Socioeducativas (CMS)

Responsável pela Política de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei. Dentre suas ações, estão a execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade. Para o atendimento da medida de privação de liberdade, a SEDS, por meio da CMS, conta com 18 Centros de Socioeducação, que atendem a privação de liberdade provisória e definitiva no Estado do Paraná, com 1.009 vagas.

Em 2014, foram atendidos 4.804 adolescentes, sendo 2.784 em medida de internação provisória e 1.481 em internação sentença. Para o atendimento da Medida Socioeducativa de Restrição de Liberdade, a SEDS realizou a manutenção de oito Casas de Semiliberdade, num total de 133 vagas e 539 adolescentes atendidos. No segundo semestre será inaugurado mais um Centro de Socioeducação em São José dos Pinhais, ampliando o atendimento em 78 novas vagas. O Sistema Socioeducativo no Paraná passará a contar com 1.220 vagas.

- Educação - o Programa de Educação das Unidades Socioeducativas tem como objetivo garantir a escolarização básica, no nível fundamental e/ou médio, aos adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa. Para tanto, a SEDS e a SEED firmaram parceria para a prestação de serviços por professores e funcionários, selecionados por meio de edital. Funcionou em 2014 com 242 professores de docência, 23 coordenadoras pedagógicas e 14 apoios administrativos. Foram atendidos mais de 1.898 alunos, com 33 conclusões de Ensino Fundamental - Fase I, 38 conclusões de Ensino Fundamental - Fase II e 03 conclusões de Ensino Médio.
- Profissionalização - é dever do Estado, ofertar, no quadro de atividades das Unidades Socioeducativas, cursos de qualificação profissional, democratizando esta oferta aos adolescentes privados de liberdade, de forma a oportunizar aos mesmos, condições de geração de renda ao serem desligados. Em 2013, foi celebrado contrato com a Associação Horizontes, que oferta cursos de qualificação profissional básica nas unidades de internação e semiliberdade. No primeiro semestre de 2014, foram emitidos 925 certificados e 561 declarações, contando com um total de 1.247 alunos. No segundo semestre, foram certificados 388 alunos e emitidas 226 declarações. Em 2013, também foi assinado Termo de Adesão ao PRONATEC/SINASE que possibilitou por meio do SENAI-PR a oferta de cursos profissionalizantes nas unidades de internação. No primeiro semestre de 2014 foram certificados 249 adolescentes em 16 diferentes cursos. Para o segundo semestre foram pactuadas 226 vagas ofertadas até dezembro.
- Esporte - convênio com a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano e Social (ADDES) para desenvolvimento de atividades de Karatê nos CENSEs e Casas de Semiliberdade, totalizando 21 turmas, beneficiando 300 adolescentes.
- Cultura - Projeto CulturAção: em parceria com a SEEC, para ser desenvolvido no período de férias escolares, com oficinas culturais e previsão de início de oficinas em dezembro.
- Programa de Apoio às Famílias - viabilizou passagens e vale-transporte para que as famílias visitassem seus filhos, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e

responsabilização das famílias junto ao processo socioeducativo do adolescente. Foi viabilizado um total de R\$ 7,1 mil em vale-transporte, além do fornecimento de 1.522 passagens, num total de R\$ 211,7 mil.

- Convênio com Comunidades Terapêuticas - a SEDS, em parceria com o CEDCA, disponibiliza um total de 97 vagas, em 06 municípios para atendimento em 09 Comunidades Terapêuticas conveniadas. Foram atendidos 126 adolescentes, encaminhados por meio da Divisão Técnica da SEDS.
- Programa de Capacitação dos Servidores do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná - objetiva promover a formação continuada dos servidores que atuam nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade, por meio do alinhamento teórico-metodológico do atendimento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de restrição e/ou privação de liberdade no Estado do Paraná. De outubro a novembro, foi promovido o aperfeiçoamento institucional de cerca de 929 servidores, compreendendo as seguintes categorias: assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, enfermeiros, dentistas, educadores sociais, médicos, pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, técnicos administrativos, administradores, motoristas, auxiliares de manutenção, diretores e diretores assistentes e demais servidores da SEDS, nas temáticas referentes ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Trabalho em Equipe, Fazer Socioeducativo, Adolescências e Saúde Mental.
- Investimento em Obras - realização de obras para construção, reforma, ampliação e qualificação das instalações nas seguintes unidades:

LOCAL	SITUAÇÃO 2014	TIPO DE OBRA	VALOR TOTAL (R\$)
Casa de Semiliberdade Londrina	Concluída	Reforma	105.200,05
Casa de Semiliberdade Ponta Grossa	Concluída	Reforma	60.900,00
Centro de Socioeducação Apucarana	Em contratação	Projeto de Implantação	94.415,01
Centro de Socioeducação Cascavel I	Em contratação	Reforma	448.827,25
Centro de Socioeducação Foz do Iguaçu	Em contratação	Reforma	53.264,00
Centro de Socioeducação Foz do Iguaçu	Em contratação	Projeto/Caixa d' água	18.546,71
Centro de Socioeducação Londrina I	Concluída	Reforma	588.400,62
Centro de Socioeducação Londrina II	Em andamento	Reforma	849.670,11
Centro de Socioeducação Maringá	Concluída	Reforma	545.930,04
Centro de Socioeducação Paranavaí	Em contratação	Reforma	409.897,02
Centro de Socioeducação Pato Branco	Em andamento	Reforma	89.400,00
Centro de Socioeducação São José dos Pinhais	Em andamento	Aditivo	1.116.223,03
Centro de Socioeducação São José dos Pinhais	Em andamento	Construção	9.531.574,72
Centro de Socioeducação Toledo	Concluída	Reforma	153.173,76
Centro de Socioeducação Ponta Grossa	Em contratação	Reforma	111.723,17
Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade	Em contratação	Registro de Preço	810.000,00
Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade	Em contratação	Registro de Preço	1.020.000,00
Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade	Em andamento	Projeto Prevenção	137.117,00
Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade	Em andamento	Projeto Prevenção	85.819,00
Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade	Em andamento	Projeto Prevenção	134.447,52
Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade	Em andamento	Projeto Prevenção	122.727,00
TOTAL			16.487.256,01

16.8 Conselhos e Comissões

16.8.1 Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS/PR)

ATIVIDADE	DATA/LOCAL	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO
Eleição da Sociedade Civil Organizada do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR	22 a 28/04/2014 (23 Assembleias regionais) e 19 a 23/05/2014 (05 Assembleias Macrorregionais)	Eleição dos conselheiros da sociedade civil do CEAS/PR para o biênio 2014-2016	Usuários, Trabalhadores e Entidades de Assistência Social
Reunião Ampliada do CEAS/PR	05 e 06/06/2014, Museu Oscar Niemeyer – Curitiba - PR	Apresentar os avanços da Política de Assistência Social do Estado do Paraná do último biênio, bem como desafios para a próxima gestão do CEAS/PR. Orientações sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social	Conselheiros Municipais de Assistência Social
Posse dos conselheiros da sociedade civil	17 e 18/07/2014 – Palácio das Araucárias, Curitiba - PR	Posse dos conselheiros da sociedade civil organizada do CEAS/PR para o biênio 2014-2016	Conselheiros Estaduais de Assistência Social e técnicos da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

16.8.2 Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA)

EVENTO	DATA	OBJETIVO DO EVENTO	PÚBLICO-ALVO
Seminário de Sensibilização e Profissionalização dos Profissionais da Mídia e do Turismo para Proteção de Crianças e Adolescentes no Contexto da Copa do Mundo FIFA 2014	06/14 Curitiba	Contribuir com a promoção e o fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes nos ambientes do turismo, tendo os veículos de comunicação como aliados no combate às violações de direitos da infância e da adolescência	Profissionais da mídia e do Turismo, inclusive acadêmicos do Estado do Paraná
44.º Congresso Estadual das APAEs do Estado do Paraná e 2.º Congresso Técnico Multidisciplinar das APAEs do Paraná	19 a 21/11/14 Foz do Iguaçu	Capacitação para professores que atuam no atendimento de crianças e adolescente com deficiência em educação especial	Professores da educação especial
Campanha para proteção de crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo	Maio a Julho/14 Paraná	Sensibilização da sociedade em geral para proteção dos direitos de crianças e adolescentes	População do Estado do Paraná
Join - Jogos da Integração e Inclusão 2014 da Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano	10 a 21/11/14 Curitiba	Oportunizar a participação, inclusão e integração social de crianças e adolescentes com deficiência, de todas as faixas etárias, ligadas às entidades de atendimento especializado, escolas de educação especial de Curitiba, associações e clubes que são responsáveis pelas atividades esportivas adaptadas às necessidades específicas de cada área de deficiência	Alunos de escolas especiais, crianças e adolescentes com deficiência visual, física, auditiva, intelectual e transtorno global de desenvolvimento
Projeto Espaço Conviver: Prevenindo Situações de Risco de Crianças e Adolescentes, desenvolvido pela Fundação de Ação Social	Junho e julho/14 Curitiba	Proporcionar um Espaço de Convivência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade durante a Copa do Mundo 2014, garantindo sua proteção integral, alinhado com a proposta da agenda de convergência	Crianças e adolescentes de Curitiba em situação de vulnerabilidade social e pessoal
Projeto Curitiba Mais Proteção: Abordagem, Acolhimento e Recâmbio de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos no período de realização da Copa do Mundo FIFA 2014, desenvolvido pela Fundação de Ação Social	Junho e julho/14 Curitiba	Aumentar a capacidade de acolhimento de crianças desacompanhadas ou em situação de rua no período da Copa do Mundo 2014	Crianças desacompanhadas ou em situação de rua

16.8.3 Resumo da Execução Financeira da SEDS

ATIVIDADES	EMPENHADO
Pessoal e Encargos Sociais	100.670.265,84
Gestão Administrativa da SEDS	8.970.219,98
Gestão de Serviços	2.363.196,70
Manutenção dos Programas e Atividades desenvolvidas nos 19 Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade	8.815.915,24
Luz Fraterna	693.622,98
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA	54.663.914,20
Fundo Estadual de Assistência Social- FEAS	57.050.962,23
Fundo Estadual de Saúde – Funsauúde	8.432.179,51
TOTAL	241.660.276,68

17

Secretaria da Fazenda



17 Secretaria de Estado da Fazenda

Órgão da administração direta do Governo do Paraná, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e as entidades da administração indireta a ela vinculada têm como finalidade obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar à administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e ampliar os setores da economia.

Para a execução dessas atribuições, a Secretaria está organizada em quatro coordenações: da Administração Financeira do Estado (CAFE); da Receita do Estado (CRE); de Assuntos Econômicos (CAEC) e de Orçamento e Programação (COP).

Os principais resultados e os avanços mais importantes alcançados no exercício de 2014, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, estão relatados a seguir.

17.1 Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE)

É responsável pelo planejamento, coordenação e controle das atividades ligadas à administração financeira dos recursos estaduais, promovendo ações necessárias à liberação de recursos financeiros do tesouro estadual e de todas as contas que integram a sistemática da Conta Única do Tesouro Geral do Estado e do Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná (SIGERFI PARANÁ).

A sua atuação tem como princípio a responsabilidade fiscal, o gerenciamento e a implantação de rotinas no sentido de garantir o equilíbrio das contas públicas, via cumprimento de metas e ações planejadas e transparentes para a prevenção de riscos.

Das principais ações de sua responsabilidade, ressaltam-se as que refletiram diretamente no cumprimento de todas as metas e princípios da boa gestão fiscal previstas na legislação vigente, tais como o recebimento e gerenciamento de recursos destinados ao Estado - provenientes de Receitas Tributárias, Transferências Financeiras da União, ingresso de recursos das operações de crédito realizadas com organismos financeiros nacionais e internacionais, e demais receitas públicas.

A estrutura organizacional da Coordenação da Administração Financeira do Estado compreende: Coordenador, Conselho de Ética, Divisão de Análise Técnica Financeira, Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública, Divisão de Controle da Despesa e Divisão de Contabilidade Geral.

No exercício de 2014, cabe destacar as atividades executadas pela CAFE em decorrência do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que veda ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Para tanto, foi editado o Decreto nº 11.192, de 28 de maio de 2014, que vedou, até 31 de dezembro de

2014, a abertura, adjudicação e homologação de procedimentos licitatórios, a realização de processos de dispensa e de inexigibilidade, assim como a celebração de novos contratos e aditivos, custeados com recursos do Tesouro, sem a comprovação do cumprimento do disposto no artigo 42 por parte da SEFA. Para cumprimento do Decreto, a SEFA expediu a Resolução nº 67/2014, que estabeleceu os procedimentos a serem observados pelos Grupos Orçamentários (GOSs) e Financeiros Setoriais (GFSs) e unidades correspondentes da administração direta, indireta e fundos.

17.1.1 Divisão de Análise Técnica Financeira (DATF)

Presta assessoramento à Coordenação da CAFE, orientação normativa e jurídica aos GFSs, apoio e orientação às demais divisões da CAFE, assim como elabora pareceres, informações e demais documentos oficiais concernentes às áreas jurídica e financeira.

Até outubro elaborou cerca de 1.000 pareceres, informações e despachos, referentes às despesas da administração direta e indireta, 495 informações sobre impacto financeiro (LRF e outros), 152 informações de impacto financeiro de despesas com pessoal, e 320 despachos de assuntos correlatos.

17.1.2 Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública (DIRED)

Realiza as previsões de receitas orçamentárias, centralizada e descentralizada, e o seu desdobramento em metas bimestrais da arrecadação conforme determina o disposto no art. 13 da LRF. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se:

- Elaboração da programação financeira de ingressos de receitas e suas reestimativas, estabelecendo fluxos diários e mensais, com o objetivo de assessorar a coordenação na programação financeira.
- Registro e controle da dívida pública dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado.
- Projeção e análise da capacidade de endividamento e pagamento para fins de contratação de operações de crédito interna e externa pelo Estado, junto aos organismos nacionais e internacionais.
- Previsão de pagamento do Serviço da Dívida Pública do Estado.
- Participação na elaboração do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a Secretaria de Tesouro Nacional (STN).
- Manutenção e controle do Cadastro de Inadimplência dos Municípios (CADIN Estadual) e distribuição de Certidões Negativas a todos os órgãos do Estado, que visam novas operações de crédito e convênios junto a órgãos da União.
- Participação do 1º ao 4º Encontro do Fórum Fiscal dos Estados, do VI e V Fórum Interestadual de Regularidade.

- Participação em reuniões do BID PROFISCO e da 41ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestores Financeiros dos Estados (GEFIN) realizadas em Brasília.
- Negociação do Programa Paraná Urbano III.

17.1.3 Divisão de Controle da Despesa (DIDEP)

Responsável pelo acompanhamento e a análise de forma gerencial, do comportamento da execução financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual. Atividades realizadas:

- Controle da movimentação de 81 contas bancárias, de instituições financeiras credenciadas como o Banco do Brasil S/A, Banco Itaú S/A e Caixa Econômica Federal e de 25 contas CEF-PAC referente ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
- Liberação dos recursos financeiros disponíveis e acompanhamento da programação financeira do Estado.
- Análise, monitoramento e informação financeira de aproximadamente 89 processos que envolveram despesas diversas dentro da administração direta e indireta do Estado.
- Acompanhamento e transferência de recursos aos Fundos: Financeiro, Previdenciário e Militar do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, conforme estabelece a Lei Estadual nº 17.435 de 21 de dezembro de 2012.
- Atendimento e transferência das solicitações de contrapartida dos recursos de convênios da administração direta do Estado com a União.

17.1.4 Divisão de Contabilidade Geral (DICON)

Responsável pela padronização e a orientação normativa do sistema de contabilidade da Administração Pública Estadual, o controle, o acompanhamento e a execução da Contabilidade Geral do Estado. Atividades realizadas:

- Elaboração do Balanço Geral do Estado.
- Prestação de Contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
- Assessoramento contábil na elaboração de dados e de informações necessárias à realização de avaliação no cumprimento de metas fiscais.
- Manutenção dos Sistemas - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN).
- Estudos e emissões de pareceres relativos à execução contábil dos órgãos públicos estaduais, inclusive da aplicação dos recursos destinados aos Fundos.
- Consolidação da movimentação orçamentária e financeira da Assembléia Legislativa do Estado.

- Orientação normativa e supervisão técnica contábil dos Grupos Financeiros Setoriais (GFSs).
- Implementação das normas do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

A DICON ainda é responsável pela elaboração e divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, aos quais deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. Estão disponíveis no portal da Secretaria da Fazenda relatórios bimestrais, quadrimestrais e anuais contendo diversas informações de interesse público, dentre elas: Balanço Orçamentário - Receitas e Despesas; Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência Social; Demonstrativo da Receita Corrente Líquida; Resultados Nominal e Primário; Restos a Pagar; Despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino; Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde; Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas; Dívida Consolidada e Mobiliária; Operações de Crédito.

17.2 Coordenação da Receita do Estado (CRE)

Órgão de regime especial, tem sua estrutura formada pela Administração Central e por Delegacias Regionais da Receita, além da Delegacia de Julgamento, nos termos do Regimento aprovado pela Resolução SEFA nº 88/2005, que delimita seu escopo de atuação e suas atividades essenciais.

As principais atividades desenvolvidas em 2014 estão descritas a seguir, por unidade gerencial da Administração Central (delegacias estão indiretamente incluídas).

17.2.1 Inspeção Geral de Tributação (IGT)

Responsável por cuidar da legalidade das questões tributárias, incluindo: propor uma legislação tributária simples, ordenada e eficiente e zelar pela sua correta aplicação.

Principais ações por setor:

- Setor Consultivo - 116 consultas, 64 informações, 75 sessões e 12 diligências.
- Setor de Processo de Natureza Tributária - 36 pareceres e 28 informações.
- Setor Normativo - 12 pareceres, 147 informações, 136 decretos elaborados e 09 anteprojetos de lei.
- Setor de Processo Administrativo Fiscal - 48 ofícios, 379 informações, 872 PAFs copiados para o MP (cerca de 1.250 volumes, 292 mil páginas), 50 procedimentos relativos a demandas do Sistema PAF (Mantis).
- Setor de Administração da Base da Legislação Tributária - gerenciamento, atualização, consolidação e disponibilização da legislação tributária; auxílio na administração da comunicação entre a COTEPE/CONFAZ e as Inspetorias Gerais.

17.2.2 Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)

Os trabalhos estiveram voltados a estabelecer meios seguros e simplificados de controle e arrecadação dos tributos estaduais, mediante planejamento, coordenação e acompanhamento do fluxo de documentos e informações, em todas as suas fases, até o repasse do produto arrecadado ao tesouro estadual. Principais ações realizadas:

- Mapeamento de processos - revisão, simplificação e otimização dos principais processos de arrecadação, visando a modernização do sistema de arrecadação.
- Implantação da Certidão de Débitos Web, no Receita/PR.
- Disponibilização na página pública (portal SEFA) da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa Automática, dispensando o seu requerimento nas Agências de Rendas.
- Simplificação dos procedimentos relativos a Atos Cadastrais de Contribuintes do ICMS, possibilitando fazê-los no Portal de Serviços do Receita/PR.
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica e Operacional com o SEBRAE, denominado REDESIM.
- Aperfeiçoamento dos procedimentos de cobrança do ITCMD sobre doações informadas nas Declarações de IR à Receita Federal do Brasil (RFB) e aprimoramento do sistema ITCMD-Web.
- Participação na definição do escopo do projeto da substituição da GIA/ICMS pela EFD, a ser implementado no Estado a partir do 2º semestre de 2015.
- Introdução do parcelamento eletrônico para débitos de GIA e DA.
- Elaboração de minutas de Projetos de Lei.
- Criação de novos produtos para gerenciamento - aplicativo MicroStrategy.
- Participação na Comissão de Simplificação de Procedimentos, instituída pela Portaria 91/2014 - CRE.
- Participação nos projetos - Portal do Contribuinte e Procuração Eletrônica; no Fórum Fiscal dos Estados 2014; na elaboração do Termo de Cooperação Técnica com o TJ e PGE, visando a inscrição em Dívida Ativa dos créditos do Tribunal da Justiça.
- Credenciamento, como agente arrecadador do Estado, do BANCOOB e desenvolvimento de testes de homologação visando o credenciamento do Banco Rendimento.

17.2.3 Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)

Suas principais atribuições são a investigação e a fiscalização, com objetivo de averiguar o fiel cumprimento das disposições legais tributárias no que concerne ao lançamento e pagamento dos impostos estaduais devidos.

Principais ações:

- Serviços de fiscalização - emitidas 4.634 Ordens de Serviço de Fiscalização (OSF) e encerradas 3.670; emitidos 215 Comandos de Auditoria Fiscal (CAF) e encerrados 249.

O resultado obtido foi a lavratura de autos de infração no montante de R\$ 1,2 bilhão.

- Ações voltadas à: autorregularização, registro de ocorrências eletrônico, Projeto Brasil_ID, Portal do Contribuinte, Profice, AIDF Eletrônica, NFe, CTe, NFCe, Produtor Rural, PAF-ECF, Recopi Nacional, Sintegra, fiscalização de mercadorias em trânsito, controle de devedores contumazes, avaliação e reavaliação de convênios interestaduais, análise de processos diversos (regimes especiais, Paraná Competitivo, etc), gerenciamento de banco de dados de indícios de irregularidades, operações conjuntas com o Ministério Público, ANP, IPEM e Polícia Militar.
- Elaboração de informações, pareceres, Regimes Especiais, levantamentos de impacto, atendimentos a solicitações de órgãos diversos, implantação do DEIM e outras atividades de pesquisa e de natureza fiscalizatória.

17.2.4 Assessoria e Gerência da Tecnologia de Informação (AGTI)

Desenvolveu ações com o objetivo de prestar assessoramento ao Diretor da CRE, além de gerenciar os recursos de tecnologia da informação.

Principais ações:

- Gestão técnica de 16 contratos de TI com diversos órgãos e empresas.
- Reestruturação da AGTI, incluindo revisão de processos de governança, definição de projetos e recepção de 17 novos auditores fiscais.
- Desenvolvimento de 53 projetos visando a modernização tecnológica da CRE e a melhoria dos serviços prestados aos contribuintes, com destaque para: geração da GIA/ICMS a partir das informações da EFD; uso de certificado digital no portal do Receita/PR; serviço de autorregularização no portal Receita/PR; sistema de Desembaraço Eletrônico de Importações (DEIM); serviço de Certidão de Débitos via *web*, entre outros.

17.2.5 Assessoria e Gerência de Recursos Humanos (AGRH)

No seu campo de atuação, que envolve a assessoria à Diretoria da CRE e à gerência dos assuntos relacionados a recursos humanos, as principais realizações foram:

- Gerência do sistema de controle de quotas de produtividade e sistema de cadastro de recursos humanos da CRE.
- Elaboração de Decretos, Resoluções e Portarias relativas à área de Recursos Humanos.
- Processo de acompanhamento de posse e entrada em exercício de 40 novos Auditores Fiscais (AFs), nomeados pelo Decreto nº 9.685/2013.
- Concurso de remoção realizado em junho.
- Sessão pública para escolha de vagas e gerenciamento de todo o processo visando à posse e entrada em exercício de 40 novos AFs nomeados pelo Decreto nº 11.155/2014.

- Apuração dos valores de rateio de quotas de produtividade de que trata o Art. 58 da Lei Complementar nº 131/2010.
- Estudos referentes ao perfil funcional dos Auditores Fiscais e dos Agentes Fazendários lotados na CRE e às possíveis movimentações, nos próximos cinco e dez anos.
- Estudos sobre atualizações da Lei nº 131/2010.

17.2.6 Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira (AGAF)

Tem como principais atribuições assessoria ao Diretor da CRE, gerência dos assuntos relativos a questões financeiras e patrimoniais, formalização de procedimentos visando aquisições, licitações, controle do patrimônio, edificações, entre outros.

A AGAF investiu em práticas de gestão, com o objetivo de potencializar a qualidade e a produtividade, a saber:

- Coordenação das ações relacionadas à elaboração de Termos de Referência, permitindo a realização de 29 licitações e contratações, além da gestão dos correspondentes contratos.
- Contratação e execução: do projeto arquitetônica e complementares para construção da nova sede da Delegacia Regional de Ponta Grossa; de reparos na ARE de Paranaguá; de reparos na ARE de Barracão e de reparos e melhorias na ARE de Jacarezinho.
- Gerenciamento de contratos: implantação dos contratos da CRE no Sistema Gerenciamento de Materiais e Serviços (GMS) da SEAP; implantação do sistema Maxifrota na CRE para abastecimento de veículos; gerenciamento de 31 contratos de prestação de serviços continuados.

17.2.7 Escola de Administração Tributária (ESAT)

Tem por finalidade programar e conduzir treinamentos visando à capacitação e a atualização dos Auditores Fiscais em assuntos tributários e técnicos bem como promover a educação fiscal.

Principais realizações:

- Implementação da Educação a Distância (EAD) na SEFA (www.esatdigital.fazenda.pr.gov.br).
- Criação de 60 projetos de capacitação (presenciais e a distância).
- Lançamento do portal da ESAT (www.esat.fazenda.pr.gov.br).
- Participação na realização do IV Seminário do Fisco Paranaense e do II Prêmio Gestor Público do Paraná; e realização do XII Seminário do Fisco Paranaense em Cascavel.

17.2.8 Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP)

Realizou ações objetivando a elaboração e o desenvolvimento de projetos de interesse do Fisco, cujas principais atividades destaca-se a seguir:

- Planejamento, implantação e coordenação da Campanha Nota Fiscal Paranaense.
- Implantação de nova versão e gerenciamento do serviço Domicílio Tributário Eletrônico.
- Coordenação do Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (Profisco/PR).

17.2.9 Corregedoria (COR)

Tem como missão promover atividades de controle, orientação, ações preventivas e representativas de auditoria e de correição no âmbito da CRE.

Principais ações realizadas:

- Acompanhamento e coordenação de 20 revisões fiscais.
- Viagens às Delegacias Regionais, para realização de diligências.
- Diversas informações ao Ministério Público e a outros órgãos, bem como às demandas encaminhadas à Ouvidoria Geral.

17.2.10 Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN)

Na gerência dos assuntos relacionados à pequena empresa e empresa de pequeno porte - Simples Nacional, foram realizadas ações conforme segue:

- Representação no GT 38-COTEPE – Simples Nacional; e da SEFA no grupo REDESIM.
- Acompanhamento e articulação junto aos parlamentares no Congresso Nacional, na aprovação da Lei Complementar nº 147/2014.
- Realização de treinamentos para auditores fiscais sobre procedimentos/legislação do Simples Nacional.

17.2.11 Delegacia de Julgamento (DJ)

Tem por atribuição julgar o PAF em 1ª instância, tendo como principais realizações:

- Decididos 2.241 processos, sendo 1.897 com decisões favoráveis (total ou parcial) ao Estado, representando o montante de 84,6%.
- Ciência eletrônica das decisões de 1ª instância de 1.123 processos.
- Realização de 10 treinamentos para auditores fiscais sobre como constituir um processo com elementos comprobatórios.

17.3 Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC)

17.3.1 Divisão de Assessoria Econômica

- Gestão dos programas de incentivos fiscais para empresas que realizam investimentos fixos no Estado (Paraná Mais Empregos, PRODEPAR, Bom Emprego e Paraná Competitivo), envolvendo orientação às empresas, análise dos processos, elaboração dos atos para o enquadramento, acompanhamento e controle da utilização dos programas.
- Previsão de receitas do Governo do Paraná oriundas de transferências federais, para fins da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Participação em grupos de trabalho da COTEPE/ICMS e CONFAZ: GT08/Quantificação, GE44A/Alíquotas nas Operações Interestaduais, GEFPE/Grupo de Estudos do Fundo de Participação dos Estados; Grupo de Trabalho do Fórum do Sul/Sudeste. Estes grupos assessoram a tomada de decisão dos Secretários de Fazenda e das respectivas bancadas no Congresso Nacional. Entre as tarefas com periodicidade anual tem-se: a) consolidação das informações prestadas pelos estados para fins de cálculo de impacto financeiro decorrente de propostas de reforma tributária; b) cálculo dos coeficientes de participação dos estados nos valores das compensações relativas à Lei Kandir e ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores, na forma estabelecida no Protocolo ICMS 69/08; c) cálculo das perdas decorrentes da Lei Kandir para fins de negociação de valores a serem compensados pela União; d) tarefas relativas ao cálculo dos coeficientes de participação dos estados no Fundo IPI Exportação, juntamente com a Secretaria de Comércio Exterior; e) consolidação da Balança Comercial Interestadual e cálculo do impacto de cenários alternativos para a repartição do produto da arrecadação do ICMS das operações interestaduais.
- Articulação no Congresso Nacional, em conjunto com os estados do Fórum do Sul/Sudeste, a respeito das matérias que estavam em trâmite, relacionadas à reforma do ICMS (guerra fiscal e redução das alíquotas interestaduais, convalidação dos incentivos fiscais inconstitucionais, criação de Fundo de Compensação de Perdas de ICMS com a redução das alíquotas interestaduais, criação de Fundo de Desenvolvimento Regional para substituir guerra fiscal no ICMS, quorum do CONFAZ, comércio eletrônico).
- Acompanhamento legislativo das matérias que tramitam no Congresso Nacional.

17.3.2 Divisão do Fundo de Participação dos Municípios

- Análise, acompanhamento e implantação da recepção das informações socioeconômicas e fiscais para empresas submetidas ao Regime do Simples Nacional, declaradas anualmente por meio da Declaração de Informações Socioeconômicas e

Fiscais (DEFIS) e do Programa Gerador do Documento do Simples Nacional - Declaratório (PGDSAS-D). Estes documentos são utilizados para o cálculo do Valor Adicionado Fiscal, critério integrante do Índice de Participação dos Municípios na arrecadação do ICMS.

- Cálculo dos coeficientes individuais de participação dos municípios na arrecadação do ICMS.
- Recepção, processamento e verificação de consistência de 305.676 documentos relativos à Declaração Fisco-Contábil (DFC), DEFIS e PGDAS-D.
- Recepção, processamento e verificação de consistência de 399 documentos relativos ao Relatório de Operações com Produtos Primários entregues pelos municípios e utilizados no cálculo do Valor Adicionado Fiscal para fins de apuração do Índice de Participação dos Municípios na arrecadação do ICMS.
- Recepção e processamento das informações relativas aos demais critérios que integram a partilha da Cota Parte do ICMS, cuja atribuição é de outros órgãos do Governo do Estado e Federal, tais como: Produção Agropecuária (SEAB), Fator Ambiental e Área Municipal (SEMA), População (IBGE) e Propriedades Rurais (INCRA).
- Análise e auditoria de Recursos de Impugnação das prefeituras ao Índice de Participação dos Municípios publicado em 30 de junho, complementação de valores não declarados em DFC referentes à produção primária. Emissão de parecer e elaboração da Resolução SEFA nº 135/2014.
- Publicação dos índices definitivos de participação dos municípios paranaenses, para aplicação ao produto da arrecadação do ICMS de 2015, via Decreto nº 11.987, de 29 de agosto de 2014.
- Desenvolvimento do projeto DFC Digital visando a substituição do documento da DFC por um sistema de captura das informações econômicas e fiscais diretamente da Escrituração Fiscal Digital (EFD) entregues pelas empresas ao Fisco Estadual.
- Realização de reuniões técnicas, elaboradas pelos coordenadores regionais do FPM, com prefeituras e contabilistas com o objetivo de orientar sobre a importância da Cota Parte do ICMS, a correta elaboração e entrega da Declaração Fisco-Contábil, DEFIS, PGDAS-D e Relatório de Produtos Primários, o acompanhamento e fiscalização dos componentes do índice da Cota Parte do ICMS pelos funcionários das prefeituras em parceria com os coordenadores regionais do FPM.

17.3.3 Atividades Correlatas

- Elaboração de material didático para palestras do Secretário da Fazenda
- Análise de processos e assessoria ao Secretário da Fazenda no âmbito de benefícios fiscais e estudos de natureza econômico-fiscal.

- Assessoramento ao Secretário da Fazenda, Diretor Geral e Coordenações da Receita e Financeira em relação aos temas econômicos, tributários e municipais.
- Cálculo de impactos decorrentes de propostas de alterações no ICMS, inclusive no contexto da reforma tributária.
- Participação em eventos representando a SEFA como palestrante ou convidado.
- Interlocução para assuntos relacionados ao Programa de Estudos e Pesquisas que o Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros desenvolve com o apoio da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda.
- Assessoria técnica à Procuradoria Geral do Estado (PGE) em ações judiciais relativas às atividades do âmbito de competência da CAEC; e assessoria no processo de transferência da gestão dos programas de incentivos fiscais para o gabinete do Secretário de Estado da Fazenda.

17.4 Coordenação de Orçamento e Programação (COP)

No eixo de suas atribuições a COP desenvolveu as seguintes atividades:

- Adaptação da Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013), de acordo com alterações decorrentes das emendas aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado (emendas à despesa, emendas ao conteúdo programático, emendas ao texto de lei e emendas de cancelamento de despesas).
- Emissão dos Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD) de todos os Órgãos e Unidades da Administração Pública Estadual e dos Quadros de Detalhamento de Receita (QDR) das Unidades da Administração Indireta, após a introdução das alterações decorrentes das emendas aprovadas pelo Legislativo, dando início à execução orçamentária do exercício de 2014.
- Desenvolvimento do Projeto Controle de Comprometimento de Orçamento, com o objetivo de permitir a visualização das despesas comprometidas, com visão geral da situação do orçamento estadual.
- Elaboração das Programações Orçamentário-Financeiras para o exercício de 2014.
- Elaboração de Relatórios de Execução Física do Orçamento de 2013 para encaminhamento ao Poder Legislativo.
- Elaboração do Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015.
- Participação na elaboração e apresentação dos Relatórios do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para a Secretaria do Tesouro Nacional.
- Elaboração do Manual Técnico do Orçamento de 2015, com a nova metodologia do Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária, além dos ajustamentos das despesas em concordância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- Atualização e manutenção do módulo de Consultas Gerenciais Orçamentárias e Financeiras, objetivando a agilização na geração de informações para tomada de decisão.

- Elaboração da Proposta da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, com base nas Metas do Governo (2011-2014), com nova apresentação, bem como os ajustes de acordo com as orientações normativas do Governo Federal.
- Desenvolvimento do processo de elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2015, envolvendo coleta de informações, elaboração do cenário de receita e despesa, estabelecimento e distribuição dos tetos orçamentários, introdução dos dados das propostas orçamentárias no sistema de elaboração, análise e conferência das informações introduzidas no sistema, fechamento da proposta orçamentária e montagem do documento para encaminhamento à Assembleia Legislativa.
- Elaboração de controles sobre: a) percentuais de autorizações de ajustamentos orçamentários concedidos ao Poder Executivo pela Lei nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013 – Lei Orçamentária Anual do exercício de 2014; b) despesas mensais de pessoal, custeados com recursos do tesouro; c) Receita Corrente Líquida (RCL), Receitas Vinculadas para os Outros Poderes, para Ações e Serviços Públicos de Saúde, para Ensino Público e para Ciência e Tecnologia.
- Assistência técnica aos órgãos da administração pública estadual referente à elaboração, execução, acompanhamento e controle orçamentário.
- Foram procedidas, além dos créditos orçamentários normais, as alterações orçamentárias decorrentes das mudanças institucionais envolvendo diversos Órgãos e Unidades.
- Elaboração até o dia 20/11/2014 de 353 Decretos, 1.340 Resoluções, 1.217 Informações e 392 Ofícios.

17.5 Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF)

Órgão colegiado de direção superior, que tem por missão julgar em segunda instância recursos de decisões relativas a créditos tributários exigidos em Processos Administrativos Fiscais (PAF).

Nesse desiderato e norteado pelos princípios que regem a administração pública (art. 37 da atual Constituição Federal), entre eles a transparência, a celeridade, a eficiência e a qualidade das decisões proferidas, foram adotados procedimentos de modernização tecnológica, como segue:

- Aplicação das Resoluções de Produtividade (Resoluções SEFA nº 33/2012 e nº 59/2013) relativas ao controle individual e coletivo da carga e da tramitação de processos, em segunda instância administrativa, com vistas à redução do estoque de processos pendentes de julgamento de recursos no Conselho.
- Redução de 82,3% no estoque de processos existentes para julgamento de recursos: de aproximadamente 4.000 processos em abril de 2011; para 709 processos em outubro de 2014.
- Emprego da celeridade no julgamento de recursos com a aplicação de súmulas vinculantes (votadas e aprovadas em sessão plenária) e pautas temáticas que

proporcionaram redução de tempo gasto para sua resolução, cujo prazo médio era de 891 dias (anterior a 2011) para 178 dias em 2014.

ANO	QUANTIDADE	DIAS	MÉDIA	SITUAÇÃO
2008	1.927	1.717.085	891	Baixa
2009	1.553	1.234.752	795	Baixa
2010	1.318	909.586	690	Baixa
2011	1.084	596.387	550	Baixa
2012	687	311.597	454	Baixa
2013	343	147.429	430	Baixa
2014	37	6.599	178	Baixa

- Aplicação da transparência na disponibilização de informações eletrônicas aos usuários internos e externos, observado o sigilo fiscal (art.198 do Código Tributário Nacional), por meio de: portais do CCRF na web (acesso público externo: <http://www.fazenda.pr.gov.br/>); painel eletrônico (acesso público interno: <http://10.14.1.82:8080/e-CCRF/index.jsp>).
- Utilização de sistema de controle gerencial informatizado na tramitação de processos para fins de cobrança de produtividade dos membros do CCRF.
- Participação em eventos profissionais visando divulgar a estrutura e o funcionamento do CCRF e tratar de assuntos de interesse público no âmbito do processo administrativo: i) Encontro do Conselho de Contribuintes com a OAB/PR; ii) Encontro do Conselho de Contribuintes com a FIEP/PR.
- Gravações (fase experimental) em áudio e vídeo de todas as sessões plenárias, com acesso às sessões franqueado aos acadêmicos do curso de Direito das diversas faculdades, em que a participação é consignada como atividade extracurricular, resguardado o sigilo fiscal.
- Realização de 11 sorteios que totalizaram 1.425 processos para julgamento de recursos ordinários e de ofício, recursos de reconsideração e pedido de esclarecimento.
- Julgamento de 1.668 recursos relativos a processos administrativos fiscais, no período de janeiro a outubro, com ingresso de 713 recursos novos e 481 recursos de reconsideração, totalizando a entrada de 1.194 processos.

17.6 Gestão Financeira e Tributária

Consiste em programar e realizar despesas levando-se em conta a disponibilidade financeira da administração e o cumprimento das exigências legais com base nos requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.

Serve para evidenciar os fenômenos que afetam as gestões orçamentária, financeira e patrimonial, decorrentes das decisões tomadas pelos gestores públicos, bem como para atender as exigências legais e técnicas das demonstrações contábeis da Administração Pública. O Balanço Geral do Estado integra a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado.

A análise da situação fiscal do Paraná tem sofrido com a crise mundial, mas mesmo assim, os resultados alcançados referendam uma gestão pública responsável.

A Receita Total até o mês de outubro atingiu o montante de R\$ 28,4 bilhões, devendo encerrar o exercício financeiro em R\$ 34,4 bilhões correspondendo a um crescimento nominal na ordem de 6,9 % em relação ao exercício anterior.

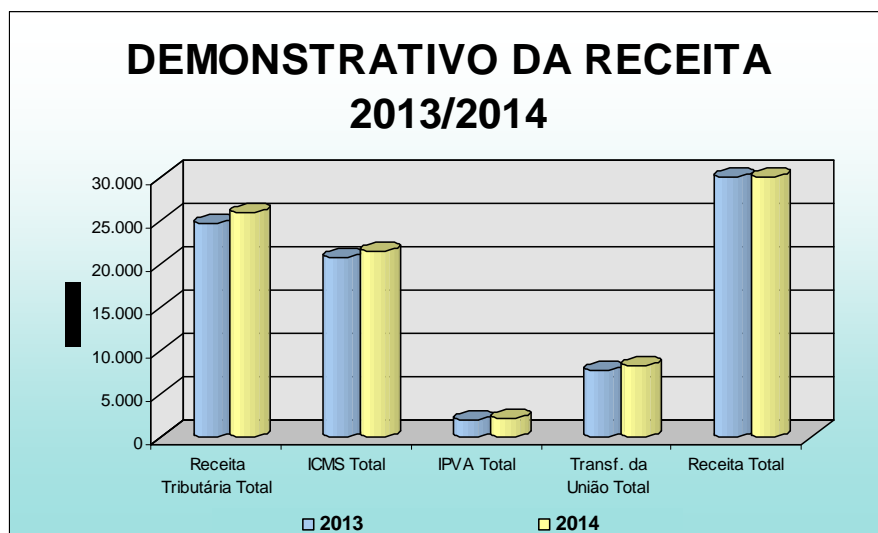
Em relação à Receita Tributária, neste mesmo período totalizou R\$ 21,5 bilhões. A expectativa é atingir o montante de aproximadamente R\$ 25,9 bilhões, resultando em um índice de crescimento de 5,1% em termos nominais quando comparada ao ano de 2013.

Destas fontes tributárias, a receita mais significativa é aquela proveniente do produto da arrecadação do ICMS, que atingiu o valor de R\$ 17,8 bilhões arrecadados até outubro, e uma previsão de arrecadação para o exercício financeiro de 2014 de R\$ 21,5 bilhões. Este valor representará um crescimento de 3,8% em relação ao ano anterior, e atingirá 83,1% da Receita Tributária e 62,6% da Receita Total.

O IPVA deverá chegar ao montante de R\$ 2,1 bilhões contra R\$ 1,9 bilhão de 2013, atingindo o aumento nominal de 12,3% em comparação ao exercício anterior.

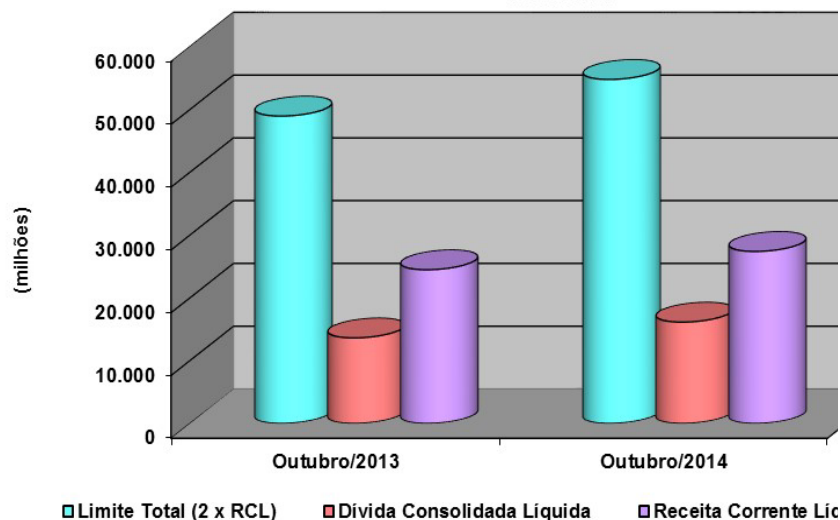
As Transferências da União, que compreendem as constitucionais e legais e as voluntárias, até outubro totalizaram em R\$ 6,8 bilhões, representando 23,9% da Receita Total. A expectativa é que se encerre o exercício financeiro em aproximadamente R\$ 8,2 bilhões, com uma variação nominal prevista de 7,1% em relação a 2013.

O direcionamento das ações do governo, com vistas ao equilíbrio das contas públicas estaduais e ao nível de endividamento, é demonstrado a seguir:



O gráfico a seguir demonstra a Dívida Consolidada Líquida comparada com o limite legal definido na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal. O valor do limite é de duas vezes a Receita Corrente Líquida.

**DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
2013 / 2014**



DISCRIMINAÇÃO	R\$ Milhões	
	OUTUBRO/2013	OUTUBRO/2014
Limite Total (2 x RCL)	48.956	54.790
Dívida Consolidada Líquida	13.624	16.137
Receita Corrente Líquida	24.478	27.395

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal/ Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Serviço da Dívida Pública Interna, com o pagamento de juros e encargos foi de R\$ 591,0 milhões, e a amortização R\$ 586,0 milhões, totalizando R\$ 1,2 bilhão.

O pagamento com juros e encargos da Dívida Pública Externa foi de R\$ 17,0 milhões e R\$ 72,0 milhões de amortização, totalizando R\$ 89,0 milhões até o mês de outubro.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2014 (R\$ milhões)		
	Realizado até Outubro	Previsto Novembro a Dezembro	Total Realizado + Previsto
Interna	720	167	887
Externa	230	0	230
TOTAL	950	167	1.117

Fonte para valores realizados: Dívida/Op.Cred/Ingprev2013

No período de janeiro a outubro, foram liberados R\$ 720,0 milhões, pertinentes as Operações de Crédito Internas contratadas pelo Estado do Paraná (PAC Mobilidade COPA 2014, PROCOPA ARENAS e PROINVESTE). No mesmo período, foram liberados R\$ 230,0 milhões da operação de crédito externa do Programa O Novo Paraná com o Banco Mundial (BIRD).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2014 (R\$ milhões)		
	Realizado até Outubro	Previsto Novembro a Dezembro	Total Realizado + Previsto
Interna	720	167	887
Externa	230	0	230
TOTAL	950	167	1.117

Fonte para valores realizados: Dívida/Op.Cred/Ingprev2013

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 62/09, a competência para o pagamento dos precatórios judiciais passou a ser do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Foi depositado até o mês de outubro o montante de R\$ 346,0 milhões, referente a 2,0%, da Receita Corrente Líquida.

Os processos relacionados a precatórios, compensações, obrigações de pequeno valor e análogos, são avaliados no âmbito da Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais (CACP). Foram analisados 2.900 processos e efetuados pagamentos de Sentenças Judiciais, relativas a Obrigações de Pequeno Valor (OPV) na ordem de R\$ 6,5 milhões. Para inscrição no orçamento 2014 entraram 163 precatórios.

Em relação à Despesa com Pessoal empenhada, os gastos foram de R\$ 11,7 bilhões no período de janeiro a outubro.

Em cumprimento ao art. 158, incisos III e IV da Constituição Federal, os valores repassados a título de Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios até o mês de outubro, totalizaram R\$ 5,1 bilhões.

A Despesa Total da Administração Direta e Indireta do Estado alcançou até outubro, o montante de R\$ 28,46 bilhões.

A capacidade de implementar as despesas contempladas no orçamento para os mais de 70 órgãos do Estado, 26 da administração direta, 47 da administração indireta, 07 universidades, 07 faculdades estaduais e demais Poderes é um fator importante para apoiar a habilidade do governo em prestar serviços públicos para o ano conforme a política, os compromissos de produtos e planos de trabalhos.

A análise da situação fiscal do Estado do Paraná, tanto pelo fluxo de entrada e saída de recursos, como pela ótica do endividamento, evidencia de forma clara, condições favoráveis de crescimento do Estado, decorrentes da estabilidade e do equilíbrio das contas públicas, no ajuste das despesas e das receitas disponíveis.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA - RECURSOS TOTAIS

DESPESA	JANEIRO A OUTUBRO (R\$ milhões)		%
	2013	2014	
Despesa corrente	23.797	25.921	8,93
Despesa capital	1.963	2.541	29,44
TOTAL da despesa	25.760	28.462	10,49

FONTE: SIAF

Considerando que o propósito da gestão orçamentária, financeira e tributária é declarar as intenções da política do governo, pode-se dizer que os resultados apresentados são relevantes para avaliar a habilidade do governo em implementar ações conforme aprovado em seu Plano de Governo.

18

*Secretaria da Indústria, do Comércio e
Assuntos do Mercosul*



18 Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL

A Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL (SEIM), regulamentada pelo Decreto nº 2.050 de 31 de outubro de 2003, constitui-se em órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e tem por finalidade a articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado. Na Administração Direta possui as seguintes unidades: Gabinete do Secretário, Assessoria Técnica, Diretoria-Geral, Núcleo de Informática e Informações, Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial, Coordenadoria de Assuntos Internacionais e de Assuntos do MERCOSUL e Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial. Na Administração Indireta possui quatro entidades vinculadas: Minerais do Paraná S/A (MINEROPAR), Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR), Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE/PR).

As atividades programáticas realizadas em 2014 estão detalhadas a seguir.

18.1 Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC)

As ações desenvolvidas pela Coordenadoria estiveram centradas no apoio aos potenciais empresários com interesse em se instalar no Estado e no fortalecimento das empresas paranaenses, fornecendo atendimento personalizado, disponibilização de dados estatísticos, agilização à tramitação de processos, e facilitação de contatos com as entidades estaduais envolvidas com o desenvolvimento econômico do Estado, tais como: Secretarias de Estado, COPEL, SANEPAR, FIEP, FECOMÉRCIO, FAEP, etc. Além disso, participou com outras entidades estaduais em grupos de trabalho sobre assuntos de interesse para a SEIM.

18.1.1 Programa Paraná Competitivo

O ano de 2014 foi bastante produtivo para o Programa Paraná Competitivo. Foram firmados 34 Protocolos de Intenção com empresas nacionais e internacionais para receber os benefícios fiscais disponíveis.

A instalação desses empreendimentos consolida polos de desenvolvimento em diversos setores, tais como: alta tecnologia, agroindústria, papel e celulose, automotivo, cimento.

Os investimentos propostos nos Protocolos totalizaram cerca de R\$ 7,0 bilhões e a criação de aproximadamente 30 mil empregos. O Programa Paraná Competitivo contemplou desde empresas de pequeno porte (investimento da ordem de R\$ 1,5 milhão) até empresas de médio e grande porte (investimento superior a R\$ 2,0 bilhões).

No município de Castro foi iniciada a operação da moderna unidade de beneficiamento de milho da Cargill, que fornecerá insumos básicos derivados daquele cereal para outras indústrias, como por exemplo a EVONIK (em implantação) e outras. O conjunto dessas empresas vai constituir um importante polo de processamento de cereais, semelhante ao existente no estado norte-americano de Nebraska, também pertencente ao grupo Cargill. A expectativa é que sejam investidos na região mais de R\$ 1,0 bilhão e criados mais de 500 empregos diretos.

Em Adrianópolis, no Vale do Ribeira, um dos mais carentes municípios do Paraná, deu-se continuidade à implantação do polo cimenteiro, concentrado na exploração das jazidas de calcário. Uma das empresas encontra-se em fase final de obras e outras três em projeto ou com processos em tramitação: a) Margem Mineração com previsão de início da produção em 2015; b) Tupi em processo de licenciamento; c) CVR em negociação do financiamento; d) Golden Mix em projeto e início de licenciamento ambiental.

Cada empresa representa um investimento total da ordem de R\$ 500,0 milhões, gerando cerca de 400 empregos diretos, sem contar os transitórios das obras, colaborando significativamente para a melhoria da realidade econômico-social da população.

Na região de Ponta Grossa-Castro está se formando um polo cervejeiro e de produção de malte, com a ampliação prevista da Heineken e a instalação da AMBEV e do Grupo Petrópolis, com investimento superior a R\$ 2,0 bilhões.

Em 2014, foram aprovados benefícios para centros de distribuição, destinados a melhorar a logística de comercialização da produção, com a criação de serviços especializados, contemplando a Volvo e a Renault.

18.1.2 Demais Atividades

- Participação: no grupo de trabalho para a elaboração de Projeto de Financiamento para o Desenvolvimento da Região do Vale do Ribeira; nas reuniões sobre Trabalho Decente, com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, sindicatos de classe e entidades patronais; em reuniões do PRONATEC; no Conselho Estadual de Direitos da Mulher – Comissão de Trabalho e Autonomia.
- Suporte à empresa Laticínios Tirol Ltda. para a instalação de polo de laticínios, centrado no município de Ipiranga, privilegiando novo desenvolvimento na região dos Campos Gerais, com amplo impacto na geração de renda rural.
- Apoio: à fábrica de pneus da Sumitomo para a ampliação da capacidade de produção em Fazenda Rio Grande - o investimento final da indústria deverá ser da ordem de R\$ 1,6 bilhão e com a criação de 2.300 empregos diretos especializados; à instalação da fábrica de rações da Masterfoods Brasil Alimentos Ltda. (MARS), em Ponta Grossa, a ser complementada futuramente por unidades de produção de alimentos do grupo

empresarial; à instalação da CCS Tecnologia e Serviços em Palmeira, que se encontra concluindo a instalação destinada à produção de componentes especiais para a fábrica da Caterpillar instalada em Campo Largo; e ao grupo paranaense Abbage para a implantação de moderna instalação de produção de cabos de fibra ótica na Região Metropolitana de Curitiba, sob a denominação Sterlite-Conduspar, em parceria com o grupo internacional indiano Sterlite, para atender ao mercado nacional e sul-americano.

- Tratativas junto a FIEP para a criação do Conselho da Indústria da Defesa e Segurança do Paraná (COMDEFESA), institucionalizado em setembro, com o objetivo de tratar as inúmeras possibilidades de desenvolvimento industrial, tecnológico e de capital humano que o setor de Defesa e Segurança tem a oferecer, conforme o Marco Regulatório da Estratégia Nacional de Defesa implementado pelo Governo Federal, pelo Decreto nº 6.703 de dezembro de 2008 (MP 544/2011, transformada na Lei nº 12.598/2012), que propõe disponibilizar fundos em torno de R\$ 600,0 bilhões para o reaparelhamento das Forças Armadas, até o ano de 2030. A SEIM deverá participar ativamente realizando a transversalidade de ações nas estruturas do Estado, auxiliando o COMDEFESA no atendimento das demandas industriais e na interlocução parlamentar.
- Interiorização de Oficina Regional de Desenvolvimento Industrial e Comercial - idealizada e coordenada pela SEIM, como forma de aproximar os municípios paranaenses e difundir as ações de governo e das entidades não governamentais (FIEP, SEBRAE, OCEPAR, FECOMÉRCIO), assim como, levantar as potencialidades e desafios locais, mobilizando as lideranças públicas e privadas do setor produtivo. Foram realizadas 19 oficinas abrangendo as regiões das Associações dos Municípios Paranaenses e apresentados os mecanismos e ferramentas para o desenvolvimento industrial e comercial local, a saber: Perfil Econômico das Regiões, Banco Empreendedor, Linhas de Financiamentos, Regulamentação da Lei Geral das MPEs, Paraná Competitivo, Mecanismos para Atração de Investimentos para os Municípios e Modelos de Organização de Sistemas Produtivos Locais (APLs, Cooperativismo, Associativismo, Distritos Industriais etc.). Contabilizou-se o envolvimento de 1.259 pessoas envolvendo lideranças locais privadas e públicas.



18.2 Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) e Coordenadoria de Assuntos do MERCOSUL (CAM)

- Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) - em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi realizado o acompanhamento e a difusão da cultura exportadora no Estado por meio da capacitação de gestores públicos, empresários e profissionais do comércio exterior. No total são 28 ações com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora do Estado. A CAI, ponto focal do Plano, participou de reuniões em Brasília com os parceiros e coordenadores federais e também realizou reuniões com os parceiros locais articulando, fomentando e apoiando as ações. Em paralelo, o plano de ação para 2015 foi criado e pactuado com o MDIC. Os parceiros estaduais são: SEBRAE, APEX, CIN/PR, BRDE, Banco do Brasil, SENAC, BNDES, Correios, CAIXA.
- Projeto Primeira Exportação - tem como objetivo capacitar os agentes do comércio exterior das universidades e empresas interessadas e com vocação para exportar, em parceria com o MDIC. Foi estabelecido um acordo de cooperação técnica com a FAE Centro Universitário, que disponibilizou alunos e estrutura acadêmica supervisionada. O projeto contou com 10 empresas atendidas e seis agentes/alunos da FAE Centro Universitário. Foram realizadas cerca de 48 visitas nas empresas de Curitiba e Região Metropolitana, onde o empresário tem a oportunidade de relatar o que vem fazendo e esclarecer dúvidas bem como conhecer os próximos passos.

- Apoio ao receptivo e ao cerimonial de diversas comitivas internacionais, muitas delas com a participação do Governador e o Secretário da SEIM. Angola, Nigéria, Dinamarca, Holanda, Reino Unido, China, Peru, Japão, Paraguai, Hong Kiong, México são exemplos de como o Estado do Paraná vem se abrindo para novos investimentos. As recepções tem por objetivo a atração de investimentos para o Paraná e o estreitamento de laços comerciais com os países.
- Apoio à elaboração e acompanhamento de acordos de cooperação técnica internacional.
- Participação em feiras e missões de entidades do Estado, com a finalidade de identificar as melhores oportunidades para o Paraná, divulgar os seus produtos e atrair investimentos. As feiras e oportunidades são anunciadas no site da SEIM e repassadas aos empresários.
- Levantamentos da balança comercial para fornecer informações nas apresentações do Estado em recepções de delegações internacionais.
- Realização de visitas aos municípios paranaenses com a finalidade de difundir as oportunidades no Estado. Alguns dos municípios atendidos: Umuarama, Cornélio Procopio, Guarapuava, Cascavel, Londrina, Jacarezinho e Paranaíba.
- Disponibilização de informações sobre comércio exterior no site da SEIM.

18.3 Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI)

- Desenvolvidas ações visando o estabelecimento e a consolidação de parcerias com entidades governamentais e não governamentais para o desenvolvimento econômico do Paraná, por meio do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FPME/PR).
- Arranjos Produtivos Locais (APLs) – executado em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), destaca-se a apresentação sobre APLs, realizada pela SEIM e FIEP, nas 19 microrregiões da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), com esclarecimentos sobre a criação e o incentivo a este importante segmento da economia paranaense. Em 2014, foi aprovado o APL do Alumínio, no município de Pato Branco, totalizando 25 APLs no Estado.
- Participação em reuniões, em Brasília, do Observatório Nacional de GTP/APL, que tratam das atualizações de dados e aplicação de metodologias de direcionamento deste segmento. Foi incluído o APL de Confecções do Sudoeste, com sede no município de Francisco Beltrão, no Observatório, somando-se aos APLs de Moda Bebê, no município de Terra Roxa e do Software, em Londrina.
- Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE) - coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), com previsão de conclusão em dezembro, sendo a SEIM responsável pelo capítulo Economia no relatório final.

- Foram realizadas reuniões nos municípios de Cascavel, Pato Branco, Londrina, Maringá, Guarapuava e Curitiba, com o objetivo de colher propostas à regulamentação da Lei Complementar nº 163 de 29 de outubro de 2013, que instituiu o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. As propostas apresentadas culminaram na sanção do Decreto Estadual nº 11.985 de 27 de agosto de 2014, que determinou a designação de servidores técnicos das seguintes Secretarias de Estado e outros órgãos: SEIM, SEFA, SETI, SEED, SEAP, SEAB, SEMA, SESA, SEJU, SESP, SETS, CELEPAR, JUCEPAR, Agência de Fomento Paraná, TECPAR, Fundação Araucária e BRDE, que resultou na proposta de 31 ações que necessitam de regulamentação ou implementação.
- Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) - foram realizadas reuniões do Subcomitê para Gestão da REDESIM (CGSIM/PR), com vistas a sua implementação, além de visitas técnicas às Juntas Comerciais de Pernambuco e Alagoas, para definição do software integrador e sua aplicabilidade no Paraná. Os trâmites da implantação da REDESIM, agilizaram-se com a parceria firmada entre o Governo, a AMP e o SEBRAE-PR, sendo que a AMP cedeu gratuitamente o software que vai integrar as ações de órgãos municipais, estaduais e federais e a SEIM publicou a Resolução nº 011/2014 - SEIM que dispõe sobre o Portal Empresa Fácil, sistema integrador da REDESIM no âmbito do Estado do Paraná.

18.4 Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)

A MINEROPAR, empresa pública de capital exclusivo do Estado, tem a função institucional de Serviço Geológico do Estado do Paraná. As linhas de ação incluem o tradicional fomento à indústria mineral, a geração de dados geológicos aplicados a todos os campos da geologia, incluindo o meio ambiente, o planejamento urbano, a gestão de riscos em assessoria à Defesa Civil e o suporte técnico aos órgãos e projetos governamentais na sua área de competência.

As principais atividades realizadas em 2014 estão descritas a seguir.

18.4.1 Diretoria Executiva

- Participação: no projeto de transformação da MINEROPAR S.A em empresa pública, organizada como Serviço Geológico do Paraná, com capital exclusivo do Estado; na elaboração do Estatuto Social e do novo Regimento Interno.
- Levantamento das necessidades e elaboração de documento com proposição de contratação de profissionais para o Serviço Geológico do Paraná frente às demandas sociais e institucionais.
- Acompanhamento e participação nas discussões da proposta do novo Marco Regulatório da Mineração, produzido pela Comissão Especial do Ministério de Minas e

Energia, que deverá tramitar no Congresso Nacional. Discutiram-se mudanças no percentual do CFEM, repasse de atribuições aos Estados, ampliação do papel da CPRM, entre outros temas.

- Assessoramento técnico à PGE na ação de aumento de 5% para 10% do percentual de cobrança de royalties pela exploração do xisto pirobetuminoso em São Mateus do Sul.
- Participação conjunta com o Movimento Pró-Paraná nas ações para delimitação do mar territorial, buscando corrigir situação desfavorável ao Estado e garantir royalties da exploração de petróleo e gás.
- Organização de dados para apoiar empresas com interesse em realizar investimentos no setor mineral, atendendo demandas da SEIM. Participação no grupo de trabalho de desenvolvimento governamental para o Vale do Ribeira, incluindo a atração de investimentos de Empresas Cimenteiras.
- Gás de Xisto - participação em diversas reuniões para prestar esclarecimentos sobre o potencial e possibilidades no Estado, em especial sobre a situação estratigráfica e características geológicas da camada potencial no Paraná e em particular nas áreas concedidas.
- Administração do arrendamento do direito de exploração de ouro em Campo Largo, efetivado à Frontier Mining do Brasil Mineração Ltda.
- Ações junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para concluir a cessão total dos direitos minerários das áreas DNPM 820.141/1984 e 820.214/1980 - fluorita de Cerro Azul, licitadas junto à iniciativa privada com concessão total protocolizada em 04/06/2002 e 30/05/2007.
- Participação como palestrante no curso Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, em Curitiba, promovido pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do MP-PR e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em parceria com a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná.

18.4.2 Diretoria Técnica

- Assessoramento à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil na prevenção e gestão de riscos e desastres. Elaboração de laudos geológicos nos deslizamentos ocorridos em: Bituruna (02), Boa Vista da Aparecida (02), Cruz Machado (06), Dois Vizinhos (01), Francisco Beltrão (01), Inácio Martins (04), Mangueirinha (01), Matelândia (01), Morretes (03), Ponta Grossa (01), Quedas do Iguaçu (18), Rio Bonito do Iguaçu (05), Santa Lúcia (06), Saudades do Iguaçu (02) e Três Barras (10) nas chuvas de junho, e em Mato Rico nas chuvas de setembro.
- Participação das discussões envolvendo Ministério Público, Defesa Civil e prefeituras envolvidas, para encaminhamento de solução que permita a convivência com o Risco Geológico na Região de Floresta.

- Publicação do Relatório do Mapeamento geológico - geotécnico para o planejamento das folhas que englobam quase que a totalidade do município de Piraquara (folhas A e B), cerca de 290 km². Encontra-se em andamento o mapeamento das folhas C e D que englobam parte do município de São José dos Pinhais, cerca de 320 km².
- Publicação do Relatório do Mapeamento de Áreas de Risco Associado a Movimentos Gravitacionais de Massa na Bacia Hidrográfica do Rio Sagrado – município de Morretes, totalizando 115,8 km².
- Participação no Projeto de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres (FGRD), com a Casa Militar, a SEMA, o Instituto das Águas do Paraná e o Instituto Tecnológico SIMEPAR. Foi elaborado o Termo de Referência do Mapeamento Geológico Geotécnico para a complementação das áreas não abrangidas pelo mapeamento realizado na Região Metropolitana de Curitiba. O mapeamento servirá para fins de gestão de riscos geológicos e de planejamento urbano, na escala 1:20.000, com detalhamento na área urbana.
- Participação no Grupo Técnico de Assessoramento à Defesa Civil (SigRisco), fórum de discussão dos temas técnico-científicos relacionados aos desastres.
- Execução de projeto piloto na Região de Quedas do Iguaçu, para o estabelecimento de critérios e metodologia para o mapeamento geológico para planejamento e de suscetibilidade/propensão a Movimento Gravitacional de Massa (MGM) no Sudoeste do Estado.
- Mapeamento Geológico Básico - iniciada a complementação do Mapeamento Geológico do Grupo Serra Geral, escala 1:250.000, área de 13 mil km², a partir da divisa com São Paulo em direção ao paralelo 24°. Previsão de mapeamento de 2.565 km² em 2014 e 10.260 km² em 2015.
- Geologia e Meio Ambiente
- Prestação de serviço técnico especializado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), subsidiando o órgão na avaliação dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, imobiliários, viários e de disposição de resíduos sólidos industriais, urbanos, de serviços de saúde e de armazenamento de combustíveis, com análise e emissão de pareceres técnicos, num total de 750 processos.
- Participação no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e no Conselho Estadual do Meio Ambiente, nos Conselhos Consultivos do: Parque Estadual do Guartelá; do Parque Estadual de Vila Velha e do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, dos Conselhos Gestores da Área de Proteção Ambiental em Guaratuba e da APA da Escarpa Devoniana, além do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas em Câmaras Técnicas e Comitês de Bacia.
- Participação na Comissão Executora do Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Paraná (ZEE), coordenada pelo ITCG, nos temas de geologia, geomorfologia, riscos geológicos e mineração. Participação, com a Universidade Federal do Paraná, no projeto Resposta de Diferentes Solos do Paraná Contaminados por Hidrocarbonetos

Frente a Processos Oxidativos Avançados (POAs), com o objetivo de gerar subsídios técnicos sobre esta técnica de remediação.

- Avaliação preliminar dos aspectos geológicos, geotécnicos e ambientais relacionados ao meio físico, com vistas ao licenciamento ambiental, de áreas selecionadas para receber projetos de interesse do governo no fomento à atividade industrial e empreendimentos sociais.
- Projeto de Unidades Móveis (PRUMO) - fomento ao setor mineral, com assessoria técnica para o desenvolvimento da indústria da cerâmica vermelha por meio de ensaios tecnológicos de matéria-prima e produtos acabados. Visa potencializar a capacidade produtiva e verificar a qualidade dos produtos cerâmicos frente às normas técnicas. Foram atendidas 37 empresas em diversas regiões do Estado.
- Serviço de Laboratório (SELAB) - realizados ensaios geotécnicos, ensaios de caracterização tecnológica de argilas para cerâmica vermelha e ensaios granulométricos de agregados, com o propósito de fomento à mineração e suporte aos projetos de mapeamento e avaliação de recursos minerais. Foram emitidos 377 laudos.
- Programa de Geologia na Escola – foram atendidos 9.190 alunos de 122 escolas em visitas monitoradas a exposição de geologia da empresa, como atividade extracurricular de ensino das ciências da Terra para escolas de nível médio. Também foram realizados atendimentos ao público por meio da biblioteca, mapoteca e fototeca, além do site da MINEROPAR.
- Digitalização do acervo técnico - foram escaneizados e disponibilizados no site da MINEROPAR (Biblioteca Digital - Acervo Técnico) 483 Relatórios Técnicos de Projetos, 98 publicações técnicas diversas, 88 mapas geológicos e geomorfológicos, 72 pôsteres e painéis, 11 vídeos, 34 relatórios de diretoria, 1.842 fotos diversas de projetos e 38 arquivos ZIP de Shapes dos mapas produzidos.

18.5 Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR)

A JUCEPAR é entidade da administração indireta do Poder Executivo Estadual, com personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, com autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada, administrativamente, à SEIM. Subordina-se tecnicamente ao Departamento de Registro Empresarial e Integração, órgão integrante da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, nos termos da Lei Federal nº 8.934 de 18 de novembro de 1994 e Decreto 1.800/96 de 30 de janeiro de 1996.

- Descentralização do Atendimento - a ampliação da rede de Agências da JUCEPAR no interior do Estado faz parte de um objetivo maior de favorecer o empreendedorismo e interiorizar o desenvolvimento econômico do Paraná, facilitando a abertura de novas empresas e o registro de seu crescimento e ampliação. A descentralização ocorre há vários anos, por meio de convênios com Entidades Empresariais (Associações

Comerciais) ou Sindicatos Patronais (Sindicatos de Contabilistas ou Sindicatos de Comércio Varejista) e com as prefeituras. Esses Convênios tri-partite têm possibilitado a expansão do número de Agências Regionais, que passou de 42 unidades em funcionamento em janeiro de 2011, para 64 unidades em outubro de 2014 (crescimento de 52%). Em 2014, foram inauguradas duas novas Agências Regionais, em parceria com as prefeituras e Associações Comerciais, nas cidades de Nova Londrina e São João. Há previsão de inauguração para novembro, mais uma Agência Regional, na cidade de Ibiporã. A criação de novos pontos de atendimento facilita o processo de abertura, alteração e baixa de empresas nos diversos municípios do Paraná, levando o registro do comércio cada vez mais perto do empreendedor.

- Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) - sistema informatizado que integra os órgãos públicos envolvidos no registro de empresas, como Junta Comercial, Receita Federal, Secretaria de Estado da Fazenda e prefeituras. A proposta visa à desburocratização dos processos de abertura, alteração e baixa de empresas, sendo a JUCEPAR o órgão Integrador Estadual. O projeto, denominado Empresa Fácil, será a porta de entrada para o registro mercantil e estará interligado aos demais órgãos de registro, fiscalização e licenciamento das empresas, tais como Receita Federal, Receita Estadual, prefeituras, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, dependendo da atividade econômica a ser desenvolvida. O software Integrador, que permitirá a implantação da REDESIM no Estado, encontra-se em fase final de desenvolvimento, com previsão de entrar em operação em dezembro. O software foi cedido pela Associação dos Municípios do Paraná (AMP), mediante parceria envolvendo a JUCEPAR, Associação dos Municípios do Paraná, SEBRAE/PR e SEIM. Começou a operar, em setembro, a emissão do CNPJ nas Agências Regionais da JUCEPAR, procedimento essencial para o avanço do processo de integração com os demais órgãos.
- Relatório Estatístico – de janeiro a setembro, foram protocolados 527.230 documentos, sendo aproximadamente 60% das Agências Regionais do Interior. Foram constituídas 35.583 novas empresas e filiais, sendo 12.669 empresas individuais, 3.594 empresas individuais de responsabilidade limitada, 18.603 sociedades empresárias limitadas, 507 sociedades anônimas, 151 sociedades cooperativas e 59 empresas com outros tipos jurídicos. Foram registrados outros 43.278 registros de micro empreendedores individuais, no Portal do Empreendedor. Com relação às alterações de empresas, foram arquivados 90.400 documentos, sendo 24.592 empresas individuais, 9.000 empresas individuais de responsabilidade limitada, 54.167 sociedades empresárias limitadas, 2.221 sociedades anônimas, 260 sociedades cooperativas e 160 empresas com outros tipos jurídicos. As extinções de empresas arquivadas no mesmo período alcançaram o número de 21.801 registros. Foram emitidas ainda 168.104 certidões simplificadas de empresas, 36.425 certidões de inteiro teor e realizado o registro de 123.643 livros mercantis.

- Relatórios Financeiros – de janeiro a setembro as receitas próprias da JUCEPAR alcançaram o valor de R\$ 20,3 milhões. Desse total, R\$ 968,1 mil (4,7%) correspondem às receitas patrimoniais e R\$ 19,3 milhões às receitas de serviços de registro do comércio (95,2%). As Despesas totais alcançaram o valor de R\$ 12,1 milhões. Desse total, R\$ 3,5 milhões (28,78%) correspondem às despesas de pessoal, R\$ 8,4 milhões (69,91%) às despesas correntes e R\$ 158,1 mil (1,31%) a investimentos. O superávit financeiro alcançou até o mês de setembro o valor total de R\$ 8,2 milhões.

18.6 Instituto de Pesos e Medidas (IPEM)

O IPEM, é uma autarquia estadual, subordinada administrativamente ao Governo do Estado do Paraná, por meio da SEIM, e tecnicamente e financeiramente ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), de quem recebe a delegação para o exercício de suas atividades relativas a avaliação da conformidade, verificação metrológica, calibração e ensaios.

- Agências Regionais - o IPEM atua em todo o Estado do Paraná, sua Sede localiza-se na cidade de Curitiba. Possui Gerências Regionais nas cidades de Maringá, Londrina, Cascavel e Guarapuava.



- Verificação metrológica - foram realizadas cerca de 255.000 verificações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação quantitativa em produtos pré-embalados - foram realizados cerca de 124.000 exames em produtos pré-embalados.
- Fiscalização de produtos têxteis - foram realizadas cerca de 2.900 ações de fiscalização em produtos têxteis.

- Fiscalização de produtos e serviços com a conformidade avaliada - foram realizadas cerca de 67.100 ações de fiscalização em produtos com a conformidade avaliada.
- Calibração de instrumentos de medir e medidas materializadas - foram realizadas cerca de 2.400 calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação nos processos de registro de empresas - foram realizadas cerca de 310 verificações em processos de registro de empresas.
- Ensaio têxteis - foram realizados cerca de 13.300 ensaios em produtos Têxteis.

18.7 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

O BRDE tem como missão promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, por meio do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

As principais atividades e resultados do período compreendido entre janeiro e outubro de 2014 da Agência de Curitiba (AGPR), do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), no Estado do Paraná foram:

- Contratações por Segmento - realizados 1.433 novos contratos, sendo 1.367 no Estado do Paraná, que totalizaram contratações no valor de R\$ 561,7 milhões. Os segmentos econômicos de maior destaque foram o primário e o terciário em termos de valor contratado.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTOS POR SEGMENTO - JAN/2014 A OUT/2014

SETOR	VALOR CONTRATO	PCT VALOR CONTRATO (%)	QT PARTICIPAÇÕES
Primário	208.457.918,53	33,95	1.123
Secundário	108.645.078,01	17,69	80
Terciário	244.647.678,52	39,84	164
TOTAL GERAL	561.750.675,06	100,00	1.367

FONTE: BRDE

- Contratações por Porte das Entidades - na segmentação por porte das entidades observa-se a concentração em produtores rurais, corroborando com os números do setor primário apresentados.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES POR PORTE DAS ENTIDADES - JAN/2014 A OUT/2014

Setor	Porte Entidade	VI Contrato	Pct VI Contrato	Qt Participações
PRIMARIO	11-MINI-PRODUTOR	2.070.440,21	0,37%	24
	12-PEQUENO PRODUTOR	36.689.385,46	6,53%	612
	16-OUTROS PRODUTORES	133.225.720,36	23,72%	479
	21-MICRO-EMPRESA	374.850,00	0,07%	2
	24-PEQUENA EMPRESA	140.503,50	0,03%	2
	25-MEDIA EMPRESA	12.797.422,00	2,28%	2
	26-GRANDE EMPRESA	23.159.597,00	4,12%	2
		PRIMARIO Total	208.457.918,53	37,11%
SECUNDARIO	21-MICRO-EMPRESA	10.791.012,00	1,92%	20
	22-EMPRESA DE PEQUENO PORTE	3.334.500,00	0,59%	8
	24-PEQUENA EMPRESA	14.158.582,90	2,52%	24
	25-MEDIA EMPRESA	42.165.648,49	7,51%	22
	26-GRANDE EMPRESA	38.195.334,62	6,80%	6
		SECUNDARIO Total	108.645.078,01	19,34%
TERCIARIO	16-OUTROS PRODUTORES	19.311.089,00	3,44%	9
	17-PESSOA FISICA OUTROS	280.000,00	0,05%	1
	21-MICRO-EMPRESA	7.990.869,64	1,42%	43
	22-EMPRESA DE PEQUENO PORTE	11.854.811,00	2,11%	26
	24-PEQUENA EMPRESA	22.175.004,76	3,95%	33
	25-MEDIA EMPRESA	33.315.395,26	5,93%	23
	26-GRANDE EMPRESA	138.909.833,86	24,73%	23
	27-MEDIA-GRANDE EMPRESA	6.977.275,00	1,24%	4
	31-PREFEITURA PEQUENA	926.500,00	0,16%	1
	33-PREFEITURA GRANDE	2.906.900,00	0,52%	1
	TERCIARIO Total	244.647.678,52	43,55%	164
	Total Geral	561.750.675,06	100,00%	1.367

FONTE: BRDE

- Repercussões Econômico-Financeiras

TABELA 3 - REPERCUSSÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS PELO BRDE - JAN/2014 A OUT/2014

SETOR	INVESTIMENTO INDUZIDO (R\$)	GERAÇÃO DE EMPREGOS	INCREMENTO DE ICMS (R\$)	EXPORTAÇÕES (US\$)
Setor Primário	339.129.546,11	378	9.971.586,00	33.500.000,00
Setor Secundário	133.790.750,00	514	11.650.961,00	
Setor Terciário	278.064.279,19	1.028	30.257.369,00	752.075.398,00
TOTAL	750.984.575,30	1.920	51.879.916,00	785.573.398,00

FONTE: BRDE

- Operações Contratadas por Região

TABELA 4 - OPERAÇÕES CONTRATADAS POR MESORREGIÕES DO PARANÁ - JAN/2014 A OUT/2014

Setor	Mesorregião Processo	VI Contrato	Pct VI Contrato	Qt Participações	Pct Qt Participações
PRIMARIO	Centro Ocidental Paranaense	17.277.335,13	11,00%	110	8,05%
	Centro Oriental Paranaense	7.145.648,30	1,27%	17	1,24%
	Centro-Sul Paranaense	15.111.479,16	2,69%	169	12,36%
	Metropolitana de Curitiba	557.900,00	0,10%	6	0,44%
	Noroeste Paranaense	7.537.370,55	1,34%	20	1,46%
	Norte Central Paranaense	44.932.176,52	8,00%	173	12,66%
	Norte Pioneiro Paranaense	11.928.115,18	2,12%	25	1,83%
	Oeste Paranaense	62.474.408,59	11,12%	282	20,63%
	Sudeste Paranaense	894.713,00	0,16%	15	1,10%
	Sudoeste Paranaense	40.598.772,10	7,23%	306	22,38%
	PRIMARIO Total	208.457.918,53	37,11%	1.123	82,15%
SECUNDARIO	Centro Ocidental Paranaense	282.900,00	0,05%	2	0,15%
	Centro Oriental Paranaense	3.589.186,85	0,64%	5	0,37%
	Centro-Sul Paranaense	950.000,00	0,17%	3	0,22%
	Metropolitana de Curitiba	20.413.985,52	3,63%	26	1,90%
	Noroeste Paranaense	3.299.573,14	0,59%	5	0,37%
	Norte Central Paranaense	4.387.377,00	0,78%	9	0,66%
	Oeste Paranaense	59.581.730,50	10,61%	21	1,54%
	Sudoeste Paranaense	16.140.325,00	2,87%	9	0,66%
	SECUNDARIO Total	108.645.078,01	19,34%	80	5,85%
TERCIARIO	Centro Ocidental Paranaense	20.942.943,00	3,73%	8	0,59%
	Centro Oriental Paranaense	32.805.378,00	5,84%	16	1,17%
	Centro-Sul Paranaense	9.081.141,86	1,62%	7	0,51%
	Metropolitana de Curitiba	18.223.001,69	3,24%	23	1,68%
	Noroeste Paranaense	3.316.565,00	0,59%	20	1,46%
	Norte Central Paranaense	35.164.918,57	6,26%	30	2,19%
	Norte Pioneiro Paranaense	155.000,00	0,03%	1	0,07%
	Oeste Paranaense	94.138.751,88	16,76%	28	2,05%
	Sudeste Paranaense	325.000,00	0,06%	2	0,15%
	Sudoeste Paranaense	30.494.978,52	5,43%	29	2,12%
	TERCIARIO Total	244.647.678,52	43,55%	164	12,00%
	Total Geral	561.750.675,06	100,00%	1.367	100%

FONTE: BRDE

19

Secretaria de Infraestrutura e Logística



19 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) tem como missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a sua finalidade, de promover ações eficazes, com os objetivos de possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança, reduzir custos operacionais e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL conta com suas unidades programáticas: Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP), Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO).

Na estrutura descentralizada, atua por meio de suas unidades vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE) e Paraná Edificações (PRED).

19.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP)

Com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, a CGPP desenvolveu as seguintes atividades:

- Gestão do Modal Rodoviário - revisão anual do Sistema Rodoviário Estadual (SRE), com atualização do cadastro que compõe a rede rodoviária estadual e envio do documento oficial para o Ministério dos Transportes, visando compor a base do Sistema Nacional de Viação; e edição, formatação e contratação de impressão dos Mapas Político Rodoviários do Paraná - 2014.
- Gestão do Modal Aeroportuário - edição, formatação e contratação de impressão de Mapas Aeroportuários - 2014 e apoio técnico e institucional na regularização da emissão, por parte do IAP, de Licenças Operacionais (LOs) de nove aeroportos do Estado do Paraná e extensão das LOs aos demais.
- Gestão do Modal Hidroviário - acompanhamento de execução, gestão orçamentária e encaminhamentos para a emissão dos Termos de Conclusão do Convênio 003/2011 junto à prefeitura de Lupionópolis, que resultou na cessão de balsa para travessia do Rio Paranapanema, ligando esse município ao Estado de São Paulo, no Porto Anis Abud.
- Remodelagem de Programa para captação de Financiamento Externo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com investimentos na ordem de US\$ 500,0 milhões, sendo US\$ 300,0 milhões do BID e R\$ 200,0 milhões do Governo do Estado do Paraná.

- Modelagem e coordenação de programas setoriais - Programa Caminhos do Desenvolvimento - Agroflorestal, com o desenvolvimento de projeto piloto na Região Extremo Sul do Estado, que envolveu reuniões de planejamento com a Associação de Produtores da Base Florestal do Estado do Paraná (APRE) e pesquisa de campo para a delimitação do programa e a definição de corredores prioritários.
- Atualização dos instrumentos de planejamento multimodal - acompanhamento e monitoramento da execução do Plano Aeroviário do Estado do Paraná (PAE/PR) e do Plano Hidroviário Paranaense que envolveu ajustes contratuais, reuniões técnicas junto ao Laboratório de Logística de Transportes (LABTRANS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisas de campo complementares.

19.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL)

O DFIL realiza, no campo da promoção de ações para o fomento municipal, em conjunto com os municípios e articulações com as entidades vinculadas, atividades para propiciar a melhoria das condições de trafegabilidade nas rodovias municipais com baixo volume de tráfego, nas vias urbanas dos municípios, por meio de recuperação de pavimentação, de execução de pavimentação de baixo custo, fornecimento de vigas, lajotas, guarda-rodas para pontes municipais, permitindo o escoamento da produção, destacando também facilidade de acesso às escolas e postos de saúde, resultando na melhoria da população local.

Além do fomento nas questões rodoviárias, o Departamento também atuou na melhoria da infraestrutura aeroportuária, em parceria com as prefeituras e entidades ligadas ao modal aeroportuário, pois o aeroporto é um forte indutor do desenvolvimento, tendo também caráter estratégico, pois promove a integração da região com o País.

19.2.1 Modal Rodoviário

- Fornecimento de Vigas/Placas/Lajotas e Guarda-Rodas para Pontes Municipais - foram atendidos 17 municípios com o fornecimento de material para 24 pontes; e encontra-se em andamento o fornecimento para 30 pontes em 22 municípios.
- Implantação de Pavimento – encontra-se em andamento 7,028 km de pavimentação em 04 municípios.
- Recuperação de Rodovias Pavimentadas – recuperação de 8,801 km de rodovias pavimentadas em 02 municípios; e encontra-se em andamento 59,545 km em 07 municípios.
- Pavimentação Poliédrica – concluídos 16,484 km de pavimentação poliédrica em 09 municípios; e encontra-se em andamento 575,873 km em 101 municípios.

- Pavimentação com Blocos de Concreto Sextavados – atendidos 08 municípios, com 24,349 km de extensão; e encontra-se em andamento 2,673 km em 02 municípios.

19.2.2 Modal Aeroviário

- Aeroporto de Cascavel - construção de Novo Terminal de Passageiros, Ordem de Serviço, 1ª e 2ª medições realizadas e pagas, elaboração de aditivo de convênio, revisão técnica do projeto e respectivo aditivo de valor em tramitação na Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e na PRED. Fiscalização da PRED.
- Aeroporto de Maringá - tratativas com a Secretaria da Aviação Civil (SAC-PR) e Banco do Brasil para que o Programa de Investimento em Logística: Aeroportos (PIL) suplante o atual convênio firmado entre o Estado e a SAC para reforma e melhorias no aeroporto regional.
- Aeroporto Afonso Pena - aguardando tratativas com o Governo Federal para viabilizar recursos necessários ao pagamento das desapropriações.
- Aeroporto de Foz do Iguaçu - iniciando tratativas com o município de Foz do Iguaçu para celebrar convênio objeto repasse de recursos para fins de desapropriação de áreas necessárias à ampliação do aeroporto (558.586,10 m² - 05 imóveis). Aguarda documentação do município para celebrar convênio.
- Aeroporto de Ponta Grossa - convênio para reforma do terminal de passageiros. Obras em andamento, com seis medições balizadas exclusivamente pela prefeitura de Ponta Grossa, sob verificação de obra executada pela PRED e apoio da CGPP.
- Aquisição de Carros Contra Incêndio de Aeródromos (CCI) - orientação junto a SAC para liberar os CCIs objetos do convênio, em fase aquisição, para os municípios prioritários, principalmente Cascavel e Maringá.

19.2.3 Programa Caminhos do Desenvolvimento - SUCROALCOOLEIRO

A SEIL e o DER/PR, em parceria com o setor sucroalcooleiro representado pela Associação dos Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR), executam o Programa Caminhos do Desenvolvimento – Sucroalcooleiro, que tem como objeto a execução de um conjunto de ações em rodovias municipais e estaduais, com vistas à criação de corredores alternativos para o transporte das cargas da indústria sucroalcooleira, desde a origem da matéria prima até o seu processamento.

O Programa encontra-se em execução e prevê a construção de obras, tais como: pontes, trincheiras, patrulhas mecanizadas, interseções e balsa.

Ações em andamento:

- Licitação pelo DER/PR para a construção de três trincheiras: Paranacity, Rondon e Ivaté. As três licitações aguardam Declaração de Disponibilidade Financeira (DDF) para homologação, assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.
- Licitação pela SEIL - fabricação de vigas, placas, guarda-rodas pré-moldadas para execução de pontes até 16,50 m de comprimento: a) em Maringá, aguarda trâmites do

- processo licitatório para assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviços; b) em Umuarama, aguarda DDF para homologação, assinatura e emissão da ordem de serviço.
- Construção de uma balsa, em São Pedro do Ivaí, contemplando também a aquisição de dois rebocadores - aguarda orçamentos dos serviços para a celebração de convênio com o município.
 - Contratação de quatro patrulhas mecanizadas - aguarda DDF para homologação, assinatura e emissão da ordem de serviço.
 - Projetos de responsabilidade da ALCOPAR em elaboração e os enviados ao DER/PR encontram-se em análise/aprovação junto ao meio ambiente e/ou orçamentação visando o início dos processos licitatórios de execução das obras. Prazo de execução de 24 meses, com 75 municípios partícipes/atendidos.

19.3 Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO)

Ao DGPO compete planejar, regulamentar e implantar ações para a gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística e de edificações de prédios públicos, bem como definir em conjunto com os demais órgãos da administração estadual, o Plano Geral de Obras e Serviços de Arquitetura e Engenharia, inclusive edificações de prédios públicos.

Em 2014, o Departamento promoveu as seguintes ações visando a melhoria na gestão de projetos e obras públicas:

- Tabela de Custos de Edificações - a partir de 2012, o DGPO passou a monitorar a variação de custos de edificações e atualizar periodicamente a Tabela de Custos de Edificações do Governo do Paraná. Em 2014, foram realizadas duas atualizações (março e outubro). Com o mecanismo adotado, a Tabela de Custos ficou compatível com os valores praticados no mercado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de aditivos contratuais ou paralisações de obra. Na última atualização realizada, com base na pesquisa do IBGE de agosto, a defasagem média do custo do metro quadrado em relação à março era de apenas 3,66%.
- Parâmetros de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) - monitorou e atualizou os parâmetros de BDI face à alterações na legislação tributária. Também regulamentou a utilização de BDI diferenciado para materiais e equipamentos de natureza específica que correspondam a valor significativo em relação ao custo direto do empreendimento.
- Pesquisa de custos de materiais de construção - mediante Cooperação Técnica com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), realizou dez pesquisas de preços de materiais de construção, para contribuir no processo de gestão de custos de obras de edificações do Governo do Paraná.
- Metodologia para Aferir Consumo de Materiais e Mão de Obra - em parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), concluiu o desenvolvimento de

metodologia para aferir o consumo de materiais de construção e produtividade da mão de obra e equipamentos de serviços utilizados na construção de edificações públicas.

- Parâmetros de Custos para Transporte e Destinação Correta de Resíduos da Construção Civil (RCC) - concluído o desenvolvimento de metodologia para estimar custos para o transporte e destinação correta de RCC, gerados em obras de edificações. A metodologia foi apresentada para a cadeia produtiva da construção civil e será realizada consulta pública para o recebimento de sugestões antes da regulamentação, prevista para 2015. Quando adotado, o referido pagamento será pioneiro em Engenharia de Custos no Brasil. Existe consenso que o pagamento é devido, porém sempre existiu a dificuldade para estimar e remunerar os referidos custos.
- Modelagem de Informações da Construção - no final de 2014, em parceria com Entidades ligadas à Arquitetura, Engenharia e Construção (AEC), promoveu o I Seminário Regional Construindo BIM – Building Information Modelling, onde lançou o marco zero para a implantação do BIM no âmbito dos projetos e obras da SEIL e propôs a criação da Rede BIM SUL GOV, composta por técnicos ligados aos governos estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A viabilização da implantação do BIM possibilitará ao poder público estadual, uma melhoria expressiva nos projetos e obras e finalmente alcançar um grau de transparência em obras públicas ainda não obtido pelos métodos convencionais.
- Programa de Residência Técnica - em parceria com a SETI, participa da Coordenação do Programa de Residência Técnica do Governo do Paraná. Foram selecionados 196 profissionais de Engenharia e Arquitetura com até três anos de formatura que participam de um Curso de Especialização em Gestão de Projetos e Obras Públicas de Edificações com vivência prática nos órgãos da administração estadual durante o período de 2013 a 2015. O Programa propicia uma aproximação das Universidades com o dia a dia dos órgãos públicos estaduais, realizando um intercâmbio prático e produtivo com ganhos para todos os envolvidos. As Universidades ganham conhecimento acerca das necessidades da área pública, os órgãos públicos atualizam seu conhecimento teórico e os profissionais residentes obtêm experiências práticas concretas, além do Curso de Pós-Graduação e uma bolsa auxílio mensal de R\$ 1.900,00.
- Diálogo e Parceria - promoveu inúmeras reuniões técnicas com a Cadeia Produtiva da Construção Civil, visando melhorias na gestão de projetos e obras públicas no âmbito da SEIL. Todas as ações desenvolvidas foram periodicamente apresentadas e acompanhadas por um conjunto de entidades representativas da construção civil. Em várias ações, além do diálogo, houve a participação direta de várias entidades, como nos estudos para definição de parâmetros de custos de transporte e destinação de Resíduos da Construção Civil e do Seminário BIM.

19.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

O DER/PR, autarquia vinculada a SEIL, tem como missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual.

A malha rodoviária federal e estadual sob responsabilidade do DER/PR é de 13.925,6 km. Os níveis de atuação estão descritos conforme os quadros a seguir:

RODOVIAS MANTIDAS PELO DER-PR

RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMENTADA (km)	PAVIMENTADA (km)	TOTAL (km)
Rodovias Estaduais	1.676,4	9.583,2	11.259,5
Rodovias Federais Delegadas		173,7	173,7
TOTAL	1.676,4	9.756,9	11.433,2

RODOVIAS MANTIDAS PELO PROGRAMA DE CONCESSÃO (FISCALIZADO PELO DER-PR)

RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMENTADA (km)	PAVIMENTADA (km)	TOTAL (km)
Rodovias Estaduais Concedidas		671,6	671,6
Rodovias Federais Concedidas		1.820,8	1.820,8
TOTAL		2.492,4	2.492,4

TOTAL DE RODOVIAS MANTIDAS/FISCALIZADAS PELO DER-PR

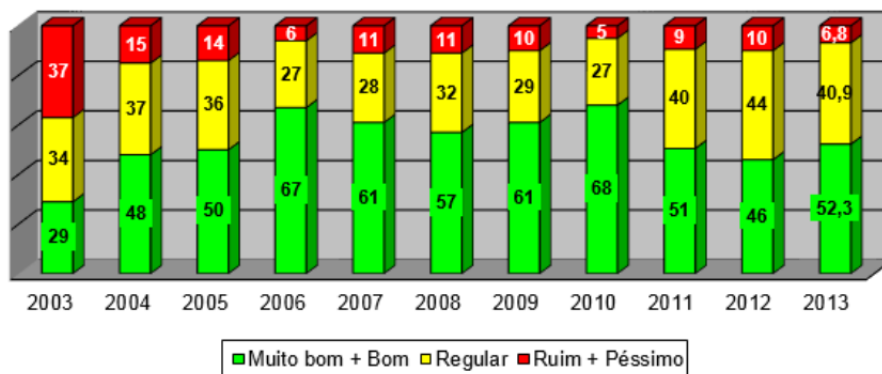
RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMENTADA (km)	PAVIMENTADA (km)	TOTAL (km)
Rodovias Mantidas/Fiscalizadas	1.676,4	12.249,2	13.925,6

O histórico da condição da malha rodoviária é apresentado a seguir:

NÍVEL DE CONDIÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIO

CONDIÇÃO EM (%)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Muito bom + Bom	29	48	50	67	61	57	61	68	51	46	52,3
Regular	34	37	36	27	28	32	29	27	40	44	40,9
Ruim + Péssimo	37	15	14	6	11	11	10	5	9	10	6,8
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

NÍVEL DE CONDIÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA EM PERCENTUAL



O Governo do Estado do Paraná, nos contratos de obras rodoviárias em andamento, investiu, até setembro, o valor de R\$ 1,0 bilhão, conforme o quadro a seguir:

OBRAS RODOVIÁRIAS

AÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR EXECUTADO (R\$)
Duplicação/Contorno/Implantação de Pavimento	506.546.006,86	154.279.858,54
Conservação de Rodovias (PERC)	1.197.652.015,46	731.977.210,70
Recuperação de Rodovias	100.406.912,93	27.383.603,85
Patrulhas Rodoviárias	145.242.953,90	93.398.674,80
Projetos	86.417.668,49	11.561.507,70
TOTAL	2.036.265.557,64	1.018.600.855,59

Os programas existentes têm como objetivo dar melhores condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações com ampliação de capacidade, pavimentação, serviços de conservação da malha rodoviária, restauração e adequação de estradas rurais.

Atividades realizadas:

- Patrulhas do Campo: Atendimento às Estradas Rurais – por meio de convênio entre DER, SEAB e Consórcios e prefeituras foram realizados serviços de melhoria e cascalhamento em rodovias municipais com o objetivo de melhorar o escoamento da produção agrícola dos centros de comercialização e proporcionar ao trabalhador rural melhor qualidade de vida. Até setembro, foram atendidos 1.888 km em recuperação e melhoria das estradas rurais e municipais.
- Conservação da Malha Rodoviária – deu-se continuidade ao Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC), iniciado em julho de 2012, foram investidos até setembro o valor de R\$ 732,0 milhões com serviços de reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros e outros, abrangendo toda a malha rodoviária sob sua responsabilidade. Além disso, foram atendidos 2.012 km na Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP), 7.985 km na Conservação Rotineira de Pavimentos (COP) e 11.433 km na Conservação de Faixa de Domínio.
- Ações Emergenciais – foram investidos R\$ 23,7 milhões na recuperação de pavimento, R\$ 9,3 milhões em obras de contenção (taludes e encostas) e R\$ 5,8 milhões na recuperação de pontes e sistema de drenagem.
- Rodovias concessionadas - até setembro, foram concluídas as seguintes obras: a) interseção e vias marginais BR-373 - km 266,8 - acesso Prudentópolis; b) duplicação de 10,9 km da BR-277 em Campo Largo; c) interseção BR-277 - km 29 - acesso Morretes. Encontram-se em andamento as seguintes obras: a) duplicação de 5,5 km da PR 445 em Cambé; b) Contorno de Mandaguari - 10 km; c) duplicação de 10,9 km da BR 376 - Jandaia do Sul-Apucarana; d) duplicação de 42,1 km da PR 317 - Floresta-Campo

Mourão; e) duplicação de 6,7 km da BR 277 em Guarapuava; f) duplicação de 0,7 km da BR 476 em Araucária; g) interseções BR 277 e vias marginais - km 170 e km 168 - Palmeira; h) interseção BR 277 - km 342 - Guairacá (Guarapuava); i) duplicação de 0,9 km da BR 277 em Palmeira; j) duplicação de 11 km da BR 376 - Caetano-Tibagi dos Coreanos (Ponta Grossa); k) interseção PR 151 - km 215,5 - acesso Jaguariaíva.

- Travessia da Baía de Guaratuba - Ferry-Boat: foram transportados 990.121 veículos, de janeiro a setembro.
- Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros - a Coordenadoria de Transporte Rodoviário Comercial (CTRC) tem a finalidade de planejar, outorgar e fiscalizar o sistema intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, que engloba os seguintes sistemas de serviço regular: a) Rodoviário – operado por 38 empresas e 499 linhas, com uma frota de 1.894 veículos, realizou até setembro 39.557 viagens e transportou 1.297.744 passageiros; b) Metropolitano do Interior - operado por 28 empresas e 204 linhas, com uma frota de 679 veículos, realizou até setembro 110.427 viagens e transportou 3.438.993 passageiros.

19.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

Os Portos de Paranaguá e Antonina estão na constante busca de melhoria, para oferecer um sistema moderno e eficaz com infraestrutura e segurança às cargas e aos navios, transparência na gestão e nas operações, buscando oferecer aos operadores portuários, agentes marítimos e à comunidade em geral, alternativa de movimentações de suas cargas, seja em terminal público ou privado, garantindo assim a isonomia a todos os usuários do Complexo Portuário do Paraná.

Os Portos de Paranaguá e Antonina visam prover condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga de mercadorias. A execução das ações descritas a seguir demonstra à comunidade a efetiva aplicação dos recursos oriundos de tarifas pagas pelos usuários, proporcionando a infraestrutura adequada, e assim, a continuidade das relações econômicas internacionais.

O Porto de Paranaguá tem se demonstrado eficaz na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário Nacional, onde disponibiliza um aparato de infraestrutura, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná, um grau de competitividade e qualidade exigível pelo mercado internacional, e para tanto, nos anos de 2012 e 2013, a APPA focou inicialmente na gestão de Projetos Estruturantes de Infraestrutura onde foi investido um volume expressivo de recursos que culminaram na execução de obras estruturantes, tais como:

- Programa de Manutenção da Infraestrutura Marítima – preparação dos Portos de Paranaguá e Antonina para os próximos 20 anos, com a realização de investimentos pesados na parte marítima. Encontra-se em fase de finalização a obra para a Dragagem de Regularização de 5 milhões/m³, incluindo o canal de acesso, bacia de evolução e berços públicos de Paranaguá e Antonina, com um valor de investimento de R\$ 114,3 milhões.

- Remodelação do Cais Existente – Modernização e Expansão da Infraestrutura Portuária – o objetivo principal é a remodelação de 1.806 metros lineares de cais de acostagem, com o objetivo de permitir a instalação de nova e moderna estrutura de acostagem, com vistas à necessidade de atender maiores embarcações, com mais produtividade. Este processo encontra-se em execução e foi contratado pelo valor de R\$ 77,2 milhões.
- Programa de Manutenção da Infraestrutura Terrestre - determina as condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga, a APPA iniciou a execução de ações (entre licitação e execução) no valor de R\$ 82,4 milhões, onde se destaca: a) abertura dos certames para a ampliação do sistema de descarga de granéis do silo público do Porto de Paranaguá, com a aquisição de novas balanças e tombadores, no valor de R\$ 23,0 milhões; b) contratada a execução da obra de implantação de sistema de combate a incêndio na faixa portuária, silão e demais, no valor de R\$ 18,6 milhões, que serão pagas com recursos próprios da APPA; c) contratadas obras para execução dos serviços de iluminação nas áreas do Porto de Paranaguá e Antonina, no valor de R\$ 20,1 milhões, que proporcionará o atendimento, em definitivo, de todas as exigências alfandegárias e de segurança no quesito de iluminação; d) adequação da Portaria Principal, somando a proposta das edificações a serem construídas e às obras e uma nova estrutura de escritórios, com melhores condições de trabalho para os funcionários, as portarias de acesso ao cais passarão a ter doze balanças rodoviárias resultando, assim, em um aumento de 100% do número de balanças rodoviárias existentes, tendo como consequência a modernização e velocidade do processo de entrada ao cais e suas atividades de importação e exportação, com investimentos no valor de R\$ 13,4 milhões; e) reforma do DataCenter, que proporcionará a instalação de uma nova e moderna infraestrutura, no valor de R\$ 3,9 milhões; f) melhoria nas Vias de Acesso – encontra-se em licitação a contratação de obras e serviços para a recuperação do pavimento em concreto e readequação do sistema de drenagem da Av. Bento Rocha, com extensão de 2,8 km, importante via de acesso dos caminhões que chegam ao Porto de Paranaguá, com valor estimado do investimento de R\$ 15,2 milhões.
- Programa de Investimentos em Tecnologia - na infraestrutura da APPA, destaca-se o Projeto ISPS CODE, com a recuperação e ampliação do sistema de segurança, realizando a instalação de novos equipamentos para controle de acesso de pessoas, veículos e cargas, que resultará na credibilidade e segurança do Porto de Paranaguá, reconhecida e certificada internacionalmente. O processo licitatório encontra-se na fase de análise das propostas técnicas, e deverá ser concluído ainda em 2014, com o firmamento do contrato. Os investimentos são de R\$ 31,8 milhões. Além disso, o início da implantação do sistema corporativo da APPA proporcionará uma evolução tecnológica e integrada em todos os sistemas administrativos e operacionais da APPA, com investimento de R\$ 7,5 milhões.

- Programa de Gerenciamento Ambiental - em execução o Monitoramento Ambiental, pelo valor de R\$ 5,9 milhões, serviço contínuo iniciado em 2013, que permitirá o diagnóstico em tempo real da situação da baía. Também foi realizada a contratação do Serviço da Base de Prontidão e atendimento das emergências ambientais, com um investimento de R\$ 6,9 milhões, com o propósito ter disponível uma equipe pronta, treinada e equipada, a resolver, mitigar e/ou prevenir os problemas de caráter ambiental, permitindo, de forma geral, segurança, na forma de redução de riscos de acidentes.
- Movimentação de Cargas – a movimentação total dos Portos de Paranaguá e Antonina, em 2013, foi de 46,2 milhões de toneladas. O segmento de Granel Sólido contribuiu com 69,1% da tonelagem total movimentada, com uma variação de 0,9% acima comparada ao ano de 2012, consolidando a vocação do agronegócio no Paraná. O segmento de Carga Geral correspondeu a 19,5% e o segmento de Granel Líquido com 11,3%. Nota-se um acréscimo do total movimentado em 2013, frente ao ano de 2012, na ordem de 3,6%.

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	VARIAÇÃO 2012/2013
Carga Geral	8.972.810	8.277.262	8.079.837	9.702.675	9.955.032	7.558.320	9.043.226	19,6%
Granéis Sólidos	25.357.488	20.518.211	19.317.143	24.426.813	26.987.939	31.612.558	31.909.073	0,9%
Granéis Líquidos	3.895.090	4.209.797	3.877.097	4.031.502	4.118.368	5.403.506	5.215.803	-3,5%
SOMA	38.225.388	33.005.270	31.274.077	38.160.990	41.061.339	44.574.384	46.168.102	3,6%

FONTE: APPA

19.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE)

A FERROESTE tem por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem. Detém concessão federal para construção, uso e gozo de estrada de ferro e ramais necessários à viabilidade da ferrovia. O capital autorizado é de R\$ 451,0 milhões, sendo R\$ 406,8 milhões integralizados.

Opera em um trecho com 248 km entre Cascavel-Guarapuava e conta com dois Terminais Ferroviários de Cargas: Cascavel, com capacidade de armazenagem aproximada de 5 milhões de tonelada/ano, e Guarapuava.

A empresa possui bens operacionais próprios no valor de R\$ 358,9 milhões, com o custo de aquisição e construção corrigido até 1995.

Em 2014, os esforços foram centrados na melhoria e ampliação da capacidade operacional de transporte de cargas e na restauração do equilíbrio financeiro da empresa com a quitação de dívidas, o que possibilitou a obtenção de Certidões Negativas junto ao INSS e Receita Federal, imprescindíveis à captação de recursos junto a organismos financiadores, fato que não ocorria há 5 anos.

O volume transportado pela FERROESTE em toneladas úteis até outubro representa um aumento de 34,0%, em relação a igual período de 2013. Os principais produtos transportados são: grãos, cimento, fertilizantes, contêiner frigorificado, combustível e óleo vegetal, com totais anuais conforme segue:

FERROESTE TRANSPORTE DE CARGAS

TRANSPORTE DE CARGA	2011		2012		2013		2014 ⁽¹⁾	
	Toneladas Úteis	Vagões	Toneladas Úteis	Vagões	Toneladas Úteis	Vagões	Toneladas Úteis	Vagões
TOTAL	784.356,94	16.539	721.240,93	15.537	610.323,5	14.951	700.000	16.600

(1) Valores até outubro/2014.

Atividades Realizadas:

- Aumento da frota, com intuito de garantir maior tração e aumento do volume da safra escoada via férrea para o Porto de Paranaguá: a) aquisição de 02 locomotivas mod. MX620, com potência superior à frota atual, com início de operação em março; b) em negociação a aquisição de 05 locomotivas mod. MX620, no valor de R\$ 3,5 milhões e 385 vagões graneleiros modelo FHD, no valor de R\$ 6,3 milhões, dobrando a capacidade de transporte a curto prazo, beneficiando produtores agrícolas e todos os envolvidos na cadeia logística.
- Recuperação do Ativo Ferroviário - recuperação completa de uma Locomotiva Mod G12, no valor de R\$ 480,0 mil.
- Investimentos em instalações: a) R\$ 44,0 milhões realizados pela iniciativa privada - Cooperativa Central Regional Iguazu Ltda. (COTRIGUAÇU) para ampliação da capacidade de armazenagem graneleira em 120 mil toneladas no Terminal Ferroviário Multimodal de Cargas de Cascavel, mediante contrato de Cessão de Direito de Uso, sem ônus para a FERROESTE; b) Projeto de Captação de Águas Pluviais no Terminal de Cargas de Cascavel, por exigência do Ministério Público do Paraná, no valor de R\$ 900,0 mil, com previsão de conclusão em fevereiro de 2015; c) Cessão Onerosa do Direito de Uso de quatro áreas no Terminal Ferroviário Multimodal de Cargas de Cascavel, que prevê a construção de novos terminais com instalações necessárias ao transbordo ferroviário e armazenagem provisória.
- Novos negócios - processo licitatório para Cessão Onerosa do Direito de Uso de sete novas áreas no Terminal Ferroviário Multimodal de Cargas de Cascavel, com conclusão em dezembro. Prevê a construção de novos terminais com instalações necessárias ao transbordo ferroviário e armazenagem provisória.
- Melhoria operacional para redução de riscos: a) encontra-se em andamento processo de aquisição de 05 dispositivos de segurança End of Train, no valor de R\$ 156,0 mil, com entrega do material prevista para fevereiro de 2015; b) aquisição de equipamento ferroviário móvel para análise dos trilhos por meio de ultrassom, no valor de R\$ 78,0 mil.

19.7 Paraná Edificações (PRED)

A PRED tem por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da SEIL.

Realizou e o apoiou a elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná; conforme tabela a seguir:

ÁREA	QUANTIDADE	VALOR AUTORIZADO	%
Justiça	27	85.914.010,62	25,13
Segurança	22	49.667.983,50	14,53
Saúde	106	132.477.663,09	38,75
Infraestrutura	09	6.620.525,48	1,94
Trânsito	04	675.539,50	0,20
Administração	03	322.211,51	0,10
Ambiental	08	14.403.206,89	4,21
Abastecimento	06	1.123.587,16	0,33
Social	39	20.165.689,17	5,90
Cultura	03	1.042.621,42	0,30
Educação ⁽¹⁾	04	26.892.657,16	7,87
Agricultura	02	1.496.544,41	0,44
Turismo	02	1.050.969,45	0,30
TOTAL	235	341.853.209,36	100,00

(1) As obras da Educação são de responsabilidade da SEED/SUDE, essas quatro obras foram iniciadas pela antiga SEOP em 2011 e concluídas pela PRED em 2014.

PRINCIPAIS OBRAS EM ANDAMENTO/CONCLUÍDAS EM 2014 DE ACORDO COM O VALOR

OBJETO	VALOR (R\$)
Construção do Instituto Médico Legal – IML de Curitiba	18.523.745,56
Construção da Cadeia Pública de Ponta Grossa	10.290.876,20
Construção da Universidade Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná - Francisco Beltrão	10.183.438,90
Construção do Hospital e Maternidade Noroeste - Paranavaí	9.528.212,21
Construção da Cadeia Pública de Campo Mourão	9.167.712,89
Ampliação da Penitenciária Estadual de Foz Do Iguaçu	8.929.161,08
Construção da Cadeia Pública de Foz Do Iguaçu	8.662.759,43
Construção de Cadeia Pública de Jovens Adultos de Piraquara	8.075.034,35
Construção da Unv. Centro Estadual De Educação Profissional em Pitanga	7.406.061,00
Construção da Universidade Centro Estadual ee Educação Profissional do Paraná em Manoel Ribas	7.143.601,81
Ampliação da Penitenciária Industrial de Cascavel	6.215.371,08
Construção do Centro de Referência em Atendimento de Queimados –Huop – em Cascavel	6.000.000,00
Ampliação do Hospital de Cancer UOPECCAN - em Umurama	6.000.000,00
Ampliação do Aeroporto Coronel Adalberto Mendes da Silva em Cascavel	5.054.165,68
Construção do Instituto Médico Legal – IML de Londrina	4.530.399,59
TOTAL	125.710.539,78

20

*Secretaria da Justiça, Cidadania e
Direitos Humanos*



20 Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), criada pela Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011 e pela Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012, tem por finalidade a definição de diretrizes para a política governamental focada na administração do Sistema Penitenciário Estadual e no fortalecimento dos Direitos Humanos, compreendendo os relacionados à proteção, defesa e educação do consumidor, aos direitos da cidadania, da pessoa com deficiência, da mulher, da pessoa idosa e das minorias, à prevenção, repressão e fiscalização do uso de entorpecentes.

Estão vinculados à SEJU: Departamento de Execução Penal (DEPEN), Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR), Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), Departamento Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (DEPSD), Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEDE), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (COEDE), Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (CONESD), Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (COPEN/PR), Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná (CED/FUPEN), Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON), Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDM), Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR), Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CONDEF), Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR) e Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR).

Em 2014, foram celebrados 13 Termos de Cooperação com diversos órgãos, como Ministério Público, Tribunal de Justiça, SESP, SETI, entre outros; e três convênios estaduais para execução do PROVITA, Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Pato Branco.

O Programa UPS - Cidadania tem como objetivo desenvolver ações de mobilização social na comunidade do bairro, por meio da sensibilização e envolvimento das comunidades em ações de sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

Precedidas de ampla pesquisa de inteligência policial em regiões com altas taxas de violência e criminalidade, as Unidades Paraná Seguro (UPS) estão situadas em localidades com incidência de tráfico de drogas, segundo critérios técnicos. O conceito da UPS é de uma polícia cidadã que estabelece uma relação de confiança e vai além de um projeto temporário, aliado à oferta de serviços públicos.

20.1 Departamento de Execução Penal (DEPEN)

A gestão da SEJU busca soluções estratégicas para melhorar o funcionamento do Sistema Penitenciário, desafogar a superlotação, reverter a situação de precariedade das unidades penais e promover a ressocialização.

Estão sob a responsabilidade da SEJU, 39 Estabelecimentos Penais, sendo: 18 Penitenciárias, 05 Casas de Custódia, 02 Cadeias Públicas, 06 Semiabertos, 04 Centros de Reintegração Social, 02 Patronatos e 02 APACs, ocupadas por 17.725 homens e 982 mulheres (Fonte: relatórios do GAP/DEPEN – outubro/2014).

20.1.1 Convênios com a Caixa Econômica Federal/Ministério da Justiça para Realização de Obras – Em Execução

Com o objetivo de aprimorar a gestão do Sistema de Execução Penal e o respeito à dignidade da pessoa humana, a SEJU emvidou esforços com o intuito de ampliar a estrutura e a capacidade dos Estabelecimentos Penais para absorver, gradativamente, os presos em Delegacias de Polícia, consideradas inapropriadas para a custódia, equacionando a superlotação e o déficit de vagas.

O Estado do Paraná firmou parceria com o Governo Federal para a construção de seis Cadeias Públicas; ampliação de oito Estabelecimentos Penais; construção de seis Centros de Integração Social para o Regime Semiaberto e de dois Centros de Integração Social em Piraquara; reformas de Estabelecimentos Penais, com recursos do Governo Estadual. As obras estão distribuídas em diversos conjuntos arquitetônicos, no valor total de R\$ 135,0 milhões, conforme apresentado a seguir:

	OBRA/REGIÃO	VAGA	M²	VALOR LICITAÇÃO
1	Norte Central			15.389.195,50
	Ampliação Casa de Custódia de Londrina - CCL	196	1.455,10	3.100.314,60
	Cadeia Pública Londrina	382	3.763,97	7.978.409,70
	CIS - Semiaberto Londrina	216	1.717,70	4.310.471,20
2	Centro Ocidental			13.178.372,89
	Cadeia Pública Campo Mourão	382	3.763,97	9.167.712,89
	CIS - Semiaberto Campo Mourão	216	1.717,70	4.010.660,00
3	Centro Oriental			18.298.975,29
	Ampliação Penitenciária Estadual de Ponta Grossa - PEPG	334	2.202,78	8.008.099,09
	Cadeia Pública Ponta Grossa	382	3.763,97	10.290.876,20
4	Oeste			43.921.353,09
	Ampliação Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu - PEF	501	2.967,08	8.929.161,08
	Ampliação Penitenciária Industrial de Cascavel - PIC	334	2.539,32	6.215.371,08
	Cadeia Pública Foz do Iguaçu	382	3.763,97	8.662.759,43
	Cadeia Pública Guaíra	382	3.763,97	8.295.359,12
	CIS - Semiaberto Guaíra	216	1.717,70	3.892.915,88
	CIS - Semiaberto Foz do Iguaçu	216	1.717,70	4.015.205,00
	CIS - Semiaberto Foz do Iguaçu II	216	1.717,70	3.910.581,50
5	Metropolitana de Curitiba			44.412.464,47
	Ampliação Penitenciária Feminina de Piraquara - PFP	381	2.732,97	7.439.322,31
	Ampliação Penitenciária Estadual de Piraquara I - PEP I	501	3.201,38	9.462.990,44
	Ampliação Penitenciária Estadual de Piraquara II - PEP II	501	3.154,50	9.490.720,63
	Ampliação Casa de Custódia de Piraquara - CCP	334	2.166,05	6.512.482,75
	Cadeia Pública de Jovens e Adultos em Piraquara	382	3.763,97	8.075.034,35
	CIS - Semiaberto Piraquara	216	1.717,70	3.431.913,99
TOTAL		6.670		135.200.361,24

20.1.2 Oferta Educacional no Sistema Penal do Paraná

A partir dos princípios constitucionais de respeito aos direitos humanos e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o Plano Diretor do Sistema Penal do Estado do Paraná propõe ações, almejando transformar as prisões em escolas, oficinas de trabalho em ambientes de paz e não violência. Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais e atendendo às especificidades do Sistema Penal, foi criada a Coordenação de Educação, Qualificação e Profissionalização de Apenados (CEQP), vinculada ao Programa para o Desenvolvimento Integrado (PDI-Cidadania) e ao DEPEN.

Trata-se da oferta da educação prisional presencial e/ou a distância, que integra educação profissional e tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para egressos e presos do regime fechado e semiaberto, proporcionando ao apenado, oportunidade de concluir a escolarização básica, ingressar no ensino superior e qualificar-se para o mercado de trabalho.

Realizada em parceria com o Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA) da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e com outras instituições parceiras (SENAC, SENAI, PUC, etc.), a escolarização é ofertada por intermédio de nove Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), exclusivamente para os Estabelecimentos Penais. Atualmente, são 379 profissionais da educação atuando desde a alfabetização ao Ensino Médio.

Atividades Educacionais Desenvolvidas no Sistema Penal do Paraná:

AÇÃO	REFERÊNCIA	2011	2012	2013	2014
Programa Brasil Alfabetizado/ Paraná Alfabetizado	Alfabetização	348	221	158	104
Educação Básica	Ensino fundamental	3.621	4.066	3572	3.141
	Ensino médio	766	957	899	816
	ENCCEJA	-----	-----	1.411	2.299
	ENEM	815	1.181	1.839	Em período de inscrições
	Exames de EJA/SEED	1.385	1.904	3.035	1.806
Ensino Superior	Curso superior	-----	26	12	10
Qualificação Profissional	Cursos ofertados	12	390	1.430	499
	Total de concluintes:	1.084	6.196	19.548	8.834
Programa Remição da Pena pelo Estudo					
Através da Leitura	Estudo através da leitura	-----	992	2.454	2.349
Campanhas de Doação de Livros	Total arrecadado	-----	2.200	14.000	10.798

20.1.3 Projeto de Remissão da Pena pelo Estudo Através da Leitura

O Paraná foi o primeiro Estado da Federação a regulamentar o Estudo através da Leitura, instituído pela Lei Estadual nº 17.329, de 08 de outubro de 2012, no âmbito dos Estabelecimentos Penais com o objetivo de oportunizar o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de textos e, por conseguinte, possibilitar a remissão pelo estudo.

O Projeto obteve reconhecimento nacional recebendo o Prêmio de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça, em 2013, e o Selo ODM do Paraná.

20.1.4 Qualificação Profissional para os Apenados

Realizada por meio de tecnologias de qualificação social e profissional, em parceria com a Rede de Qualificação Profissional, considerando os canteiros de trabalhos, organizados conforme o Estabelecimento Penal e os arranjos produtivos de cada região.

MÊS DE REFERÊNCIA	JAN-DEZ/2013	JAN-OUT/2014
Curso Superior	12	08
Cursos Ofertados Qualif. Prof.	1.430	544
Total de concluintes:	19.549	9.859

20.1.5 Eventos da Educação Prisional

Tem como objetivo, capacitar os profissionais da educação que atuam nessa área, ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos, bem como incentivar a leitura.

Foi realizado o II Encontro Estadual de Educação nas Prisões, no período de 19 a 23 de maio, com 230 participantes; e o II Seminário Estadual de Educação no Sistema Prisional do Estado do Paraná, no período de 11 a 15 de agosto, com 350 participantes.

20.1.6 Ampliação dos Índices de Inclusão Social por Meio do Estudo e Trabalho

O trabalho do preso inserido no Sistema Penal é garantia legal a ser tutelada pelo Estado. Conforme o art. 41, inciso II, da Lei de Execução Penal - LEP (Lei nº 7.210/84) é seu direito exercer atividade laboral e ser por ela remunerado. Nessa perspectiva, foi criado o Programa para o Desenvolvimento Integrado - PDI Cidadania, por meio do Decreto Estadual nº 4.021, de 09 de março de 2012.

- Canteiros de Trabalho - dos 478 canteiros, 364 são próprios, onde trabalham 1.627 presos e em 114 canteiros de empresas, trabalham 1.650 presos.

REGIÃO	NÚMERO DE PRESOS IMPLANTADOS		PECÚLIO DIF.	TOTAL DE PRESOS TRABALHANDO	TOTAL PRESOS NO SISTEMA	% PRESOS POR REGIÃO
	Próprio	Privado				
Centro Oriental	72	69		141	1.251	11,27
Centro Sul	37	147		184	473	38,90
Metropolitana de Curitiba	940	800	103	1.843	8.718	21,14
Norte Central	263	302	15	580	3.700	15,68
Oeste	162	92	1	255	2.783	9,16
Sudoeste	21	215		236	1.057	22,33
Noroeste	13	25		38	725	5,22
TOTAL	1.508	1.650	119	3.277 ⁽¹⁾	18.707	
% presos Implantados em Canteiros	8,06	8,82	0,64			

FONTE: DIPRO/DEPEN 31 outubro de 2014

(1) + 850 presos, implantados em artesanato somente recebendo remissão.

AÇÃO	REFERÊNCIA	2011	2012	2013	2014
Trabalho	Canteiros Próprios	1.585	1.757	1.550	1.627
	Canteiros em Empresas	1.843	2.335	2.852	1.650
	Artesanato	587	581	813	850
	Total	3.428	4.673	5.215	4.127

20.1.7 Ações Importantes que Possibilitam o Aprimoramento da Gestão do Sistema Penal

- Monitoração Eletrônica - implementado o sistema de monitoração e rastreamento de sentenciados, por meio da locação de tornozeleiras eletrônicas, em conformidade com a Lei Federal nº 12.258, de 15 de junho de 2010. Foi contratado o fornecimento de 5.000 tornozeleiras ao custo anual de R\$ 14,5 milhões, e instituída a Central de Monitoração Eletrônica de Presos, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 12.015, de 01 de setembro de 2014.
- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) - implantação do modelo de gestão de APACs, nos termos da Lei Estadual nº 17.138, de 02 de maio de 2012 e formalização do convênio com a APAC de Pato Branco, proporcionando a abertura de 40 vagas para o regime semiaberto.
- Centro de Reintegração Social de Umuarama (CRESUM) - instituído pela Resolução nº 296/2014 - SEJU, em nível de execução penal na estrutura do DEPEN, funciona nas dependências de imóvel locado pela prefeitura de Umuarama, destinado ao atendimento de presos do regime semiaberto.
- Sistema Integrado de Informações da População Carcerária (SIGEP) - tem por objetivo coletar informações para a integração e interoperabilidade dos sistemas; permite a integração de dados do Poder Executivo, com o Poder Judiciário e o Ministério Público Federal, conferindo visão gerencial da execução penal, o que resultou na redução da superlotação carcerária em delegacias de polícia em mais de 60%.
- Cadastro Estadual de Pessoas Privadas de Liberdade (CEPPL) - instituído pelo Decreto Estadual nº 11.880/2014, com a finalidade de modernizar a gestão prisional, como ferramenta única de gestão dos dados da SESP e da SEJU; criação do aviso eletrônico automático às autoridades indicadas no art. 3º da Lei Federal nº 12.714/2012, para os casos que evidenciem a necessidade de monitoramento, para comunicação ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ministério Público do Estado do Paraná, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Juízes Regionais das Varas de Execução Penal; indexação das informações, tais como número do prontuário do preso no Poder Executivo com os números adotados pelo Poder Judiciário, em especial, com os dados relativos ao mandado de prisão, atestado de pena, data da sentença, acrescido do documento pessoal (RG), local da prisão e outros dados.

- Central de Transparência Carcerária no Estado do Paraná - criada pelo Decreto nº 10.862/2014 de 24/04/2014, a partir do Portal de Transparência.
- Central Estadual de Informação de Flagrantes - com fulcro na Lei nº 16.595/2010, garante o direito à informação a partir do Portal de Transparência - Decreto nº 10.863 de 24/04/2014.
- Comitê de Transferência de Presos (COTRANSP) - instituído pela Resolução Secretarial nº 359/2013, o Comitê deverá ser instalado em todas as Comarcas sedes das Varas de Execução Penal do Estado. Atualmente, os COTRANSPs estão instalados nas Comarcas Sedes de Cruzeiro do Oeste, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ponta Grossa e Londrina.

ANO	PRESOS IMPLANTADOS NO SISTEMA PENAL
2011	7.323
2012	11.640
2013	11.642
2014	11.834

20.1.8 Gestão de Pessoal

Foram realizadas as seguintes contratações:

- Nomeação por meio de concurso público de 56 servidores na área da saúde para atendimento das unidades penais do DEPEN.
- Prorrogação do contrato de trabalho de 1.235 agentes de cadeia pública, em janeiro.
- Nomeação por meio de concurso público de 288 agentes penitenciários em abril e 87 agentes penitenciários em julho, para as unidades penais do DEPEN.
- Contratação Temporária – PSS de 129 agentes penitenciário para as unidades penais do DEPEN.
- Autorização de ampliação de 97 vagas, para nomeação por meio de concurso público, aberto por meio do Edital nº 016/2013-SEAP, cargo de agente penitenciário. O processo encontra-se na etapa de curso de formação, os candidatos deverão passar pelos exames médicos e posterior nomeação.

20.1.9 Patronato Central do Estado

Por meio do Decreto nº 9.047, de 27 de setembro de 2013, foi criado o Programa Patronato - Programa de Municipalização da Execução Penal em Meio Aberto, visando à promoção de ações de inclusão social por meio do monitoramento, fiscalização e acompanhamento do cumprimento de penas e medidas alternativas, em cinco eixos: drogadição, violência doméstica, crimes de trânsito, ambientais, eleitorais e cibercrimes, objetivando a individualização do cumprimento das alternativas penais, possibilitando aos assistidos reflexões acerca do delito

cometido, visando à mudança comportamental. Promoveu, ainda, outros três eixos de ação: retomada do ensino formal, qualificação profissional e reinserção no mercado de trabalho por intermédio do Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Programa encontra suporte na corresponsabilidade entre o Poder Executivo Estadual e Municipal, Poder Judiciário e Ministério Público Estadual e Federal, e está estruturado a partir de parceria entre SEJU, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), municípios e Conselhos da Comunidade. Atuou em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e com as Regras de Tóquio.

São 17 Patronatos, incluído o Patronato Central que coordena os patronatos estaduais e as parcerias para implantação do Programa Patronato mediante Termo de Movimentação de Crédito Orçamentário.

20.1.10 Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (COPEN)

Órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, o COPEN realizou as seguintes atividades no período de 10/01/2014 a 31/10/2014.

- 32 reuniões (128 Sessões Preparatórias, Plenárias e de Turmas - votação de processos).
- 359 processos de indulto coletivo apreciados.
- 496 processos de comutação de pena apreciados.
- 84 processos referentes às atividades prestadas pelos Conselhos da Comunidade das Comarcas do Paraná apreciados.
- 178 pedidos de indulto individual (oriundos do DEPEN NACIONAL) apreciados.
- 32 processos de suspensão/revogação de livramento condicional apreciados.
- 126 pedidos de providências (cartas de presos com solicitações diversas) atuadas e apreciadas.
- Diversas ações de fiscalização direta da execução da pena - visitas de inspeção carcerária; diálogo com Direção de Unidades Penais; reunião com COTRANSP, reuniões com DEPEN; expedição de ofícios à Corregedoria do TJ e MP. Em 15/10/2014 foi publicada no DOE a Deliberação COPEN nº 01/2014, que determina a realização de visitas de inspeção carcerária em 15 Estabelecimentos Prisionais do Estado do Paraná; em 29/10/2014 foi realizada Sessão Plenária com a participação de representantes da SEJU e da SESP, para debater medidas administrativas e judiciais de prevenção e combate a rebeliões.

20.1.11 Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH)

A ESEDH tem como objetivo desenvolver competências, habilidades e atitudes do servidor, inclusive a produção intelectual, visando atender às metas previstas no Plano Diretor do Sistema Penal e as estabelecidas pelo governo estadual. Foram realizados 23 cursos com total de

5.271 participantes. Em 2014, a ESEDH consolidou as ações do Comitê de Educação em Direitos Humanos (CEDH-PR), com a atuação dos Grupos de Trabalho (GT). O CEDH é de caráter interinstitucional e interdisciplinar: promove a integração de Conselhos Tutelares, Ordem dos Advogados, Ministério Público, Conselhos de Segurança, FIEP/SESI, ONG dentre outros, bem como de agentes penitenciários, psicólogos, advogados, assistentes sociais, professores, jornalistas, administradores, pedagogos, médicos dentre outros profissionais. As ações dos GT Família, Religiosa, Música e Meio ambiente resultaram na Resolução nº 315/2014-SEJU, que define medidas para a assistência religiosa em unidades penais.

Segundo recomendação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a partir do CEDH foi elaborado o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, em fase de validação pelo Conselho Permanente dos Direitos Humanos (COPED) e pelo Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (CONESD), para posterior encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Na educação a distância, foi disponibilizado o Curso de Atualização em Serviços Penais: Desafios Contemporâneos, com o apoio da Escola de Governo.

20.2 Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR)

O PROCON/PR atende o consumidor mediante o desenvolvimento de ações pró-ativas com foco na informação e educação do consumidor; fornecimento de orientações que possibilitem ao próprio consumidor resolver seus problemas de consumo; defesa dos direitos dos consumidores lesados com a abertura de processos administrativos de reclamação, bem como a propositura de ações judiciais, visando à defesa dos interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos.

Em 2014, realizou 69.353 atendimentos, 10.417 audiências, 9.302 processos administrativos arquivados com decisão definitiva, foram aplicadas 362 multas no valor total de R\$ 10,1 milhões, recebidas 92 multas no valor total de R\$ 1,7 milhão e 110 multas inscritas em dívida ativa no valor total de R\$ 5,5 milhões.

No atendimento dos PROCONS municipais integrados, dos 55 municípios com PROCON Municipal, 32 permaneceram integrados ao Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - DPC, tendo sido realizadas 10.056 audiências e atendidos 76.464 consumidores.

As demais atividades realizadas estão descritas a seguir.

- Divisão Jurídica - 2.920 processos administrativos de reclamação com inclusão no Cadastro de Defesa do Consumidor e posterior aplicação de sanção administrativa de multa; 1.646 pareceres jurídicos e decisões administrativas de sanção; 454 audiências especiais contra empresas de luto de Curitiba e Região Metropolitana; 25 pareceres técnicos para a Assembleia Legislativa especificamente sobre projetos de lei na área da defesa do consumidor.
- Estudos, Pesquisas e Eventos - projeto Comparação de Preços de Produtos e Serviços de Consumo Básico e realização das seguintes pesquisas em 2014:

SERVIÇOS/ PRODUTOS	COLETAS REALIZADAS	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS	ITENS PESQUISADOS
Ovos de Páscoa	1	10	217
Material escolar	1	9	130
TOTAL	2	19	347

- Projeto Educação para o Consumo - em conjunto com a Escola Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (ENDC/MJ), foram realizados três ciclos do Curso Virtual para Jovem Consumidor, na modalidade a distância, com 388 consumidores inscritos e 320 alunos selecionados, distribuídos em 110 municípios do Estado.
- Projeto Descentralização do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - com 55 PROCONs Municipais em funcionamento, o PROCON/PR oferece aos municípios assessoria técnica permanente, o sistema informatizado de atendimento – DPC, bem como acompanhamento de demandas e relatórios de gestão.
- Projeto de Capacitação do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - participação de 20 servidores de 10 PROCONs Municipais. O PROCON/PR é o gestor estadual dos cursos oferecidos pela ENDC/MJ, do Ministério da Justiça. Foram oferecidos três ciclos de cursos de educação a distância aos técnicos do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, com a participação de 81 servidores que atuam nos PROCONs, Defensoria Pública e Conselho de Consumidores da Copel Distribuição; e Curso de Formação em Defesa do Consumidor para a Região Sul, com a participação de 62 servidores de PROCONs e do Ministério Público de 24 municípios do Paraná e de Santa Catarina.
- PROCON na Copa - criado o Comitê Técnico de Defesa e Proteção ao Consumidor Turista do Estado do Paraná, do qual participaram o PROCON Estadual, a Coordenação Geral da Copa do Mundo 2014, a Secretaria Estadual de Esporte e Turismo - Paraná Turismo, o Ministério Público do Estado do Paraná, a Secretaria Municipal de Saúde – Visa, o Instituto Municipal de Turismo - Curitiba Turismo (CTUR), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel/PR), a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH PR), a Associação Comercial do Paraná (ACP) e o PROCON Municipal de São José dos Pinhais. O PROCON atuou em conjunto com outros órgãos de proteção ao consumidor, entidades de turismo, vigilância sanitária e representantes dos setores econômicos envolvidos, com a elaboração e divulgação de material educativo, procedimentos para atendimento e encaminhamento de demandas, levantamento e monitoramento de preços de hospedagem em diversos hotéis de Curitiba e disponibilização de *hotsite* no portal do PROCON-PR.
- PROCON na Mídia - concedidas 226 entrevistas e realizados 71 levantamentos de dados sobre o atendimento do órgão.
- Participação no Conselho de Consumidores da Copel Distribuição S.A. e na Comissão de Certificação de Produtos Elétricos do TECPAR.

- CONSUMIDOR.GOV.BR - em agosto de 2013, o PROCON/PR foi convidado para participar do Grupo Técnico da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON/MJ), com a função de planejar nova plataforma de registros de reclamação via Internet, como parte do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC), que resultou na plataforma CONSUMIDOR.GOV.BR que entrou em produção em maio. Trata-se de ferramenta revolucionária de registro de reclamação, pois possibilita ao consumidor apresentar sua reclamação diretamente ao fornecedor sem sair de casa, sob a fiscalização dos PROCONs. Somente nos casos em que o fornecedor não resolver os problemas apresentados no prazo de 10 dias é que o consumidor poderá procurar os órgãos de defesa do consumidor. A média de resolutividade no Paraná foi de 67,0%.

20.3 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC)

Criado por meio do Decreto nº 5.558/2012, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 10.714/2014, o DEDIHC responde pela promoção, proteção, defesa e implementação dos direitos humanos, em consonância com os ordenamentos e documentos nacionais e internacionais que regem o tema.

O Departamento tratou de forma integrada as demandas apresentadas sob as múltiplas dimensões dos direitos humanos, em estreita relação com os vários organismos governamentais e com a sociedade civil representada nas suas diferentes formas de expressão, contemplando, portanto, os direitos da pessoa idosa, mulheres, pessoas com deficiência, segmento LGBT, migrantes e refugiados, povos indígenas e comunidades tradicionais, população em situação de rua, entre outras. Assim, quaisquer representações que evidenciam a violação dos direitos humanos, apuração e adoção de medidas de proteção aos direitos humanos estão entre as competências do DEDIHC.

As atividades contemplaram também o assessoramento aos Conselhos de Direitos e outras instâncias deliberativas, bem como o suporte ao desempenho das ações e atividades dos Comitês Estaduais – Refugiados e Migrantes CERM e Combate à Tortura no âmbito do Estado do Paraná, além da Comissão Estadual da Verdade - Teresa Urban, criada pela Lei Estadual nº 17.362/2012, com a finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Estado do Paraná, no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988.

Foram gerenciados os serviços prestados pelo Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centro de Referência do Idoso e Disque Idoso Paraná, Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua, Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná, bem como o Programa Passe Livre Intermunicipal da Pessoa com Deficiência, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR) e o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR).

20.3.1 Promoção da Cidadania

- Recebimento e encaminhamento de Denúncias DISQUE 100 - serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas às violações de direitos humanos. Em 2014, o DEDIHC recebeu 396 denúncias relativas a pessoa com deficiência e 738 relativas a pessoa idosa.
- Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CEDDHPSPR/PR) foram realizados 223 atendimentos, sendo 168 para acolhimento e 55 referentes a denúncias.
- Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRMulher) - espaço estratégico para articulação de serviços, organismos governamentais e não governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres, garante o acesso a outros serviços para as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. Foram realizados 1.912 atendimentos até outubro.
- Centro de Referência do Idoso - até outubro foram realizados 180 atendimentos no Centro de Referência e 1.516 denúncias pelo Disque Idoso Paraná (0800410001).
- Programa Passe Livre - assegura a isenção tarifária em linhas de transporte intermunicipal e integrado de transporte coletivo de regiões metropolitanas à pessoa com deficiência. Até outubro foram atendidas 3.964 solicitações de passe livre, 2.580 cadastros de processos e aproximadamente 4.200 atendimentos presenciais e telefônicos.

20.4 Departamento Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (DEPSD)

O DEPSD foi criado pelo Decreto nº 10.714 de 2014, com o compromisso de fortificar o debate da política sobre drogas no Estado do Paraná. Junto com o CONESD tem a incumbência de estimular, orientar, assessorar, acompanhar e avaliar a implantação de Programas e Planos de Trabalho da Política Estadual sobre Drogas (Resolução nº 001/2010/CONEAD).

Os trabalhos desenvolvidos contemplam ações voltadas para os cinco eixos da Política Nacional e Estadual sobre Drogas: Prevenção; Tratamento, recuperação e (re)inserção social; redução dos danos sociais e à saúde; redução da oferta; estudos, pesquisas e avaliações

Atividades realizadas:

- Discussão sobre serviços prestados pelas Comunidades Terapêuticas, em conjunto com o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas e sociedade civil, com a finalidade de avaliação e credenciamento de instituições estabelecendo-se metas e níveis de resultado.
- Sistematização entre as Secretarias de Estado organizando a divulgação da rede de atenção a usuários de drogas no Estado do Paraná (CRAS, CREAS, CAPS, Conselhos Municipais), mediante elaboração de mapa georreferenciado, a integrar o Observatório de Informações e Políticas sobre Drogas com análise de inclusão no Portal da Cidadania

como fonte de informação e subsídio atualizado ao Call Center existente sobre o tema (Disque 132).

- Criação do Núcleo de Boas Práticas e Prevenção (NUPREV), que articula com a sociedade civil e subsidia diretrizes para a Política Estadual sobre Drogas.
- Mutirão de saúde - inserido na programação da Semana Nacional da Cidadania e Solidariedade em prol dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o mutirão ofertou: teste rápido de HIV, sífilis, hepatites B e C; exames de suspeição de hanseníase e tuberculose; aferição de pressão arterial e índice de massa corporal; exames odontológicos; testes de mama; palestra sobre Afeto, Sexualidade, Autoestima e Uso de Drogas com orientações preventivas e material de educação em saúde; atividades voltadas ao resgate da autoestima, com promoção de beleza ofertada por alunos dos cursos de cabeleireiro, manicure e maquiagem. O projeto integra plano piloto de prevenção direcionado especialmente às pessoas mais próximas de obter benefício processual.
- Protocolo de Intenções - formalizado entre o Governo do Estado do Paraná, por meio da SEJU e Secretaria de Estado de Segurança Pública, Universidade Federal do Paraná, The Harris School - Universidade de Chicago, acadêmicos da Universidade de São Paulo (USP), CELEPAR e Ministério Público Federal, com a finalidade de articular dados relativos à informação gerencial do Estado e aprimorar informações a respeito da temática. O DEPSD executa o Monitoramento de prisões pela Lei de Drogas para subsidiar dados gerenciais e articular políticas públicas específicas.

20.5 Demonstrativos de Execução Orçamentária 2014

- Comparativo entre o orçamento previsto e realizado em 2014

ESPÉCIE	ORÇAMENTO TOTAL	(%)	EMPENHADO	(%)	SALDO
Pessoal	392.322.710	71	314.415.485	80	77.907.225
Outras Despesas Correntes	140.788.233	26	107.519.180	76	33.269.053
Investimentos	18.574.148	3	6.852.440	37	11.721.708
TOTAL	551.685.091	100	428.787.105	78	122.897.986

- Comparativo entre o orçamento previsto e realizado em 2014

ESPÉCIE	ORÇAMENTO TOTAL	(%)	EMPENHADO	(%)	SALDO
Tesouro do Estado e outras	518.917.402	83	418.749.468	81	100.167.934
Recurso Federal	20.372.689	14	6.993.810	34	13.378.879
Recursos Próprios - Fundos	12.395.000	1	3.043.827	25	9.351.173
TOTAL	551.685.091	100	428.787.105	78	122.897.986

FONTE: Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD, 20/11/2014

21

*Secretaria do Meio Ambiente e
Recursos Hídricos*



21 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) tem como finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária, fundiária, controle da erosão, gestão de resíduos sólidos e de saneamento ambiental.

Em 2014, coordenou a proposição e elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos relacionados a sua atuação específica, contribuindo para a definição e implementação da política ambiental do Estado.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto de Terras e Cartografias e Geociências (ITC), Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANA) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), estão detalhadas a seguir.

21.1 Coordenadoria de Resíduos Sólidos (CRES)

- Paraná sem Lixões - ampliação do escopo do projeto restabelecendo os acordos setoriais com a indústria firmando planos e termos para a logística reversa. Isto aconteceu em face da impossibilidade de se cumprir integralmente o estabelecido em 2013, pois em abril ainda existiam 87 lixões e mais de 120 aterros sem licenciamento ambiental. Em 2011, havia apenas um consórcio de gestão de resíduos sólidos urbanos, em 2014 passou a contar com 15 consórcios. A SEMA estimulou a organização de consórcios intermunicipais para partilhar a solução dos problemas, organizando junto a Agência de Fomento do Paraná e a Agência Francesa de Desenvolvimento o primeiro empréstimo nacional sem a necessidade do aval da STN.
- Fortalecimento da gestão municipal R20 - a cada dois meses, representantes dos municípios de cada uma das 20 regiões (convidadas cerca de 97 prefeituras por reunião) debatem os principais problemas de lixo de suas localidades, com destaque para a Logística Reversa. Foi assinado o Termo de Compromisso - entre a SEMA, Reciclanip (Associação dos Industriais dos Pneumáticos) e a Votorantin,- para que o Paraná aceite pneus de outros estados em forma de aparas (pneu picotado). Para garantir que os pneus consumidos no Paraná não sejam abandonados, quando um município apresentar que existem pneus em sua localidade, as empresas se comprometeram a retirar os mesmos, triturá-los (apara de pneu) e encaminhá-los para a Votorantin.
- Logística Reversa - o Paraná conseguiu o primeiro acordo no setor farmacêutico do Brasil com início de suas ações em agosto. O Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná (SINDUSCON-PR) entregou à SEMA, o Plano de Logística Reversa do setor, na 11ª Reunião do Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Regional Sul-Sudeste (COEMA) da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Desenvolvido pelos

sindicatos da Construção Civil que atuam no Paraná: SINDUSCON-PR; SINDUSCON-Noroeste; SINDUSCON-Oeste; SINDUSCON-Norte, o documento apresenta mecanismos necessários para a correta destinação de resíduos gerados nas obras, e do incentivo à filiação de processos que diminuam a geração desses materiais. A SEMA conseguiu o compromisso da indústria metal mecânica, de reparação de veículos, moveleira e de produtos metálicos e não metálicos. Além da previsão de conclusão de mais cinco planos de logística reversa. Dentro da Logística Reversa, o Paraná é campeão mundial em recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos. De todas as embalagens que chegam aos campos paranaenses, 98,0% são lavadas e separadas corretamente pelos agricultores. Em 2014, comemorou-se 10 anos do Sistema Campo Limpo, que recentemente teve seu termo de compromisso prorrogado, garantido o compromisso do Estado e da indústria com o meio ambiente no campo.

21.2 Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas (CBIO)

- Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) - regulamentado o PSA, tendo como desafio a obtenção de recursos para o pagamento dos proprietários rurais, além de investimentos em diagnóstico e elaboração dos projetos gerais e individuais. Obtidos recursos de cerca de R\$ 3,0 milhões junto à Agência Nacional de Águas (ANA), e aprovado junto ao CERH, mais de R\$ 1,2 milhão, garantindo o início do PSA de Águas. Firmado Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Boticário de Proteção a Natureza, para utilização da ferramenta de TI denominada SISOÁISIS; e parcerias com a ANA, o ICMBio, o Estado de São Paulo e de Santa Catarina, entre outras. Foram realizadas várias ações alinhadas ao Bioclima, como é o caso do Programa de Uso do Solo e da Água em Microbacias da SEAB, que detém R\$ 50,0 milhões do Projeto Multissetorial do Banco Mundial e capacita e envolve agricultores em microbacias de abastecimento para boas práticas ambientais.
- Cadastro Ambiental Rural (CAR) – regulamentado o Programa de Regularização Ambiental (PRA).
- Inventário Florestal - dividido em três fases, em cooperação com organismos nacionais e internacionais, com investimentos de mais de R\$ 4,5 milhões, tendo o inventário um custo aproximado de R\$ 5,7 milhões, que pretende garantir uma política estratégica de atração de financiamentos e investimentos privados.
- Unidades de Conservação e o Mosaico Lagamar - nos processos de Biodiversidade, o Paraná é o primeiro Estado a fechar com o ICMBio o acordo para gestão integrada nas unidades de conservação: do Estado, Governo Federal, municipal e unidades de conservação particulares (RPPNs). Foi realizado junto ao Estado de São Paulo um acordo de cooperação para gestão integrada das Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar do Paraná e de São Paulo. A iniciativa garantirá repasse de informações e

troca de experiência de gestão, além de monitoramento de fauna e flora entre os dois Estados. O Paraná firmou acordo com o MMA , e com a GIZ (cooperação intergovernamental da Alemanha) e o Banco KfW (alemão) para um projeto denominado Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica, que prevê apoio técnico e investimento de até 50 milhões de euros.

21.3 Mobilidade

No Programa Paranaense de Mobilidade Não Motorizada por Bicicleta - Ciclo Paraná - foram realizados encaminhamentos para a criação do primeiro programa de mobilidade sustentável do Estado.

O Paraná é o primeiro Estado a incluir questões sobre a bicicleta nas provas de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Ou seja, todos os postulantes a dirigir um veículo automotor devem entender o papel da bicicleta no cotidiano e o direito do ciclista em trafegar em vias urbanas de forma segura e pacífica.

Foi realizada ação integrada com a Secretaria de Estado da Fazenda e a Assembleia Legislativa, que trouxe redução do ICMS, em uma clara demonstração de incentivos fiscais para atividades sustentáveis e de estímulo à saúde pública.

21.4 Coordenadoria de Mudanças Climáticas (CMC)

- Lançamento do primeiro Inventário Estadual de Emissões de Gases Efeito Estufa e Agentes Climáticos de curta duração e propostas de mitigação de emissões setorializadas do Paraná, que é uma ferramenta fundamental para a política de gestão climática e para auxiliar o poder público na tomada de decisões para elaboração de políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- SEMA Carbono Zero - primeiro órgão estadual do Brasil a contabilizar e compensar o carbono emitido pelas ações dos funcionários e pelo trabalho realizado. Realizado anualmente, foram concluídos os cálculos da quantidade de emissão de 2013, com lançamento da Cartilha em fevereiro de 2015. A COMEC assinou um Termo de Cooperação Técnica para utilização de aproximadamente 05 hectares de terras no Parque Palmital, para compensação das emissões da SEMA, para ser plantado aproximadamente 1.018 mudas de árvores, com previsão de início do plantio em 2015.
- Estrada com Araucárias - os proprietários rurais são remunerados por empresas interessadas na compensação de suas emissões de gases de efeito estufa, sendo que o programa remunera cada árvore plantada, e os agricultores recebem R\$ 5,0 por muda de araucária, limitado a R\$ 1,0 mil por propriedade rural. Em 2014, garantiu o plantio de aproximadamente 20 mil árvores.

- Programa de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres Naturais e Antrópicos (FGRD) - o Paraná está fazendo o maior investimento de sua história na adaptação do homem às mudanças climáticas, com investimentos em torno de R\$ 53,0 milhões, com o objetivo de garantir ao Estado a maior eficiência e anterioridade em previsibilidade de desastres naturais e eventos climáticos extremos. A previsibilidade que era de 12 a 16 horas em 2011, está chegando a 36 horas de antecedência. Com esses investimentos a Defesa Civil, o SIMEPAR, MINEROPAR e Águas Paraná, coordenados pela SEMA, pretende-se passar a ter um horizonte de até 03 dias de antecedência em eventos extremos.
- Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas - apoio na elaboração do 1º Inventário de Emissões Antrópicas Diretas e Indiretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) e de Agentes Climáticos de Curta Duração, com o objetivo de estabelecer o perfil de emissões do Estado e propostas de mitigação. Aplicação de pesquisa online, com o apoio da CELEPAR, em forma de questionário, junto aos 399 municípios, objetivando sensibilizar, conhecer as ações que vem ocorrendo e a percepção dos entrevistados em relação às mudanças no território municipal como: aumento ou diminuição da temperatura, regime das chuvas, estiagens, dentre outras. Tem como objetivo melhorar a infraestrutura, propiciando otimização no atendimento das populações e aos programas ambientais de Governo. Participou do primeiro Diagnóstico da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar no Brasil com o Instituto de Energia e Meio Ambiente e os órgãos estaduais do meio ambiente de oito Estados, e apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Participou da primeira reunião do Fórum itinerante de Mudanças climáticas no litoral em junho, que teve como objetivo divulgar, interagir e colher reivindicações locais sobre o assunto.

21.5 Modernização do Sistema SEMA

- Descentralização do Licenciamento - o processo de descentralização garante que atividades de impacto ambiental local sejam licenciadas pelo próprio município ou por consórcios de municípios. Em maio, a SEMA outorgou a 12 municípios o direito de emitirem licenças ambientais.
- Redução de Gastos - nos últimos seis meses, a SEMA reduziu em média 30,0% dos gastos com segurança, serviços terceirizados e tarifas telefônicas, economizando em alguns casos até 60,0% comparando com períodos anteriores. Foi feita revisão de todos os contratos de licitação produzidos pela SEMA, tornando-os mais eficientes e eficazes com uma redução gradual dos custos.

21.6 Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos (CRHA)

- Segurança Hídrica - o Paraná é o primeiro Estado a lançar um programa para a construção de políticas públicas de segurança hídrica e remodelou sua política de recursos hídricos para uma série de arranjos institucionais, programas e projetos para que todos tenham esse viés. Isto garantiu ao Estado investimentos e apoio nacional e internacional. A ANA disponibilizou ao Estado aproximadamente R\$ 3,0 milhões para diagnóstico de 03 microbacias para consolidação do PSA da água.
- Acordo de Cooperação Técnica com a Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB) - o Paraná, por meio da SEMA, firmou o acordo, em outubro, com prazo de 03 anos, para implementar ações de integração, planejamento, fortalecimento, capacitação e articulação com organismos de bacias hidrográficas estaduais, interestaduais, federais e internacionais.

21.7 Coordenadoria de Educação Ambiental e Jardim Botânico (CEA)

- Programa Parque Escola - parceria da SEMA, SEED e IAP, conquistou o 21º Prêmio Expressão de Ecologia, a maior premiação ambiental da Região Sul, na categoria Educação Ambiental. Foi elaborado conteúdo programático e material didático do Curso de Educação Ambiental com ênfase nas Unidades de Conservação (modalidade EAD) de 40 horas, e realizado com 200 professores.

21.8 Ações da Agenda 21 Paraná

- Criação da Rede Estadual de Direitos Animais (REDA), por meio do Decreto nº 10.557 de 01 de abril de 2014, com o objetivo de ser instância articuladora entre as instituições envolvidas na temática, para elaboração, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Direitos Animais. Visa atender a demanda das diversas regiões do Estado e replicará sua estrutura em células regionais, conforme as 12 Unidades Hidrográficas do Estado.

21.9 Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA)

- 89ª Reunião Ordinária – apresentado o convênio celebrado entre a SEMA e MMA sobre a Preparação, Prevenção a Respostas Rápidas (P2R2) de acidentes com produtos químico-perigosos; e o Inventário Florestal do Paraná que faz parte do Inventário Florestal Nacional, que é um levantamento periódico (a cada cinco anos) com parcelas amostrais, estabelecidas sistematicamente para facilitar o diagnóstico e monitoramento dos recursos florestais do Brasil. Objetiva fornecer informações para subsidiar a definição de políticas e gestão dos recursos florestais e a elaboração de planos de uso e conservação dos recursos florestais.

- 23ª Reunião Extraordinária - discutidos os seguintes temas: a) descentralização de atividades de licenciamento e fiscalização ambiental, apresentação dos municípios aptos a licenciarem as suas atividades; b) fortalecimento do CEMA como ente máximo na definição das políticas públicas ambientais; c) fatos que levaram a decretação de 122 municípios em estado de emergência em virtude das fortes chuvas que assolaram o Paraná e as providências tomadas, como o fortalecimento na gestão dos riscos e desastres naturais e antrópicos, com recursos do Banco Mundial, no montante aproximado de R\$ 80,0 milhões conduzidos pela SEPL; d) importância do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas e os temas em discussão e as reuniões descentralizadas do mesmo no litoral do Paraná; e) realização de reuniões em Brasília para a criação do Parque Nacional Guaricana, que representa um acréscimo de 45 mil ha nas áreas de proteção da biodiversidade no Estado e um aumento de 50,0% das áreas protegidas do litoral do Paraná; f) necessidade de cadastramento, recadastramento de todas as organizações não governamentais que fazem parte do CEMA.
- 90ª Reunião Ordinária - principais temas debatidos: a) Inventário Florestal do Estado do Paraná; b) Cadastro Ambiental Rural; c) Política Estadual de Meio Ambiente; d) apresentação, discussão da Minuta de Resolução que institui a Política Estadual de prevenção, controle, erradicação e monitoramento de espécies exóticas invasoras; e) aprovação da resolução CEMA nº 093/2014 que estabeleceu os procedimentos para a eleição dos representantes das entidades ambientalistas não governamentais como membros indicados no CEMA para o período de 2014-2016.
- 24ª Reunião Extraordinária - principais temas debatidos: a) continuação da análise e deliberação da Minuta de Resolução que Institui a Política Estadual de prevenção, controle, erradicação e monitoramento de espécies exóticas invasoras e dá outras providências; b) discussão e aprovação da Resolução que estabeleceu, diretrizes e critérios orientadores para o licenciamento e outorga, projeto, implantação; c) operação e encerramento de aterros sanitários (revogou e substituiu a Resolução CEMA nº 86/2013); d) discussão e aprovação da Resolução que estabeleceu critérios para o Cadastramento de Laboratórios de Ensaio Ambientais e dá outras providências (revogou e substituiu a Resolução CEMA nº 84/2013); e) discussão e aprovação da Resolução CEMA nº 096/2014 que alterou o Artigo 18 do Regimento Interno que integra a Resolução nº 69/2009, determinando que o CEMA se reúna uma vez no ano com o CERH; f) aprovada a moção CEMA nº 04/2014 que solicitando o encaminhamento da minuta de projeto de Lei, para instituir a Câmara Especial Recursal (CER), instância administrativa do CEMA, com a atribuição de decidir, como última instância administrativa, os recursos interpostos contra a Decisão Administrativa do IAP em autos de infração ambiental.

21.10 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT)

- Homologação pelo Conselho Pleno do COLIT do Plano Diretor de Matinhos e do Plano Diretor de Guaratuba.
- Análise do Plano Diretor de Pontal do Paraná em andamento.
- Análises de processos de regularização de loteamentos, alvarás para terminais e para projetos minha casa minha vida.

21.11 Demais Atividades

- Agilidade e Segurança no Licenciamento Ambiental da Infraestrutura no Paraná - criação de grupo de trabalho com a SEIL/DER para a edição de novas resoluções, visando esclarecer dúvidas sobre licenciamento ambiental para empreendimentos rodoviários e uniformizar as decisões de cada regional para facilitar o trabalho do DER e da SEIL. Elaboração da Resolução nº 001/2014 para o licenciamento ambiental de outras atividades de infraestrutura como aeroportos, portos e ferrovias, tornando o Paraná uma referência.
- Criação da primeira Câmara Temática de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Paraná, sendo pioneira entre as doze sedes da Copa 2014. A SEMA junto ao EMATER, Paraná Turismo e SEAB trabalharam na implantação da Feira Orgânica e Sustentável.
- Pesca com Redes em Lagos e Represas - suspensão temporariamente a proibição do uso de redes e tarrafas para pesca em lagos, reservatórios e represas sob jurisdição do Estado do Paraná - Resolução SEMA nº 17/2014. Criado Grupo Técnico com representantes das SEMA, SEAB, IAP, Ministério da Pesca e Agricultura, IBAMA, Universidades e associações de pescadores profissionais e amadores para definir critérios dos locais públicos, que garantam a piscosidade nas águas de lagos, reservatórios e represas públicas, e compreender o quanto a proibição atingiria os pescadores profissionais.
- Tecnologia do *Fracking* - instituído Grupo de Trabalho (Resolução SEMA nº 032/2014) com a finalidade de discutir e propor medidas visando estabelecer critérios para o uso do *fracking* na exploração do gás não convencional, que consiste no fraturamento hidráulico da rocha que abriga o gás para a sua liberação e captura. Essa tecnologia é pouco conhecida e se utiliza de grandes volumes de água com adição de aditivos, injetados em altas pressões nos poços perfurados a profundidades quilométricas, o que pode resultar em impactos ambientais significativos.

21.12 Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC)

O ITC, autarquia estadual, é o órgão executor das políticas agrárias, fundiárias, cartográficas e geodésica, no Estado do Paraná.

21.12.1 Zoneamento Ecológico Econômico

O Programa de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-PR) foi continuado para o Estado do Paraná na escala 1:250.000 com a conclusão do diagnóstico e do prognóstico.

Principais atividades realizadas:

- Reuniões mensais com a Comissão Executora do ZEE em conjunto com o orientador técnico científico.
- Revisão da classificação do Uso e Cobertura da Terra de 30 folhas do mapeamento.
- Especificação técnica para contratação de empresa especializada para classificação do Uso e Cobertura da Terra de 40 folhas restantes. Fiscalização dos trabalhos entregues, com a conclusão em dezembro.
- Ajuste de bases temáticas, elaboração de textos e tabelas referente aos temas definidos pela comissão executora.
- 35 atendimentos a público sobre informações do ZEE-PR.
- Finalização dos diagnósticos e elaboração do prognóstico dos componentes da geodiversidade, da biodiversidade, da socioeconomia e do jurídico institucional do ZEE- PR.
- Realização de 11 oficinas institucionais, de maio a agosto, com o objetivo de apresentar os resultados do ZEE-PR, contribuições e esclarecimentos de dúvidas nas regiões de Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Toledo, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Telêmaco Borba, Umuarama, Pato Branco e União da Vitória.
- Elaboração do zoneamento para o Estado na escala 1:250.000, a partir do diagnóstico elaborado e das contribuições recebidas nas oficinas.
- Elaboração de Especificação Técnica para contratação de empresa especializada para elaboração e padronização dos *layouts* de 300 mapas temáticos para compor a publicação final do ZEE-PR; e para contratação de empresa especializada para editoração gráfica dos resultados do ZEE-PR.

21.12.2 Cartografia

- Revisão dos trabalhos desenvolvidos no Projeto Nomes Geográficos do Paraná, para ajustes à metodologia e do Manual de Certificação de Nomes Geográficos.
- Análise comparativa da área do Parque Serra da Baitaca.
- Elaboração de proposta preliminar do Atlas Toponímico de Piên.

- Parceria com a prefeitura de Curitiba para desenvolvimento do Projeto Nomes Geográficos.
- Revisão de 21 trechos de divisas municipais, com pareceres técnicos aos demandantes.
- Publicação da Base de Divisas Municipais ajustada à escala 1:50.000 nos formatos *shapefile* para utilização em *softwares* de geoprocessamento e *kml* para visualização no *Google Earth*.
- Em cooperação com a UFPR, apoiou os TCCs: Proposta de Sistema de Informação Geográfica para Gestão de Limites Municipais do Estado do Paraná; e Implantação do Sistema de Informação Geográfica para Gestão de Limites Municipais do Estado do Paraná utilizando *software* livre de geoprocessamento em fase de finalização.
- Digitalização de fotos aéreas e mapas de acervo fundiário, impressão de 3.189 mapas de acervo e higienização de 7.065 fotos aéreas para digitalização.
- 200 atendimentos ao público no setor de mapoteca e 100 atendimentos de acesso à informação pelo sistema SIGO.
- Elaboração de termo de referência para mapeamento por imagens de radar aéreo transportado, banda x e p, para a região de atenção à desastres no litoral e encaminhamento de edital em conjunto com a SEMA para avaliação da SEPL e não objeção do Banco Mundial, com previsão de contratação para dezembro.
- Reuniões com equipe composta pelo ITC, IAP, COPEL, UFPR, EMBRAPA Florestas, EMATER, SEMA e SEAB para elaboração do Termo de Referência para o Mapeamento do Uso e Cobertura da Terra ano de referência 2013, que foi enviado para SEPL para a não objeção do Banco Mundial, com previsão de contratação no início de 2015.
- Readequação à base cartográfica 1:50.000 do perímetro da APA da Escarpa Devoniana em parceria com o IAP.
- Participação no Grupo de Trabalho do SIG Risco.

21.12.3 Geodésia e Reordenamento Territorial

- Unidades de Conservação - convênio IAP/ITCG: normatizar a descentralização de crédito, com referência a execução dos trabalhos de medições georreferenciadas do perímetro de 55 Unidades de Conservação (UCs) estaduais e dos imóveis que as compõem, elaboração de cadastro ocupacional e dominial das UCs estaduais, apoio na criação de novas UCs e na ampliação das existentes.
- Levantamento planialtimétrico das penitenciárias nos municípios de Cruzeiro do Oeste, Piraquara e Foz do Iguaçu.
- Atendimento a 140 processos de pessoas físicas ou jurídicas.
- Regularização Fundiária - prioridade de atendimento aos agricultores familiares, pequenos e médios, e comunidades tradicionais, em situação dominial e possessória irregular e, conseqüentemente, sem acesso às políticas públicas de desenvolvimento agrário. O resultado das ações realizadas em 2013, culminou com a destinação da terra aos seus legítimos detentores mediante a outorga de Títulos de Domínio.

- Titulação de terras públicas - continuidade à execução do Pró-Rural, projeto integrante do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial coordenado pela SEAB, atuando na Regularização Fundiária, resta apenas a contratação dos serviços de georreferenciamento em Imbaú e Borrazópolis.

21.13 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)

No Programa Paraná Sustentável, os resultados obtidos até 2014 estão descritos a seguir:

- Sistema de Captação e Abastecimento de Água Padrão - perfuração de poço, instalação de equipamento de bombeamento, instalação de adutora e instalação do reservatório. Construído um sistema de captação e abastecimento de água padrão de 1.000 metros e capacidade de 150 m³/dia, para 182 municípios no valor total de R\$ 8,3 milhões pagos até 2014, com um aditivo da primeira licitação de R\$ 757,4 mil, com a finalidade de abastecer comunidades rurais do Estado, mediante convênios com os municípios.
- Controle de Cheias - Bacias de retenção no Rio Palmital, em Pinhais; execução de obra de limpeza e desassoreamento do Parque do Lago Joaquim Teodoro de Oliveira, em área urbana de Campo Mourão, e dos Rios Miranda, Pombas e Vermelho em Paranaguá; execução de obras de combate a erosão e drenagem em Loanda e obra de drenagem e controle de erosão em Tapejara.
- Consultoria – contratação de empresa para: recuperação da Orla de Matinhos (execução de projeto executivo, para o detalhamento e complementação do projeto básico); execução de projetos de drenagem e erosão em 48 municípios; elaboração de relatório dos requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases do licenciamento ambiental de recuperação da Orla de Matinhos, de acordo com a Licença Prévia nº 24.234.
- Implantação de aterro sanitário em Guaratuba.
- Programa Água no Campo - instituído pela Lei Estadual nº 18.160, de 18 de julho de 2014, a fim de facilitar à população do Estado o acesso à água para uso humano e animal, por meio da construção de poços artesianos nas comunidades rurais, dos municípios. Foram adquiridos três comboios para perfuração de poços artesianos, cada um composto por quatro caminhões e servidores públicos cedidos pelo DER; firmados 35 convênios com prefeituras e perfurados 33 poços artesianos em comunidades rurais priorizadas pelos municípios, com 25 poços considerados produtivos e sete secos. O valor para cada perfuração é de R\$ 26,1 mil, sendo R\$ 16,1 mil da AGUASPARANÁ.
- Levantamento de dados para licitação da Operação Verão; apoio técnico na elaboração de projetos em aterros sanitários e limpeza pública; apoio nos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos dos municípios; atividades afins em resíduos sólidos e compostagem; participação nas reuniões do Fórum Lixo e Cidadania na Procuradoria Regional do Trabalho e no Plano de regionalização de Resíduos Sólidos Urbanos (Consórcio de Aterros); suporte em educação ambiental em resíduos sólidos urbanos.

- Sondagem nas bacias de detenção IR01-01, IR01-02A, IR01-02B, IR01-07, RP 06, Bacia Hidrográfica do Rio Palmital, nos municípios de Colombo e Pinhais; nos Córregos Aeroporto 1 e 2, Bacia Hidrográfica do Rio Ressaca em São José dos Pinhais e na área reservada para o Parque, no município de Fazenda Rio Grande; e levantamento topográfico cadastral no Córrego Aeroporto 2.
- Produção de Material Gráfico, para o X Simpósio Nacional sobre Recuperação de Áreas Degradadas e Seminário Internacional sobre Engenharia (Curitiba).
- Contratação de empresa para elaboração: Plano Técnico de Trabalho Sócio Ambiental (PTTSA), da Bacia do Rio Palmital, envolvendo o município de Colombo e da Bacia do Rio Mascate, em Fazenda rio Grande e Colombo; pré-projeto para atender ao Projeto do PAC 2, em Colombo, São José dos Pinhais e Pinhais; classificação de três amostras de Sedimentos de Fundo, com base nas normas da ABNT NBR 10004 - no Lago Igapó, em Londrina; e de empresa de prestação de serviço, para a execução de cinco repetições de elaboração de projeto sobre o Rio Mascate, em Fazenda Rio Grande.
- Execução de obra de drenagem e controle de erosão, no município de Icaraíma - obra de recuperação de fundo de vale (Voçoroca) na canalização da Rua Expedito Vicente da Silva; e de combate a erosão, do emissário das águas pluviais da Penitenciária de Cruzeiro do Oeste.
- Embalagens Vazias de Agrotóxicos - convênio com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV): foram certificados 77 pontos de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos no Estado; criadas 17 associações de revendedores de agrotóxicos; realizados 06 treinamentos, com 180 multiplicadores, atingindo 6.817 pessoas. Entre 2003 e 2014, foram realizadas quatro pesquisas de campo e sete pesquisas nos cadastros, para verificar se o agricultor recebe as informações adequadas e pratica o que é de sua responsabilidade. Foram encaminhados os cadastros com observações de erros praticados às regionais do IAP para as devidas fiscalizações.

21.13.1 Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR)

- Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) - realização da 23ª e 24ª Reunião Ordinária e 8ª Reunião Extraordinária com aprovação de minuta de Resolução referente ao plano de aplicação de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos; lançamento do Ano Pedagógico da Água e do livro O Paraná e suas Águas; apresentação e distribuição do livro Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Paraná por Bacias Hidrográficas; apresentação sobre a importância do levantamento e gestão de Áreas Contaminadas no Paraná, pela MINEROPAR; apresentação da avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual em 2013 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas (PROGESTÃO), entre outros.

- ICMS Ecológico - proposta de revisão do Decreto nº 2.791, de 27 de dezembro de 1996, referente a critérios técnicos de alocação de recursos financeiros do ICMS Ecológico destinados a mananciais de abastecimento público, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 170, de 31 de março de 2014.

21.13.2 Diretoria de Gestão de Bacias Hidrográficas

- Contratação e início do Plano de Bacia do Norte Pioneiro, de Piraponema e do Baixo Ivaí; e coordenação do processo de elaboração dos Planos de Bacia do Rio Tibagi e Rio Jordão.
- Reuniões da Câmara Técnica de Cobrança da Bacia Paraná 3.
- Realização de atividades da Secretaria Executiva dos Comitês de Bacia do Pirapó e Paranapanema 3 e 4; Paraná 3; Tibagi; Jordão; Comitê Norte Pioneiro; Baixo Ivaí/Paraná1 e Litorânea.
- Participação em reuniões do Plano de Bacia do Rio Paranapanema, em conjunto com a ANA e o Estado de São Paulo; e em reuniões iniciais dos Comitês do Baixo Iguaçu, Piquiri/Paraná 2 e Alto Ivaí.
- Acompanhamento dos trabalhos de elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, realizado pela UNIOESTE, com recursos da Itaipu Binacional; e do Contrato de Gestão com a ANA.
- Contratação e execução de serviços de capacitação da sociedade quanto a Gestão de Recursos Hídricos.
- Preparação de Edital e contratação do projeto de levantamento de usos e usuários da Bacia do Alto Iguaçu.
- Coordenação do processo arrecadação de recursos advindos da cobrança pelo direito de uso da água; elaboração do edital para chamamento para utilização dos recursos da cobrança e do Manual de Cobrança; negociações para definir o agente financeiro que irá receber a cobrança pelo uso da água.
- Realização de duas reuniões do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, além das atividades pertinentes à Secretaria Executiva; e elaboração da arte final para impressão do Relatório Executivo do Plano de Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.

21.13.3 Verão Paraná

Realizada coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, limpeza de praias e varrição de vias públicas, na temporada de verão nos municípios de Morretes, Matinhos e Antonina, Guaratuba, Pontal do Paraná, Paranaguá, Ilha do Mel e Guaraqueçaba com atendimento extensivo às Ilhas Rasa, das Peças e Superagui.

21.13.4 Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI)

O Instituto de Águas do Paraná iniciou a movimentação do Fundo, com a implantação da cobrança pelo direito de uso da água no Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, com a arrecadação, até outubro, de R\$ 1,8 milhão, com saldo em caixa no valor de R\$ 4,1 milhões. As transações financeiras são por meio do agente financeiro da Caixa Econômica Federal.

Encontra-se em andamento o Programa de Capacitação em Recursos Hídricos para vários setores da sociedade (prefeituras, sociedade civil, membros de Comitê, membros do Poder Judiciário, entre outros), tendo sido realizado em agosto um evento em Curitiba para capacitação de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Os Planos das Bacias dos Rios Jordão e Tibagi encontram-se em fase final de elaboração; em fase inicial os Planos das Bacias dos Rios Cinzas, Itararé e Paranapanema 1 e 2, Pirapó e Paranapanema 3 e 4, e Baixo Ivaí, tendo sido apresentados aos respectivos Comitês de Bacia os planos de trabalho revisados.

21.14 Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

21.14.1 Diretoria de Restauração e Monitoramento da Biodiversidade (DIREB)

- Cadastro Ambiental Rural (CAR) - editado o Decreto nº 8.680/2013 para adequar as normativas estaduais ao Novo Código (Lei Federal nº 12.651/12 - Lei da Vegetação Nativa), antevendo o lançamento do CAR, instituindo o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Paraná (SICAR-PR), com inclusão de item que revoga o SISLEG em função de os prazos e exigências estarem em discordância com a nova Legislação Federal; homologação do CAR com a concordância das informações prestadas pelo proprietário rural em seu cadastro; criação do Grupo de trabalho que efetuará proposta técnica a ser levada para discussão quanto a compensação da Reserva Legal e Cotas de Reserva Legal no Paraná; realização de parcerias para apoiar os proprietários na elaboração de seus cadastros. Para estes parceiros, o IAP realizou e está fornecendo treinamentos no SICAR, ainda no módulo do sistema disponibilizado pelo IBAMA, em fase de alterações.
- Produção de 1.905.420 mudas de espécies nativas para a restauração de áreas degradadas (áreas de preservação permanente, reserva legal, etc) nos viveiros do IAP; e coleta, beneficiamento e armazenamento de 1.500 Kg de sementes florestais nativas.
- Visitas de escolas nos viveiros e laboratórios de sementes, sendo mais de 1.000 alunos e outros.
- Realização de 15 Visitas Técnicas aos Regionais, visando orientar, acompanhar as atividades de produção e destinação de mudas nos viveiros do IAP.
- Capacitação: a) 51 técnicos no Curso de Coleta de Sementes; b) 34 técnicos no Curso Produção de Mudas de Espécies Florestais Nativas, em parceria com a EMBRAPA

Florestas; c) 29 técnicos no Curso e Implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) Módulo Produção de Nativas, em parceria com a CELEPAR; d) 28 técnicos no Curso e Implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) Módulo Requerimento de Mudas, em parceria com a CELEPAR.

- Sistema de Gestão Ambiental (SGA) Módulos de Produção de Nativas e Requerimento de Mudas - desenvolvimento e implantação dos módulos que traçam todo o caminho desde a semente coletada, beneficiada, armazenada, enviada, produzida nos viveiros do IAP até o envio das mudas para restauração em campo. O sistema fornecerá um banco de dados de sementes florestais nativas, produção em tempo real do IAP e as mudas em campo para o futuro monitoramento da restauração do Estado.

21.14.2 Diretoria Administrativo Financeira (DIAFI)

- Aquisição de três carrinhos elétricos, a serem utilizados na coleta de lixo, pela Associação de Moradores e prefeitura de Paranaguá, na Ilha do Mel, no valor de R\$ 96,9 mil; e de mobiliários para a nova sede do escritório regional de Jacarezinho, no valor de R\$ 114,8 mil.

*Secretaria do Planejamento e
Coordenação Geral*



22 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de assessoramento e apoio direto ao Governador do Estado, para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos e programas intersecretariais, bem como da organização base do sistema de planejamento e organização institucional.

Por meio de suas unidades e de suas entidades vinculadas, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) foram desenvolvidas as ações detalhadas a seguir.

22.1 Coordenação de Modernização Institucional (CMI)

A CMI coordena e supervisiona as atividades e projetos relativos à racionalização, modernização e reestruturação organizacional, garantindo perenidade ao processo de inovação da gestão institucional em sintonia com mudanças administrativas dos órgãos e entidades estaduais.

Atividades realizadas:

- Estudo para a criação do Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ (anteprojeto de Lei), cuja supervisão será realizada pelo Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG).
- Regulamentação dos seguintes órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual: Casa Civil; Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo; Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Instituto de Terras, Cartografia e Geociências; Junta Comercial do Paraná; Serviço Geológico do Paraná; E-Paraná Comunicação; Serviço Social Autônomo Paraná Projetos; Sistema Meteorológico do Paraná; Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná; em estudo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto de Florestas do Paraná.
- Criação e regulamentação dos seguintes órgãos normativos e deliberativos no âmbito do Poder Executivo Estadual: Conselho Estadual de Transparência; Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná; Conselho Estadual da Juventude; Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná.
- Elaboração de decreto para criação do Comitê Gestor do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense e da Unidade de Gerenciamento do Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social e Urbana.
- Elaboração do regimento interno dos seguintes órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Instituto Agrônomo do Paraná; Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.
- Regularização do quadro de cargos de provimento em comissão e das funções de gestão pública no âmbito do Poder Executivo Estadual.

22.2 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA)

A CMA é responsável pela definição de metodologias, tecnologias e fluxos de informações para o monitoramento e avaliação dos programas de Governo e pela avaliação dos resultados obtidos na execução do Plano Plurianual, identificando seus níveis de eficiência, eficácia e efetividade.

No exercício de 2014, os trabalhos da Coordenação estiveram voltados à gestão e melhoria dos instrumentos de avaliação dos programas governamentais que integram o Plano Plurianual (PPA). Ações realizadas:

- Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME) - a ferramenta destina-se à gestão dos Programas e Iniciativas de Governo, por meio de monitoramento quantitativo e qualitativo do PPA, integrado ao sistema orçamentário e financeiro. Em 2014, em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), deu-se continuidade ao aprimoramento do sistema, e foi implantada nova funcionalidade para inclusão do percentual físico de realização das Ações das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) visando gerar informações para o Sistema de Acompanhamento do Plano de Metas (SAPM).
- BI-PPA - *Business Intelligence* - continuidade ao aprimoramento dos estudos de BI, em desenvolvimento pela CELEPAR.
- Acompanhamento do PPA 2012 a 2015 - a) acompanhamento das metas e dos indicadores dos programas do Plano, referente ao exercício de 2013, com a elaboração de pareceres, execução física e orçamentário-financeira; b) acompanhamento das metas e dos indicadores dos programas do Plano, do primeiro semestre de 2014; c) atualização da execução orçamentária e financeira e demais alterações ocorridas no exercício na LOA; d) reavaliação de indicadores e metas ocorridas por meio da Lei nº 18.178 de 05 de agosto de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (LDO 2015); alteração do PPA com a inclusão de Principais Propostas em Programas de Governo por meio da Lei nº 18.257 de 29 de outubro de 2014.
- Plano Plurianual 2016 a 2019 - iniciados os trabalhos de análise para definição do modelo a ser adotado para o PPA 2016 a 2019.
- Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa - coordenação, elaboração, consolidação e revisão do documento, com base nos relatórios de atividades das diversas unidades, encaminhada à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa.
- Convênios - levantamento e consolidação de projetos apresentados à União (empréstimos e convênios).
- Prioridades de dispêndios - levantamento e consolidação das informações de despesas continuadas e programáticas identificadas por prioridade.

- Demais atividades: a) emissão de informações técnicas; b) participação nas reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS); c) participação nas reuniões da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (ReNOP); d) participação em grupos de trabalho, palestras e diversas reuniões.

22.3 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG)

A Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG) é a unidade responsável pela formulação e coordenação de projetos e programas multissetoriais, pela interface com instituições nacionais e internacionais de crédito e pela articulação entre órgãos públicos municipais, estaduais e federais, entidades privadas e segmentos organizados da sociedade em torno de iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Os principais resultados estão descritos a seguir:

22.3.1 Projetos e Programas em Desenvolvimento e Negociação

- Banco Mundial/Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná – a operação de crédito foi concretizada em 2013 e o Acordo de Empréstimo entre o Banco Mundial e Estado do Paraná, assinado em 12 de dezembro de 2013. No primeiro desembolso, as regras de execução financeira foram atendidas, com apresentação dos gastos retroativos no montante de US\$ 100,0 milhões, dos quais, no mínimo, US\$ 50,0 milhões deveriam ser considerados como despesas financiáveis, de acordo com as diretrizes de aquisição e contratação. As despesas totais dos Programas de Gastos Elegíveis, no período, totalizaram US\$ 118,0 milhões, sendo que US\$ 59,0 milhões foram considerados gastos financiáveis. O reembolso do valor-limite de US\$ 50,0 milhões ingressou na conta do Estado. No segundo desembolso (primeiro semestre de 2014), as regras de execução financeira e o atendimento aos indicadores físicos (Indicadores de Desembolso) foram integralmente alcançados. Conforme a Carta de Desembolso, o projeto deveria apresentar despesas globais de US\$ 88,2 milhões, sendo que ao menos US\$ 44,1 milhões precisariam ser aceitos pelo Banco como gastos financiáveis. No período, os pagamentos registrados como gastos elegíveis somaram cerca de US\$ 89,0 milhões, dos quais aproximadamente US\$ 52,0 milhões foram considerados gastos financiáveis. Portanto, o Estado habilitou-se para receber o valor-limite de US\$ 44,1 milhões, na modalidade de reembolso dos pagamentos realizados. Os resultados do desempenho dos Programas de Gastos Elegíveis, e o valor do terceiro desembolso (segundo semestre de 2014) só serão conhecidos em fevereiro de 2015, oportunidade em que se fará uma análise das metas financeiras e físicas atingidas. Até novembro, o projeto desembolsou US\$ 94,1 milhões e seu término está previsto para 30 de novembro de 2017.

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Assunção e Repactuação da Dívida do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) - assunção da dívida do BADEP pelo Estado do Paraná junto ao BNDES e a sua subsidiária FINAME. Processo em análise junto à União para autorização de assinatura.
- BNDES /PROCOPA ARENAS – contrato de financiamento assinado no final do ano de 2012 e a operação de crédito executada e finalizada em 2014, conforme previsto.
- BNDES/Fundo Social - foi assinado em 04 de agosto de 2014 o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável com o BNDES. Os recursos advindos deverão ser aplicados em até 24 meses a partir da data dessa assinatura. A SEPL encontra-se em fase de definição de critérios e aprovação dos editais, que deverão ser lançados no primeiro semestre de 2015 - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS) e no segundo semestre de 2015 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). O objetivo é o apoio financeiro para aglomerações produtivas de agricultores familiares e da economia solidária, buscando geração de trabalho e renda, bem como a sustentabilidade dos empreendimentos apoiados.
- Banco do Brasil S.A./PROINVESTE - contrato de empréstimo assinado em 30 de dezembro de 2013 e de Garantia e Contra Garantia com a União, em 13 de maio de 2014. O primeiro desembolso, no valor de R\$ 688,0 milhões, ocorreu em julho de 2014 e sua prestação de contas foi encaminhada ao Banco do Brasil S.A.. O recebimento da segunda parcela (R\$ 128,8 milhões) do financiamento foi recebido em dezembro.
- Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná - PROFISCO PR/BID - contrato assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 06 de agosto de 2014 e encontra-se em execução.
- BID/Paraná Seguro - em fase final de negociação entre o Estado, Governo Federal e BID. Assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2015.
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III/PROSFM – BID – em fase final de negociação entre o Estado, Governo Federal e BID. Assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2015.
- Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense/BID – contrato assinado com o BID em 06 de agosto de 2014. Encontra-se em execução.
- Programa de Infraestrutura Rodoviária/BID – Carta Consulta do programa protocolada, em novembro, na Secretaria Executiva da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX).
- Programa de Reestruturação da Dívida do Estado do Paraná representada pela Conta de Resultados a Compensar (CRC) em favor da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) - Credit Suisse – esta operação de crédito não entra no Programa de Ajuste

Fiscal, de forma a não comprometer o limite de endividamento do Estado, e aguarda autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para que possa, posteriormente, ser aprovada pelo Senado.

22.3.2 Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL)

Em 2014, a Rede APL Paraná, manteve-se integrada aos grupos de estudos para políticas de arranjos produtivos locais. Foram realizadas reuniões periódicas que possibilitaram acompanhar as ações a seguir detalhadas:

- Apoio ao projeto liderado pelos Ministérios da Indústria e Comércio Exterior e da Cultura para qualificação da gestão de negócios e valorização de setores da economia criativa. O APL selecionado no Paraná foi o de Bonés de Apucarana. Foram realizadas em Apucarana diversas reuniões com o consultor da Fundação Carlos Alberto Vanzolini, com os resultados apresentados na 2ª Reunião Plenária do GTP APL, nos dias 26 e 27 de novembro de 2014.
- Evento de Reconhecimento do APL de Utensílios Domésticos e Produtos de Alumínio do Sudoeste - representantes da Rede APL compareceram ao evento para entregar o certificado de reconhecimento e inclusão das empresas do APL no Portal e Observatório Brasileiro.
- Acompanhamento do trabalho realizado pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) em cinco empresas do APL de Alumínio do Sudoeste, com o objetivo de adequá-las às regulamentações compulsórias vigentes.
- Acompanhamento dos trabalhos de planejamento estratégico dos APLs de tecnologia da Informação (TI) do Paraná, com o intuito de identificar as oportunidades de melhoria na competitividade das empresas, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).
- Apresentação da importância dos APLs e da relação com programas vinculados ao Estado e a União. Trabalho realizado a partir de oficinas regionais de desenvolvimento industrial e comercial, em parceria com a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) e Secretaria da Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL (SEIM).
- Na linha do desenvolvimento sustentável, a SEPL, em parceria com a SEAB e SETS, organizou duas chamadas públicas para seleção e apoio financeiro a iniciativas de negócios sustentáveis, de natureza coletiva, objetivando aproximar aglomerações produtivas, promover capacitação e elevar o nível de produção para aumento de competitividade, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas. O apoio financeiro, na ordem de R\$ 20 milhões, é oriundo do Governo do Estado e do BNDES (recursos não reembolsáveis) para os projetos aprovados dentro dos critérios definidos pelo edital. Em 2014, os trâmites foram concluídos e o contrato assinado pelo Estado do Paraná e BNDES (Lei Autorizativa nº 17.991, de 21 de março de 2014).

22.3.3 Desenvolvimento Regional

- Acordo Judicial OLAPA/Petrobrás – em continuidade ao acompanhamento, discussão junto ao Ministério Público Federal e formulação de propostas para a aplicação dos recursos previstos, em 19 de junho, foi apresentado à Procuradoria de Proteção Ambiental e Outros Interesses Difusos ou Coletivos, para apreciação e encaminhamento à Justiça Federal, cópia dos volumes com redação final e ajustada dos projetos pretendidos e folha resumo dos projetos aprovados e seus respectivos custos. Apesar das providências tomadas pelo Governo do Paraná para prevenir e enfrentar desastres naturais e suas consequências para se iniciar as ações e atividades previstas, ainda aguarda-se autorização da Justiça Federal para a transferência para a conta do Estado de verba indenizatória depositada na Caixa Econômica Federal. Por isso, espera-se o momento oportuno para começar a fase de execução do projeto.
- Projeto de Requalificação do Entorno do Aquário Marinho em Paranaguá – tem por objetivo ordenar os espaços públicos no entorno de aquário marinho construído no município, pela empresa Cattalini, como medida compensatória ao acidente envolvendo o navio Vicuña. A inauguração do aquário ocorreu no dia 14 de janeiro de 2014. Foi desenvolvido em conjunto com o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos e a Prefeitura de Paranaguá, o projeto arquitetônico do entorno do aquário, que inclui: um novo mercado de peixes, a reutilização do quiosque de ostras e a construção de novos trapiche e ancoradouro. O projeto executivo de engenharia foi finalizado e aguarda-se a licitação da obra.
- Regiões de Desenvolvimento (REDES) - a CDG coordena o Programa Ações Integradas nos Territórios Priorizados, iniciativa que pretende potencializar as ações do Estado no entorno de empreendimentos localizados em regiões de baixo IDH ou de vulnerabilidades sociais e ambientais. Neste programa estão inseridos: o Projeto Puma – Klabin, da região de Telêmaco Borba e imediações, com foco em Ortigueira, sede da nova fábrica; o Projeto Cimenteiras, da região do Vale do Ribeira, com foco em Adrianópolis, onde estão se instalando quatro empresas do ramo cimenteiro; e o Projeto Nova Pontal, envolvendo os sete municípios da região e delineando o plano de ocupação de Pontal do Paraná, entre outros. Situação dos projetos em andamento: a) projeto Puma – Klabin: em fase de acompanhamento. Em março ocorreu o lançamento da pedra fundamental da nova fábrica da Klabin no município de Ortigueira; b) projeto Cimenteiras do Vale do Ribeira – em fase de construção. Ações prioritárias foram definidas para a região, por meio de reuniões realizadas com Secretarias e Instituições do Estado envolvidas na iniciativa. O projeto envolve os sete municípios do Vale do Ribeira; c) projeto Nova Pontal do Litoral do Paraná – termo de referência finalizado para contratação de consultoria visando à formulação de Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Litoral Paranaense. Os recursos para contratação do trabalho serão provenientes do Banco Mundial – Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

22.3.4 Resumo dos Projetos Contratados e em Negociação

QUADRO 1 - RESUMO DOS PROJETOS CONTRATADOS E EM NEGOCIAÇÃO PELO ESTADO DO PARANÁ

continua

PROJETO/ PROGRAMA	ENTIDADE FINANCEIRA	VALOR FINANCIAMENTO + CONTRAPARTIDA (EM R\$ 1,00)	EXECUTORES	OBJETIVOS
PROFISCO	BID	26.862.125	SEFA	<p>Aperfeiçoar a gestão estratégica da Receita Estadual.</p> <p>Fortalecer a cooperação interinstitucional nacional e internacional.</p> <p>Aumentar a eficiência e eficácia da administração tributária com a adesão efetiva do Estado aos projetos nacionais e o desenvolvimento de projetos estratégicos da Receita Estadual.</p> <p>Aumentar a eficiência e eficácia da administração financeira e patrimonial, visando efetividade e qualidade do gasto público.</p> <p>Aperfeiçoar os mecanismos de transparência administrativa e comunicação com a sociedade.</p> <p>Utilizar de maneira eficaz os constantes avanços da tecnologia da informação para o aperfeiçoamento dos serviços internos e externos.</p> <p>Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos privilegiando o planejamento das ações e o monitoramento da conduta ética.</p>
FAMÍLIA PARANAENSE	BID	252.820.000	SEDS	<p>Promover a melhoria das condições de vida e o protagonismo das famílias em situação de maior vulnerabilidade social do Paraná, através da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com as necessidades de cada família e das especificidades do território onde reside. Será focado em dois componentes: Fortalecimento Institucional em Nível Estadual e Municipal e Promoção da Infraestrutura Social e Urbana.</p>
PARANÁ SEGURO	BID	283.158.400	SESP	<p>Reduzir os níveis de violência e criminalidade em Curitiba e Região Metropolitana, Municípios da tríplice fronteira paranaense e no eixo Londrina-Maringá. Os objetivos específicos são:</p> <p>(i) aumentar a efetividade das polícias civil e militar paranaense no controle e prevenção da criminalidade dentro da filosofia de desenvolvimento de uma polícia comunitária e profissional;</p> <p>(ii) reduzir a incidência delitiva dos jovens de 15 a 24 anos em condições de alta vulnerabilidade na área de influência do Programa, buscando soluções conjuntas para recuperar a vida em comunidade e despertar na comunidade a importância da organização preventiva a favor de uma cultura de paz; e</p> <p>(iii) reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei.</p>
PARANÁ URBANO III	BID	758.460.000	SEDU/PARANA CIDADE	<p>Ampliar a capacidade de financiamento de ações estratégicas de apoio aos municípios e satisfazer a demanda por serviços básicos e bens públicos cujos benefícios resultam na melhoria da qualidade de vida da população do Paraná, sem comprometer, no médio prazo e na continuidade, o endividamento do Estado.</p>
PROGRAMA ESTRATÉGICO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO PARANÁ – BID V	BID	1.154.544.667	SEIL	<p>O objetivo do projeto é melhorar a infraestrutura logística e de transportes do Estado para dar suporte ao desenvolvimento econômico do Paraná, melhorando a segurança viária, reduzindo o custo do transporte, com sustentabilidade ambiental, promovendo a integração intermodal e o desenvolvimento do sistema de planejamento do setor de transportes.</p>

PROJETO/ PROGRAMA	ENTIDADE FINANCEIRA	VALOR FINANCIAMENTO + CONTRAPARTIDA (EM R\$ 1,00)	EXECUTORES	OBJETIVOS
Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná – SWAp	BIRD	1.805.424.979	SEED SESA SEMA SEAB SEPL SEFA SEAP	<p>Modernização da gestão do setor público para melhorar a prestação de serviços e tornar o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais justo e ambientalmente sustentável no Estado do Paraná.</p> <p>O Projeto está estruturado com dois componentes:</p> <p>No Componente 1, foram contemplados nove Programas com ações finalísticas das Secretarias Estaduais de Agricultura, Meio Ambiente, Saúde e Educação. Estes Programas estão organizados em quatro setores ou subcomponentes: Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão Ambiental e de Riscos de Desastres, Educação e Saúde.</p> <p>No Componente 2 estão contempladas ações de apoio técnico e financeiro à implementação do Componente 1 e às atividades de modernização da gestão do setor público, envolvendo também as Secretarias de Fazenda, Planejamento, Administração e Previdência, Casa Militar (Defesa Civil) e Casa Civil (Controle Interno). As ações, deste Componente estão reunidas no Setor Gestão do Setor Público e organizadas em oito subcomponentes: Qualidade Fiscal, Modernização Institucional, Gestão Mais Eficiente de Recursos Humanos, Apoio a Agricultura de Baixo Impacto Ambiental, Apoio a Modernização do Sistema de Gerenciamento Ambiental, Apoio a Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde.</p>
PROINVESTE	Banco do Brasil	816.831.241	SEIL AFPR BRDE SESP	Apoiar o Governo do Paraná na modernização e ampliação da Infraestrutura Rodoviária, Segurança Pública e potencializar a capacidade do Estado, através do BRDE, no financiamento de obras públicas aos municípios do Paraná. A Segurança será implementada pela Secretaria da Segurança Pública que envolve modernização do Sistema de Identificação Civil e Criminal, reestruturação das unidades da polícia civil, reestruturação do Instituto Médico Legal, modernização do Instituto de Criminalística e da Escola de Bombeiros.
Assunção e Repactuação da Dívida do BADEP	BNDES	426.584.784	SEFA	Assunção da dívida do BADEP pelo Estado do Paraná junto ao BNDES e a sua subsidiária FINAME.
Fundo Social - Recursos não reembolsáveis	BNDES	20.000.000	SETS e SEAB	Recursos voltados a atender a projetos de economia solidária e agricultura familiar de inclusão social.
TOTAL		5.544.686.196		

22.4 Coordenação de Parcerias Público-Privadas (CPPP)

A CPPP é a unidade responsável pela proposição ao Conselho Gestor de PPPs de projetos prioritários no regime de PPP; coordenação de Procedimentos de Manifestação de Interesses; elaboração de minutas de chamamento público e demais instrumentos convocatórios; elaboração de pareceres técnicos; acompanhamento de realização de estudos técnicos e assessoramento técnico às Secretarias Setoriais referentes aos projetos de PPP.

As informações pertinentes aos principais compromissos perseguidos desde sua criação foram:

22.4.1 Parcerias Público-Privadas (PPPs)

As PPPs são um mecanismo de concessão de serviços públicos, na busca da distribuição das obrigações e dos riscos da concessão entre um parceiro público e um parceiro privado, com foco na minimização do custo total de prestação do serviço e na maximização da qualidade do serviço prestado. No contexto do aumento da agilidade e da eficiência dos serviços públicos, o Estado volta atenções para a fiscalização e regulamentação.

Procedimentos de Manifestação de Interesses provenientes de potenciais parceiros privados foram recebidos, organizados e avaliados, como segue:

- Corredor da PR-323 – Rota 323: foi concluído o modelamento do projeto ainda no fim do ano de 2013, encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem para licitação com o vencedor declarado em 2014.
- Corredor da PR-445 e PR-092 - após análises preliminares dos cenários construtivos, o projeto teve seu escopo original alterado pelo Conselho Gestor de PPPs. O intuito da alteração foi de possibilitar ao parceiro privado elaborar estudos complementares para incorporar trecho da PR-090 entre Campo Magro e Pirai do Sul, bem como possibilitar a expansão do trecho entre Jaguariaíva e Cerro Azul, com a possibilidade de extensão das obras até o entroncamento com a Rodovia BR-116. Desta forma, o Governo do Estado atenderia uma antiga demanda da região, fomentando a economia regional bem como atender parte das demandas elencadas no Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Ribeira.
- Modernização das Centrais de Abastecimento S.A. (CEASA) - auxílio ao parceiro privado na elaboração dos estudos e dos projetos. O material encontra-se em análise de suas premissas, bem como, avaliação das metodologias aplicadas, para posterior envio ao Conselho Gestor de PPP para aprovação e abertura de Consulta Pública.
- Pátios Veiculares Integrados - recebido da Secretaria de Estado Administração e Previdência (SEAP) o projeto dos Pátios Veiculares Integrados, confeccionado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O projeto foi reestruturado e finalizado. Encontra-se aguardando decisão para seguir para *roadshow* e posterior abertura de Consulta Pública.
- Sistema de Identificação e Monitoramento Veicular - foram apresentados três projetos, que contém limitações e restrições. As melhores práticas de cada projeto serão incorporadas e adaptadas ao projeto Rede Integrada de Coleta Eletrônica de Informações (RICEI), cuja gestão está sob responsabilidade do DETRAN. O projeto está em fase de remodelamento, tendo como previsão de término o 2º semestre de 2015.

- Tudo Aqui Paraná - foi o primeiro projeto de PPP que seguiu para licitação, tendo sido suspenso seu procedimento licitatório em 2013. Está sendo reavaliado e atualizado, para submeter à resolução do Conselho Gestor de PPP, com vistas à abertura de nova Consulta Pública.

22.4.2 Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas no Paraná (FGP/PR)

Com o intuito de garantir as obrigações pecuniárias contraídas em virtude de parcerias integrantes do Programa de Parcerias Público Privadas do Paraná - Paraná Parcerias, o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas (FGP/PR), foi constituído pelo Decreto nº 12.283, de 26 de setembro de 2014, sob a gestão da Agência de Fomento do Paraná S.A., observadas as diretrizes do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Paraná. Igualmente trabalhou-se na redação da Minuta do Estatuto e do Regulamento do FGP/PR, que foram aprovados pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas.

Para integralizar as cotas do Fundo, foram redigidas as Minutas dos Contratos de Subscrição de Cotas; de Cessão de Direitos Econômicos de Ações; de mandato do Fundo de Participação do Estado (FPE), bem como de Contrato de Cessão Onerosa das Ações do Estado do Paraná para o FGP/PR, que estão em análise na Procuradoria Geral do Estado.

22.4.3 Institucionalização das Parcerias Público-Privadas no Paraná

Em 2014, foi iniciado um processo de institucionalização das PPPs, que inclui a criação de produtos que servirão de documentos orientadores de como confeccionar e operacionalizar as PPPs no Estado, tais como: relatório contendo o diagnóstico da Paraná Parcerias; relatório contendo as principais diretrizes para institucionalização do Programa Paraná Parcerias, incluindo o desenho de mapa de relacionamento; disponibilização de informações para compor o conteúdo do portal do Paraná Parcerias; identificação de estruturas possíveis de garantias para PPPs no Estado do Paraná; relatório sobre as estratégias de investimento do Governo do Estado por meio de PPPs; manual técnico-operacional de PPP; entre outros.

Foram organizados três *workshops* com temas como Experiências Internacionais e melhores práticas nas Parcerias Público-Privadas; Desafios para a gestão de contratos de PPP; e Avaliação de Riscos em projetos de PPP. Tendo como palestrantes especialistas do Canadá, Portugal e São Paulo.

22.5 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

O IPARDES produz estatísticas e estudos socioeconômicos, com o objetivo de subsidiar as ações governamentais e acrescentar elementos às discussões relativas à sociedade paranaense. A instituição é responsável também pela Base de Dados do Estado (BDE), que integra o Sistema Estadual de Informações.

22.5.1 Diretoria do Centro de Pesquisa

Entre suas atribuições, está o desenvolvimento de pesquisas e estudos socioeconômicos, com foco no Estado do Paraná, incluindo a análise de conjuntura, a avaliação dos movimentos demográficos, o exame do contexto ambiental, o acompanhamento da questão rural, o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), o monitoramento das políticas públicas, entre outros.

- Publicações - Boletim de Análise Conjuntural, Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD), Caderno IPARDES - Estudos e Pesquisas, Boletim de Comércio Exterior e Comunicados para o Planejamento.
- Atividades no âmbito da Rede IPEA - Governança Metropolitana, Migrações e IDH Intrametropolitano.
- Outras Atividades - cálculo do PIB do Estado do Paraná e dos seus 399 municípios, referente ao ano de 2012; subsídio ao Programa de Transferência de Renda do Estado do Paraná; estudos para o reajuste do Salário Mínimo Regional; trabalhos derivados da Matriz Insumo-Produto do Estado do Paraná; monitoramento dos programas do Projeto Multissetorial, financiado pelo Banco Mundial (BIRD); elaboração de cenários econômicos para a COPEL; apresentações sobre a economia paranaense e brasileira para diversas entidades; elaboração de análises socioeconômicas que integrarão o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná e subsídio a ações do Estado no tocante ao trabalho infantil, custos de RH nas estruturas socioassistenciais e oferta de cursos para as famílias em condição de vulnerabilidade social.

22.5.2 Diretoria do Centro de Estatística (CEE)

Tem por objetivo o levantamento, a organização e a disponibilização de estatísticas socioeconômicas relativas ao Estado do Paraná, sendo ainda responsável pela gestão da Base de Dados do Estado (BDE); pela geração mensal do Índice de Preços ao Consumidor do Município de Curitiba (IPC); pelo levantamento e disponibilização mensal da taxa de desemprego da Região Metropolitana de Curitiba, em conjunto com o IBGE; e pela elaboração do Índice Paraná de Desempenho Municipal. Realizou as seguintes atividades:

- Área de Pesquisas Periódicas - levantamento em campo de informações do IPC, com nova estrutura de pesos; cálculo da Cesta Nutricional com as informações coletadas para o IPC; elaboração e disponibilização de boletins mensais do IPC; execução da Pesquisa de Preços de Materiais de Construção em cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), e produção e entrega dos respectivos indicadores à SEIL.
- Área da Base de Dados - manutenção da BDE, com levantamento e atualização de dados, disseminação de informações e geração de produtos (Perfil das Regiões e Cadernos Municipais, entre outros); conclusão e disponibilização no *site* do IPARDES do Anuário Estatístico do Paraná - 2013 e elaboração de mídia eletrônica; atendimentos

diversos sobre a BDE; discussões técnicas, testes e revisões das melhorias no sistema BDE, em implementação pela CELEPAR; novos formatos para os produtos Perfil dos Municípios e Cadernos Municipais.

- Área de Métodos Quantitativos - análise estatística e acompanhamento da Pesquisa de Preços de Materiais de Construção em cooperação com a SELL; apoio na avaliação de resultados da pesquisa de campo sobre transporte urbano – origem e destino – na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), para a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC); elaboração do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) para o ano de 2012; tratamento de informações e desenvolvimento de estudo estatístico para a SESA; apoio estatístico aos projetos do Banco Mundial sob responsabilidade da equipe da Diretoria de Pesquisa; estudos de métodos de dessazonalização das taxas de expansão do PIB do Paraná.
- Área de Informática - discussões técnicas, testes e revisões do desenvolvimento de melhorias no sistema BDE; desenvolvimento de novo sistema de levantamento de informações e atualização tecnológica do sistema de coleta de dados do IPC; implantação de nova plataforma de gestão do IPC; implantação de novo sistema de gestão do acervo da biblioteca do IPARDES; apoio em tecnologias de informação às diversas áreas do IPARDES; gestão de processos de aquisição de equipamentos e outros itens de informática.

22.6 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Paraná Projetos

Com a edição da Lei nº 17.745, de 30 de outubro de 2013, o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, passou a vincular-se, por cooperação, à SEPL, a quem cabe à supervisão e interveniência, do Contrato de Gestão. O Contrato de Gestão é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, que discrimina as atribuições, responsabilidades e obrigações do Estado e da entidade, com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e da promoção, elaboração e gerenciamento de projetos de implementação do desenvolvimento integrado do território paranaense, segundo princípios de sustentabilidade local e regional.

Em 2014, foram aprovados e editados o novo Estatuto do Paraná Projetos (Decreto nº 11.600, de 11 de julho de 2014) e o Contrato de Gestão, firmado em 01 de setembro de 2014. Consta desse Contrato de Gestão o Plano de Trabalho de 2014, que contém cinco projetos:

- 001 - Requalificação de Valadares: realizar, em parceria com a Prefeitura de Paranaguá, estudos e projetos de requalificação urbana na ilha (requalificação urbana do eixo central - ponte ao Mar de Lá; conceito para anel viário da ilha; e conceitual para as áreas verdes e usos comunitários).
- 002 - Acompanhamento de Projetos e Obras: do entorno do Aquário e Praça do Santuário do Rocio, ambos em Paranaguá; do Parque Estadual do Monge, na Lapa; e da Estação Náutica de Guaratuba (continuidade aos projetos de 2013).

- 003 - Apoio no Estudo para Concessão de Uso Público de Unidades de Conservação (Parques Guartelá, Monge, Vila Velha e Ilha do Mel): consiste na análise de propostas de concessão do uso público dos parques estaduais (projeto não iniciado).
- 004 - Posto de Informação Turística Aeroporto Internacional Afonso Pena: elaboração do projeto executivo do posto de informações turísticas. Projeto concluído e entregue.
- 005 - Estruturação do Serviço Social Autônomo Paraná Projetos: elaboração da documentação legal e administrativa da entidade (estatuto, regimento interno, Contrato de Gestão, Plano de Cargos e Carreiras para os empregados da entidade). Apenas o Plano de cargos e Carreiras foi adiado para elaboração em 2015.

23

Secretaria da Saúde



23 Secretaria de Estado da Saúde

O Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA), elaborado em 2011, define sua missão, visão e valores. A Missão - “Formular e Desenvolver a Política Estadual de Saúde, de forma a organizar o SUS no Paraná, exercendo sua função reguladora, garantindo atenção à saúde para a população com qualidade e equidade”. A visão de futuro - “Ser até 2020 uma instituição inovadora, Modelo de Gestão em Saúde Pública no Brasil, articulada com outras áreas governamentais e sociedade civil, garantindo atenção à saúde e qualidade de vida a todo cidadão paranaense”. Quanto aos valores, a SESA se rege pela Ética, Transparência, Competência, Compromisso e Senso Democrático.

Após a definição do Mapa Estratégico e de suas prioridades, a SESA finalizou o Plano Estadual de Saúde do Paraná 2012 – 2015, aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná (CES/PR), por meio da Resolução CES/PR/006/12 de 18 de junho de 2012. O Plano Estadual de Saúde possui 16 diretrizes a seguir relacionadas, que norteiam as ações da SESA:

- Diretriz 1 - Organização da Atenção Materno-Infantil, por meio da Rede Mãe Paranaense.
- Diretriz 2 - Implantação dos Componentes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências.
- Diretriz 3 - Implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD).
- Diretriz 4 - Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Mental, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas.
- Diretriz 5 - Implantação da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa.
- Diretriz 6 - Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde do SUS no Paraná (APSUS).
- Diretriz 7 - Melhoria do Acesso e do Cuidado das Comunidades Vulneráveis (população negra, indígena, populações privadas de liberdade).
- Diretriz 8 - Fortalecimento do Desenvolvimento Regional na Atenção à Saúde (COMSUS).
- Diretriz 9 - Estruturação dos Serviços Próprios.
- Diretriz 10 - Promoção do Acesso da População a Medicamentos Seguros, Eficazes e de Qualidade, garantindo sua Adequada Dispensação.
- Diretriz 11 - Promoção do Acesso da População a Serviços de Qualidade, com Equidade e em Tempo adequado às necessidades de Saúde, por meio do Complexo Regulador.
- Diretriz 12 - Implementação da Política de Vigilância e Promoção em Saúde, coordenando e regulando as Ações de Forma Articulada e Integrada Intra e Intersetorial e com a Sociedade Civil em Âmbito Estadual e Regional.

- Diretriz 13 - Democratização da Gestão do Trabalho.
- Diretriz 14 - Desenvolvimento da Política Estadual de Educação Permanente.
- Diretriz 15 - Ampliação e Fortalecimento dos Espaços de Participação da Sociedade e do Controle Social.
- Diretriz 16 - Qualificação dos Gastos e Ampliação de Recursos no Financiamento do SUS.

Seguindo essas diretrizes, a SESA implantou prioritariamente as ações a seguir.

23.1 Ações Estruturantes do Programa Saúde para Todo Paraná

Na organização da atenção materno-infantil, por meio da Rede de Atenção Mãe Paranaense, a SESA prestou apoio técnico e financeiro para os municípios visando à melhoria da estrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde (APS), destinando R\$ 48,5 milhões para construção, reforma e ampliação de 206 Unidades de Saúde da Família (USF). Foram adquiridos e distribuídos 84 kits de equipamentos para as USF, no montante de R\$ 5,6 milhões.

Foram realizados 04 Encontros Macrorregionais para a avaliação da Rede Mãe Paranaense, com a capacitação de 2.644 profissionais do SUS-Paraná, conforme quadro a seguir:

CURSOS/PROFISSIONAIS	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES				
	Macro Leste 23 e 24/04	Macro Oeste 08 e 09/05	Macro Noroeste 06/06	Macro Norte 25 e 26/06	TOTAL
Cuidado à Gestante e à Criança na Atenção Primária à Saúde - APS, para Enfermeiros da APS dos municípios	62	226	140	148	576
Cuidado à Gestante e à Criança na APS, para Médicos da APS dos municípios	78	101	90	78	347
Cuidando da Mulher e do Recém Nascido na Atenção Hospitalar - Enfermeiros e Técnicos/Auxiliares de Enfermagem dos Hospitais da Rede Mãe Paranaense	159	73	36	59	327
O Agente Comunitário de Saúde Orientando a Gestante e a Criança na APS	150	162	124	89	525
Oficina dos Gestores – Secretários/as Municipais de Saúde	122	69	112	86	389
Suporte Avançado de Vida – ALSO - Médicos e Enfermeiros dos Hospitais da Rede	240	-	-	-	240
Reanimação neonatal – Médicos dos Hospitais da Rede	240	-	-	-	240

FONTE: SAS/SESA-PR

Aconteceram ainda outras capacitações de profissionais envolvidos no atendimento às gestantes e crianças, num total de 1.300 profissionais capacitados; e a implantação da metodologia de gestão de caso, com objetivo de reduzir a mortalidade infantil, com a capacitação de 1.160 profissionais da Rede Mãe Paranaense das Regionais de Saúde de Ivaiporã, Pato Branco e Francisco Beltrão. Em relação aos equipamentos para hospitais, foram distribuídos 07 cardiocógrafos, 39 respiradores neonatais e 38 oxímetros de pulso.

De janeiro de 2011 a outubro de 2014, houve aumento de 132 leitos de UTI neonatal, para atenção ao recém-nascido de risco e prematuro, com expectativa de ampliação de mais 50 leitos até dezembro. Além disso, foram contratados 120 hospitais para a realização do parto, garantindo referência para todas as gestantes da Rede Mãe Paranaense.

Quanto à Rede de Atenção às Urgências e Emergências, com os investimentos realizados tem-se prevista a ampliação de 234 leitos de UTI adulto, em comparação com a situação no início de 2011; e ainda foram distribuídos 49 respiradores adulto e 39 monitores multiparamétricos para hospitais do Programa HOSPSUS.

No Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, foi concluído o processo de pactuação para implantação do SAMU Regional Norte Novo e programados recursos na ordem de R\$ 35,6 milhões para o financiamento de custeio dos 12 SAMUs Regionais: Litoral (Paranaguá), Metropolitano (Curitiba), Campos Gerais (Ponta Grossa), Centro (Guarapuava), Sudoeste (Pato Branco), Oeste (Cascavel), Fronteira (Foz do Iguaçu), Noroeste (Umuarama), Norte Novo (Maringá), Norte (Londrina), Centro-Norte (Apucarana) e Norte Pioneiro (Cornélio Procópio). Também foi implantado o Sistema de Radiocomunicação Digital em todos os SAMUs Regionais.

Ocorreu a ampliação do Serviço de Resgate Aeromédico de pacientes críticos, vinculado aos SAMUs/SIATEs, com a implantação de: um avião em Curitiba, atendendo a todo o Estado; um helicóptero aeromédico em Cascavel, atendendo a Região Oeste; e o início de implantação de helicóptero aeromédico em Guarapuava para atendimento à Região Central. Estes se somam aos helicópteros já atuantes em Curitiba e Londrina. Foi iniciada a construção do heliponto no Hospital Universitário Cajuru, em Curitiba.

No Complexo Regulador, foi realizada a implantação da Central de Leitos Macrorregional Leste, com integração das Centrais de Leitos Estadual/SESA e Metropolitana/Curitiba; a consolidação da integração do Complexo Regulador Macrorregional Norte/Londrina; e a licitação para construção da sede oficial do Complexo Regulador em Curitiba.

Foram realizadas várias capacitações visando à qualificação das equipes da Rede de Urgência e Emergência, num total de 992 profissionais do SUS-Paraná capacitados, de acordo com quadro a seguir:

CURSO	N.º DE PROFISSIONAIS
Formação de Agente de Socorros Urgentes, em Curitiba	200
ACLS - Suporte Avançado da Vida em Cardiologia / Emergências Cardiológicas, em Curitiba	96
Regulação Médica de Urgência para o SAMU Regional Fronteira/Foz do Iguaçu	200
Capacitação no protocolo de atendimento a eventos de massa	216
Capacitação em eventos de Proposta de Prevenção contra Acidentes Químicos - QBRN Curso para Acidentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares, em Curitiba	90
Reanimação Neonatal, em Curitiba	10
Treinamento para atendimento de Emergências em Pediatria em São Paulo /Hospital Albert Einstein	24
Capacitação para atendimento em UTI neonatal e/ou pediátrica e que atuam na Rede de Atenção de Urgências e Emergências do Sistema Único de Saúde	28
Capacitação para atendimento a desastres/CCAD/CB, em Paranaguá	28
Curso Internacional de Resposta Médica em incidentes radiológicos (I-MED), em Brasília	02
Workshop FIFA	18
ATLS/Atendimento ao Trauma, em Curitiba	80

FONTE: SAS/SESA-PR

A SESA teve um papel relevante na organização e coordenação geral das atividades assistenciais durante a realização da Copa do Mundo FIFA - 2014, em Curitiba, integrando as ações das áreas de Saúde, Segurança, Defesa Civil e Inteligência, com base no Plano de Ação da Saúde elaborado para eventos de massa.

Em relação à Operação Verão Saúde - 2013/2014 foram realizados 6.467 plantões médicos e de enfermagem; 61.396 atendimentos emergenciais, com 3.022 internamentos; 3.483 atendimentos do SAMU e 386 remoções com ambulâncias SESA; 595 atendimentos pelo SIATE e 74 resgates aéreos.

Foram adquiridos equipamentos para a composição de lotes de manejo de catástrofes, além do planejamento de implantação dos centros macrorregionais de manejo de catástrofes; bem como foi elaborado e validado o Plano de Atendimento para eventos de massa, envolvendo Saúde, Segurança e Defesa Civil.

Dentro do processo de implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD), deu-se a implantação do Teste do Coraçãozinho, em 23 de abril; e a impressão de 150.000 materiais educativos sobre o tema Doenças Raras e Porfíria para distribuição. Em Curitiba, no Centro Regional de Atendimento Integral ao Deficiente (CRAID) foram prestados 25.913 atendimentos e no Centro de Atendimento ao Fissurado Labiopalatal (CAIF) 41.409 atendimentos, até julho.

Na Rede de Atenção à Saúde Mental, houve o lançamento da Rede de Atenção à Saúde Mental, em 15 de abril, com capacitação de 700 profissionais que atuam na Rede. Com isso, ocorreu a ampliação da habilitação dos Serviços Integrados de Saúde Mental-SIM-PR (Centro de Atenção Psicossocial - CAPS ad III e Unidades de Acolhimento Regionais), com a implantação de: 02 SIM-PR em Guarapuava; 01 em Marmeleiro; 01 em Toledo; 01 em Congonhinhas; e o incentivo para implantação de 01 Serviço em Cascavel e 01 em Jandaia do Sul.

Para a implantação e o funcionamento desses Serviços, a SESA destinou recursos orçamentários no montante de R\$ 2,7 milhões para os municípios. Em 2014, a Secretaria instituiu também o Incentivo Financeiro de Custeio da Rede de Atenção à Saúde Mental/NASF, com o repasse de R\$ 2.000,00 por mês por equipe de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) habilitada, a partir da competência dezembro. Entre os contratos firmados, destaca-se o serviço residencial terapêutico para acolher egressos do Complexo Médico Penal e hospitais psiquiátricos; e o Serviço de Moradia Psicossocial Assistida, para pessoas com alto grau de dependência com rompimento de vínculos familiares.

No que se refere à Atenção à Pessoa Idosa, destaca-se: a realização da 9ª Oficina do APSUS sobre a Saúde do Idoso, com a capacitação de 290 profissionais e a elaboração e distribuição de 38.000 apostilas sobre alimentação saudável para pessoas acima de 60 anos de idade; a celebração de convênio entre a SESA e a Pastoral da Pessoa Idosa, visando à promoção de ações, no valor de R\$ 882,8 mil; e a tramitação de convênio para reforma do Hospital Darci Vargas, em Rebouças, que será sede da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, previsto no projeto piloto para Cuidados Continuados nas regiões de Irati e Ponta Grossa, com valor previsto de R\$ 1,3 milhão.

Quanto ao Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde (APSUS), destaca-se a revisão do Incentivo de Custeio Financeiro para a Qualificação da Atenção Primária em Saúde, incluído o repasse para a Saúde Bucal, com destinação prevista de recursos na ordem de R\$ 36,1 milhões para 391 municípios do Estado. Ainda, houve a destinação de recursos orçamentários para 160 municípios que assinaram o Termo de Adesão na modalidade fundo a fundo para implantação do Transporte Sanitário do Programa APSUS, no valor total de R\$ 20,3 milhões. Os recursos poderão ser aplicados na aquisição de vans, ambulâncias, veículos e equipamentos de apoio ao transporte sanitário.

Nas ações de Saúde Bucal, destaca-se o lançamento da Rede de Saúde Bucal, em abril, com a capacitação de 800 profissionais e a distribuição de 1.000 folders e 1.000 filipetas sobre a atenção em saúde bucal. Outro destaque foi a distribuição de consultórios odontológicos para 77 Unidades de Saúde da Família, que compõem o kit de equipamentos para USF, e 183 Câmeras Intraorais para municípios do Telessaúde; com investimento total de R\$ 641,9 mil.

Dando continuidade ao Programa de Bochecho com Flúor, foram adquiridos e distribuídos: 300 mil sachês de fluoreto de sódio; e 3.000 kits contendo frascos de ácido acético 1% e Azul de Toluidina 1%, utilizados como ferramenta para o diagnóstico e detecção precoce do Câncer Bucal.

Visando a incorporação das Universidades como estrutura de apoio na Rede, foi celebrado Termo de Cooperação Técnica com as Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel, com aporte de recursos na ordem de R\$ 11,5 milhões, para o desenvolvimento de ações tanto assistenciais como de educação permanente. Desses recursos, R\$ 8,5 milhões foram destinados à construção da Clínica Odontológica da UEL e R\$ 1,6 milhão à reforma das Clínicas da UNIOESTE, UEPG e UEM.

Nas ações de Saúde da Mulher foram capacitados 1.200 profissionais em temas relacionados à saúde da mulher.

Nas ações de controle do câncer, foram credenciados e habilitados 51 laboratórios para a realização de citologia oncológica de colo do útero e mama. A SESA adquiriu e distribuiu kits de exames citopatológicos de colo do útero, além de blocos de requisição de exames citopatológicos e de mamografia e agulhas grossas para biópsia de mama para os municípios do Estado. Em 21 de agosto, foi inaugurada a Unidade de Mama na Macrorregião de Londrina.

A SESA participou ativamente na organização do Movimento Outubro Rosa, articulando ações com as Regionais de Saúde e municípios com o intuito de chamar as mulheres para realização de mamografia, com atenção especial para as que pertencem ao grupo de risco. Foram produzidos 3.000 cartazes e 900 mil folders referentes ao Câncer de Colo do Útero e de Mama; e 1.000.000 da Carteira da Mulher do Programa de Prevenção e Controle do Câncer Ginecológico.

Realizadas ações na organização no Agosto Azul articuladas com as Regionais e municípios com o intuito de chamar os homens para realização de exames de promoção e prevenção de saúde com atenção especial para os que pertencem aos grupos de risco. Foram elaborados e distribuídos 226.000 folders para divulgação de ações de promoção e prevenção de

saúde no Dia Internacional do Homem, 15.000 cartazes e 30.000 folhetos tendo como tema A Vida mais longe sem o Tabaco.

Voltada para a Saúde da Criança e Adolescente, destaca-se o Incentivo Financeiro do Plano Operativo Integral aos Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação Provisória, no valor de R\$ 299,0 mil, para 12 municípios sede de Centros de Socioeducação (CENSEs) que assinaram Termo de Adesão e Compromisso.

Nas áreas de Alimentação e Nutrição, foram capacitados 260 profissionais sobre temas de alimentação e nutrição para o Programa Saúde na Escola (PSE). No controle do tabagismo, aconteceu a capacitação de 1.000 profissionais em prevenção, controle e prevenção do uso do tabaco e a distribuição de 47.500 unidades do Manual do Participante - material de apoio para as Unidades Básicas de Saúde que realizaram o tratamento à pessoa tabagista.

Para o enfrentamento à violência, destaca-se a cooperação intersecretarias (SESA, SESP, SEDS, SEJU), com a publicação da Resolução Conjunta nº 03/2014, visando o atendimento integral às pessoas em situação de violência sexual, garantindo as condições de saúde mediante atendimento em tempo hábil. Ressalta-se também a divulgação da Linha de Cuidado para Atenção às Pessoas em Situação de Violência, com a capacitação de 525 profissionais das Regionais e municípios.

A SESA organizou o II Encontro Mulher de Atitude, no dia 11 de março, em Curitiba, que teve como temas a Violência contra a Mulher e o Ciclo de Vida, com a participação de 870 lideranças mulheres e profissionais de saúde e com a distribuição de material educativo sobre os tipos, natureza e sinais da violência e os serviços de saúde que atendem pessoas em situação de violência.

Nas ações de Atenção Domiciliar Serviço de Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada foram disponibilizados 655 concentradores de oxigênio; 40 concentradores portáteis de oxigênio; 160 ventiladores não invasivos com máscaras - BIPAP e CPAP.

Para a Melhoria do Acesso e do Cuidado em Saúde das Comunidades Vulneráveis, a SESA destinou o incentivo estadual para as comunidades quilombolas localizadas em 18 municípios do Estado (Adrianópolis, Agudos do Sul, Campo Largo, Cândói, Castro, Cerro Azul, Contenda, Curiúva, Dr. Ulisses, Guaíra, Guaraqueçaba, Ivaí, Lapa, Palmas, Ponta Grossa, São Miguel do Iguaçu, Tijucas do Sul e Turvo), no montante de R\$ 316,8 mil. Foram distribuídos materiais orientativos sobre a Saúde da População Negra, com enfoque para a saúde sem racismo. Em setembro, a SESA juntamente com a SEJU, fez a adesão à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.

O Programa Estadual de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde (COMSUS) é uma das estratégias da SESA para o Fortalecimento do Desenvolvimento Regional da Atenção à Saúde, visando à qualificação da atenção ambulatorial secundária. Outra importante estratégia são as obras dos novos Centros de Especialidades do Paraná (CEPs): 04 em fase de conclusão - Regiões de Toledo, de Pato Branco, de Francisco Beltrão e de Cornélio Procópio; 02 em fase inicial, Região de Apucarana e de Cascavel; 03 licitadas, Regiões de Maringá, de Londrina e de Guarapuava; 01 em fase de licitação, Região de Ponta Grossa; 03 em fase de estudo, CEPs da Região Metropolitana de Curitiba, da Região de Jacarezinho e da Região de Cianorte.

Foram renovados os convênios do COMSUS com 20 Consórcios Intermunicipais de Saúde do Paraná, ampliando o repasse de recursos de custeio. O valor anual programado, com a renovação, totalizou R\$ 15,7 milhões. Foram repassados também recursos na ordem de R\$ 4,4 milhões para aquisição de equipamentos pelos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Francisco Beltrão, Pato Branco, Cornélio Procopio, Toledo e Maringá; e destinado o valor de R\$ 8,9 milhões para a obra do CEP da Região de Guarapuava (obra própria da SESA).

Com o objetivo ainda de fortalecer a atenção à saúde em nível regional, implementou-se o Sistema Regional de Transporte Sanitário Eletivo, por meio da aquisição e distribuição de 79 ônibus para 17 Regiões de Saúde; visando atender aos usuários do SUS que se deslocam de seus municípios para a realização de consultas e/ou exames especializados ou outros procedimentos ambulatoriais e/ou hospitalares.

Foram concluídos os projetos das Regionais de Saúde a serem construídas: 04ª - Irati, 07ª - Pato Branco, 08ª - Francisco Beltrão, 09ª - Foz do Iguaçu, 12ª - Umuarama, 20ª - Toledo e 22ª - Ivaiporã.

A SESA possui uma rede própria de 15 hospitais em funcionamento, prestando atendimento nas especialidades: geral, pediatria, tisiologia, psiquiatria, hanseníase, reabilitação e infectologia. Com o objetivo de minimizar o déficit de leitos no Estado do Paraná, ampliar a cobertura assistencial e o acesso da população, foram adotadas estratégias de estruturação dos serviços próprios, para a ampliação e qualificação de leitos nestes hospitais.

De 2011 a 2014, foram implantados 151 novos leitos hospitalares, sendo 22 de UTI adulto e 17 de UTI Neonatal. Com a oferta dos novos leitos, a população passou a contar com um total de 156 leitos de UTI nos hospitais próprios da SESA, o que representa um acréscimo de 29,0%. Os hospitais próprios integram as Redes de Atenção à Saúde do Estado do Paraná, cujos leitos estão em sua totalidade disponibilizados na Central de Regulação, a fim de possibilitar seu uso dinâmico e garantir a retaguarda a pontos de atenção de menor complexidade.

A qualificação dos leitos implicou em readequação física e tecnológica com vistas à qualificação da assistência, aquisição dos equipamentos de maior valor agregado, disponibilidade de recursos humanos compatível com o porte hospitalar e assistencial, eficiência dos leitos, reorganização dos fluxos e processos de trabalho, realização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos necessários à complexidade dos casos, desenvolvimento de atividades de educação permanente para as equipes.

Em 2014, foram investidos R\$ 101,8 milhões em equipamentos e obras (capital e custeio) em hospitais próprios da SESA, incluindo adequações de infraestrutura, estruturação de centros de diagnóstico por imagem, centros cirúrgicos, leitos de UTI, dentre outros. Entre as obras, tem-se a licitação da construção da UTI e conclusão do Hospital Regional de Telêmaco Borba, com valor total de R\$ 8,8 milhões; e o lançamento do edital de licitação da construção do Hospital Regional do Centro-Oeste em Guarapuava, com valor previsto de R\$ 51,6 milhões.

Foram programados recursos para os Hospitais Universitários Públicos Estaduais, envolvendo R\$ 352,0 milhões para pessoal, R\$ 36,3 milhões para custeio, R\$ R\$ 537,3 mil para equipamentos e R\$ 33,2 milhões para obras: ampliação e reforma do Pronto Socorro do HU-

UNIOESTE, em Cascavel, construção de 100 leitos no HU-UEM, construção da Ala Materno-Infantil no HU-UNIOESTE e construção da Maternidade do HU-UEL.

O Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná, unidade própria da SESA, aumentou o atendimento dos leitos/SUS do Estado de 64,0% para 80,0%. De 2011 a 2014, houve um investimento de R\$ 15,2 milhões com aquisição de equipamentos de última geração, capacitação de 32,7% dos profissionais da rede e ampliação das unidades fazendo do HEMEPAR referência nacional na coleta, armazenamento, processamento, transfusão e distribuição de sangue e hemoderivados.

Foram destinados recursos de aproximadamente R\$ 90,0 milhões como incentivo de custeio aos hospitais qualificados ao Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos - HOSPSUS - Fases I e III (Rede de Urgência e Emergência e Rede Mãe Paranaense); bem como, R\$ 26,4 milhões para convênios de obras e equipamentos com hospitais públicos e filantrópicos. Dentro da Estratégia de Qualificação ao Parto – HOSPSUS Fase II, foram liberados em torno de R\$ 11,0 milhões (hospitais sob gestão estadual e municipal).

O Programa Farmácia do Paraná, que tem por objetivo a promoção do acesso da população a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, iniciou a estruturação das Farmácias das Regionais de Saúde em 2011. Em 2014, encontram-se em andamento os processos de reestruturação das seguintes farmácias: Paranaguá (01ª RS), Curitiba (02ª RS), Cianorte (13ª RS), Paranavaí (14ª RS) e Ivaiporã (22ª RS).

No que se refere ao apoio técnico e financeiro aos municípios, na atual gestão, a SESA implantou o Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica Básica com o repasse programado para 2014 de R\$ 4,8 milhões, beneficiando todos os municípios do Estado. Como contrapartida estadual à assistência farmacêutica básica e insumos para diabetes, foram destinados R\$ 19,4 milhões ao Consórcio Paraná Saúde, que abrange 393 municípios; e R\$ 6,2 milhões aos municípios não consorciados.

Por meio do CEMEPAR, nos dois primeiros quadrimestres de 2014, a SESA distribuiu diretamente 101.106.514 unidades de medicamentos, num total de R\$ 456,3 milhões às Unidades Próprias e às Regionais de Saúde com posterior repasse aos municípios paranaenses. Ressalta-se que no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), referente aos medicamentos das linhas de cuidado das patologias contempladas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde, o Paraná atende aproximadamente 132 mil pacientes cadastrados nas 22 Farmácias das Regionais de Saúde.

Dentre as ações para implementação da Política de Vigilância e Promoção em Saúde, destaca-se:

- Desenvolvimento do Programa Estadual de Qualificação da Vigilância em Saúde (VigiaSUS), com aprovação de incentivo financeiro para repasse em 2014 no valor de R\$ 30,5 milhões, com transferência direta, fundo a fundo, aos municípios, para aplicação na qualificação das ações de vigilância em saúde. Houve o repasse antecipado de recurso de custeio para 137 municípios que enfrentaram epidemia de dengue ou foram afetados por enchentes.

- Durante a Copa do Mundo de Futebol 2014, entre outras, realizaram-se as seguintes ações: apoio aos municípios nas inspeções sanitárias; plantões presenciais e de sobreaviso no período de 09 de junho a 30 de julho, com emissão de relatórios diários enviados ao Ministério da Saúde; análises laboratoriais pelo Laboratório Central do Estado do Paraná (LACEN/PR) de 500 amostras de refeições prontas servidas em estabelecimentos de Curitiba; promoção do Curso de Gestão e Avaliação de Risco Sanitário em Serviços de Alimentação para 79 municípios.
- Realização da Operação Verão 2013/2014, com ações de vigilância sanitária, vigilância ambiental, vigilância epidemiológica, testes rápidos para HIV/AIDS e hepatites virais, ações educativas, entre outras, em parceria com os municípios do Litoral.
- Avaliação do desempenho e segurança de 44 mamógrafos no Estado do Paraná (100% dos equipamentos) e assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a SESA e o Colégio Brasileiro de Radiologia, para avaliação da qualidade dos laudos de mamografia emitidos pelos médicos radiologistas.
- Ação em 236 municípios para apreensão de 3.288 frascos de chumbinho comercializados como raticidas, mas sem registro no Ministério da Saúde, em parceria com a Polícia Civil e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). O chumbinho é um produto composto por agrotóxicos altamente tóxicos, sendo comercializado ilegalmente como produto raticida, causando intoxicação e mortes em humanos e animais.
- Monitoramento sorológico de hemocomponentes, com coleta e análise de 840 amostras, para avaliar a qualidade dos serviços de hemoterapia do Estado do Paraná na identificação de doenças transmitidas pelo sangue.
- Em conjunto com as secretarias municipais de saúde de Ipiranga, Ivaí, São João do Triunfo, Guamiranga, Imbituva, Irati, Mallet, Rio Azul, Prudentópolis e São Mateus do Sul, realização do diagnóstico de 142 propriedades rurais produtoras de tabaco, avaliando as condições socioambientais e de saúde de 482 pessoas, em especial quanto à exposição aos agrotóxicos e a doença da folha verde do tabaco. Buscou-se, ainda, identificar os riscos à saúde relacionados às atividades agrícolas e propor medidas de controle e prevenção.
- Aprovação de normas de vigilância sanitária para funcionamento de Farmácias e Drogarias (Resolução SESA 500/2014) e Atendimento Pré-hospitalar Móvel (Resolução SESA 251/2014).
- Elaboração do Plano de Contingência para Enfrentamento do Ebola no Estado do Paraná, com a definição de hospitais de referência, fluxos de atendimento, aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), medidas de vigilância epidemiológica e sanitária, biossegurança e assistência a pacientes, com realização de capacitações presenciais e videoconferências.

- Investigação de surto causado por produto destinado a crianças com fenilcetonúria e monitoramento e apoio nas investigações pelas regionais de saúde e municípios em surtos por alimentos (botulismo) e por doenças diarreicas.
- Apoio aos municípios no enfrentamento da dengue, com disponibilização de recursos financeiros do VigiaSUS, de equipamentos (43 veículos fumacês e 57 pulverizadores costais), treinamentos, medicamentos, testes rápidos, exames laboratoriais, material educativo, entre outras ações.
- Apoio aos municípios no enfrentamento das enchentes de junho com apoio financeiro de recursos do VigiaSUS, 26 mil litros de água sanitária, 60 mil frascos de hipoclorito e kits de medicamentos.
- Conforme avaliação do Ministério da Saúde, com os dados de 2013 concluídos, o Paraná atingiu a meta de eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública. Em 2014, a cura foi de 90,0% dos casos novos e o acompanhamento foi de mais de 90,0% dos contatos dos doentes. Além disso, foi realizada a reabilitação de pacientes com sequelas, resultando 121 cirurgias pelo Centro Hospitalar de Reabilitação e 12 cirurgias no Hospital Zona Sul de Londrina.
- Realizados 2.000 atendimentos por telefone pelo Centro de Controle de Envenenamentos, orientando os profissionais de saúde os procedimentos em casos de intoxicações por substâncias químicas (raticidas, agrotóxicos, medicamentos) e acidentes com animais peçonhentos (cobras, aranhas, escorpiões).
- Aquisição de 1.880 computadores para as salas de vacinas dos 399 municípios para a Implantação do Programa de Imunização Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIPNI), no valor de R\$ 3,5 milhões.
- Realização de todas as campanhas de vacinação do Programa Nacional de Imunização, com alcance acima das metas preconizadas, como, por exemplo, a vacina da influenza com 2.946.435 pessoas vacinadas e uma cobertura de 93,1%.
- Realização da Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, antecedida de oito conferências macrorregionais, perfazendo um total de 1.512 participantes; e de campanhas de saúde do trabalhador: Campanha Não Passe do Limite – Complete só até o Automático, visando a proteção saúde dos trabalhadores frentistas de postos de gasolina em relação ao agente cancerígeno benzeno, e Máquinas Seguras destinada a proteção dos trabalhadores em relação a acidentes, visando a substituição de máquinas sem proteção nos diversos segmentos produtivos.
- Elaboração e aprovação do projeto para a construção da Fase II do LACEN/PR, obra de 2.900 m², que irá contemplar os Laboratórios de Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador na Unidade Guatupê. Realização de 380 mil análises laboratoriais pelo LACEN/PR, apoiando as ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental e de assistência da SESA e dos municípios.

- Convênio com o Ministério da Saúde no valor de R\$ 33,5 milhões para a construção da nova área de Produção de Medicamentos e Biológicos, que será instalada em terreno do TECPAR, em Araucária, com compartilhamento das áreas de produção em comum, otimizando recursos.
- Reformas no Centro de Pesquisa e Produção de Imunobiológicos (CPPI) - Laboratório de Pesquisa e Ensino, pavimentação da área de imunização dos animais e reforma elétrica de um pavilhão, no valor total de R\$ 426,2 mil.
- Elaboração de projetos para construção de novas áreas para imunização dos grandes animais, almoxarifado, depósito de resíduos sólidos em saúde, guarita e estacionamento. Obras em processo licitatório no valor de R\$ 1,6 milhão.
- Reforma do Núcleo de Entomologia de Jacarezinho, no valor de R\$ 599,8 mil.
- Produção compartilhada de soros com a Fundação Ezequiel Dias (FUNED) e Instituto Butantan, permitindo a continuidade da produção dos soros antivenenos do CPPI. Foram produzidos 10 mil frascos de soros e antígenos.
- Duas premiações e um reconhecimento público na 14ª Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças (Expoeppi). Premiações para os trabalhos Aplicação e Validação do Protocolo de Avaliação das Intoxicações Crônicas por Agrotóxicos do Paraná e Capacitação Técnica para a Notificação e Investigação de Eventos Adversos Pós-Vacinação: Principais Resultados Alcançados. Certificado de reconhecimento pelo Ministério da Saúde na Atenção e vigilância na identificação do caso suspeito de doença do vírus ebola em Cascavel, Paraná.
- Realização de 47 capacitações e treinamentos técnicos em diversos temas da vigilância em saúde, atingindo diretamente 5.376 profissionais das Regionais de Saúde e dos municípios; e 31 videoconferências em diversos temas da vigilância em saúde, atingindo diretamente 3.994 profissionais das regionais de saúde e dos municípios.

Quanto à Gestão Trabalho, a SESA possui em seu quadro 9.008 servidores efetivos (dados de outubro). Em 03 de julho de 2014, por iniciativa do Poder Executivo, foi aprovado o novo Quadro Próprio de Servidores da Saúde por meio da Lei nº 18.136/2014. Em 2014, foi autorizada a nomeação de 80 servidores para a Secretaria.

A Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP) e o Centro Formador de Recursos Humanos foram unificados potencializando o desenvolvimento da Política Estadual de Formação e Educação Permanente para o SUS.

Foram ofertados 02 cursos de pós-graduação lato sensu para profissionais de saúde do SUS: Especialização para Formação de Gestores e Equipes Gestoras do SUS (gestão) e Especialização em Gestão da Vigilância em Saúde (vigilância), ambos descentralizados nas 04 Macrorregiões de Saúde do Estado. Ainda no nível de especialização, realizaram-se 07 videoconferências voltadas à formação de Gestores e Equipes Gestoras do SUS e 06 videoconferências em Gestão da Vigilância em Saúde.

Ocorreu a capacitação de 1.358 Agentes Comunitários de Saúde (ACS), 600 Agentes de Combate a Endemias (ACE), 25 técnicos em enfermagem e 13 técnicos em saúde bucal. Quanto ao apoio à capacitação para Conselheiros Municipais, Estaduais e Secretários Executivos dos Conselhos Municipais de Saúde, foram capacitados 900 alunos.

Em relação à Estruturação da Ouvidorias do SUS no Paraná, que são espaços para a participação social, destacam-se: a implantação de mais 51 ouvidorias municipais de saúde, totalizando 224 Ouvidorias do SUS implantadas no Estado; além da implantação de Ouvidorias nos Hospitais contratualizados ao SUS localizados na 5ª Regional de Saúde de Guarapuava; capacitações para as 22 Ouvidorias Regionais de Saúde, 17 Ouvidorias das Unidades Próprias da SESA e 22 Consórcios Intermunicipais de Saúde.



24 Secretaria de Estado da Segurança Pública

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) constitui a organização básica da administração estadual para orientação, planejamento, direção, execução, coordenação, fiscalização e controle das atividades do setor de segurança pública.

Uma das ações de destaque realizadas em 2014 foi a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR), criado para ser a estrutura responsável por todas as decisões operacionais durante a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. A estrutura, que é um dos legados da Copa para o Paraná, permitiu o videomonitoramento total das atividades de segurança durante o evento esportivo e agregou, em um só espaço, 33 instituições envolvidas de alguma forma nas ações desenvolvidas ao longo do período do Mundial, nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Dessa forma foi possível dar respostas rápidas e desencadear ações articuladas entre os comandos das instituições representadas, para acompanhar eventuais situações críticas.

Ainda no âmbito de Tecnologia da Informação e Comunicação, foi desenvolvido o projeto para implantação de novo sistema de radiocomunicação da SESP, que revolucionará as comunicações de todas as forças de segurança pública, cujo objetivo será aquisição de um sistema completo de radiocomunicação contendo torres, contêineres, repetidoras e rádios fixos, móveis e portáteis, bem como a regularização do uso de radiofrequência junto a ANATEL.

O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/PR), autarquia, criada nos termos da Lei nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983 passou a vincular-se à Casa Civil, pelos termos do Decreto nº 12.396, de 23 de outubro de 2014.

No que se refere ao indicador do Programa Paraná Seguro, por meio da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE), foi estabelecida como meta até 2015 a redução de vítimas de homicídios dolosos no Estado nos patamares tabulados a seguir, implantando a cultura nas instituições policiais e na própria SESP, que hoje trabalha focada em objetivos e resultados.

TAXAS E QUANTITATIVOS DE HOMICÍDIOS PROJETADOS ATÉ 2015

ANO	2011	2012	2013	2014	2015
TAXA/100.000	28,39	26,00	24,50	23,00	21,50
QTD	3.085	2.825	2.682	2.535	2.386

Buscando realizar o controle de metas foram realizadas reuniões mensais com os gestores estratégicos das corporações para avaliar o atingimento dessas e delimitar as linhas corretivas para a melhora dos resultados, ou seja, a diminuição dos indicadores criminais.

Em 2013, o Estado atingiu as metas estabelecidas com uma taxa de 23,3 mortes para cada 100 mil habitantes sendo que, em 2014, apesar do aumento na quantidade de crimes de homicídios na Capital, no período de janeiro a setembro ocorreram 1.848 crimes de homicídio no Estado, perfazendo o valor de 53 mortes abaixo da meta.

Projetando o indicador para 2014, o Estado deverá findar o ano com um total de aproximadamente 2.464 mortes, o que representa 71 mortes abaixo da meta estabelecida e uma taxa de 22,2 mortes para cada 100 mil habitantes, portanto dentro da meta estabelecida no Plano Plurianual 2012-2015 (PPA).

Pode-se ainda apresentar como avanço a implantação e difusão das ferramentas de *Business Intelligence* e o geoprocessamento dos indicadores criminais da SESP, que proporcionaram a sistematização e democratização dos registros de ocorrências policiais.

Os relatórios estatísticos direcionados ao público sofreram atualizações, e pautada no compromisso com a transparência, a SESP ampliou e qualificou a informação ao cidadão.

Na faixa de fronteira, o núcleo da CAPE foi fortalecido e hoje conta com sede, sala de instrução e dois servidores especializados em análise criminal, estatística e geociências, apoiando o planejamento e o fornecimento de informações para a tomada de decisão dos gestores até o nível operacional.

A CAPE, diante de sua missão e valores, continua a cultivar a qualidade, transparência e oportunidade da informação para que as instituições continuem a exercer suas atividades direcionadas ao problema e poder realizar planejamentos que resultem na transformação social.

No que se refere à adequação das instalações físicas da SESP, até novembro, foram emitidas 663 informações técnicas e realizado o acompanhamento de 138 protocolados referentes a serviços de engenharia, com nove obras concluídas, 10 obras de reforma e construção em andamento, 17 obras de reforma e construção a contratar, 20 projetos concluídos, 27 projetos em andamento e 55 projetos a contratar.

O Setor de Arquitetura e Engenharia (SAE) é responsável pelo direcionamento e acompanhamento de todos os serviços de engenharia realizados no âmbito da SESP, sejam os projetos executivos e complementares e as obras de reformas e construção de novas instalações da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Instituto de Criminalística, Instituto Médico Legal, Departamento de Inteligência do Estado, bem como serviços de engenharia para a sede.

A Polícia Civil do Paraná é responsável pela atividade de polícia judiciária em todo o Estado, pelo desenvolvimento de ações do governo de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra violações e malefícios. A Polícia Civil entra em cena, geralmente, depois de concretizado o crime ou contravenção e o sucesso de sua atuação se mede pela solução dos crimes e prisão dos criminosos.

Em 2014, foram nomeados 600 policiais civis, sendo 73 delegados, 02 escrivães, 481 investigadores e 44 papiloscopistas e reintegrados 09 investigadores totalizando 609. Houve 227 saídas, sendo que o saldo positivo foi de 382 servidores.

O Tático Integrado de Grupos de Repressão (TIGRE) prestou apoio para várias unidades especializadas, como o Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (NURCE), Delegacia de Proteção a Pessoa (DHPP), Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) e outros, atendeu solicitação de escolta do Cônsul Geral de Israel, prestou apoio a Receita Federal e ministrou cursos na Escola Superior de Polícia para a Turma de Delegados/2014.

As ações realizadas em 2014 pela Delegacia de Furtos e Roubos (DFR) foram: apreensão de mais de 80 mil comprimidos de ecstasy avaliados em mais de R\$ 4,0 milhões além de uma pistola e 100 munições sendo a segunda maior apreensão de ecstasy da história do país e maior apreensão de ecstasy da história do Paraná; realização da Operação Mau Negócio em São José dos Pinhais com a prisão de quatro pessoas que praticavam assaltos em residências e se utilizavam de *sites* de compras e vendas para adentrar nas residências; Operação Ostentação, no Cajuru e imediações, com a prisão de 14 maiores e apreensão de três menores que praticavam assaltos a lojas em *shopping centers* de Curitiba e região; Operação Favela Bom Menino nas proximidades do Supermercado Carrefour, no Bairro Mossunguê onde foram apreendidos 01 revólver calibre 38, munições calibre 38, 02 espingardas calibre 12, munições de calibre 12, 01 pistola calibre 9 mm, munições calibre 9 mm e bananas de dimanite, e com a prisão de 05 pessoas indiciadas por porte de armas, tráfico de drogas, associação ao tráfico, receptação e associação criminosa. Ainda no âmbito da DFR, foi realizado curso de tiro com pistolas calibres .40, 380 e 9 mm, em parceria com o Ministério da Defesa/CINDACTA, com carga horária de 40 horas/aula, curso de gerenciamento de crise, em parceria com a Polícia Militar, com carga horária de 30 horas/aula e curso de introdução a atividades de inteligência, realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), com prova *online* e presencial e carga horária de 60 horas/aula.

A Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) realizou Curso de Formação de Escrivães, Investigadores e Papiloscopistas; Curso de Operações Táticas Especiais, ministrado pelo TIGRE/COTE para 38 alunos; Curso de Aperfeiçoamento em Intervenções em Bombas e Explosivos com várias turmas e carga horária de 100 horas/aula; Curso de Formação de Delegados, seminários, palestras e diversos cursos de capacitação para o uso de Arma de Fogo e Operação Policial, além de ceder o espaço físico para outros cursos.

A Delegacia de Estelionato e Desvio de Carga (DEDC) prendeu um trio de receptadores de aparelhos de ar-condicionado e capturou um dos maiores ladrões de cargas de cigarros de Curitiba; constatou queda de 40,3% de roubos e furtos de cargas em Curitiba e Região Metropolitana; foram presos golpistas que fingiam ser líderes espirituais para enganar suas vítimas, o quinteto que vendia terrenos no litoral de Santa Catarina, o estelionatário que trocava cartões bancários, a dupla de advogados que dava golpes em pescadores e o trio que dava golpe do bilhete premiado; foi desmantelado o esquema que usava falsa maçonaria; foi fechada a fábrica de cartões de crédito falsificados; foi deflagrada a operação terceira idade; e foi desencadeada a Operação Olho Grande com a prisão de duas pessoas, além da apreensão de oito armas e cumprimento de 58 mandados de prisão.

A DFRV autuou desmanche de carros com passagem secreta e três pessoas foram presas; foram fechados um desmanche de carros em Joinville-SC, outro no Barigui em Curitiba e outro no Bairro Osternack; foi descoberto o esquema de furto de veículos dentro de concessionária; e houve atuação em conjunto com as seguradoras para reprimir crimes de golpe do seguro.

A Corregedoria da Polícia Civil instaurou dois inquéritos que resultaram na prisão de dois policiais, contando com o apoio do GAECO; realizou Curso de Entrevista e Interrogatório com o FBI,

Curso Básico de Inteligência, 3º Curso de Inteligência em Segurança Pública e Curso de Introdução à Inteligência (SENASP).

No âmbito das Subdivisões Policiais (SDPs) no Interior do Estado foram realizadas operações diversas sendo: 1ª SDP de Paranaguá apenas atividades rotineiras; 2ª SDP Laranjeiras do Sul - campanha de arrecadação de brinquedos, que atendeu 220 crianças e cursos de capacitação continuada e operações policiais com 22 presos no total; 3ª SDP São Mateus do Sul - rondas diárias nos bairros com maior índice de periculosidade, programas e palestras especiais sobre drogas, violência doméstica, *bullying*, crimes por meio da *internet*, que são destinados aos pais e alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino em São Mateus do Sul; 4ª SDP União da Vitória - mutirão de Inquéritos Policiais, interação com a comunidade por causa das cheias do Rio Iguaçu, operação para combate à caça predatória; cursos de uso legal da arma de fogo, abordagem policial, isolamento do local de crime; 5ª SDP Pato Branco - palestras de capacitação e 57 prisões; 6ª SDP Foz do Iguaçu - criação do Cartório de Crimes de Homicídios Pretéritos na Delegacia de Homicídios, criação da Assessoria de Imprensa em Foz do Iguaçu (Polícia Civil), implantação do Espaço da Criança no Plantão da 6ª SDP, ampliação da Ação Integrada de Fiscalização Urbana (AIFU) incluindo a fiscalização de adolescentes pela Delegacia Especializada do Adolescente; criação de Cartório Especializado de Crimes Contra a Saúde Pública, criação de Cartório Especializado de Crimes de Trânsito, Curso de Capacitação Continuada semanal, alternando palestras teóricas, motivacionais e atividades operacionais, palestras realizadas em escola sobre prevenção no uso da droga (escrivães 6ª SDP), palestras do Núcleo de Proteção a Criança e o Adolescente Vítimas de Crime (NUCRIA) em conjunto com a Justiça Estadual em escolas pública, Operação Blindado (Caixa Eletrônico), Operação Raptor Innocentiae (Pedofilia), Operação Sweet Pepper (combate a exploração sexual), Operação Scelera Carcere (tráfico de drogas, crime organizado, furto, roubo e receptação).

Na 7ª SDP Umuarama foi realizada a Operação Abbá, com cumprimento de 20 mandados de prisão por inadimplemento de pensão alimentícia em conjunto com a Vara da Infância e Juventude e o Grupo de Diligências Especiais (GDE); Operação Sequência Real - GDE de Umuarama desbaratou dois cassinos clandestinos que funcionavam em área nobre de Umuarama. Os proprietários foram presos e diversos materiais como jogos, fichas, mesas e anotações foram apreendidos. Os locais onde funcionavam os cassinos foram interditados; Operação Forseti - o GDE desbaratou uma quadrilha de assaltantes que roubava e sequestrava as vítimas e seis pessoas foram presas. Depois de breve investigação, foi preso um enfermeiro da prefeitura de Umuarama flagrado em posse de diversas vacinas contra gripe e outros medicamentos desviados de um posto de saúde e estava oferecendo à venda; seis novos delegados de polícia se apresentaram na 7ª SDP para assumirem as comarcas de Alto Piquiri, Pérola, Cruzeiro do Oeste, Altônia, Iporã e a Delegacia da Mulher de Umuarama.

A 8ª SDP Paranaíba realizou algumas obras na sede; prisão de protético com 3,2 Kg de crack; prisão de quadrilha de roubo de carros; prisão de 04 pessoas com 5 Kg de crack; acréscimo de 12 investigadores e 03 delegados e na 9ª SDP Maringá foram presas 151 pessoas em operações

policiais; foram apreendidas 20 e 37 veículos, bem como 9,1 kg de maconha, 8,3 kg de cocaína, 4,4 kg de crack, 1,3 kg de haxixe, 271 comprimidos de ecstasy e 380 pontos de LSD.

Na 10ª SDP Londrina foi realizada a Operação Carnascialli contra o tráfico de drogas e organização criminosa com 15 mandados de prisão e 14 de busca e apreensão dos líderes da organização criminosa que atuava no tráfico e também teriam planejado incêndios a ônibus de transporte coletivo no município de Londrina. Foram encontradas com os criminosos duas pistolas .40 e .45, munições de calibre .40, .45, 7.62 e .50 e grande quantidade de droga.

A Polícia Civil de Londrina prendeu um funcionário de multinacional com munição e detonadores de explosivos que foi preso em flagrante pelo crime de posse de munição de uso restrito e artefatos explosivos que possivelmente seriam utilizados para a prática de crime de furto/roubo de caixas eletrônicos; prendeu também um traficante que atuava na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e comandava um esquema de disque-drogas com o qual foram apreendidos uma espingarda com 02 silenciadores, além de droga e balança de precisão; elucidada a morte de professor da UEL com a prisão do acusado; prisão do mandante do latrocínio de empresário; Operação Bezerra - 16 pessoas foram presas em uma operação realizada pelo Setor de Inteligência da Polícia Civil contra o tráfico de drogas quando foram apreendidos 15 kg de crack, 12 kg de maconha, R\$ 25,0 mil em dinheiro e 22 veículos, sendo 16 carros e 06 motocicletas; Operação Cambé contra o tráfico de drogas com apreensão de maconha, cocaína e 03 carros e a prisão de 15 pessoas sendo um despachante.

Dos 07 homicídios ocorridos na 11ª SDP - Cornélio Procópio, 06 foram solucionados; na 12ª SDP Jacarezinho além de 04 prisões foram realizados cursos de capacitação continuada sendo palestra sobre abuso sexual, imobilizações táticas e algemamento, defesa pessoal em situações de risco no CINDACTA, técnicas de segurança e manuseio de arma de fogo, técnicas especiais no serviço penitenciário; na 13ª SDP Ponta Grossa foram realizadas 12 grandes operações policiais, solucionados 90,0% dos crimes de homicídio doloso e todos os crimes de roubo com morte em 2014; recebimento de 09 viaturas novas e de novas armas (metralhadoras); ingresso de 33 investigadores e 04 delegados de polícia.

Na 14ª SDP Guarapuava, policiais civis da Seção de Investigações Criminais elucidaram o caso do desaparecimento do menino Bruno, de 14 anos morto por dois amigos, ambos adolescentes, após ter sido ferido por um disparo de arma de fogo e asfixiado, sendo apreendidos os autores do crime com a arma de fogo utilizada, uma pistola calibre 9mm; foram identificados ou autores de furtos e roubos de armas de fogo, ocorridos em propriedades rurais e foram cumpridos vários mandados de buscas em assentamentos de sem terras no município de Pinhão, resultando na apreensão de 08 armas e na prisão de 05 pessoas; foram ministradas aulas com o intuito de aprimorar o conhecimento dos servidores e proporcionar um melhor atendimento as pessoas que procuram a unidade policial; em setembro ocorreu uma rebelião na Cadeia Pública, anexa às dependências da unidade e dois agentes de carceragem foram mantidos como reféns e liberados sem lesões graves.

Foram realizadas diversas operações policiais na 15ª SDP Cascavel: Operação Mercúrio com o objetivo de desarticular um esquema milionário de fraudes com a utilização de notas fiscais de terceiros e que teve a participação de contadores; Operação Hydra, para desmontar um grupo criminoso que atuava no tráfico de drogas e na exploração sexual de travestis; Operação Expresso PC (operação continuada) com a prisão de 58 pessoas com o objetivo de identificar locais com maior incidência de criminalidade e manter equipes à disposição para atendimento imediato de ocorrências; bem como, efetuar prisões em flagrante nos locais conhecidos de comercialização de drogas; Operação Jogo de Camisa para desarticular uma quadrilha que atuava no tráfico de drogas em várias regiões da cidade de Cascavel; Operação Seth, para apreender armas, munições e documentos utilizados em estelionatos; Operação Mercúrio II com apreensão de cerca de R\$ 3,0 milhões em equipamentos e máquinas pesadas utilizadas em terraplenagem; Operação Apoio com o cumprimento de mandados de busca e apreensão para localizar drogas, armas e objetos furtados que haviam sido trocados por drogas; realização de cursos sobre regras de segurança com pistola (exposição teórica); diferenças entre apreensão e arresto; deslocamentos com armas curtas e longas; proteção em situações de crises (emboscada ou troca de tiros); tipos de cobertura em confronto; técnicas de interrogatório, escala do uso diferenciado da força (prática); técnicas e táticas de duplas; utilização de algemas (uso correto e tipos de improvisações); crimes de trânsito; segurança na condução de presos; abordagem de pessoas (prática, tipos de revista); crime culposo e doloso (acidente de trânsito); protocolo de segurança no ingresso à carceragem; abordagem de pessoas; defesa pessoal; abordagem de veículos (teórica e prática).

A 16ª SDP Campo Mourão efetuou pelo menos 91 prisões; realizou e participou de vários cursos, dentre os quais Curso Tático de Rapel (TIGRE - Curitiba) e Curso de Sobrevivência e Busca em Selva; 17ª SDP Apucarana desenvolveu vários cursos; recebeu 18 novos investigadores e 04 delegados; 18ª SDP Telêmaco Borba efetuou 06 prisões em flagrante e realizou vários cursos de capacitação continuada e palestras; 19ª SDP Francisco Beltrão realizou Curso de Tiro de Instrução Básico com PST 9M 975 Beretta, ministrado pelo 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; desfile cívico em Francisco Beltrão realizado em 07/09/2014 com a participação de viaturas e Policiais Civis da área da 19ªSDP; curso de capacitação continuada ministrado por servidores da DPI ; 20ª SDP Toledo participou de vários cursos de capacitação continuada; instalação de 21ª SDP Cianorte composta por 04 Comarcas sendo Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz, 12 municípios e 14 distritos; realizada operação policial com apoio da Polícia Militar, onde foram abordadas 256 pessoas, resultando em 04 prisões em flagrante, apreendidos: 8,9 g de maconha, 0,8 g de cocaína; incineração de drogas, totalizando 2.272,10 g de maconha; 14.060 g de crack; 10.060 g de cocaína; 800 g de haxixe na presença de integrantes do Ministério Público e Vigilância Sanitária; designação de 05 investigadores e 02 delegados para a SDP; Delegacia de Engenheiro Beltrão e Delegacia de Barbosa Ferraz - recebimento de 03 viaturas novas e 01 viatura usada e instalação do serviço 197, na 21ª SDP e subordinadas, para urgências/denúncias; instalação do ambulatório, contando com enfermeira, para atendimento aos presos da cadeia; instalação do atendimento odontológico para os presos, uma vez ao mês, com clínica odontológica móvel, em

parceria com a empresa Instituto Morena Rosa; curso de capacitação continuada - administrativo/operacional ministrado pela DPI; reuniões quinzenais com todos os policiais e curso de capacitação continuada visando a excelência no atendimento aos usuários; desarticulação de quadrilha de estelionatários que agiam na Região de Cianorte com a recuperação de 10 máquinas agrícolas; Operação Nelore quando foram presas em flagrante 04 pessoas e recuperadas 16 cabeças de gados da raça Nelore.

Foram realizados, pelo Grupo Auxiliar de Planejamento da Polícia Civil (GAP), estudos para: reequipar as Delegacias da Mulher de Araucária, Campo Mourão, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo e Umuarama; para construção de delegacias da Mulher em Ponta Grossa e Maringá; de capacitação para atendimento em unidades policiais do Estado do Paraná às mulheres vítimas de crimes; para realização de seminário de enfrentamento à violência contra a mulher; para reequipamento da Coordenadoria das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Estado do Paraná (CODEM); para aquisição de uma embarcação para a Delegacia de Proteção do Meio Ambiente; elaboração de campanha integrada e de material gráfico informativo para o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA); estudo para a regionalização dos Distritos Policiais da Capital com vistas à reestruturação das áreas de atuação destes distritos, unificando os mesmos por região, de forma que o atendimento seja mais centralizado e abrangente; projeto para a criação da Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso, visando fornecer o adequado atendimento a parcela da população; projeto para reestruturação física e tecnológica do Núcleo de Combate aos Ciber Crimes (NUCIBER); Projeto Puma que tem como objeto informar, auxiliar e promover o incremento da estrutura pública em alguns municípios que sofrerão com o possível impacto que a abertura da nova fábrica da Empresa Klabin, em Ortigueira, poderá gerar. Para tal, houve a estimativa de impacto nos municípios de Congonhinhas, Sapopema, Curiúva, Telêmaco Borba, Ventania, Imbaú, Tibagi, Reserva, Cândido de Abreu, Rio Branco do Ivaí, Ortigueira e São Jerônimo da Serra.

O Setor de Engenharia e Arquitetura da Divisão de Infraestrutura da Polícia Civil elaborou estudos de viabilidade técnica e termos de referência para a contratação de projetos para reforma de diversas unidades; acompanhou a elaboração dos projetos de implantação específica e as obras das novas Delegacias Cidadãs; acompanhou o processo de desapropriação e reforma dos imóveis selecionados pelo NUCRIA para implantação de novas unidades nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá; procedeu ao levantamento documental junto a Coordenadoria de Patrimônio do Estado/SEAP das unidades do interior desativadas e que se encontra em processo de cessão de uso; realizou levantamento das unidades de uso compartilhado SESP/SEJU, contidas nos decretos nº 4.199/2012, nº 6.392/2012 e nº 6.393/2012, em atendimento a determinação da SESP, para a delimitação das áreas administrativas e desvinculação das áreas dos setores de carceragem sob cuidados do DEPEN e realizou estudo e levantamento de áreas e *layout* de mobiliário em imóveis indicados para locação com intuito de promover a mudança da sede do DPC.

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) está presente em todo o Estado do Paraná, atuando ostensiva e repressivamente com todo seu efetivo, seja nas cidades, estradas, matas, rios e mar.

Com a moderna filosofia do Policiamento Comunitário, a PMPR trabalha para garantir a paz, a proteção de vias e de bens de toda a comunidade paranaense. As principais operações policiais realizadas em 2014 estão relatadas a seguir.

A Operação Verão 2013/2014, foi realizada no período de dezembro de 2013 a março de 2014, com o envolvimento das Unidades Operacionais dos Comandos Regionais, além do Corpo de Bombeiros, bem como, dos órgãos de Direção e Apoio da PMPR, desenvolvendo ações isoladas e em conjunto com outros órgãos de segurança pública, de fiscalização e de proteção e defesa comunitária afins da esfera federal, estadual e municipais, com a finalidade de realizar o policiamento ostensivo, preventivo e repressivo fardado, nas áreas urbana, rural, rodoviária e ambiental, para garantir o exercício dos poderes constituídos, atuando preventivamente como força de dissuasão nos locais onde seja presumível a perturbação da ordem e repressivamente, realizando atividades de busca, salvamento e socorro público, prevenção e combate a incêndios, prevenção de acidentes de trânsito urbano e rodoviário, propiciando o máximo de segurança e tranquilidade aos veranistas.

Operação Carnaval, realizada no período de 28 de fevereiro a 05 de março, com o envolvimento dos Comandos Regionais e, também, do Comando do Corpo de Bombeiros, com o objetivo de estabelecer formas de coordenação e de atuação conjunta e integrada dos efetivos policiais-militares e bombeiros-militares, com integrantes de outros órgãos de segurança pública, de proteção e de defesa comunitária e de fiscalização das esferas federal, estadual e municipal, principalmente o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guardas Municipais, Conselhos Tutelares, DETRAN e órgãos municipais de trânsito. Foi realizado o policiamento ostensivo geral e de trânsito nas áreas e locais de concentração popular, vias, ruas, logradouros, espaços abertos destinados aos festejos carnavalescos.

Operação 3 Planaltos, em que todo o efetivo operacional da PMPR intensificou as ações de policiamento ostensivo, principalmente por meio de bloqueios de via, batidas policiais e abordagens, em locais selecionados de forma estratégica em todo o Estado (principais rotas utilizadas pelo crime, fronteira, divisas, locais com preocupante incidência de crimes, etc.) em períodos que compreenderam três dias em média em cada versão da Operação. Foram realizadas cinco versões da Operação até novembro.

O ano de 2014 foi marcado pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014, ocasião histórica em que a PMPR pode executar as ações e operações planejadas com anos de antecedência para o evento de grande envergadura e repercussão mundial. Durante os meses de junho e julho a PMPR reforçou o policiamento na Capital e Região Metropolitana, bem como na região de fronteira e pontos turísticos do Estado como o litoral, com movimentação de efetivo expressivo de outras regiões do Paraná para tais locais, além do emprego de diversos equipamentos de avançada tecnologia, adquiridos e operados em parceria com o Governo Federal, como imageador aéreo, equipamentos para vistorias e desativação de bombas e explosivos, equipamentos de informática e radiocomunicação, entre outros. Também operou, em conjunto com outras forças (Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Científica, Polícia Rodoviária Federal, Forças

Armadas, SENASP, ABIN e outras) o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), resultado de anos de pesquisa da experiência de outros países e de formação doutrinária com diversos protocolos estabelecidos para a ação integrada desses órgãos em grandes eventos, com o suporte físico de caminhões equipados para funcionar como Plataformas de Observação Elevada (POE), e Centros Integrados de Comando e Controle Móveis (CICCM), tudo trabalhando em conexão e integração com os imageadores aéreos e as equipes de policiamento, sob coordenação central de um Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR), sediado na SESP, que por sua vez era integrado ao Centro Nacional em Brasília. Assim a Operação Copa do Mundo FIFA 2014, no âmbito da PMPR contou com uma administração e logística em proporções inéditas para uma única Operação, com a movimentação de milhares de policiais, centenas de viaturas, diversas aeronaves, emprego e operação de equipamentos e sistemas de alta tecnologia e exitosa integração com outras forças, o que resultou no sucesso da Operação e a tão esperada consecução dos seus objetivos de prover condições adequadas de paz e tranquilidade pública, além da alta sensação de segurança à população paranaense e aos milhares de turistas que visitaram o Estado durante a Copa do Mundo.

Os últimos dois anos foram marcados por diversas manifestações em todo o país, eventos estes deturpados pela presença e ação de marginais e vândalos que promoveram desordem e diversos danos ao patrimônio público e privado e outros crimes. No Paraná, a PMPR se articulou com diversos outros órgãos para se antecipar a estas práticas criminosas, mobilizando grande efetivo principalmente na Capital do Estado, conseguindo resultados positivos na prisão desses vândalos e prevenindo a prática desses tumultos em todo o Estado. Dentre essas diversas operações policiais destacou-se a Operação Independência em que mais de 400 policiais foram aplicados no policiamento ostensivo e velado para prevenir e reprimir manifestações violentas no Centro Cívico de Curitiba durante o Desfile de Sete de Setembro, com grande êxito.

Operações ordinárias realizadas pelas Unidades Operacionais dos Comandos Regionais desenvolveram-se com a aplicação de efetivo em Rondas Ostensivas Tático-Móveis (ROTAM), para recobrimento da malha protetora, como segundo esforço operacional, em apoio às ações anteriores; aplicação de efetivo integrado e conjugado conforme resultados dos índices de criminalidade e violência obtidos pela análise dos bancos de dados existentes; aplicação de efetivo integrado e conjugado em operações que exijam emprego rotineiro para prevenção a delitos de maior repercussão, tais como Operação Proteção ao Trabalhador, executada nos períodos de pagamento dos funcionários das empresas em geral, Operações de Fiscalização Integradas, entre outras.

As Unidades Operacionais de Área, com apoio das Unidades especializadas da PMPR, realizaram policiamento ostensivo por meio de ações de batida policial (abordagens) a estabelecimentos comerciais, veículos de transporte de passageiros, veículos de particulares e busca pessoal em pessoas sob fundada suspeita, direcionando o policiamento ordinário em operações presença, utilizando-se de cartão programa cobrindo eixos comerciais (pontos de vendas de combustíveis, farmácias, bares, lojas, lojas de conveniência, panificadores, panificadoras, pequenos e grandes mercados, mercearias, locadoras de vídeo e lanchonetes), visando proporcionar a necessária segurança e tranquilidade pública, inibindo os crimes contra a vida.

Por meio de esforços conjugados e individuais das unidades subordinadas aos Comandos Regionais, foram executadas as atividades de polícia ostensiva, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a preservação da ordem pública, o exercício dos poderes constituídos, atuando de maneira preventiva e repressiva quando da constatação do cometimento de ilicitudes ou perturbação da ordem, garantindo o cumprimento de mandados de reintegração de posse, em todo o Estado do Paraná.

Por meio da Operação Eleições, tanto no 1º como no 2º turno das eleições 2014, a PMPR, a exemplo dos pleitos anteriores, se desdobrou no terreno, policiando e mantendo a tranquilidade pública nas cidades, vilas, distritos, ilhas e em zonas rurais, com presença policial em todas as zonas e locais de votação, de forma a garantir a segurança e cumprimento das leis eleitorais para que a população pudesse exercer o seu direito ao voto e o processo eleitoral pudesse se desenvolver de forma pacífica e tranquila.

Outras operações de grande envergadura como Reintegrações de Posse em várias localidades, Metropolitana, Fronteira, Vizinhança Tranquila e ENEM foram planejadas pelo Comando da Corporação em todo o Estado, com suas respectivas execuções satisfatórias. Além dessas operações planejadas e emanadas pelo Comando da Corporação, cada Comando Regional de Polícia Militar e suas respectivas unidades planejaram e desencadearam operações de abrangência regional e/ou local, tais como: concursos, datas festivas e comemorativas (Dia Internacional da Mulher), manifestações grevistas, escoltas de times, bazares beneficentes, leilões judiciais, Natal, combate a perturbação do sossego, campeonatos desportivos diversos, debates políticos, combate ao trabalho infantil, outras atividades comunitárias, parada da diversidade, provas de pedestres, Jeep Clube, desarmamento, policiamento em shows diversos, desfiles cívicos, festivais de música, Ação Integrada de Fiscalização Urbana (AIFU), apoio a outros órgãos, blitz de trânsito, escolta de presos, escolta de valores, cumprimento de mandados judiciais, rodeios, barreira sanitária, vistoria em estabelecimentos prisionais, redução de homicídios, saturação, festas de igrejas, quermesses, festas típicas, rallys, corridas rústicas, Operação Ágata, em parceria com o Exército Brasileiro (fronteiras), pagamento, jogos escolares, Fórmula Truck, Stock Car, Operação Corpus Christi, Operação Safra, feriados diversos. Ao todo foram 12.987 operações, em que foram presos 11.930 infratores, apreendidos 2.978 menores, 18.579 veículos apreendidos/removidos, 1.253 veículos recuperados, além das apreensões de: 1.253 armas de fogo, 754 Kg de cocaína, 18 toneladas de maconha, 502 Kg de crack e 4.735 comprimidos de Ecstasy.

O policiamento no Estado será intensificado no final do ano nos eventos: Natal no Palácio Avenida, Maratona de Curitiba, Operação Papai Noel, com aplicação de um maior número de policiais militares nos locais e horários comerciais até às 23 horas, quando aumenta o número de pessoas em circulação.

Somam-se a estes resultados as atividades das Unidades Especializadas (UEsp), como o Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) e o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA).

O Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) desenvolveu ações preventivas, como a participação em 12 edições do Paraná em Ação, atingindo um público estimado de 51.000

cidadãos. Objetivando a diminuição de acidentes, foi intensificada a fiscalização em operações baseadas em estudos dos pontos críticos, em locais mensurados de acordo com o número de acidentes, mortos e feridos. Com base nessas informações, os 58 postos fixos de fiscalização realizaram, diariamente, operações permanência, radar fotográfico e etilômetro, aumentando o número de notificações com o objetivo de diminuir acidentes.

De janeiro a outubro foram fiscalizados, nas rodovias do Paraná, 531.480 veículos dos quais 106.392 autuados, sendo que, mesmo com todo o esforço despendido, o número de acidentes atendidos no mesmo período foi de 8.903. As ações de fiscalização contribuíram, sobretudo, para a apreensão de armas e entorpecentes, sendo 36 armas de fogo, 10.902,8 kg de maconha, 43,369 kg de cocaína, 310,595 kg de crack, 18,716 Kg de haxixe, 5.205 frascos de lança perfume e 51.944 pacotes de cigarros contrabandeados do Paraguai.

Em cada cidade sede de Companhia da Polícia Rodoviária há uma Escola de Trânsito, em ação conjunta com o DER, com vistas à divulgação de conhecimentos de segurança no trânsito para crianças do ensino fundamental da rede estadual de ensino, tendo sido atendidas 806 escolas, proporcionando conhecimento a 44.624 alunos.

O BPRv também atuou preventivamente realizando diversas palestras, que no período de janeiro a outubro, totalizaram 59, alcançando um público estimado de 3.570 pessoas. Outra atuação concentrada se deu por ocasião da Copa do Mundo FIFA 2014, onde a unidade esteve diretamente envolvida nas atividades de batedores e escoltas das delegações, tanto em Curitiba quanto em Foz do Iguaçu.

Até outubro, o Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde (BPAMB-FV), executou atividades de policiamento ambiental em todas as localidades do Estado sendo expedidas 45 ordens de serviço de ações e 15 ordens de operações. Foram atendidas 8.630 ocorrências, sendo 3.530 somente relacionadas às atividades lesivas ao meio ambiente. Deixou-se de lavrar Autos de Infrações Ambientais, pelo motivo de suspensão do convênio IAP/PMPR/BPMA, desde novembro 2011. As atividades de fiscalização de flora resultaram na apreensão de 2.611,89 m³ de madeiras nativas, 2.701 unidades de palmito *in natura*, 2.135 vidros de palmito industrializados, 280 kg de pinhão, 12.128,60 m³ de lenha nativa, 32 motosserras, 42.771 kg de carvão, 13 balões e 3.715,71 hectares de área desmatada fiscalizada. Nas atividades voltadas à fauna, foram apreendidas 4.510 aves e 1.096 animais. A fiscalização de pesca resultou em 98.949 metros de rede apreendidas, 169 tarrafas e 1.943,82 kg de pescados, 2.688 kg de camarão e 9.927 unidades de caranguejo. Ainda foram apreendidas 338 armas de fogo e 5.279 munições. Bloqueios de via e abordagens resultaram na apreensão de 1.374 kg de maconha, 5.130 kg de crack e 0,462 kg de cocaína. Foram presos e autuados criminalmente 585 infratores.

O Comando do BPMA realizou um trabalho de educação ambiental junto às escolas e entidades públicas e privadas, levando a população, principalmente às crianças a importância da proteção ambiental. Foram atingidas aproximadamente 10.000 pessoas por meio de atividades como palestras e exposições de materiais apreendidos, blitzes educativas, Paraná em Ação, Programa Guardiões da Natureza, Programa de Proteção a Flora e demais atividades de educação Ambiental.

Essas ações são fundamentais para mostrar à comunidade um pouco do trabalho executado pela Polícia Ambiental, bem como para difundir a legislação ambiental vigente, com a formação de 429 alunos do Projeto Guardiões da Natureza.

A realização de blitzes educativas, por ocasião de bloqueios de vias nas pequenas localidades do interior do Paraná, visa à conscientização das pessoas mais humildes e que normalmente desconhecem a ilicitude de alguns de seus atos frente ao meio ambiente, tais como a derrubada de uma árvore ou o abate de animais.

Foram formados no Núcleo de Ensino do BPAMB/FV, 27 Soldados de 2ª Classe.

A Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), por intermédio da Academia Policial Militar (APMG), estruturada na Escola de Oficiais (EsO) e Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - 1ª EsFAEP e 2ª EsFAEP (Maringá) - juntamente com os Núcleos de Ensino da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, no cumprimento de suas metas de ensino, nas áreas de formação, especialização, aperfeiçoamento, habilitação e capacitação de recursos para a Polícia Militar, realizou cursos para um total de 5.008 policiais e bombeiros militares, entre eles: Curso de Formação de Oficiais, com 193 policiais militares formados e 44 bombeiros militares, divididos pelos três anos de curso; Curso de Formação de Soldados, com 2.221 policiais militares e 225 bombeiros militares formados no mês de setembro; Curso de Formação de Sargentos com 308 policiais militares e 161 bombeiros militares com formatura no mês de novembro; Curso Especial de Formação de Cabos, com 90 policiais militares formados no mês de setembro e 18 bombeiros no mês de novembro; Curso de Formação de Cabos, com 260 policiais militares formados no mês de outubro e 34 bombeiros formados no mês de novembro. Foram ainda especializados 1.454 policiais e bombeiros militares em cursos diversos como Controle de Distúrbios Cíveis, Curso de Operações Especiais, Curso de Unidade Especializada de Fronteira, Negociação de Crises, Condutor de Viatura Policial e Veículos de Emergência, Curso Técnico Explosivista, Guarda Vidas, dentre outros. Para a preparação da Copa do Mundo 2014, foram realizados os cursos de Capacitação de Segurança contra Incêndio e Pânico em Locais Públicos - Estádios/Fan Fest, Capacitação e Intervenção de Emergências com Produtos Perigosos, Capacitação de Incêndios e Capacitação Sistema em Comando de Incidentes, Inteligência em Segurança Pública, Negociador Policial em Ocorrências de Crise, Policiamento Turístico. Com intuito de realizar a aprendizagem de conhecimentos em realidades distintas, a PMPR enviou policiais para outras Instituições, onde realizaram cursos de Interdição Marítima do Terrorismo (EUA), Curso Internacional Mestre Equitacion (Chile), Instrutor de Equitação (Exército RJ), Monitor de Equitação (PMRJ), Gerenciamento de Reuniões Públicas (Brasília), Enfrentamento ao Turismo Sexual e Exploração de Crianças (Polícia Civil Curitiba), Operações de Choque 2ª Ed. (PMRS), Inteligência e Investigação de Crimes Cibernéticos (Brasília), Curso de Cozinheiro (SENAC) e Auxiliar de Saúde Bucal (Hospital do Exército de Curitiba). Além do início do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais com 35 alunos e do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos com 120 alunos.

É importante salientar a importância do Colégio da Polícia Militar do Paraná na formação de 653 alunos do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e 759 alunos do ensino médio (1º ao 3º ano).

Foram incluídos, em 2014, na Polícia Militar 208 novos militares sendo 183 policiais, 24 bombeiros e ainda, 01 oficial do quadro de saúde (bioquímico) com ingresso condicional, que foram encaminhados para formação. Além disso, foi desenvolvida a execução das fases da 2ª Turma do concurso para soldados policiais (2.200 vagas) e bombeiros militares (409 vagas) certame que se encontra em andamento.

Em termos de estrutura logística para o policiamento ostensivo e às atividades de bombeiro destaca-se a aquisição de 295 novas viaturas, sendo 95 vans para funcionarem como Módulos Móveis e 200 motocicletas para ação integrada com tais módulos, adquiridos pela SESP/FUNESP. Além disso, adquiriu e repassou à PMPR 925 computadores, 1.000 capacetes antitumulto, 700 escudos antitumulto, 830 máscaras contra gases, 4.292 coletes balísticos e 7.020 cones de sinalização.

No tocante à execução de obras, foram realizadas diversas obras para a Polícia Militar. Na área de reformas foi concluída a reforma da sede da 2ª Cia. PM/ 11º BPM (Ubiratã) com área de 250 m²; em execução a reforma da cobertura e da instalação elétrica da sede do BOPE (Curitiba) com área de 750 m²; e readequação das instalações da Seção de Armas e Munições (São José dos Pinhais), com a ampliação do espaço destinado à instalação dos equipamentos de recarga de munições.

Ao Corpo de Bombeiros do Paraná compete emitir pareceres técnicos sobre incêndios e suas conseqüências, a supervisão sobre o disposto na legislação quanto às medidas de segurança, inclusive instalação de equipamentos e a orientação técnica na elaboração da legislação sobre prevenção. Manteve os padrões de melhorias de equipamentos e pessoal, com a inclusão de 227 novos soldados, além da formação de 52 cabos e 161 sargentos. Destaca-se a aquisição de equipamentos operacionais, com investimentos da ordem de R\$ 11,7 milhões com a aquisição de materiais de combate a incêndios e de busca e salvamento, 140 equipamentos de proteção respiratória, 210 cilindros reserva para EPR, 100 cilindros para mergulho, 25 proporcionadores de espuma, 20 esguichos monitores de solo, 20 tripés para iluminação, 1.500 conjuntos de roupas com acessórios de proteção contra incêndio e 50 equipamentos desencarceradores.

A Polícia Científica é responsável pela reconstituição da materialidade do crime, tendo como objetivo a orientação da investigação policial e o processo criminal. A prova pericial é documento indispensável nos processos criminais.

O Instituto Médico-Legal (IML) realiza exames periciais em pessoas vivas (lesões corporais, sanidade física, conjunção carnal, ato libidinoso, verificação de parto e puerpério, estimativa de idade, exames psicológicos e psiquiátricos, avaliações odontológicas, entre outros) e mortas, cadáveres carbonizados, ossadas e partes do corpo humano, além de analisar amostras biológicas e pesquisar drogas brutas. Possui 18 sedes no Estado. De janeiro a outubro, realizou 106.626 perícias.

O Instituto de Criminalística (IC) realiza exames periciais, pesquisas e experiências nas áreas de informática, engenharias, balística, documentoscopia, fonética, químico-legal, retrato falado, hipnose forense, entre outros. Têm por atribuição auxiliar a Justiça, fornecendo provas técnicas sobre locais, coisas, objetos, instrumentos e pessoas, para a instrução de processos criminais. Possui dez sedes no Estado. De janeiro a outubro, emitiu cerca de 31.600 laudos.

Foi autorizada pelo Governo do Estado a realização de concurso público para preenchimento de vagas no Quadro Próprio de Peritos Oficiais. O processo está em fase de contratação da empresa organizadora.

O IML adquiriu um aparelho cromatógrafo (equipamento que detecta drogas, produtos químicos e farmacêuticos em materiais biológicos de origem humana); 04 intensificadores de imagem e 05 mesas radiotransparentes para Seções Médico-legais do Estado; móveis para suas 18 unidades e para as 10 unidades do IC de todo o Estado; mobiliário e equipamentos para o necrotério da nova sede de Maringá.

Para a Seção de DNA do IC foram adquiridos: sistema forense de análise de amostras de DNA e as respectivas licenças, próprio para análise de dados em identificação humana forense; analisador genético capilar; sistema automatizado para extração de DNA de amostras forenses; sistema automatizado para amostragem de cartão FTA, próprio para uso em identificação humana; plataforma automatizada para manejo de fluidos e execução de procedimentos de extração, normalização e preparo de mistura de reagentes, para uso em genética forense; aquisição de 91 impressoras a laser para todas as seções técnicas do IC; 07 equipamentos e 01 software para extração e análise forense de dispositivos eletrônicos (celulares, tablets, etc); 14 kits de bloqueadores de escrita e duplicação de dispositivos de armazenamento; 10 Estações de Trabalho Forense; 05 kits de maletas para uso em locais de crime contendo materiais para coleta de digitais, pincéis, lupas, tesouras, pinças, lanternas, reagentes de drogas e sangue, máscaras, aparelhos GPS, entre outros.

Foi concluída a obra do IML de Maringá, inaugurada a sede do IML de Paranaguá e estão em andamento as obras do IML de Curitiba e Londrina, com conclusão prevista para março de 2015. Estão em fase de contratação os projetos para a construção do Instituto de Criminalística de Curitiba.

Outras ações de destaque na Polícia Científica foram: a continuidade ao Programa de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual existente em Curitiba, ampliando-o para regiões do interior do Estado, conforme Resolução Conjunta SESP/SESA, nº 03/2014. O serviço foi estendido a dez cidades do Estado e o atendimento, que antes era feito somente nas unidades do IML, passaram a ser realizados também em 18 hospitais públicos e filantrópicos, credenciados junto à Secretaria de Estado da Saúde. Eles serão referência para estes casos nas regionais de saúde de Paranaguá, Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Londrina e Jacarezinho; foi iniciada uma parceria com a Polícia Federal e IML, para cursos de treinamento e capacitação em Disasters Victims Identification (DVI) para atuação durante a Copa do Mundo 2014 e, efetivamente, colaborou na elaboração do Manual de Procedimentos Operacionais participando de ensinamentos em outros estados. Durante os eventos manteve plantões com médicos, enfermeiras, motoristas e pessoal administrativo nos locais de jogos em Curitiba, com presença de veículos para transporte de cadáveres e pessoal; foi ampliada a integração entre instituições públicas atuantes e o IML, como Ministério Público, NUCRIA, DECRISA, DHPP, DVC, SESA, entre outras; a Divisão de Informática do Instituto de Criminalística do Paraná concluiu o trabalho de instalação do Gestor de Documentos e Laudos (GDL), em todas as Seções Técnicas do IC. O novo sistema representa um grande avanço, pois pela primeira vez, o IC utilizará uma solução integrada

para a gestão de laudos em todo o Estado. O sistema permite a inserção do arquivo digital (PDF) do laudo, geração da guia de remessa automática, permitindo à instituição um gerenciamento mais seguro e eficaz de tais documentos; a Divisão de Informática em parceria com a CELEPAR implantou o Business Intelligence (BI) do IC, em que é possível ter um panorama das atividades do IC, realizando o cruzamento entre as diversas variáveis de interesse como *status* dos exames, seções técnicas, peritos, data de entrada e saída das requisições, conclusão de laudos, etc. Auxilia os gestores a ter uma visão geral do andamento dos processos do IC, norteando as tomadas de decisões; início das atividades de coletas de DNA de condenados de crimes previstos na Lei nº 12.654/2012, para formação do banco de perfis genéticos do Estado, tendo ocorrido até outubro a coleta de amostras de 50 condenados; peritos criminais da Seção de Computação Forense do Instituto de Criminalística vêm ministrando palestras para estudantes e pais de diversos colégios de Curitiba, Londrina, Antonina e São José dos Pinhais, além de empresas, conscientizando sobre os perigos do mundo virtual e alertam sobre a exposição de crianças e jovens.

O Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA) é a unidade especializada da Polícia Militar responsável pelo apoio aéreo no policiamento ostensivo, no socorrimento público, nas ações de defesa civil, no transporte de autoridades e em todas as demais ações de preservação da ordem pública.

Destaca-se o recebimento de um importante equipamento, adquirido pelo governo federal e entregue a todas as unidades aéreas localizadas em cidades-sede da Copa do Mundo 2014: o imageador térmico FLIR. O equipamento detecta a radiação infravermelha emitida por objetos quentes (emitem ondas de radiação infravermelha), usando a energia térmica emitida para formar, com a ajuda de um processador digital, imagens tridimensionais dos objetos observados, criando uma espécie de retrato térmico em tempo real. O equipamento auxilia a tripulação na busca e identificação de pessoas ou objetos no período noturno ou mesmo na névoa. Associado a este dispositivo, o BPMOA recebeu o sistema de transmissão de dados que possibilita enviar as imagens captadas pelo sistema FLIR e o áudio de cabine em tempo real para um centro de comando, como foi utilizado na Copa do Mundo, onde as operações de monitoramento das manifestações e escolta das equipes das seleções foram transmitidas em tempo real para o Centro Integrado de Comando e Controle Regional.

No setor de manutenção aeronáutica foi realizado o treinamento dos auxiliares de mecânica para a instalação e operação do imageador FLIR nas aeronaves PR-ECB e PR-BOP, bem como foram licitados e aditivados todos os contratos de manutenção das aeronaves. Foi ainda mantida a condição de aeronavegabilidade das aeronaves e licitados e aditivados os contratos de fornecimento de combustível de aviação para aproximadamente 80,0% das localidades em que atua.

Realizados treinamentos para requalificação de pilotos e tripulantes operacionais multimissão nas aeronaves modelo Jet Ranger III e EC130B4, com a realização de manobras e emprego das técnicas operacionais utilizadas nos diversos tipos de missões; o treinamento visa ainda o nivelamento dos procedimentos a serem realizados por ocasião da Operação Verão. Treinamentos técnicos em solo (Ground School) para pilotos de helicóptero em escolas homologadas, sobre os

sistemas e características operacionais das aeronaves modelo Jet Ranger III e EC130B4 antes de suas instruções em voo. Instruções de voo para os pilotos de helicóptero e avião, visando aprimorar a técnica e proficiência dos mesmos na operação das aeronaves do BPMOA.

Envio de um oficial do BPMOA, piloto de helicóptero, para a realização de estágio operacional no Grupamento de Radiopatrulha Aérea João Negrão (GRPAe), em São Paulo; e de dois policiais militares e um bombeiro militar para realização de Curso de Tripulante Operacional no Batalhão de Operações Aéreas, em Santa Catarina. Foram realizadas instruções com várias unidades operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, visando demonstrar alguns procedimentos realizados pelo BPMOA nas missões e orientar o efetivo acerca de aspectos da segurança operacional no emprego de aeronaves.

Até novembro, o BPMOA realizou 707 missões aéreas, destas 232 missões policiais, 261 missões de bombeiro, 33 missões com imageador FLIR, e 214 missões diversas (translado, treinamentos, manutenção, e outras); transportou 222 vítimas atendidas, totalizando 1.011,4 horas de voo. Apoiou ações de: prevenção e combate a incêndio; fiscalização ambiental; buscas e salvamento de pessoas nos meios terrestre e aquático; transporte de órgãos; além de operações de defesa civil e outros serviços prestados a população paranaense nas diversas regiões do Estado e em outras unidades da federação.

Adquiridos 10 rádios portáteis aeronáuticos, para contato da equipe em terra com a tripulação por meio de frequência aeronáutica em casos de emergência; 02 fontes de alimentação externa, que auxilia na operação diária, poupando a bateria da aeronave no momento do acionamento da mesma; *kit* de iluminação de área remota e balizamento noturno para pouso, material que possibilita segurança nas operações em que o emprego da aeronave não possui base com local de pouso homologado; 02 sistemas embarcados de monitoramento meteorológico (radar e storm scope) para a aeronave Beech Baron 58, que aumentarão a segurança operacional da tripulação com relação às adversidades das condições meteorológicas; 02 sistemas de reboque para os helicópteros, que possibilitam a movimentação da aeronave com maior segurança em deslocamentos curtos.

Na Área de Saúde, o Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) presta atendimento às vítimas de traumas em vários níveis. É composto por equipes especializadas que estão à disposição da população 24 horas por dia, no Corpo de Bombeiros. Para chamar os socorristas do SIATE em todo o Estado basta discar para o número de telefone 193. Até novembro foram atendidas 77.753 ocorrências pré-hospitalares, sendo 44.643 acidentes de trânsito, 15.371 quedas, 9.265 agressões, 8.122 atendimentos clínicos e 352 atendimentos por choque elétrico e queimaduras.

O Hospital da Polícia Militar (HPM) realizou 959 internamentos, 31.952 consultas ambulatoriais, 7.777 procedimentos de fisioterapia ambulatorial, 562 cirurgias, 14.891 consultas de pronto atendimento, 4.327 atendimentos no Centro Terapêutico, 150.560 exames laboratoriais, 11.606 exames no Centro de Diagnóstico por Imagens, 162.166 exames complementares e 220 treinamentos.

25

*Secretaria do Trabalho, Emprego e
Economia Solidária*



25 Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS), baseou suas ações nas diretrizes governamentais, buscando assegurar que a missão de inclusão social atendesse conjuntamente aos princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência.

Os principais programas desenvolvidos bem como os resultados alcançados durante o exercício de 2014 estão a seguir relatados.

25.1 Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (DETER)

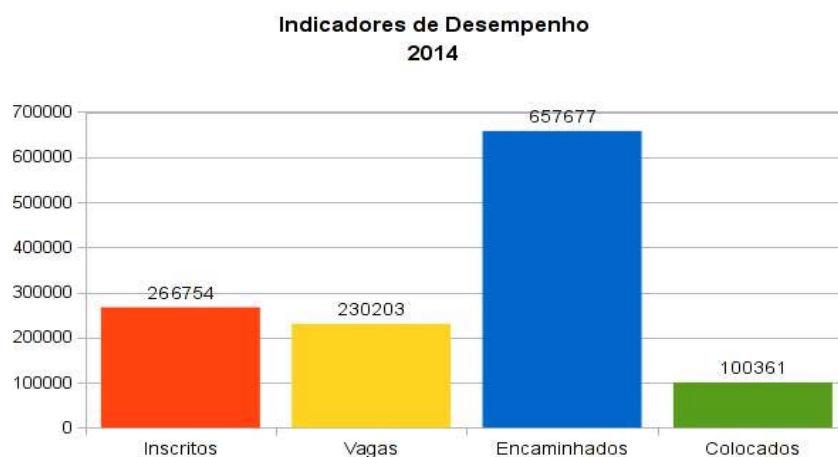
Realizou ações de aprimoramento e de integração dos programas, destacando-se o credenciamento das Agências do Trabalhador existentes no Paraná, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, o que permite receber recursos, por meio do Convênio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

25.1.1 Programa de Intermediação de Mão de Obra

As Agências do Trabalhador têm como objetivo a colocação do trabalhador no mercado de trabalho e o suprimento de força de trabalho adequada aos empregadores, com qualidade e rapidez. Em 2014, realizou a colocação de 100.362 trabalhadores no mercado formal de trabalho, representando 9,0% do total de admitidos registrado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) no período. Foram captadas 230.203 vagas representado 20,0% do CAGED. A taxa de aproveitamento dos encaminhados foi de 15,3% e das vagas captadas de 43,6%.

1 - NÚMEROS DA INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA

MÊS	INSCRITOS	VAGAS	ENCAMINHADOS	COLOCADOS	ENC/COL (%)	VAGAS/COL (%)
Janeiro	29.519	29.894	68.169	8.207	12,040	27,450
Fevereiro	28.938	25.412	67.221	11.216	16,686	44,140
Março	26.594	22.091	58.934	9.831	16,682	44,502
Abril	27.204	20.990	63.152	10.890	17,245	51,880
Maiο	25.548	22.092	60.709	9.351	15,403	42,330
Junho	23.283	20.938	56.234	8.991	15,989	42,940
Julho	29.177	23.164	72.915	10.956	15,025	47,300
Agosto	25.951	20.832	68.094	10.039	14,742	48,190
Setembro	25.744	21.873	69.318	10.580	15,263	48,370
Outubro	24.796	22.917	72.931	10.301	14,124	44,950
TOTAL	266.754	230.203	657.677	100.362	15,260	43,600



Fonte: SETS - MTE/Mais Emprego

*Janeiro /2014 a Outubro/2014

25.1.2 Programa Orientação Profissional do Trabalhador

Realizou palestras sobre o tema Empregabilidade duas vezes por semana. Para os trabalhadores com dificuldade em apresentar-se em uma entrevista de emprego, foi oferecida a oportunidade de participarem de um Teste de Orientação Profissional gratuito e com resposta em tempo real no site da SETS. O teste apresenta dez questões que visam orientar trabalhadores para melhorar seu currículo e a conquistar vaga de emprego. Foram distribuídas Cartilhas com dicas importantes do Programa de Orientação Profissional (POP).

25.1.3 Programa Jovem Aprendiz

Atendeu 11.000 jovens na modalidade Jovem Aprendiz.

25.1.4 Programa Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado do Trabalho

Realizou a colocação de 282 pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal.

25.1.5 Programa Habilitação ao Seguro Desemprego

Promoveu a concessão do benefício ao trabalhador desprovido de renda ou de emprego e que busca nova colocação, acessando para tanto a intermediação de mão de obra, a orientação e qualificação social e profissional.

Foram habilitados ao benefício 346.177 trabalhadores nas modalidades Formal, Bolsa Qualificação, Empregado Doméstico e Pescador Artesanal, conforme demonstrado no quadro 1.

Esse resultado representou 81,0% das habilitações do Estado, considerando que também são executores da política, as prefeituras dos municípios de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

A assistência financeira disponibilizada aos beneficiários do Seguro-Desemprego foi na ordem de R\$ 1,6 bilhão, um volume expressivo de recursos que movimentou a economia paranaense no período de janeiro a outubro - quadro 2.

QUADRO 1 - HABILITAÇÕES AO SEGURO-DESEMPREGO - SETS/PR

PERÍODO 1º DE JANEIRO A 31 DE OUTUBRO DE 2014	
Produto/Serviço	Realizado
Trabalhadores Habilitados ao Benefício Seguro-Desemprego – Modalidades: Formal, Bolsa, Empregado Doméstico	344.324
Pescador Artesanal Habilitado ao Benefício Seguro- Desemprego	1.853
TOTAL	⁽¹⁾ 346.177

(1) O total de 344.324 habilitações, compõe 1.635-Bolsa, 1.116-Empregado Doméstico e 341.573-Formal.

QUADRO 2 - VALOR PAGO AOS BENEFICIÁRIOS DO SEGURO-DESEMPREGO - PARANÁ

PERÍODO 1º DE JANEIRO A 31 DE OUTUBRO DE 2014	
Valor Pago	
Beneficiário Seguro-Desemprego - Modalidade Formal	R\$ 1.549.415.228,42
Beneficiário Seguro-Desemprego - Modalidade Pescador Artesanal	R\$ 19.701.255,29
TOTAL	⁽¹⁾ R\$ 1.569.116.483,71

(1) O Valor pago para as modalidades Bolsa Qualificação e Empregado Doméstico, não disponível na ocasião da consulta.

25.1.6 Programa de Qualificação Social e Profissional

- Plano Territorial de Qualificação 2012 (PlanTeQ/2012) – executado em 2013 e 2014 teve como meta inicial qualificar 1.074 educandos, sendo 963 financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 111 com recursos de contrapartida do tesouro estadual. Para atingir a meta, foi realizado processo licitatório (conforme o item II do artigo 23 da Resolução nº 679 de 29 de setembro de 2011) que resultou na contratação das entidades do Sistema S e da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). O PlanTeQ/2012 envolveu recursos no montante de R\$ 2,2 milhões, sendo R\$ 1,9 milhão o repasse total do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e R\$ 246,0 mil a contrapartida do Estado. Foram qualificadas 52 turmas, abrangendo 43 municípios, totalizando a oferta de vagas para 789 educandos dos quais 678 foram certificados.
- Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã - programa de qualificação no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, com meta pactuada no MTE de qualificação social e profissional de 7.000 jovens. Foram realizadas atividades de fechamento do sistema SinProjovem, que acompanha o registro das informações de cada um dos jovens educandos envolvidos no programa. Os recursos foram na ordem de R\$ 13,0

milhões, sendo R\$ 10,4 milhões do MTE e R\$ 2,6 milhões de contrapartida estadual, atingindo 144 municípios distribuídos em todas as regiões do Estado nos mais variados arcos ocupacionais, tais como: administração, alimentação, madeira e móveis, construção e reparos instalação e revestimento, metalmecânica, serviços domésticos, serviços pessoais, telemática e turismo e hospitalidade.

25.1.7 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

O programa tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros.

A SETS, por meio do Departamento de Qualificação Profissional (DQP), é responsável pela modalidade do “Pronatec Trabalhador” ofertando cursos do tipo Formação Inicial e Continuada (FIC), destinada ao público das Agências do Trabalhador.

Cabe a SETS promover o levantamento de demanda para o programa. O primeiro levantamento realizado teve como resultado 18.000 vagas distribuídas nos municípios do Paraná; sendo 7.256 matrículas e 5.583 pré-matrículas, segundo dados do Sistema de Pré-Matrícula do PRONATEC (SPP).

25.2 Departamento de Políticas Públicas de Fomento a Economia Solidária, ao Microcrédito e Empreendedorismo (DESME)

Em 2014, a SETS priorizou firmar parcerias com outras Secretarias de Estado que atuam junto ao público-alvo desta política pública.

- Parceria com a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), por meio do Programa Família Paranaense, que disponibilizou R\$ 500,0 mil do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para implantação do Projeto “Oficinas da Família”, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e aumentar a renda das famílias que se encontram na condição de alta vulnerabilidade social.
- Continuidade às ações previstas para a execução do Convênio 053/2012-SENAES-MTE/SETS - “Projeto Integrado de Ações de Economia Solidária”, (recursos totais de aproximadamente R\$ 2,6 milhão) e do Convênio 011/2013-SENAES-MTE/SETS - “Projeto de Fomento aos Empreendimentos Econômicos e Solidários e Redes de Cooperação Atuantes com Resíduos Sólidos” (com recursos de cerca de R\$ 2,9 milhões) - ambos firmados com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego. Durante o ano de 2014, foi realizado levantamento de dados e iniciado o processo licitatório para aquisição de equipamentos visando apoiar os EES previstos no Convênio 053/2012-SENAES-MTE/SETS.
- Realização da III Conferência Estadual da Economia Solidária – III CONAES, coordenada pela SETS.

- Participação do “Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense” – sob a coordenação da SEDS, resultado de contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo de Estado. Do montante de recursos previsto para o programa, a SETS tem disponível US\$ 3,3 milhões destinados à Economia Solidária para 156 municípios do Programa Família Paranaense, com ações de capacitação, articulação, formalização, assessoramento, incubação e emancipação dos Empreendimentos Econômicos Solidários incorporados ao Programa, visando a inclusão produtiva, a melhoria da renda familiar, a melhoria da qualidade de vida das famílias, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e preservação do meio ambiente.

25.3 Departamento de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN)

O DESAN tem sob sua égide a Divisão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional, o Compra Direta - Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Leite das Crianças.

25.3.1 Divisão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional

Desenvolveu ações de articulação intersetorial e apoio técnico das políticas, ações e programas, em âmbito estadual, tendo como referência a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada e a consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Destacam-se as seguintes atividades:

- Execução do convênio nº 140/2010 MDS/SETS, para implantação do SISAN nos municípios paranaenses, com a organização e impressão do livro Referencial Teórico e Metodológico para Implantação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos Municípios – A Experiência do Paraná – 2013.
- Coordenação da Comissão Técnica da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PR).
- Participação nos Encontros das CAISANs Estaduais para definição dos critérios para adesão dos municípios ao SISAN, da constituição dos fóruns Bipartite e Tripartite e outras pautas da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Elaboração de proposta para o Edital nº 01/2014/MDS/SESAN - Modernização das Centrais Públicas de Recebimento e Distribuição dos Produtos da Agricultura Familiar, beneficiando 105 municípios do Estado.

25.3.2 Compra Direta - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Realizou ações visando apoiar estratégias solidárias de organização em rede para a produção, comercialização e consumo de alimentos providos da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento local, resultando em geração de trabalho, renda e inclusão social de parcela da população sob risco nutricional. Com um aumento gradativo no número de municípios e de famílias de agricultores participantes, o PAA passou a atender 311 municípios.

Principais resultados do PAA, entre as entidades sociais:

- Complementação da alimentação ofertada nas instituições sociais, passando do conjunto chá e bolacha para a refeição completa arroz, feijão, verduras e carne.
- Qualidade do alimento da agricultura familiar, avaliação superior em comparação aos alimentos industrializados e/ou adquiridos em mercados locais.
- Aproximação do meio urbano com o rural, influenciando na compreensão e entendimento sobre a forma e funcionamento do meio rural.
- Desconstrução de vários preconceitos, entre eles o de que crianças não aceitariam frutas e verduras, entre outros alimentos, em suas refeições.
- Investimentos na estrutura física e de pessoal das cozinhas das instituições, pois o alimento *in natura* necessita de mais profissionais para prepará-lo, assim como de espaços adequados para armazenagem e preparação.

Principais resultados e impactos do PAA, entre os agricultores:

- Aumento da renda familiar, em muitos casos, conquista de renda familiar.
- Garantia de demanda e de preço no período em que participa do Programa.
- Aumento na diversificação de alimentos produzidos para posterior comercialização e abertura de novos canais de comercialização, como venda direta nas residências, pequenos mercados e feiras livres.
- Melhoria da infraestrutura, da embalagem e do transporte.
- Envolvimento na produção e elevação da autoestima dos agricultores, que se sentem valorizados tendo seus alimentos consumidos pela comunidade.

QUADRO EVOLUTIVO DO PAA NO ESTADO – 2004/2014

ANO EXECUÇÃO	MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	CONVÊNIOS FIRMADOS	AGRIC. BENEF.	ENT. ATEND.	PESSOAS BENEF.	RECURSOS APLICADOS (R\$)
2004	33	40	935	306	92.289	1.635.000,00
2005	81	91	2.864	964	367.374	5.008.000,00
2006	204	230	5.658	1.995	791.567	10.631.000,00
2007	215	227	5.662	2.354	828.488	10.433.000,00
2008	-	-	-	-	-	-
2009	236	243	5.058	2.362	799.008	15.086.000,00
2010	274	287	6.847	2.925	985.079	9.207.000,00
2011	274	287	6.865	2.925	985.079	15.345.000,00
2012	281	294	9.259	3.025	1.379.110	24.552.000,00
2013	298	311	10.792	3.178	1.416.036	26.814.000,00
2014	311	324	10.880	3.530	1.155.537	20.050.963,31

25.3.3 Programa Leite das Crianças (PLC)

Tem como objetivo auxiliar no combate à desnutrição infantil e consiste na distribuição gratuita de um litro de leite por dia às crianças com idade entre 06 e 36 meses, integrantes de famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo regional. Em 2014, 50 usinas fornecedoras credenciadas captaram o leite de aproximadamente 6.700 produtores rurais atendendo em média, 120.000 crianças/dia com custo mensal de R\$ 6,0 milhões, o que representou investimentos de R\$ 72,0 milhões por ano à conta dos recursos do tesouro estadual.

Pela sua natureza intersetorial o programa é executado em parceria com a SETS, SEAB, SEED, SEDS e SESA.

No âmbito da SETS foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Credenciamento das usinas contratadas para o fornecimento do leite no período de 01/08/2014 à 31/07/2015.
- Introdução do pagamento pela qualidade do leite, com a criação de três escalas de valor de referência para o preço do litro do leite, de acordo os padrões de qualidade do leite cru refrigerado.
- Cadastramento das beneficiárias por meio do número Número de Identificação Social (NIS) do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO).
- Monitoramento das atividades dos Comitês Gestores Municipais.
- Aquisição de 1.000 caixas térmicas para atendimento das necessidades de acondicionamento do leite distribuído pelos pontos de redistribuição.

26

*Secretária Especial para
Assuntos Estratégicos*



26 Secretária Especial para Assuntos Estratégicos

A Secretária Especial para Assuntos Estratégicos é responsável pela formulação de políticas públicas de longo prazo, análise e avaliação estratégica, a fim de promover o desenvolvimento estadual e integração.

Participa do Conselho de Administração da CELEPAR; Conselho de Tecnologia do Estado (COSIT); Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CETIC-PR); Núcleo Regional da Faixa de Fronteiras; Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania - UPS – Cidadania; Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Adrianópolis e Programa Paraná Competitivo.

Em 2014, realizou as atividades descritas a seguir.

26.1 Programa Espaço Cidadão - Telecentros

Presente em 330 municípios do Paraná, o Programa conta com 384 laboratórios ativos e mais de 3.100 computadores. Em 2014, foram disponibilizadas 4.800 vagas em cursos e capacitação para atendentes, realizados 1.472 atendimentos, firmadas 15 parcerias e 141 novas implantações, em tramite para implantação e reaparelhamento de Espaços Cidadão.

Principais ações realizadas:

- Implantação de 57 novos Espaços Cidadão, mediante convênios com os municípios (prefeituras/associações/centros culturais e outros) com fornecimento de kit contendo 10 micros e um link de 4MB dedicados, em cada.
- Reaparelhamento de 39 Espaços, substituindo ou complementando seus kits antigos, padronizando com 10 máquinas mais atualizadas.
- Atendimentos Técnicos e Administrativos - realizados atendimentos técnicos por meio das Regionais da CELEPAR, com 1.344 solicitações de manutenção (consertos/configurações/testes) e substituição de 180 máquinas, além dos 128 atendimentos administrativos com orientação aos atendentes.
- Realizado inventário identificando 3.160 máquinas, possibilitando a gestão centralizada e o monitoramento remoto do parque computacional, racionalizando recursos.
- Sistema Gestor do Espaço Cidadão (SGP) – foi reformulado, com novas funcionalidades para a gestão do programa, nova interface e gerador de relatórios dinâmico.
- Integrações: com o Programa CELEPAR Cidadã - Inclusão da Pessoa Idosa, com capacitação dos atendentes e turmas locais e especiais de capacitação de Idosos; com o Sistema Documentador para o armazenamento de documentos e fotos; com o Sistema de Gestão de Relacionamentos (GIR).
- Reuniões Regionais com prefeitos, secretários e atendentes das microrregiões de Maringá, Cascavel e Pato Branco, reunindo representantes de 150 municípios.

- Parcerias – mantidas parcerias com a CELEPAR, Vice-Governadoria, SEED, SEEC, SEDU, SEDS, SEJU, UTFPR, TECPAR, SEBRAE, Intel Aprender Paraná e firmadas parcerias com GRPCOM, SESI, SENAI, SENAC, SENAR e Instituto Humsol. Encontra-se em tramitação parceria com a SETI (Programa Bom Negócio Paraná) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).
- Cursos e Capacitações:

CURSO	MODALIDADE	PARCEIRO	VAGAS/ INSCRITOS
10 turmas de Capacitação para atendentes dos Telecentros	Presencial	SEAE/CELEPAR/Municipal	166
Capacitação para atendentes dos Telecentros	EAD	SEAE/Escola de Governo/CELEPAR	104
Programa SENAC de Gratuidade	EAD	SENAC	459
Programa de Inclusão digital, Português e Matemática	EAD	SENAR	697
Programa os Especialistas e Competências transversais	EAD	SESI/SENAI	119
Programa Caminho da Profissão	Presencial	SESI/SENAI	543
Tecnologia e Comunidade	1º etapa EAD 2ª etapa presencial	Intel Aprender Paraná	82
Área de Gestão e Empreendedorismo	EAD	Fundação Getúlio Vargas	Sem limites
Área de Gestão e Empreendedorismo	EAD	SEBRAE	Sem limites
Áreas diversas	Presencial/EAD	Prefeitura	1.855
Áreas diversas e Inclusão Social para Idosos	Presencial/EAD	Outros/CELEPAR	507
Programa Bom Negócio Paraná	EAD	SETI	68
03 Web Conferências	EAD	Programa Bom Negócio Paraná, Outubro Rosa e ENEM	3.100
Formação de gestores para o Terceiro Setor	EAD	Vice-Governadoria, Escola de Governo, GRPCOM, Tribunal de Contas do Estado, SESI e CPCE e CELEPAR	Sem limites

- O Programa Espaço Cidadão foi finalista no Prêmio CONIP/2014 de Excelência - Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública; e do Prêmio Governarte 2014, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

26.2 Programa de Formação de Gestores para o Terceiro Setor - Modalidade a Distância

Programa de capacitação realizado na modalidade a distância, em parceria com a Vice-Governadoria, Escola de Governo, GRPCOM, TCE-PR, SESI, CPCE e CELEPAR, tendo realizado os seguintes cursos: Políticas Públicas e Legislação I para o terceiro Setor com 630 inscritos; Planejamento de Comunicação com 580 inscritos; Legislação II com 804 inscritos; Elaboração de Projetos com 466 inscritos; Gestão de Pessoas com 277 inscritos; e Plano de Negócios com 224 inscritos.

26.3 Rede 399 - Internet para todos

O Programa se propõe a apoiar ações e projetos que viabilizem o uso da internet banda larga, beneficiando os municípios e cidadãos paranaenses. A estratégia de 2014 foi de atuar

fortemente na sua divulgação, com esclarecimento e orientação junto aos municípios e nas associações de municípios, tendo como resultado 62 municípios (06 conveniados e 05 documentação em andamento) e 176 provedores cadastrados.

- Lançamento de linha específica de financiamento da Agência de Fomento do Paraná para o programa.
- Revisão das práticas de diferimento fiscal.
- Reuniões de acompanhamento dos planos de trabalho dos provedores e municípios interessados (Ubiratã, Terra Roxa, Balsa Nova, Campo Largo, Juranda, Campo Magro).
- Realizados encontros regionais com as associações de municípios AMSULEP, AMOP, AMUSEP e AMEPAR; e reuniões com fornecedores; e 07 webconferências de divulgação e orientação.
- Foram assinados seis Termos de Cooperação com os municípios de Balsa Nova, Jaguapitã, Juranda, Terra Boa, Turvo, Ubiratã, além de seis Termos de Cooperação com provedores.

26.4 Mobilização pelos Desaparecidos

Demandada pela Casa Civil, foram realizadas ações visando criar um grupo de trabalho com o objetivo de ampliar o processo de divulgação de pessoas desaparecidas e humanizar o atendimento aos familiares. Para tanto, foram definidos os órgãos para compor o grupo de trabalho e seus representantes e elaborada minuta de decreto (em tramitação).

26.5 Programa Paranaense de Energias Renováveis - Iluminando o Futuro

Publicado Decreto nº 11.671 de 16 de julho de 2014, que dispõe sobre o Programa Paranaense de Energias Renováveis - Iluminando o Futuro e prevê medidas de incentivo à produção e uso de energia renovável. Além disso, foi elaborado o Regulamento Operativo e do Comitê Gestor, alinhando esforços a empreender pelos diversos entes participantes às diretrizes do governo.

26.6 Ações de Desburocratização

Atuação direta junto ao IAP e Corpo de Bombeiros no projeto desenvolvido pela CELEPAR, visando agilizar a implantação da Licença Ambiental.

Atuação junto a SEAP, visando definir ações para desburocratização de procedimentos administrativos, tais como: processo de solicitação e liberação de férias, leilão e protocolo de documentos.

Como ação indireta, via CELEPAR, com o desenvolvimento de projetos de TI, disponibilizou-se soluções de desburocratização e otimização de processos para 27 órgãos (entre eles o DETRAN, a SESP, o Porto de Paranaguá, a JUCEPAR, a SEED, as IES, a PGE e SEFA), beneficiando as áreas administrativas e o cidadão.

26.7 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)

Tem como missão prover soluções de tecnologia da informação e comunicação que permitam melhorar o desempenho da gestão pública e qualidade de vida do cidadão permanente. A CELEPAR atua fortemente pautada nos seus valores - comprometimento, compartilhamento, respeito ao interesse público e inovação, geridos conforme seu eixo de atuação: colaboradores, clientes, parcerias institucionais, órgãos de controle e sociedade paranaense.

Vários fatores diferenciam a CELEPAR das demais empresas que atuam no mesmo segmento, como: a) garantia de continuidade na prestação dos seus serviços; b) segurança na manutenção e operação das bases de dados; c) integridade e integração de sistemas e informações de interesse do Governo do Estado e de cada órgão individualmente; d) integração das diferentes tecnologias de diferentes fornecedores, provendo a melhor solução para o Governo do Estado; e) atuação conjunta com os órgãos públicos na melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão.

Na área de Recursos Humanos, as ações mais relevantes foram:

- Iniciado o processo de implantação da auto-gestão da frequência funcional e de automatização do processo gestão de desempenho e de benefícios.
- Realizado concurso público com a participação de aproximadamente 10 mil candidatos.
- Realização de várias palestras e eventos relacionados ao Programa Qualidade de Vida, bem como 2.580 horas de treinamento de diversos temas tecnológicos e administrativos.
- Manutenção do processo de meritocracia, por meio do instrumento de gestão de desempenho; pesquisa Salarial e práticas de recursos humanos.
- Reestruturação da Brigada de Emergência e implantação da área de Segurança e Medicina do Trabalho.

Em 2014, os resultados econômicos e financeiros obtidos pela Companhia foram os seguintes:

- Contratos x Faturamento - 96 contratos, até setembro, com faturamento de R\$ 178,0 milhões.
- Receita - a Receita Bruta consolidada até setembro foi de R\$ 180,6 milhões, resultando em uma redução de 30,0% em relação ao exercício de 2013, com Receita Líquida de R\$ 153,3 milhões, com Lucro Operacional Bruto antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 32,0 milhões e Lucro Líquido do Exercício de R\$ 10,9 milhões. O desempenho do exercício reflete a boa execução para conclusão e continuidade da estratégia de gestão em relação à administração e acompanhamento dos contratos com clientes, para a execução e inclusão de novos serviços, possibilitando a geração e manutenção da política de resultados que possibilitem a continuidade de investimentos.
- Custos e Despesas - os custos dos serviços prestados apresentaram ligeira elevação em relação aos exercícios anteriores, todavia, com a otimização dos gastos, a empresa

conseguiu aumentar a prestação de novos serviços e, como resultado do planejamento e da gestão, incrementou de maneira significativa a sua produtividade.

- Investimentos - os investimentos efetivados até setembro foram da ordem de R\$ 5,7 milhões, sendo: R\$ 14,8 mil em aquisição de equipamentos de informática; R\$ 1,4 milhão na compra de *softwares*; R\$ 3,5 milhões em obras e construções diversas e R\$ 799,0 mil em infraestrutura e outros equipamentos.
- Incentivo Cultural – até setembro, destinou R\$ 1,9 milhão (parte dos recursos devidos ao ISS) para o incentivo de projetos culturais, aprovados pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura (Lei complementar nº 57 de 08/12/2005).

A CELEPAR, focada na inovação como fator de competitividade e desenvolvimento, direcionou recursos e investimentos para provimento das condições necessárias para o avanço da tecnologia no Estado.

Em 2014, foram concretizados vários projetos de desenvolvimento de soluções e iniciados outros tantos, com o objetivo de atender as necessidades dos cidadãos e do Governo do Estado. É de responsabilidade da Companhia realizar atualizações tecnológicas, alterações legais e prover inovações nos sistemas de informação que permitam melhorar o desenvolvimento da gestão pública e a qualidade de vida do cidadão paranaense. Dentro dessa premissa, destacam-se a seguir as principais atividades e serviços realizados:

- APPA Carga *Online* – melhoria do módulo do sistema de controle de cargas do Porto de Paranaguá para: o motorista consultar se sua carga está programada para ser recebida e chamada para descarga de caminhões por SMS; controle de pátios alternativos, que possibilita o controle do fluxo de veículos e classificação de cargas em vários pátios de caminhões e permite o recebimento/acomodação de mais caminhões; e permanência no pátio.
- APPA Sistema de Controle de Cargas - integração com clientes, disponibilização de *web services* que permitem aos operadores e importadores o acesso a dados da carga.
- Casa Civil: a) Sistema de Controle de Processos - automatização e controle dos processos do Conselho de Gestão; b) Gerador de Atos Oficiais - sistema para elaboração dos atos formais do governo do Estado, orientando o usuário no trâmite da confecção até a sua publicação, integrado ao Diário Oficial do Estado e com o sistema de Legislação para consulta pública; c) GGOV - integração com o sistema SIGAME.
- CELEPAR: a) Governo em Números - painel eletrônico que apresenta, por área de atuação, o total de serviços públicos prestados pela administração estadual à população paranaense; b) Loja da CELEPAR - portal que apresenta soluções de TIC às prefeituras paranaenses, com base em políticas públicas implantadas pelo Governo do Estado; c) Portal de Transparência dos Municípios (PTM); d) Sistema de Gestão de Benefícios da CELEPAR (SGBC) – possui 11 projetos, tendo sido implantado em novembro o módulo Gestão de Auxílio Alimentação; e) Sistema de Gestão de Desempenho da CELEPAR (SGDC) - aplicativo para gestão de desempenho dos funcionários.

- CGE - criação do novo módulo do Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC) para automatização das etapas de Recomendação, Plano de Ação, Acompanhamento e Fechamento do processo de trabalho da Coordenação de Controle Interno.
- DER: a) BI - geração de informações gerenciais relativas a contratos e licenças ambientais; b) Passe Livre - sistema de controle e emissão de carteiras de Passe Livre do transporte coletivo intermunicipal, para portadores de deficiência e doenças graves.
- DETRAN: a) habilitação - implantação da nova numeração das cédulas de CNH, conforme novo regramento nacional instituído pelo DENATRAN; b) Portal DETRAN Fácil de acesso restrito; c) veículos - baixa em lote de sucatas leiloadas; d) implantação da nova rotina de Bloqueio de Venda de Veículos, por diversos motivos (judiciais, administrativos, etc.), tanto para transações atuais quanto futuras; e) lançamento do serviço de Comunicação de Venda de Veículos via Cartórios, por meio da integração via *webservices* com sistemas da Anoreg.PR (sistema SouLegal); f) Laudo Eletrônico de Segurança Veicular; g) serviço de Vistoria Eletrônica de Veículos, implantado por aplicativo para ambiente Android (smartphones e tablets) que permite fotografar o veículo vistoriado e sua documentação, bem como preencher questionário com itens vistoriados.
- IAP: a) integração com o Ministério do Meio Ambiente para o fornecimento de informações sobre as licenças ambientais emitidas no Paraná; b) Restauração Florestal - módulo de produção dos viveiros e laboratórios; c) Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - integração com o Monitoramento do AR.
- JUCEPAR - Sistema Leiloeiros: realiza o sorteio do profissional, permitindo que ele aceite ou não o leilão designado.
- PGE - Protesto de Dívidas Ativas e Sistema de Processos Judiciais (SIPRO).
- PARANÁPREVIDÊNCIA - controle da arrecadação.
- SEAP: a) Dossiê do servidor - solução para consulta/emissão do dossiê histórico funcional pelo próprio servidor no Portal do Servidor; b) Central de Viagens - evolução do sistema que faz a gestão das viagens dos servidores do Estado; c) E-protocolo - evolução do Sistema de Protocolo Integrado de Estado, para permitir a anexação de documentos digitais, assim como o trâmite de processos somente no sistema, permitindo assinar digitalmente os documentos; d) GMS - sistema para gestão de materiais e serviços, desde a catalogação dos itens, solicitações e processos de compras e licitações, gestão de suprimentos e contratos da Administração Pública, com adaptação para atendimento à Instrução Normativa nº 93/2013 do TCE para geração de informações para o SEI-CED.
- SEED: a) Merenda Escolar - sistema responsável pela aquisição, distribuição e acompanhamento da merenda nas escolas da rede estadual; b) Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP) - para controlar e acompanhar ações para o combate ao abandono escolar; c) Sistema Obras *online* - módulo de Solicitação de Obras; d) Sistema

Solicitação da Ordem de Serviço - para que um professor atue em um estabelecimento de ensino diferente de sua lotação durante um ano letivo.

- SEFA-CRE: a) Certidão de Débitos WEB; b) Conhecimento de Transporte Eletrônico (CTe) v2.0; c) Sistema de Desembaraço Eletrônico de Importações (DEIM); d) Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFCe); e) Nota Fiscal Eletrônica (Nfe) v3.10; f) Projeto de Simplificação de Processos; g) Receita.PR - Certificação Digital.
- SEPL: SIGMA.PP - gerenciamento, monitoramento e acompanhamento de programas e projetos.
- SESA: a) Controle de Repasse Fundo a Fundo (FAF); b) GSUS – implantação no CRE Metropolitano, Hospital Colônia Adauto Botelho (HCAB), Hemonúcleos da Rede HEMEPAR, Hospital Regional da Lapa São Sebastião (HRLSS), Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURCG), Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente (CRAID); GSUS - Nutrição e Programas Especiais.
- SESP: a) Cadastro de Empresas de Vigilância (CEV); b) CODESUL – por meio de convênio, os estados do CODESUL, desenvolveram serviços que foram disponibilizados aos outros estados para acesso às informações dos RGs dos respectivos estados; c) consulta georreferenciada para a localização das unidades policiais - Delegacia Eletrônica; d) Consultas Criminais no sistema de Investigação; e) Integração de Consultas para a Copa do Mundo 2014; f) Investiga - liberação de consultas no *android* e *smartphones* para os policiais utilizarem na rua em abordagens ou investigações policiais; g) BATEU - para utilização no local do acidente (*online*); h) IC GDL e IML GDL - Sistema Gestor de Laudos do IC e IML; i) IIPR - Agendador de Atendimento de Solicitação de RG e integração Agendador x Sistema de Identificação Civil; j) PC BOC - Sistema de Atividades Cartorárias; k) Delegacia Eletrônica - possibilidade de registro de furto/roubo de objetos; l) Extrato do BATEU para a Polícia Civil; m) ProcPMPR - sistema que automatiza os procedimentos cartorários da PMPR padronizando os documentos, facilitando a geração dos documentos referentes a inquéritos militares, autos de flagrante e processo de desertor; n) BOMBEIROS PREVFOGO - Sistema do Corpo de Bombeiros.
- SETI: GSUS - Implantação Hospital Universitário de Maringá.

*Secretário Especial de Relações
com a Comunidade*



27 Secretário Especial de Relações com a Comunidade

27.1 Mutirão da Cidadania – O Paraná em Ação

O Secretário Especial de Relações com a Comunidade é gestor do Mutirão da Cidadania – O Paraná em Ação, cujo objetivo é promover cidadania e inclusão social da população, por meio de serviços gratuitos, tais como, saúde, documentação, lazer, recreação, oficinas de geração de renda, atendimentos judiciais, entre outros. Em 2014, realizou 11 edições do programa, conforme segue.

Atendimentos nos Mutirões da Cidadania - 2014

LOCAL	DATA	ATENDIMENTOS	PÚBLICO
Paranaguá	07 e 08/06/2014	24.405	9.762
Wenceslau Braz	19 e 20/06/2014	17.451	7.271
Guarapuava	04 e 05/07/2014	14.669	5.867
Campo Magro	16 e 17/08/2014	15.601	6.783
Rio Negro	23 e 24/08/2014	23.796	8.499
Santa Helena	30 e 31/08/2014	20.113	8.380
Ibaiti	20 e 21/09/2014	27.229	9.537
Terra Roxa	27 e 28/09/2014	26.236	10.931
São José dos Pinhais	18 e 19/10/2014	28.486	10.965
Ponta Grossa	15 e 16/11/2014	60.210	19.236
Foz do Iguaçu	22 e 23/11/2014	42.513	17.714
TOTAL		300.709	114.945

27.2 Assessoramento às Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Paraná (CRQs)

Em 2014, foram promovidas as seguintes atividades:

- Coordenação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos do Paraná.
- Levantamento das demandas específicas por comunidade para inclusão no Programa Brasil Quilombola nas esferas municipal, estadual e federal para implementação na comunidade.
- Representação nos conselhos de gênero, raça e cidadania; participação no Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA).
- Participação e acompanhamento das políticas referentes aos povos e comunidades tradicionais do Paraná.
- Planejamento e ações referentes ao mês da consciência negra.
- Assessoramento a entidades representativas de quilombolas, na elaboração de projetos de intervenção.
- Cadastro das famílias quilombolas para acesso às políticas públicas e melhoria das condições de vida das comunidades quilombolas, conforme segue:
- Trabalho Coordenação do PBQ no Paraná Realizado nas CRQs - 2014

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES	Nº DE DOMICÍLIOS NA COMUNIDADE E FORA DELA	Nº DE HABITANTES ATENDIDOS	SOLICITAÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	CADASTRO DE MULHERES AGRICULTORAS PARA INCLUSÃO NO PAA	SOLICITAÇÃO DE TELECENTRO	SOLICITAÇÃO DE HORTA COMUNITÁRIA	SOLICITAÇÃO DE HABITAÇÃO	ATEN-DIMENTO SANE-PAR	SOLICI-TAÇÃO DE CONS-TRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE	ATEN-DIMENTO PSF NA COMU-NIDADE
Campo Largo	Palmital dos Pretos	108	432	Já tem	10	01	01	33	Não	Não	Sim
Candói	Despraiado	68	272	01	25	01	01	110	Não	Sim	Não
	Vila Tomé	18	72	01	Não tem	01	01	18	Não	Sim	Sim
	Cavernoso	12	36	01	16	01	01	12	Não	Sim	Sim
Curiúva	Água Morna	70	283	01	13	01	01	23	Não	Sim	Sim
	Guajuvira	140	425	01	08	01	01	25	Não	Sim	Sim
Guaira	Manoel Ciriaco dos Santos	20	85	01	45	01	Já tem	13	Não	Sim	Não
Guarapuava	Invernada Paiol de Telha	63	376	Já tem	38	01	Já tem	118	Sim	Sim	Sim
Guaraqueçaba	Batuva	94	169	01	20	01	01	30	Não	Sim	Não
	Rio Verde	80	244	01	16	01	01	33	Não	Sim	Não
Lapa	Restinga	300	1.205	01	Não tem	01	01	30	Sim	Sim	Sim
	Feixo	420	1.682	01	20	01	01	335	Não	Sim	Sim
	Vila Esperança	80	243	01	Não tem	01	01	47	Não	Não	Sim
Palmas	Adelaide Mª Trindade Batista	250	754	01	Não tem	01	01	81	Sim	Não	Sim
	Castorina Maria da Conceição	62	186	01	Não tem	01	01	24	Sim	Não	Não
	Tobias Ferreira	105	422	01	07	01	01	63	Não	Não	Não
Ponta Grossa	Sutil	90	360	01	20	01	00	67	Não	Sim	Sim
	Santa Cruz	25	107	01	10	01	01	11	Não	Sim	Sim
S. Miguel do Iguaçu	Apepu	100	384	Não	Não tem	01	00	05	Não	Sim	Sim
Turvo	Campina dos Morenos	10	63	01	05	01	01	10		Sim	Sim
Adrianópolis	João Surá	68	344	01	40	01	01	Já cons-truídas	Não tem	Já tem	Sim
	Praia do Peixe	14	74	01	05	01	00	Já cons-truídas	Não tem	Sim	Não
	Porto Velho	20	118	01	08	01	01	Já cons-truídas	Não tem	Sim	Não
	Sete Barras	26	140	01	12	01	01	Já cons-truídas	Não tem	Sim	Não
	Córrego das Moças - Sede	23	116	01	16	01	01	Já cons-truídas	Não tem	Sim	Não
	São João	28	62	01		01	01	23	Não tem	Sim	Não
	Córrego do Franco	86	312	01	40	01	01	37	Não tem	Sim	Não
	Estreitinho	17	110	01	10	01	01	11	Não tem	Sim	Não
Três Canais	26	70	01	12	01	01	14	Não tem	Sim	Não	
Bocaiúva do Sul	Areia Branca	32	126	Já tem	25	01	01	31	Não tem	Sim	Não
Castro	Serra do Apon	94	519	01	30	01	01	45	Não tem	Sim	Não
	Limitão	38	200	01	25	01	00	05	Não tem	Sim	Não
	Tronco	20	125	01	17	01	01	24	Não tem	Sim	Não
	Mamás - núcleo Castro	34	150	01	10	01	01	16	Não tem	Sim	Não
Cerro Azul	Mamás - Cerro Azul	36	205	01	08	01	01	08	Não tem	Sim	Não
Dr. Ulisses	Varzeão			01		01	01	32	Não tem	Sim	Não
Ivaí	Rio do Meio	30	160	01	25	01	01	Já cons-truídas	Sim	Sim	Não
	São Roque	59	305	01	05	01	01		Sim	Sim	Não
	Invernada Paiol de Telhas urbana.	Trabalho em andamento	Não tem	Não tem espaço.	25	Não tem espaço.	Não tem espaço.	Não tem	Moram em terrenos de invasão	Sim	Sim
Reserva do Iguaçu	08. Invernada Paiol de Telhas Barranco.	18	72	Não tem espaço.	Não tem espaço.	Não tem espaço.	Não tem espaço.	Não tem	Moram em terrenos de invasão	Não tem espaço.	Não
Resumo do Levantamento	37 comunidades	2.779 domicílios	11.008 habitantes	33 solicitações	566 mulheres	36 telecentros	35 solicitações	1.334 Habitações			